

Jovens latino-americanos

Necropolíticas, culturas políticas e urbanidades

Editores académicos

Silvia H. S. Borelli

José Manuel Valenzuela

04



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Rectora: Maria Amalia Pie Abib Andery



Editorial de la PUC-SP

Dirección: José Luiz Goldfarb

Consejo Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (Presidente)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duek Marques

Jovens latino-americanos

Necropolíticas, culturas políticas e urbanidades

Compiladores

Silvia H. S. Borelli

José Manuel Valenzuela



educ



El Colegio
de la Frontera
Norte



Centro Editorial
CINDE



UNIVERSIDAD DE
MANIZALES



CLACSO

Jovens latino-americanos : necropolíticas, culturas políticas e urbanidades /
Rose de Melo Rocha ... [et al.] ; compilación de Silvia H. S. Borelli ; José
Manuel Valenzuela Arce. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires :
CLACSO ; Tijuana : EL COLEF ; Manizales : Universidad de Manizales ;
Sabaneta : CINDE, 2021.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-722-952-3

1. Jóvenes. 2. Desigualdad. 3. Racismo. I. Rocha, Rose de Melo. II. Borelli, Silvia H. S., comp. III. Valenzuela
Arce, José Manuel, comp.

CDD 305.23086

Copyright © 2020. Silvia H. S. Borelli e José Manuel Valenzuela.

Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfour/PUC-SP

Jovens latino-americanos (recurso eletrônico) : necropolíticas, culturas políticas e urbanidades/ Silvia H.
S. Borelli, José Manuel Valenzuela. - São Paulo : EDUC, 2020. recurso on-line e-book
Bibliografía.Em colaboração com CINDE (Centro Internacional de Educación), CLACSO (Consejo
Latinoamericano de Ciencias Sociales), Universidad de Manizales ISBN. 978-65-87387-21-5
1. Jovens - Condições sociais - América Latina. 2. Crime contra os jovens - América Latina. 3. Violência
contra os jovens - América Latina. I. Borelli, Silvia Helena Simões. II. Valenzuela Arce, José Manuel
CDD 305.23098
362.7098

Bibliotecaria: Carmen Prates Valls - CRB 8a. 556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb

Produção Editorial

Sonia Montone

Revisão

Thiago Henrique Ribeiro dos Santos e Vera Lidia de Sá Cicaroni

Editoração Eletrônica

Waldir Alves e Gabriel Moraes

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

CLACSO

© Consejo Latinoamericano de Ciencias
Sociales

Estados Unidos 1168, C1101AAX,
Ciudad de Buenos Aires, Argentina
Teléfono (54-11) 4304 9505/9332

Correo electrónico:
clacsoinst@clacso.edu.ar
<http://www.clacso.org>

EL COLEF

D. R. © 2014 El Colegio de la Frontera
Norte, A. C.

Carretera escénica Tijuana-Ensenada,
km 18.5

San Antonio del Mar, 22560, Tijuana, B.
C., México

Teléfono (664) 631 6300.

Correo electrónico:
publica@colef.mx
<http://www.colef.mx>

© Universidad de Manizales

Carrera 9 N°19-03 Manizales, Caldas,
Colombia

PBX (57-6) 884 1450
<http://www.umanizales.edu.co/>

© Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano (Cinde)

Calle 77 Sur N°43ª-27 Vereda San José,
Sabaneta, Antioquia, Colombia

PBX (57-4) 444 8424
<http://www.cinde.org.co/>

© Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São
Paulo

SP, 05014-901, Brasil
<https://www5.pucsp.br>

Apresentação

Rose de Melo Rocha

7

I. NECROPOLÍTICAS E JUVENTUDES

Juvenicidio y necropolítica

José Manuel Valenzuela Arce

15

#Ni Una Menos. Corpolíticas
descoloniales del feminicidio

Karina Bidaseca

39

Juventudes y violencias: desigualdad
urbana en Córdoba (Argentina)

Griselda Cardozo

71

¿Es posible salir de la exclusión,
racismo y racialidad? La
ancestralidad y la espacialidad,
fundamentos EN la “forma
escuela” EN Pueblos Indígenas

Javier Fayad Sierra

107

Estado Penal, proibicionismo
e criminalização: o que resta
para os jovens trabalhadores
do tráfico de drogas

Marisa Feffermann

135

II. JOVENS, CULTURAS POLÍTICAS E URBANIDADES

La producción de la juventud en
Chile: una perspectiva genealógica

Óscar Aguilera Ruiz

165

“Curtindo meu bairro”: ações
cidadãs e intervenções urbanas
mediadas pelos programas Jovens
Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

Ariane Aboboreira e Silvia H. S. Borelli

211

Balanco da atuação dos coletivos
juvenis que atuam nas ruas do Rio de
Janeiro: muito além dos megaeventos

Micael Herschmann e Cíntia
Sanmartin Fernandes

257

Que latino? Juventudes, música
e dinâmicas históricas Brasil/
América Latina Hispânica

Simone Luci Pereira

291

“Permanecer no campo, só
inventando...”: o empreendedorismo
entre jovens trabalhadores rurais da
Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

Sheila Maria Doula

321



Apresentação

Uma primeira advertência deve ser feita aos leitores da obra *Jovens Latino-Americanos: Necropolíticas, Culturas Políticas e Urbanidades*¹. Não esperem encontrar, neste livro, visões edulcoradas ou abordagens esquemáticas. Antes, é de um cenário de tensões e também de múltiplas conexões que partem nossos autores e autoras para abordar a complexa vivência de jovens na América Latina. Já de início, a proposta desta jornada de fôlego fica clara. É sob um regime *necropolítico* que nos vemos assentados, e a extensão dos seus impactos nefastos faz-se sentir de modo dramático e destacado por inúmeras juventudes. Existem fantasmas e cadáveres a nos espreitar, de Tijuana a Santiago do Chile, de Córdoba ao Rio de Janeiro, de Buenos Aires a São Paulo, de Bogotá à Zona da Mata mineira. Imaginários idílicos do “juvenil”, no singular que lhe extrai as singularidades, parecem

1 Os capítulos aqui publicados resultam de pesquisas realizadas por pós-doutorandos e pesquisadores do Programa Postdoctoral de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO; CINDE-Universidad de Manizales-Colombia; PUCSP-Brasil; El Colef-México; Universidad Nacional de Lanús-Argentina; FLACSO-Argentina) vinculados à Linha de Investigação Cultura, Comunicación y Política (2011-2019), coordenada por Silvia H. S. Borelli e José Manuel Valenzuela.

assim ocultar a necessária incorporação na agenda pública e no debate acadêmico dos juvenicídios ininterruptos que ocorrem por toda a América Latina.

Os artigos que se organizam na primeira parte desta obra não se furtam a esse olhar. José Manuel Valenzuela, em um texto seminal, detalha e circunscreve conceitualmente os sentidos e a centralidade do juvenicídio em curso, percebendo-o como verdadeira máquina de guerra, que atualiza e torna exponencial o braço excludente do projeto neoliberal, naturalizando os extermínios sistemáticos dos que não interessam, dos que não se adéquam, dos que enfrentam subjetivamente e combatem diretamente o regime necropolítico. Karina Bidaseca, com impressionante originalidade reflexiva, analisa o movimento #Ni Una Menos, e o faz desde o conceito de “corpolítica”. Percebendo os corpos como lugares privilegiados do agir político, a autora focaliza, ainda, as estratégias de enfrentamento dos feminicídios e da subjugação de mulheres. Griselda Cardozo investiga as relações entre juventudes e violências, tomando por cenário e contexto a desigualdade urbana em Córdoba (Argentina). A autora dirige sua atenção para a análise de experiências e significações externadas por um grupo de jovens de setores populares, médios e médio-altos, sobre acontecimentos de violência (saques e linchamentos) ocorridos no ano de 2013 na cidade argentina. Segundo Cardozo, os jovens são sensíveis ao perceber os processos de desigualdade socioespacial como causas da violência social e igualmente enfatizam as implicações da desigualdade nas constituições subjetivas. Javier Fayad Sierra volta-se aos universos da exclusão, do racismo e da racialidade e pergunta sobre as possibilidades de deles sair. Os povos indígenas da Colômbia são o núcleo de sua preocupação. Sendo assim, busca problematizar a possibilidade de outras formas de reconhecimento de sua alteridade e sua

dignidade que escapem às dinâmicas coloniais. Assim, o autor nos apresenta uma experiência alternativa centrada em organizar a educação em comunidade, com apoio em relações intra-inter-transculturais. Marisa Feffermann vale-se de uma interessante visada – considerar os jovens vinculados ao tráfico de drogas como trabalhadores, haja vista a conformação do tráfico como uma grande tessitura empresarial (é um dos setores mais lucrativos da economia mundial) – para enfrentar uma dramática questão a um só tempo social e existencial: o que resta para os jovens trabalhadores do tráfico de drogas? As favelas do Rio de Janeiro são seu lugar privilegiado de observação, mas a autora, ao descrever uma realidade “local”, aborda um universo de sentidos e de expressão global, com conformações particulares no contexto latino-americano. Para Feffermann, a globalidade do crime está intimamente associada à forma como, hoje, o capital se estrutura.

Submetidos ao que José Manuel Valenzuela denomina, no artigo que dá início ao livro, “colonialidade do poder”, essas e esses jovens, contudo, organizam-se, na micropolítica do cotidiano para enfrentar os regimes que, insistentemente, os assujeitam. Assim, na segunda parte do livro, Oscar Aguilera apresenta uma perspectiva genealógica dos estudos sobre juventude, cultura e política no Chile. A proposta do autor é rastrear as múltiplas procedências que tornaram possível a existência social desse algo que se nomeia “juventude”, identificando o lastro que une o discurso acadêmico ao discurso social. Também é sua preocupação compreender as particularidades dos estudos latino-americanos sobre a juventude, trazendo luz a aspectos vinculados a políticas de visibilidade, imaginários, identidades e regimes discursivos. Silvia H. S. Borelli e Ariane Aboboreira analisam ações coletivas efetivadas por jovens participantes de duas políticas públicas na cidade de São Paulo: PJU-Programa Jovens

Urbanos (CENPEC e Fundação Itaú Social) e programa VAI-Valorização de Iniciativas Culturais (Secretaria da Cultura-PMSP). Acompanham os jovens imersos nas tramas e o paradoxo existente entre fraturas e potencialidades da vida cotidiana na complexa metrópole paulistana. Micael Herschmann e Cíntia S. Fernandes propõem um balanço da atuação de coletivos juvenis artísticos nas ruas do Rio de Janeiro, que expressam e materializam imaginários e redes de sociabilidade próprios, colaborativos e autorais. Recusando o canto das sereias que convida para a sustentação de um projeto de cidade espetacular, globalizada e voltada ao acolhimento de megaeventos, dedicam-se, exatamente, ao acompanhamento e à análise do fazer micropolítico desses coletivos. Ali percebem a emergência de discursos outros e, o que é fundamental, de usos e lógicas diversas de ocupação do espaço urbano, sinalizando para um cotidiano mais democrático e intercultural. Simone Luci Pereira propõe, tomando por base o estudo de práticas musicais midiáticas de jovens migrantes oriundos da América Latina hispânica em São Paulo, o enfretamento de uma tensão fundante e fundamental: quando o Brasil é considerado latino-americano e quando essa identidade (ou identificação inclusiva) é rechaçada? Nessa direção, a autora inventaria e analisa – sob a perspectiva das juventudes, da música e das existências migratórias – as dinâmicas históricas nas relações Brasil/América Latina Hispânica. Sheila Maria Doula desloca nosso olhar para as realidades constantemente invisibilizadas dos jovens rurais, percebendo as composições que vêm sendo feitas entre o rural e os estilos de vida urbanos. É desse modo que a autora aborda a perspectiva de um empreendedorismo juvenil rural, questionando, a partir das narrativas dos próprios jovens, as implicações do discurso empreendedor na elaboração de projetos de

vida e servindo, inclusive, como balizador possível de uma permanência no campo.

A composição entre as duas partes do livro é harmônica, embora os núcleos de problematização sejam diversos. Acredito que isso se deva a uma partilha epistemológica comum, que recusa generalidades e generalizações e reconhece, na produção de conhecimento, as suas implicações políticas. O resultado final da leitura apenas reitera a perspectiva crítica, oxigenada e engajada dos autores e das autoras ao abordar essa miríade de fluxos e acontecimentos articulada às juventudes na América Latina. Essa postura é tributária de um compromisso com as juventudes que rechaça a dicotomia, os esquematismos, os discursos prescritivos e higienistas. As vozes da América Latina ecoam através de cada capítulo deste livro. E elas têm lugar próprio. Não como “os outros”. Não como “os colonizados”. Mas como portadores de alteridade e consciência epistêmica em seu narrar. Como os jovens que aqui estão presentes, nossos autores também são espaços vivos de subjetivação. Com seus, parafraseando Bidaseca, “corpolíticos”. Estes que podem seguir ao apelo que um dia fez o poeta Vladimir Maiakovski e emitir palavras com pulso e sirene, “Não as que se aplaudem do alto dos teatros/ Mas as que arrancam os caixões da treva/ E os põe a caminhar quadrúpedes de cedro.” Como esta obra demonstra, não nos iludamos com corações brancos. As mãos do regime necropolítico estão banhadas em sangue.

Rose de Melo Rocha

Professora titular do PPGCOM/ESPM-SP,
líder do GP CNPq Juvenália - Questões estéticas, raciais,
geracionais e de gênero, membro da coordenação ampliada
do GT CLACSO Infancias

I NECROPOLÍTICAS E JUVENTUDES



Juvenicidio y necropolítica

José Manuel Valenzuela Arce¹

-
- 1 Doctor e investigador en Ciencias Sociales con especialidad en Sociología por El Colegio de México. Profesor del Departamento de Estudios Culturales de El Colef. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Sus obras han sido pioneras y de gran importancia para la comprensión de los procesos socioculturales que definen a la frontera México-Estados Unidos y a los movimientos juveniles en América Latina y Estados Unidos. De la misma manera, su trabajo en el campo de los estudios culturales es ampliamente reconocido en México y América Latina. Email: jmvalen@colef.mx



Introducción

Al exterminio o eliminación sistemática de un grupo humano por motivo de raza, etnia, religión, política o nacionalidad, se le define como genocidio. A partir de esta posición, desarrollé el concepto de juvenicidio para identificar al exterminio o eliminación permanente y sistemática de jóvenes. El juvenicidio refiere al acto límite que arranca la vida de la persona, pero ese acto límite no surge del vacío, ni aparece de manera repentina como rayo sobre cielo sereno, sino que es producto y conclusión de diversas formas de precarización económica, social, cultural e identitaria de jóvenes que devienen prescindibles a partir de su situación social y sus repertorios de identidad. La precarización social y la desacreditación identitaria, coloca a las y los jóvenes en zonas precarias, zonas sociales prescindibles, zonas de exclusión, zonas de vulnerabilidad, zonas criminalizadas o zonas de desecho, zonas que, infortunadamente, proliferan en los escenarios latinoamericanos asociadas a las necropolíticas neoliberales.

Situaciones y condiciones juveniles

Hace varias décadas planteamos la imposibilidad de pensar lo juvenil desde posiciones homogéneas y la necesidad de trabajar con perspectivas que atiendan la diversidad de expresiones que definen las condiciones juveniles (Valenzuela, 1998, 2009, 2014). Las pertenencias, adscripciones y reconocimientos juveniles, en cuanto constructos relacionales, son aspectos indispensables para pensar lo social en su conjunto. Por lo tanto, lo juvenil, expresa taxonomías sociales y (re)produce sistemas y dispositivos de clasificación social desde condiciones situacionales y repertorios identitarios específicos definidos y n Ciencias

Socialesde raza, se ubican en ordenamientos o sistemas de racialización y etnización que ocultan diferenciaciones internas, como las de clase, género, sexuales o etáreas. Que una persona afrodescendiente llegue a la presidencia de un país, no invalida la existencia de sistemas de racialización racistas y excluyentes. De la misma manera, el que una mujer lo haga, no invalida ordenamientos patriarcales y sexistas que reproducen las desigualdades de género. La existencia de presidentes indígenas no niega la permanencia de relaciones racistas y coloniales que producen y reproducen el colonialismo interno, como bien lo planteó el martinico Frantz Fanon a mediados del siglo XX en *Los condenados de la tierra* y en *Piel negra, máscaras blancas*, o los estudiosos mexicanos Stavenhagen (1963) y González Casanova (1963), en trabajos señeros del pensamiento latinoamericano. El tema que nos ocupa alude a la insoslayable presencia de poderes coloniales inscritos en lo que Quijano (2000) definió como Colonialidad del poder, para nombrar relaciones desiguales entre el Europa y América Latina, donde la situación de clase y las adscripciones identitarias definen posicionamientos sociales jerarquizados.

Las adscripciones juveniles en América Latina también se inscriben y conforman en ámbitos de desigualdad y colonización. Las identidades son umbrales simbólicos, fronteras semantizadas de adscripción y diferenciación, de pertenencia y exclusión. Por ello las identidades juveniles refieren a condiciones de pertenencia o adscripción juvenil en campos relacionales definidos de manera conjunta con lo no juvenil, por lo tanto, las identidades juveniles se definen relacionalmente con los mundos no juveniles. La condición juvenil se conforma desde diferentes pertenencias sociales y repertorios identitarios como son los de clase, género, etnicidad, preferencia sexual, raza, posición política, religiosidad o adscripción

a estilos juveniles. Por lo tanto, no existe el joven o la joven como construcción homogénea comprensible solo desde la condición etaria, generacional o por rangos de edad (Bourdieu, 2002). He insistido en la vacuidad de los conceptos de lo joven o lo juvenil, fuera de los cronotopos que les significan, en otras palabras, no podemos hablar del joven fuera del contexto histórico-social, las relaciones situadas, y las adscripciones identitarias que le definen (Valenzuela, 1988, 2009, 2014). Es en esta condición relacional de lo juvenil precarizado con otros repertorios juveniles precarios, donde se generan *zonas de riesgo* que posibilitan el juvenicidio.

Juvenicidio: genealogía de un concepto emergente

Desarrollamos el concepto de juvenicidio con cuatro objetivos inaplazables. El primero de ellos es señalar y visibilizar la enorme cantidad de jóvenes asesinados en América Latina y en otros países, muerte artera e impune que se ha ensañado con las juventudes precarizadas y que se inscribe en grandes estrategias bio y necropolíticas. El segundo objetivo, es hacer visibles pertenencias, adscripciones y repertorios identitarios que incrementan las posibilidades de que una joven o un joven sean asesinados. El tercer objetivo consiste en desarrollar estrategias y propuestas de orden académico y político orientadas a impedir la continuación de asesinatos y masacres de jóvenes. El cuarto objetivo consiste en identificar a las y los responsables de tanta muerte innecesaria.

Comencé a utilizar el concepto juvenicidio en algunas entrevistas y luego en el libro *Sed de mal: Feminicidio, jóvenes y exclusión social*, publicado en 2012, y lo definí vinculado al de feminicidio construido a partir del abuso sexual y asesinato de mujeres que se hizo presente

a inicios de los años noventa en Ciudad Juárez, en el Estado de Chihuahua, México. En un primer momento, a estas mujeres se les llamó: *las muertas de Juárez*, alusión descriptiva, pasiva, sin responsables, que posteriormente devino feminicidio, concepto que hizo visible el acto homicida. Hace algunos años interpreté los elementos que definen al feminicidio y, de manera particular, su inscripción dentro de un orden patriarcal definido como relaciones sociales y de poder, estructurado y estructurante, instituido e instituyente que reproduce relaciones desiguales entre hombres y mujeres a partir de la condición de género, por ello, el orden patriarcal participa como sistema de clasificación social con base en las relaciones sexo-género. También ubicamos al feminicidio como el acto violento límite que aniquila a las mujeres, como ejercicio de poder masculino. (Monárrez Fragoso, 2009; Valenzuela, 2012). En el libro *Sed de mal, Feminicidio, jóvenes y exclusión social*, lo presentaba de la siguiente forma:

El feminicidio es expresión límite de la misoginia. Su asidero ideológico abrevia en la razón patriarcal y sus posibilidades de acción derivan de la vulnerabilidad e indefensión social. Por ello, su expresión extrema ocurre cuando se atrofian canales institucionales de procuración de justicia y se debilita el tejido social. La dimensión patriarcal y el orden de género que impone, así como la biopolítica son elementos insoslayables para comprender el feminicidio. La combinación de los repertorios identitarios joven y mujer ha generado espacios importantes donde se despliega la condición misógina-patriarcal que ha tenido al feminicidio como condición límite. Al igual que en el feminicidio, el juvenicidio se encuentra precedido de la violencia simbólica que configura y predispone el acto homicida. Si en el feminicidio, la premisa se ubica en el orden patriarcal dominante, el juvenicidio descansa sobre estructuras adultocráticas que reproducen sus intereses sobre perspectivas inyuntivas y estereotipadas. El orden patriarcal alude a una

determinación no homogénea pero persistente que legitima el dominio masculino y la desigualdad social de género. (Valenzuela, 2012: 52)

Al establecer los elementos comunes, las diferencias y los matices que definen la relación entre el feminicidio con el orden patriarcal y el juvenicidio con el orden adultocrático, debemos recordar que dicha relación también debe analizarse en su diversidad, pues tanto el orden patriarcal, como el adultocrático, adquieren expresiones diferenciadas en función de condicionantes históricos, de clase, étnicos y nacionales. Esta relación la planteamos de la siguiente manera:

El orden patriarcal produce y reproduce condiciones de género desiguales y subordinadas, mientras que el orden adultocrático genera relaciones generacionales desiguales y subordinadas. Por supuesto que no todos los jóvenes viven de la misma manera dicha condición de subalternidad y en estas construcciones diferenciadas tienen un papel fundamental sus diversos repertorios identitarios, así como sus adscripciones étnicas, de género, de clase y social. Vale la pena destacar matices que no invalidan la condición transclasista del orden adultocrático. Las formas de opresión de género incluyen a todas las clases sociales, pero no se expresa con la misma intensidad ni de la misma manera. De igual forma, el orden adultocrático se expresa de forma distinta entre las diferentes clases y grupos sociales, aun cuando atraviese de forma transversal al conjunto de relaciones sociales. Por ello, la precarización y vulnerabilidad juvenil se amplía con el incremento de repertorios identitarios proscritos o desacreditados como ocurre cuando se es joven, pobre, indio, afrodescendiente, mujer, homosexual, transgénero, identificadores que corresponden a grupos estigmatizados y a identidades proscritas (Valenzuela, 2012: 28 y 29)

La condición de vulnerabilidad de género se vincula con otro tipo de identificaciones precarizadas que

también generan condiciones de indefensión. Estas relaciones se tornan avasallantes en contextos de amplia inseguridad y violencia, como los que se han presentado en varios países latinoamericanos durante las últimas décadas y, de manera particular en países donde se han implementado estrategias excepcionales de lucha contra adversarios políticos o donde se han impuesto modelos prohibicionistas que han ampliado los espacios de indefensión social, como los que existen en México, Brasil o Colombia.

Con estos elementos, pensé el concepto de juvenicidio como la eliminación o asesinato persistente de jóvenes, asesinato que usualmente queda impune. El juvenicidio no se explica ni entiende solo por la eliminación, muerte o aniquilamiento juvenil, para ello es necesario incorporar la condición límite de riesgo en que se encuentra a partir de procesos de relaciones y posiciones sociales que precarizan sus vidas y les exponen a diferentes tipos de violencias y que posibilitan su eliminación sistemática.

Ayotzi: nos faltan 43

Los asesinatos y desapariciones forzadas de estudiantes normalistas de Ayotzinapa otorgaron triste centralidad al concepto de juvenicidio. Los eventos de Ayotzinapa nos llevaron a tratar de entender el asesinato impune de los estudiantes normalistas en un marco más amplio definido por la proliferación de actos juvenicidas. Tras los eventos de Ayotzinapa, presenté una ponencia en la Bienal de Manizales que dio lugar al libro colectivo: *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina*, en este trabajo ubicaba al asesinato y desaparición de jóvenes normalistas de Ayotzinapa en un marco más amplio definido por el asesinato impune de cientos de miles de jóvenes en América Latina y en otras zonas del

mundo y destacaba los rasgos estructurales y culturales que lo posibilitan:

El juvenicidio posee varios elementos constitutivos que incluyen precarización, pobreza, desigualdad, estigmatización y estereotipamiento de jóvenes y conductas juveniles (de manera especial de algunos grupos y sectores juveniles), la banalización del mal, que alude al desdibujamiento de los referentes dicotómicos entre bien y mal, permite a los asesinos matar sin mayores cargas emocionales, la adulteración del estado y de las instituciones de procuración de justicia que producen y reproducen corrupción e impunidad como forma cotidiana de funcionamiento, la estratificación social basada en relaciones de subalternización, donde el orden dominante ha ampliado las condiciones de precariedad, vulnerabilidad e indefensión de los grupos subalternizados a partir de ordenamientos clasistas, racistas, sexistas, homofóbicos, y un orden prohibicionista que, con el pretexto de combatir al llamado crimen organizado, funciona como apuesta estrategia que limita los espacios sociales de libertad. (Valenzuela, 2015: 12)

Al juvenicidio (como al feminicidio), le preceden condiciones de precarización económica, social y cultural como escenarios que anticipan y posibilitan la muerte juvenil. Por ello, hemos destacado que el juvenicidio es la parte culminante de un proceso que inicia con la precarización de la vida de las y los jóvenes, la ampliación de su vulnerabilidad económica y social, el aumento de su indefensión ciudadana y la disminución de opciones disponibles para el desarrollo de proyectos viables de vida frente a una realidad definida por la construcción temprana de un peligroso coqueteo con la muerte.

Pensar las condiciones y sentidos sociales del juvenicidio requiere colocar un escenario social amplio que incluye a lo no juvenil, a manera del contexto definido por Hall, como el conjunto de elementos que permitan que ocurra

un evento. En este caso, interesa analizar las condiciones económicas, sociales, políticas y culturales que hacen posible la muerte artera, impune y sistemática de cientos de miles de jóvenes, por ello, hemos destacado que:

El juvenicidio alude a la condición límite en la cual se asesina a sectores o grupos específicos de la población joven. Sin embargo, los procesos sociales que derivan en la posibilidad de que miles de jóvenes sean asesinados, implica colocar estas muertes en escenarios sociales más amplios que incluyen procesos de precarización económica y social, la estigmatización y construcción de grupos, sectores o identidades juveniles desacreditadas, la banalización del mal o la fractura de los marcos axiológicos junto al descrédito de las instituciones y las figuras emblemáticas de la probidad, la construcción de cuerpos-territorios juveniles como ámbitos privilegiados de la muerte, el narcomundo y el despliegue de corrupción, impunidad, violencia y muerte que le acompaña y la condición cómplice de un estado adulterado o narcoestado, concepto que alude a la imbricada relación entre fuerzas criminales que actúan dentro y fuera de las instituciones o, para plantearlo de manera más directa, dentro de un imbricado colaboracionismo entre figuras institucionales, empresarios y miembros del crimen organizado (Valenzuela, 2015: 15)

Esta condición prefigura la producción de vidas al límite, vidas que expresan el abandono y la indolencia de los poderes dominantes que desarrollan estrategias de control basadas en la biopolítica (Foucault, 1977), y que se encuentran tanto en las políticas de población, como en el conjunto de procesos y dispositivos a través de los cuales se ejerce poder y control sobre cuerpos y vidas de las personas, y la necropolítica (Mbembe, 2011), como políticas diferenciadas de poder soberano inscritos en ordenamientos coloniales y desiguales que definen a grupos y personas prescindibles que deben morir, así como a quienes merecen vivir. Por ello, destacamos que:

El capitalismo neoliberal genera condiciones de polarización social donde unos cuantos son beneficiados mientras las grandes mayorías son empobrecidas y precarizadas, concepto que incluye condiciones económicas, sociales y de violación sistemática a sus derechos humanos, generando amplios sectores de población que para los poderes dominantes deviene excedente, superflua o residual. Zygmunt Bauman considera que la permanencia de esta población es negada por los poderes dominantes y sus formas de vida son degradadas por el neoliberalismo global (Bauman, 2005). El modelo de globalización ha sido fértil en la producción de sectores sociales excluidos y abandonados, una suerte de parias de la modernidad como los llama Judith Butler, quienes viven en condiciones de postración social y sus vidas valen menos que las de los privilegiados del sistema (Butler, 2010). Esta condición es definida por Bourdieu desde el concepto de precariedad, concepto que alude no solo a las condiciones de desigualdad, sino a las dimensiones estructurales que garantizan la reproducción de condiciones sociales de la desigualdad y las poblaciones precarizadas son aquellas con escaso capital social a quienes se degradó sus modos de ganarse la vida (Bourdieu, 1995). La precariedad económica y social de la población también precariza sus condiciones de acceso a la justicia, pues, sus vidas son vidas proscritas, prescindibles, sacrificables, ubicadas en los márgenes de la justicia, son subalternos sin voz y sin escucha (Castells, 2000), son los *homo sacer* de Agamben (2006), personas identificadas por la nuda vida y su condición excluida de derechos, vulnerables, sacrificables, suprimibles, eliminables, vida a la que puede aniquilarse sin cometer homicidio (Valenzuela, 2012: 16).

Son las víctimas de necropolíticas (Mbembe, 2011), proscritos y sacrificables por quienes tienen el poder de decidir que sus vidas no merecen ser vividas y, por lo tanto, deben morir. La necropolítica construye jóvenes sacrificables, que no merecen vivir y que mueren víctimas del juvenicidio que recorre las favelas brasileñas, los

barrios centroamericanos, las ciudades conosureñas, los campos y ciudades colombianas, las áreas habitadas por latinos y afrodescendientes estadounidenses y, casi todo el territorio mexicano.

Al juvenicidio le antecede una imagen criminal del sujeto juvenil, donde el delito de portación de cara resulta contundente cuando se asocia con otros repertorios identitarios estereotipados, trans seccionales como son el hecho de ser joven, pobre, mujer e indio o afro descendiente, esta condición se ha vuelto conspicua en Estados Unidos, país que tiene menos de cinco por ciento de la población mundial y 25 por ciento de los presos y en el cual la mayoría de los 40 millones de encarcelados desde el inicio de la llamada Guerra contra las Drogas en Estados Unidos por parte de Richard Nixon en 1971, han sido jóvenes afroestadunidenses y latinos.

El asesinato y desaparición forzada de 43 estudiantes de la Escuela Normal Rural Isidro Burgos de Ayotzinapa, colocó de manera contundente, la magnitud del juvenicio en México y en América Latina. A partir de los eventos de Ayotzinapa, coincidí con colegas que estudiaban la estigmatización, criminalización y asesinato de jóvenes pobres en América Latina y se elaboró un trabajo colectivo organizado desde el concepto de juvenicidio para interpretar el asesinato persistente y sistemático de jóvenes en nuestros países. Producto de este diálogo, publicamos el libro: *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina*. Obra que ha tenido una fuerte recepción en diversos sectores académicos y de la sociedad civil. En *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y más allá*, las posiciones originales presentadas en *Sed de mal. Feminicidio, jóvenes y exclusión social*, se enriquecieron con elaboraciones sugerentes de colegas juvenólogos con gran experiencia académica, entre quienes se

encuentra la destacada investigadora mexicana Reguillo (2015), antropóloga, comunicadora y figura señera en los estudios de juventud. Reguillo coloca la pregunta: ¿de qué mueren los jóvenes? La respuesta es escalofriante, los jóvenes mueren mayoritariamente por diversas formas de violencia. Con Mbembe, Reguillo desplaza la pregunta que indaga sobre el control de la vida, por la que inquires sobre el control de la muerte y propone la hipótesis de que “el juvenicidio nombra, ilumina, elucida la muerte sistemática en función del valor del cuerpo joven, que aceita la maquinaria de la necropolítica” (Reguillo, 2015:68).

Con muchos años de investigación sobre la condición juvenil, Urteaga y Moreno (2015) se basan en Agamben (2006) para colocar el tema del juvenicidio a partir de la desciudadanización derivada de un estado de excepción particularizado del enemigo, definido con base en el homo sacer de Agamben, por considerar a ciertos sectores de la población que son ciudadanos, como enemigos de la sociedad y del Estado y considerar la desciudadanización como la exclusión de personas o grupos de personas de la condición de sujetos del Derecho. Las personas dejan de ser ciudadanos y son convertidas en “enemigos, sujetos de temor y venganza, convertidos en nuda vida o vida desnuda, individuos sin personalidad jurídica, por tanto, asesinales”. Para Urteaga y Moreno (2015), el juvenicidio, definido como la muerte violenta e intencional de jóvenes, puede explicarse por las políticas de desciudadanización que niegan los derechos políticos a los sujetos juveniles.

El antropólogo mexicano Nateras Dominguez (2015), quien ha realizado el estudio más iluminador sobre el Barrio 18 y la Mara Salvatrucha en Triángulo Norte centroamericano, coloca el tema de la violencia, recuperando el concepto de juvenicidio como violencia de muerte real y simbólica contra identidades deterioradas

y desacreditadas, en formato de exterminio, ejecuciones extrajudiciales, aniquilamiento, masacres y limpieza social. Nateras Dominguez (2015) señala la criminalización y persecución selectiva contra las llamadas organizaciones de pandillas, especialmente la Mara Salvatrucha y el Barrio 18, que pasaron de ser los sujetos que ejercen violencia a ser las principales víctimas del juvenicidio.

Formado en Ciencias Sociales, el colombiano Muñoz (2015) ha realizado muy destacadas contribuciones al estudio de la condición juvenil. Muñoz recupera el concepto y lo sitúa más allá de la muerte, como un “juvenicidio gota a gota”, que incluye a “la precariedad laboral, la exclusión de la vida pública, el silenciamiento y satanización en los medios masivos de comunicación, las limitaciones de sus derechos, la prohibición de la movilidad dentro de territorios acotados, el cercenamiento de las libertades, la abierta represión” (Muñoz, 2015: 132). Así, el juvenicidio alude al asesinato sistemático de jóvenes, el atentado contra sus condiciones de vida y sus representaciones mediáticas. Para Muñoz: “hablar de juvenicidio es hablar de crímenes de Estado”.

El juvenicidio también se inscribe en políticas y lógicas de guerra utilizadas contra los jóvenes pobres y negros, que incluyen posiciones racistas, excluyentes y autoritarias que frecuentemente utilizan la violencia y masacran a jóvenes pobres afrobrasileños. El exterminio de personas de ciertos grupos sociales y el uso de la limpieza social, son elementos que definen al juvenicidio en Brasil a través de la criminalización de la pobreza y el uso de grupos de exterminio que actúan contra los *no ciudadanos*. Tras mostrar cifras que muestran como la violencia en Brasil se asemeja o supera a países con guerra civil, la psicóloga educativa Feffermann considera que:

[...] estamos delante de un genocidio de la juventud negra, un exterminio en masa, que ocurre en momentos de <no guerra>, donde las prácticas genocidas ocurren contra un enemigo interno a la nación, respaldado por la lógica del racismo institucional, tanto por la forma brutal que materializa el exterminio, como a través de los sofisticados mecanismos de omisión que dejan pe-recer a montones a los individuos que son descartados (Feffermann, 2015: 175).

En el mismo sentido se encuentra la interpretación de la cientista social Lucia Helena Rangel y la antropóloga Rita Alves Oliveira. Estas sobresalientes estudiosas de la condición social de la población afrobrasileña encuentran que los jóvenes afrobrasileños mueren dos veces y medio más de lo que correspondería a su peso poblacional y encuentran que la vulnerabilidad juvenil ante la violencia proviene de las fuerzas estatales, por ello afirman que en San Pablo, el juvenicidio lo realizan principalmente las fuerzas de Estado. Las autoras ilustran esta vulnerabilidad cuando afirman:

Mientras que una parte de la sociedad apunta hacia los jóvenes como los causantes de la violencia que se vive en el país, e incluso reivindica la bajada de la edad de imputabilidad penal de 18 a 16 años, los estudios indican que los jóvenes son sus principales víctimas. Estas cifras demuestran lo que los habitantes de las periferias brasileñas ya saben por experiencia propia: los jóvenes son los que más mueren (Rangel e Oliveira, 2015: 197).

Llobet (2015), destacada investigadora de las infancias argentinas, utiliza el concepto de violencia en clave generacional utilizada por la última dictadura argentina, interpretación verosímil cuando observamos que 70 por ciento de las víctimas de la represión ejercida por la dictadura, tenían entre 16 y 30 años de edad. De manera especial, Llobet (2015) destaca que la vulnerabilidad vinculada a la participación política posee mayor peso que la condición

juvenil en sí misma, excepto en el caso de hijas e hijos de militantes que sufrieron la represión como parte de una estrategia de exterminio del enemigo interior y es ahí donde la clave generacional cobra relevancia. Considerando la eliminación a cuentagotas de jóvenes durante la dictadura argentina de los setenta y ochenta mediante el gatillo fácil y las redes delincuenciales que reclutaban a jóvenes de los barrios populares como soldados y como carne de cañón. Llobet (2015: 232) señala que “[...] los asesinatos de estos jóvenes no constituyen un crimen, en tanto las prácticas sociales han construido a estos sujetos específicos como excluidos de la membresía social”.

Feixa, quien cuenta con una larga experiencia de investigación sobre juventudes en México y Europa, Cabasés y Pardell han explorado las posibilidades conceptuales de juvenicidio para hablar del exterminio moral de la juventud en la Europa de la postcrisis de 2008. El juvenicidio moral se conforma a través de: estrategias de exclusión social programada de la juventud, juvenicidio económico (destrucción del empleo juvenil) y juvenicidio simbólico (la estigmatización mediática y cultural de las y los jóvenes) (Feixa, Cabasés y Pardell, 2015).

Como podemos apreciar con estos y otros trabajos en proceso, el concepto de juvenicidio ha cobrado fuerte y triste presencia en la medida que logra hacer visible uno de los efectos más crueles de la necropolítica en nuestras sociedades: el asesinato de sus jóvenes

Juvenicidio y *iuvenis sacer*

El genocidio no alude al exterminio de toda la humanidad ni a todas las personas que pertenecen a las naciones, grupos o sectores victimizados, como muestran las experiencias históricas sobre estas infames experiencias, pero avasalla a sectores o grupos significativos de esas

sociedades. De igual manera, el juvenicidio no implica el asesinato de todos los jóvenes, ni que todos ellos se encuentren en condiciones similares de criminalización, indefensión y riesgo de ser victimizados o encontrarse en las zonas de riesgo. No podemos cuestionar este concepto argumentando que no se mata a todas y todos los jóvenes o que esto se presenta de forma diferenciada según la condición de clase. He enfatizado que la condición de clase posee un papel importante en la definición de las vidas precarizadas o *iuvenis sacer* (Valenzuela, en prensa, 2016) y las condiciones desde las cuales los jóvenes enfrentan y reproducen escenarios violentos. Por lo tanto, las poblaciones indias o afrodescendientes, las mujeres, los militantes, los miembros de las minorías étnicas y otros grupos sociales colocados en condiciones de vulnerabilidad y riesgo a ataques y muerte desde ordenamientos racistas, feminicidas o dictatoriales, se encuentran mediados por situaciones de clase y por los capitales sociales disponibles. El hecho de que un joven afrodescendiente tenga un riesgo 22 veces mayor de ser baleado por un policía en Estados Unidos, no significa que las hijas de Obama vivan las mismas condiciones de riesgo. Sin estar totalmente blindadas, las mujeres de las clases altas no tienen las mismas probabilidades de sufrir un ataque feminicida que las mujeres de los sectores medios y bajos, por ello debemos considerar diversos condicionantes socioeconómicos y culturales que definen a los sujetos y sectores con mayores o menores posibilidades de enfrentar el acto feminicida o juvenicida.

Algo similar ocurre cuando discutimos las identidades de género que aluden a condiciones sociohistóricas y culturales que definen las formas de vivir, representar y significar los sentidos plurales de lo masculino, lo femenino, lo lésbico, lo homosexual, lo transexual, lo transgénero y otras adscripciones que se definen en relación a la forma

de vivir y experimentar un cuerpo y vivir-significar una identidad social. Cuando se habla de crímenes de odio, no significa que se asesine a todos y todas las personas que se definen como homosexuales o transexuales. Los niveles de vulnerabilidad e indefensión de las personas que se definen dentro de los grupos LGBT, también es diferenciada en función de criterios sociales, culturales y de clase.

El concepto de juvenicidio implica, pero no se limita a la vulneración de representaciones, imaginarios y umbrales simbólicos que definen la adscripción y pertenencia a identidades LGBT, pues destaca el acto límite de las perspectivas homofóbicas que conllevan el asesinato, la muerte y el aniquilamiento simbólico y físico de personas, por ello, el masculinicidio se inscribe en un orden heteronormativo donde priva la desacreditación de identidades homosexuales, transexuales o cualquier a que se aparte del modelo binario masculino-femenino y al homicidio de personas adscritas a estos posicionamientos, cuando los procesos de vulnerabilidad se conforman mediante la construcción de identidades desacreditadas, como es el caso de masculinidades proscritas o la propia estigmatización de la homosexualidad. Pensar solo en masculinicidio es asesinar una construcción intersubjetiva, imaginaria, sociocultural, mientras que el juvenicidio refiere al asesinato tanto imaginario como simbólico de hombres y mujeres jóvenes.

El feminicidio visibiliza procesos de precarización y muerte de mujeres (principalmente jóvenes pobres), entre las cuales existen no jóvenes, lesbianas, transgénero, indígenas, afrodescendientes, de clase media y con diversas adscripciones nacionales, heterogeneidad que no invalida la poderosa contribución académica y política del concepto. De la misma manera, el juvenicidio incluye a jóvenes adscritos a diferentes repertorios identitarios,

lo cual no limita, sino potencia la capacidad heurística del concepto y ayuda a comprender rasgos centrales de los procesos de necropolítica y muertes violentas que marcan y enlutan a nuestros países.

En las sociedades coloniales, con fuerte presencia de relaciones racistas, son principalmente blancos y mestizos quienes asesinan a indios y afrodescendientes. En sociedades con grupos portadores de identidades nacionales subalternizadas, quienes forman parte de las naciones no dominantes suelen ser discriminados o asesinados por miembros de la nación dominante. En las sociedades patriarcales, son hombres quienes matan a las mujeres y son mayoritariamente personas heterosexuales quienes matan a gays, lesbianas, travestis y transgénero. En el infanticidio, son principalmente adultos quienes asesinan a niños, condición que tiene como referente bíblico a Herodes en su intento de matar al mesías. Por el contrario, en el juvenicidio existe una gran presencia de jóvenes asesinando a otros jóvenes, pues existe una amplia participación juvenil en los escenarios dolientes donde víctimas y victimarios escenifican interminables eventos de muerte arterial.

Identidades precarizadas

Las colectivos e identidades precarizadas refieren e posicionamientos subalternos de clase, nacionalidad, etnia, raza, género, sexualidad, pobreza, racismo, sexismo, homofobia. Las identidades desacreditadas se construyen a través de prejuicios, estereotipos, estigmas y racismo que producen criminalización, vulnerabilidad, indefensión, subalternidades radicales (Gramsci, 1980) o identidades canallas, donde la razón del más fuerte (el verdadero canalla), impone su criterio para definir los rasgos amenazantes de los canallas a quienes se criminaliza (Derrida,

2005). Identidades precarizadas y estereotipadas, generan vidas vulnerables y nudas vidas.

El concepto de feminicidio ha logrado un potente valor académico porque permite analizar actores y causas estructurales que definen los procesos de precarización, criminalización, e indefensión que propician la existencia de zonas precarias o de deshecho donde se facilita el asesinato de mujeres y de jóvenes. De la misma manera, el juvenicidio permite identificar actores y procesos estructurados y estructurantes que posibilitan el asesinato de jóvenes precarizados. En ambos casos, se incorporan elementos que generan precarización social, indefensión y zonas precarias o de deshecho. Comprender el feminicidio y el juvenicidio requiere conocer el contexto social, histórico, político y cultural que los posibilita (Gramsci, 1980; Hall, 2010; Grossberg, 2006). El valor ético-político de ambos conceptos, consiste en hacer visibles lógicas, y procesos que afectan de manera particular a estos grupos poblacionales, lo cual no significa que la necropolítica y la muerte artera no afecte otros grupos sociales, sino hacer visible lo obtuso, identificando perspectivas de vida frente a escenarios de muerte, así como (bio) resistencias frente a la biopolítica y la necropolítica (Valenzuela, 2009, 2012, 2015). Feminicidio y juvenicidio son conceptos que ayudan a identificar y a hacer visibles formas específicas de violencia y muerte que afectan a mujeres y jóvenes en nuestras sociedades. El capitalismo neoliberal recurre a la necropolítica (Mbembe, 2011) y a la biopolítica (Foucault, 1977, Agamben, 2006; Heller y Feher, 1995) como estrategias productoras de vida y muerte desiguales y diferenciadas, decidiendo quienes deben morir o merecen morir y, entre estos encuentra la *iuvenis saccar* o vidas precarias juveniles, concepto que he definido como vidas sacrificables, vidas desechables, vidas prescindibles, no vidas, vidas al límite, vidas expuestas en los linderos del juvenicidio.

Referencias

- Agamben, G. (2006). *Homo sacer y la nuda vida*. Pre-textos.
- Bourdieu, P. (2002). La "juventud" no es más que una palabra. En P. Bourdieu, *Sociología y cultura* (pp. 163-173). Grijalbo.
- Derrida, J. (2005). Canallas: dos ensayos sobre la razón. Trotta.
- Feffermann, M. (2015). Genocidio de la Juventud negra – deconstruyendo mitos. En J. M. Valenzuela (Coord), *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina* (pp. 165-196). NED/ITESO/EL COLEF.
- Feixa, C.; Cabasés, M. A. y Pardell, A. (2015). El juvenicidio moral de los jóvenes... al otro lado del charco. En J. M. Valenzuela (Coord), *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina* (pp. 235-269). NED/ITESO/EL COLEF.
- Foucault, M. (1977/2008). La historia de la sexualidad: la voluntad de saber. Siglo XXI Editores.
- González Casanova, P. (1963). Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. *Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales*, VI(3).
- Gramsci, A. (1980). *El risorgimiento*. Juan Pablos Editor.
- Grossberg, L. (2006). Stuart Hall sobre raza y racismo: estudios culturales y la práctica del contextualismo. *Tabula Rasa*, 5, 45-65.
- Hall, S. (2010). Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Envion Editores.
- Heller, A. y Ferenc, F. (1995). *Biopolítica: la modernidad y la liberación del cuerpo*. Ediciones Península.
- Llobet, V. (2015). Políticas y violencias en clave generacional en Argentina. En J. M. Valenzuela, *Prohibido olvidar: Ayotzinapa y el juvenicidio en América Latina* (pp. 215-234). NED Ediciones
- Mbembe, A. (2011). *Necropolítica*. Editorial Melusina.
- Monárrez Fragoso, J. E. (2009). Trama de una injusticia. Femicidio sexual y sistemático en Ciudad Juárez. EL COLEF/ Miguel Ángel Porrúa.
- Muñoz, G. (2015). Juvenicidio en Colombia: crímenes de estado y prácticas socialmente aceptables. En J. M. Valenzuela

- (Coord), *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina* (pp.131-164). NED/ITESO/EL COLEF.
- Nateras Dominguez, A. (2015). El aniquilamiento identitario infanto-juvenil en Centroamérica: el caso de la Mara Salvatrucha (MS-13) y la pandilla del Barrio 18 (B-18). En J. M. Valenzuela (Coord), *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina* (pp.99-131). NED/ITESO/EL COLEF.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En E. Lander (comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas* (pp. 201-246). CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Rangel, L. H. V. y Oliveira, R. C. A. (2015). Los jóvenes que más mueren: negros e indígenas brasileños. En J. M. Valenzuela (Coord), *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina México* (pp. 197-214). NED/ITESO/EL COLEF.
- Reguillo, R. (2015). Turbulencia en el paisaje: de jóvenes, necropolítica y 43 esperanzas. En J. M. Valenzuela (Coord), *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina México* (59-78). NED/ITESO/EL COLEF.
- Stavenhagen, R. (1963). Clases, colonialismo y aculturación América Latina. *Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales*, VI (4).
- Urteaga Castro Pozo, M. y Moreno, H. C. M. (2015). Corrupción e impunidad versus Justicia y Derecho en México In J. M. Valenzuela (Coord). *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina* (pp. 79-98). NED/ITESO/EL COLEF.
- Valenzuela Arce, J. M. (Coord). (2015). *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina*. NED/ITESO/EL COLEF.
- Valenzuela Arce, J. M. (1998). *A la brava ése: identidades juveniles en México: cholos, punks y chavos banda*. El Colegio de la Frontera Norte/Escuela Nacional de Trabajo Social de la Universidad Nacional Autónoma de México.

- Valenzuela Arce, J. M. (2009). *El futuro ya fue: socioantropología de l@s jóvenes en la modernidad*. El Colegio de la Frontera Norte/Juan Pablo editores.
- Valenzuela, Arce, J. M. (2012). *Sed de mal: feminicidio, jóvenes y exclusión social*. El Colegio de la Frontera Norte/Universidad Autónoma de Nuevo León.
- Valenzuela, Arce, J. M. (2014). (Coord). *Tropeles juveniles: culturas e identidades (trans)fronterizas*. El Colegio de la Frontera Norte/Universidad Autónoma de Nuevo León.
- Valenzuela, Arce, J. M. (2016). Ayotzinapa: juvenicidio, necropolítica y precarización. En M. Moraña y J. M. Valenzuela, (en prensa), *Precariedades*. Universidade Autônoma Metropolitana/Gedisa.



#Ni Una Menos. Corpolíticas descoloniales del feminicidio

Karina Bidaseca¹

-
- 1 Posdoctora en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud por el Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la alianza CINDE - Universidad de Manizales – Colombia/ Pontificia Universidade Católica de São Paulo – Brasil/ El Colegio de la Frontera Norte de México-COLEF. Institución aval: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. 2017. Doctora en Ciencias Sociales (2006), Universidad de Buenos Aires. Magíster en Investigación en Ciencias Sociales (2002), Universidad de Buenos Aires (2002). Investigadora Independiente del CONICET. Docente de la Universidad Buenos Aires. Email: karinabidaseca@yahoo.com.ar.



Introducción

Más de 200 mil personas en Argentina pusimos el cuerpo en las plazas el 3 de junio de 2015 luego que la consigna se viralizara por las redes sociales bajo el nombre de un hashtag: *#NiUnMenos*.

Estremecidas por los crímenes que, desde hace unos años han logrado captar la atención mediática y política como nunca antes, permanecemos el 3 de junio en los distintos espacios públicos y plazas de la Argentina por más tiempo que el que tengamos memoria. *Ni Una Menos* fue una multitud de cuerpos reunidos persistiendo allí, como si esa permanencia pudiera llenar los huecos de las ausencias que dejan los cuerpos de mujeres desaparecidas y muertas por feminicidios. Su resonancia se hizo sentir en todo el mundo.

América Latina y el Caribe presentan índices muy elevados de feminicidio, siendo Guatemala uno de los países en el que esos niveles son más altos que el resto, con 53 casos de feminicidio por mes en el año 2012. Así, en El Salvador, entre 2000 y 2006, en plena época de “pacificación”, frente a un aumento de 40% de los homicidios de hombres, los homicidios de mujeres aumentaron en un 111%, casi triplicándose; en Guatemala, también de forma concomitante con el restablecimiento de los derechos democráticos, entre 1995 y 2004, si los homicidios de hombres aumentaron un 68%, los de mujeres crecieron en 144%, duplicándose; en el caso de Honduras, la distancia es todavía mayor, pues entre 2003 y 2007, el aumento de la victimización de los hombres fue de 40% y de las mujeres de 166%, cuadruplicándose (Carcedo, 2010: 40-42; citado por Segato, 2011b). En el Perú, el 71.5% de las mujeres presentó algún tipo de violencia por parte de su pareja o ex pareja sentimental Instituto Nacional

de Estadística e Informática, 2014). Y con respecto a las muertes por feminicidio, se han registrado 558 víctimas entre los años 2009 y 2013, ubicando al país en el tercer lugar en América Latina donde se comete feminicidio, siendo el promedio 11 mujeres asesinadas al mes, identificadas como víctimas de feminicidio, que dan cuenta de este fenómeno (Muñoz y Barrientos, 2014).

En Argentina, el Observatorio de femicidios en Argentina Adriana Marisel Zambrano confirma que una mujer/niña muere cada 35 horas. El mismo fue creado por la Asociación Civil La Casa del Encuentro², con la intención de contabilizar los crímenes contra mujeres. Contabilizó 277 feminicidios de mujeres y niñas en 2014. En el transcurso de estos años el incremento de los feminicidios abrió el contexto para el tratamiento en las discusiones parlamentarias en Argentina, en clara sintonía con el resto de los países de la región.

La circulación del concepto de feminicidio produce la sanción de una primera ley en el continente que utiliza la categoría y se apela a la importancia crucial de llegar a una tipificación de las modalidades de violencia feminicida. A partir de allí algunos países de nuestra región comienzan a legislar. En los últimos años, varios países, entre ellos mencionamos a: Costa Rica, en 2007 y Guatemala en 2008, Chile en 2008, El Salvador en 2010, Chile en 2010, Perú en 2011, Nicaragua y Argentina en 2012, han tipificado como delito el asesinato de mujeres por razones de género con algunas diferencias de interpretación. Por ejemplo, las leyes de Costa Rica (2007) y Chile (2009)

2 El 26 de noviembre del 2009 se conforma el primer Observatorio de Femicidios en Argentina Adriana Marisel Zambrano, cuyo nombre rinde homenaje a todas las mujeres y a las familias que reclaman justicia.

restringen al feminicidio a las relaciones de pareja³; las de Guatemala (2008) y El Salvador incluyen también los asesinatos cometidos por personas desconocidas por la víctima. Finalizando el año 2011, la Cámara de Diputados de México realizó una serie de reformas a leyes y códigos y tipificó el feminicidio como un delito que se castigará con penas de 40 a 60 años de prisión. Otros países, como Colombia omitieron el término feminicidio, aunque apelaron a una modificación de Código Penal que contempla como agravante de homicidio “si se cometiera contra una mujer por el hecho de ser mujer” (Garita Vilchez, 2013).

La nueva ley de feminicidio en Argentina data de 2012. Como señalan otras autoras para Chile, probablemente no permitirá reducir la tasa de estos delitos, como ninguna ley penal lo hace. Lo cual implica observar los beneficios de la tipificación respecto de la decisiva importancia de su prevención, pero también de su imprescriptibilidad, las políticas de la memoria y lucha contra la impunidad.

Este artículo se propone abordar la magnitud real del fenómeno conocido como *feminicidio* a partir de los enfoques sobre los estudios de feminicidio propuestos por Russell, Lagarde y Segato a trasluz del concepto de “necropolítica” propuesto por el pensador africano Mbembe (2011), ubicando la discusión en el marco interpretativo que denominamos *Tercer feminismo*.

La tesis principal de la investigación contextualiza las violencias contra las mujeres y los géneros en un cambio de época. Propone, así, afirmar —parafraseando al teórico sudafricano Mbembe—, que hoy el mapa de los movimientos femeninos marca el mapa racial-sexualizado del

3 La Ley N° 20.480 que Modifica el Código Penal, y la Ley N° 20.066 sobre Violencia Intrafamiliar, establece el Femicidio, aumentando las penas aplicables a este delito y reforma las normas sobre parricidio (Vásquez Toledo, 2009).

mundo (Mbembe, 2005: 364). La formulación que propuse convocar a partir de un texto anterior (Bidaseca, 2015) es tomar la figura desguionada *lamujerdeltercermundo* como el punto de intersección entre colonialismo, imperialismo, nacionalismos y fundamentalismos culturales y como punto de sutura del capitalismo globalizado, racista y sexista.

El nombre de feminicidio refiere a los crímenes ininterrumpidos de mujeres, perpetradas con dosis excesivas de crueldad, mujeres estudiantes y trabajadoras que producen las mercancías globales, sin que la plusvalía extraída de ese trabajo sea suficiente: si la deuda contraída con el capital es siempre impagable, la contraída con el orden patriarcal nunca podrá ser siquiera considerada.

No es posible comprender la deshumanización de lo humano, mediado por la lógica caníbal y mercantilista bajo la cual propongo que sean tratados los feminicidios, sin enmarcarla en el paradigma de la modernidad/colonialidad. Ello amerita analizar los imaginarios sexistas coloniales y sus implicaciones en la producción de binarios excluyentes en nuestro presente-pasado. Tanto lo que Lugones define como “dimorfismo sexual” (Lugones, 2008), como Segato (2014) denomina la “mirada pornográfica”. Situremos la interpretación del género y la colonialidad en América Latina para aproximarnos a una reflexión sobre la rapiña de los cuerpos (*rape* en inglés significa “violar”) en el actual sistema capitalista, racista y patriarcal.

El *Tercer Feminsimo* en el cual me encuentro posicionada, cuestiona tanto las representaciones victimizantes como homogeneizadoras de las mujeres, bases de “una retórica salvacionista de las mujeres color café” que resulta en una empresa colonizadora (Bidaseca, 2011: 96). Asimismo, reflexiona acerca de la ética de la responsabilidad feminista ante el problema de la narración de la

trama, de modo que evitar la crónica espeluznante que alimenta la reproducción del fenómeno. Insisto en traer esta pregunta una vez más: frente a lo “inenarrable” ¿cómo llegar a escribir una narrativa feminista que sea eficaz simbólicamente de escribir esas pérdidas, que sea capaz de interpelar al mundo?

En primer lugar, afirmaré que la abyección de las violencias escrita de forma indeleble en los cuerpos feminizados yace en la base donde se apoya y apuntala el orden social falogocéntrico, sostenido por la sociedad del espectáculo y la necesidad de crear una *víctima universal* para la *refundación* del patriarcado.

En otras palabras, evocaré la espectacularización de *las muertas* como síntoma de la mercantilización de esos cuerpos, tanto en los territorios glolocalizados como en las zonas de fronteras que reflejan una tensión por los significados de las feminidades y masculinidades que es construida tanto por los medios de comunicación como por los discursos colonizadores.

La discusión en torno a la distinción entre animalidad y humanidad en los trabajos de Lugones (2012) quien afirma que las dicotomías humano/ no humano y macho/ hembra fueron introducidas en América mediante la colonización, son próximas a los análisis de hooks (1992) habla sobre las posibilidades de agenciamiento de los cuerpos de las mujeres afro. Desde los estudios de Fanon la construcción de la alteridad negra amenazante para el blanco respecto de su sexualidad: descripciones míticas del órgano sexual masculino o del hombre negro, representado como una agresiva bestia sexual que desea violar mujeres, particularmente blancas; a su vez, la mujer negra es vista como un ser erótico cuya función primaria es satisfacer el deseo sexual y la reproducción, siempre lista a la mirada violadora del blanco (Lugones, 2012:57)

Las violencias esculpidas en los cuerpos femeninos en un momento temporal único del estadio del *capitalismo por desposesión* (Harvey, 2003), se erige tanto como un nuevo lenguaje de comunicación como una *pedagogía* (Segato, 2006).

La universalización del feminicidio

Otras experiencias de violencias que conocemos ocurren en esos sitios *glocales* en que las mujeres están siendo utilizadas en las guerras difusas; no como el fin sino como el medio, como “dadoras del tributo por el cual se reconfirma la hermandad viril”, en palabras de la antropóloga Segato (2006: 7) quien realizó una investigación sobre los crímenes de Ciudad Juárez.

¿Cómo es posible establecer una relación coherente entre uno y otro caso? Los cuerpos consumidos en Juárez obedecen, según Blancas y Ruvalcaba (2006: 147), a una “red de dominios” resultante de la industria maquiladora; el tráfico de indocumentados, en el cual ningún Estado reconoce garantías, y el crimen organizado. En la Quebrada de San Lorenzo las motivaciones del crimen, más que obedecer a las marcas del control geopolítico del territorio, expresan lo que Pateman (1988) define como la exacerbación del patriarcado primitivo que inventa la Ley del Género.

Sabemos que las formas de violencias contra las mujeres son tan antiguas que se confunden con la historia de nuestra humanidad. La mujer vuelve a caer en el lugar de la incomodidad absoluta, vuelve a cumplir el principio femenino de lo que no se comprende. Así, y por ello, corresponde al principio femenino el poder de la subversión de cualquier orden y ordenamiento, porque la dominación

de la mujer es más arcaica y trasciende cualquier tipo de orden: nacional, estatal, capitalista.

Las violencias de género refieren a todo acto cometido contra cuerpos feminizados, que pueden tener como resultado un daño o sufrimiento físico, sexual o psicológico. Es toda acción violenta que recibe una mujer por el simple hecho de serlo, dañándola ya sea física, psíquica o emocionalmente. El acto violento es expresivo.

Los feminicidios, conocidos como tal a partir de las luchas feministas por enmarcar el epifenómeno en el discurso de los derechos humanos, ostentan una exhibición profundamente obscena de las violencias contra nuestro género. Se sitúan en un extremo de un continuo de violencia de género ejercida hacia las mujeres, que debe ser constantemente refundado por el patriarcado en un sistema de representaciones que ordena, domestica y disciplina a los cuerpos feminizados. Para Russell y Radford (2006: 24), la supremacía patriarcal de género de los hombres sitúa la violencia contra las mujeres como un “mecanismo de control, sujeción, opresión, castigo y agresión dañina que a su vez genera poder para los hombres”.

Se discute a menudo las causas que originan los feminicidios. Por mucho tiempo, se consideró a las violaciones como actos de anomalía individual del victimario. Como señala Segato (2006: 17-16):

Los crímenes sexuales no son obra de desviados individuales, enfermos mentales o anomalías sociales, sino expresiones de una estructura simbólica profunda que organiza nuestros actos y les confiere inteligibilidad. En otras palabras, el agresor y la colectividad comparten el imaginario del género, pueden entenderse.

En su valioso libro *Las Estructuras Elementales de la Violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el*

psicoanálisis y los derechos humanos, la autora habla de una “refundación permanente”: los procesos de violencias conllevan estrategias de reproducción del sistema, es decir, “la renovación de los votos de subordinación de los minorizados en el orden de estatus y el permanente ocultamiento del acto instaurador” (Segato, 2003: 113).

Por consiguiente, se trata de un problema social del dominio de las relaciones de poder y dominación, por medio del cual se establece una jerarquía de valores que otorga la superioridad al género masculino por sobre el femenino; como de la configuración extractivista y depredadora del capitalismo en su fase contemporánea. Se trata de pensar la analogía entre los feminicidios (masculino-femenino) con el orden capitalista (masculino) sobre los territorios (cuerpo/femenino).

Las especialistas señalan que la novedad de estos tiempos está relacionada con aquello que Segato (2011b: 15) describe como *ensañamiento*:

[...] en tanto la humanidad hoy testimonia un momento de tenebrosas innovaciones en las formas de enseñarse con los cuerpos femeninos y feminizados, un *ensañamiento* que se difunde y se expande sin contención. Guatemala, El Salvador y México, en nuestro continente, y Congo dando continuidad a las escenas horribles de Ruanda, son emblemáticos de esta realidad.

Ortner (1979) asevera que las mujeres dentro de la sociedad tienen un estatus secundario, y que son consideradas inferiores a los hombres, lo que constituye un *verdadero universal*, un *hecho pancultural*. Ahora bien, resulta importante analizar las violencias en los cuerpos feminizados, tal como lo hace el feminismo de y des-colonial, tomando un parte aguas en la historia de la modernidad/colonialidad: la Conquista de América. Entendido como un tiempo histórico en el cual se ordena la imposición de

identidades sexuales binarias y el consecuente destierro de identidades no-normativas. La raza como centro estructurante de la modernidad/colonialidad (Quijano, 1991), de un modo u otro, implica un viraje en la reflexión sobre las condiciones de nuestra emancipación. A propósito, resulta necesario introducir las posiciones actualmente en debate acerca de la (in)existencia del género, por parte de tres autoras: la nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (1997), quien niega que el género fuese una categoría preexistente en la organización yoruba antes de la colonización; Lugones (2008), que considera el dimorfismo biológico, el heterosexismo y el patriarcado insertos en la organización colonial moderna del género y, por último, la posición de Segato (2011a: 32) que reconoce la existencia de “una organización patriarcal, aunque diferente de la del género occidental, y que podría ser descrita como un patriarcado de baja intensidad” basándose en “la existencia de nomenclaturas de género en las sociedades tribales y afro-americanas”.

El libro de Ortega Sanchez publicado en 2013 con el título *Esculpir el género. Nuevas fronteras de la mutilación genital femenina* nos permiten profundizar en esta línea de análisis. Escribe la autora sobre una de las prácticas más discutidas en los últimos tiempos:

Hace años la lectura de *Dios del agua, la etnografía de Marcel Griaule sobre la sociedad dogón (Malí)* me hizo reflexionar sobre la ablación como práctica de control social a través del control corporal, como expresión de las concepciones vigentes en la sociedad dogón en torno sexo, género y sexualidad, y cómo los socializa e incorpora. A través de la ablación y la circuncisión, la sociedad dogón materializa físicamente las categorías sociales Hombre-Mujer. En *Esculpir el Género. Nuevas fronteras de la mutilación genital femenina* (2013) analicé el mito dogón que narra el origen de los seres humanos e incidí la función de categorización social que realiza construyendo cuerpos

sexuados. El mito, tal y como le fue contado a Griaule por Ogotemnneli, dice "... desde su origen, cada ser humano fue provisto de dos almas de distinto sexo. [...] En el caso del hombre el alma femenina se instaló en el prepucio; en el de la mujer, el alma masculina se situó en el clítoris. Pero [...] la vida de los hombres no podía acomodarse a estos seres dobles, era necesario decidir e inclinar a cada cual hacia el sexo para el que aparentemente estaba mejor dotado" (Griaule, 2000: 26). Así, la circuncisión masculina eliminaría toda la feminidad del prepucio y la ablación o escisión femenina elimina el clítoris como elemento masculino, restaurando el orden social (Ortega Sánchez, 2013: 64).

En África o Asia, la magnitud que alcanza el fenómeno no es menor. En Congo, los médicos utilizan la categoría *destrucción vaginal* para caracterizar la modalidad de ataque que puede terminar en la muerte de mujeres.

Nuestros cuerpos ultrajados, *colonias* del patriarcado, fueron históricamente considerados la extensión del territorio a conquistar. Bajo las leyes del capitalismo salvaje, la relación violenta con la naturaleza —que es transferida a nuestros cuerpos—, nos sitúa en un permanente exilio del mundo.

Segato (2011b: 30) describe al feminicidio como "síntoma de la barbarie del género moderno. Se trata, explica, de los crímenes hoy conocidos como feminicidios, y que representan una novedad, una transformación contemporánea de la violencia de género, vinculada a las nuevas formas de la guerra".

La violación, una de las tantas formas de violencias —en inglés *rape*—, connota un modo singular para denominar la rapiña que asumen estas formas de destrucción corporal así como las formas de tráfico y comercialización. Sus cuerpos femeninos, sus órganos reproductivos y su sexualidad son la extensión del territorio a conquistar. La violación es una forma de desmoralización, de ruptura de

la red simbólica comunitaria, en definitiva, de condena social (Bidaseca, 2015).

En 1992 la violación se reconoció como un “arma de guerra”, cuando en los medios de comunicación de masas se dio atención a nivel mundial, a la violación masiva de mujeres en Bosnia y Herzegovina, seguida por la de entre 250.000 y 500.000 mujeres durante el genocidio de 1994 en Ruanda. “Hay pruebas de que en los conflictos postcoloniales la agresión sexual sucedió a gran escala. Durante la subdivisión del subcontinente indio entre la India y Paquistán en 1947, se calcula que 100.000 mujeres fueron violadas, raptadas y casadas a la fuerza (...)” (UNRISD, 2006: 250).

Seis años más tarde, en 1998, la Relatoría de las Naciones Unidas sobre violencia contra la mujer informó que el matrimonio y la prostitución forzosos, y la esclavitud sexual sobre mujeres en cautiverio disponibles para brindar servicios sexuales a los soldados, formaban parte de las violaciones a los derechos humanos. Las guerras postcoloniales configuraron el escenario a partir del cual las violencias de género fueron incorporadas como crímenes de lesa humanidad (Bidaseca, 2012).

En el campo de los Derechos Humanos se reconocen dos instrumentos: la Convención para la Eliminación de todas las formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW, por sus siglas en inglés), y la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (“Convención de Belém do Pará” –CBDP) de 1994. En ella los gobiernos de América Latina acordaron:

[...] que la violencia contra la mujer constituye una violación de los derechos humanos y las libertades fundamentales... trasciende todos los sectores de la sociedad independientemente de su clase, raza o grupo étnico,

nivel de ingresos, cultura, nivel educacional, edad o religión... que la eliminación de la violencia contra la mujer es condición indispensable para el desarrollo individual y social y su plena e igualitaria participación en todas las esferas de vida.⁴

En el año 1993, la ONU adoptó por primera vez una definición internacional de violencia contra la mujer:

Todo acto de violencia basado en la pertenencia al sexo femenino que tenga o pueda tener como resultado un daño o sufrimiento físico, sexual o psicológico para la mujer, así como las amenazas de tales actos, la coacción o la privación arbitraria de la libertad, tanto si se producen en la vida pública como en la vida privada.⁵

Ahora bien, hasta que el concepto *femicide*, desarrollado por la escritora estadounidense Orlock en 1974, fuese utilizado públicamente en 1976 por la feminista Russell, ante el Tribunal Internacional de Los Crímenes contra las Mujeres en Bruselas, se carecía de la posibilidad de nombrar políticamente el epifenómeno social que nos aflige.

Traducido en México por Lagarde (2006) como *feminicidio* – o *femicidio*, usado indistintamente para hablar de violencia feminicida⁶. El concepto acuñado para definir la muerte violenta de mujeres por razones asociadas a su género, pretendía confrontar términos neutrales como homicidio o asesinato, y sustraerlo del ámbito de lo privado y de la patología individual.

4 Convención interamericana para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra la mujer (CBDP). Disponible en: <http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-61.html>

5 Disponible en: <https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/violenceagainstwomen.aspx>

6 Según Fregoso (2011:49), “nuestra traducción del feminicidio como feminicide en vez de femicide está orientada a revertir las jerarquías de conocimiento y desafiar afirmaciones sobre el sentido unidireccional (de Norte a Sur) de la circulación de teorías”.

La concepción de femicidio propuesta en 1992 por Radford y Russell (1992: 3) considera “[...] el asesinato misógino de mujeres por hombres”. Esta antología pionera realizada por Radford y Russel (1992), titulada *Femicidio: terrorismo sexista contra las mujeres*, consideraba al femicidio como “terrorismo sexista” perpetrado por parte de hombres misóginos amenazados por mujeres que desafían la autoridad masculina.

La noción de feminicidio, elaborada por Lagarde (2006) plantea la noción de *feminicidio* como una noción política que permite denominar a todas aquellas violaciones a los derechos humanos de las mujeres que contienen los crímenes y desapariciones y que deben ser considerados como crímenes de lesa humanidad.

En América Latina, Ciudad Juárez, estado de Chihuahua, frontera Norte de México con El Paso, Texas, se ha convertido, lastimosamente, en un lugar emblemático y referente en el mundo. En el mismo sitio donde *desembarcan* las maquiladoras⁷, la academia feminista traduce el concepto de “feminicidio” para nombrar lo “inenarrable” y sentar las primeras legislaciones que, como mencionamos, incorporan el término.

Allí, obscenamente, se exhibe la violencia de “la ficción de la paz” (Žižek, 2003),

7 Las maquilas son centros de producción en expansión desde la apertura de los mercados en los años 1990. Están localizadas preferentemente en países pobres del Sur (como México, Guatemala, Honduras, Marruecos, Bangladesh o la India). Se trata de una inversión extranjera (empresas multinacionales del Norte) que subcontrata a empresas locales para la producción de una parte de la actividad industrial, que está destinada a la exportación. Estas empresas buscan la reducción de los costes de producción a través de la obtención de una política de incentivos impositivos y la utilización de mano de obra barata (mujeres e infantes, y pobladores de zonas rurales), en precarias condiciones de trabajo y sometida a la violación de los derechos humanos y laborales.

[...] la relación directa que existe entre capital y muerte, entre acumulación y concentración desreguladas y el sacrificio de mujeres pobres, morenas, mestizas, devoradas por la hendija donde se articulan economía monetaria y economía simbólica, control de recursos y poder de muerte. (Segato, 2006: 5).

El día 6 de marzo del 2002, la Red Ciudadana de no Violencia y Dignidad Humana entregó a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), en Washington seis denuncias de familiares de mujeres que perdieron la vida luego de ser atacadas sexualmente. Entre ellas cuatro de las ocho localizadas en un campo agrícola en el cual se cultivaba algodón. La Red se erigió como co-peticionaria de las demandas presentadas.⁸

De acuerdo a la introducción de Fregoso (2011: 35) en el libro *Feminicidio en América Latina*:

La violencia de género se encuentra vinculada a la violencia clasista, racista, discriminación étnica... Es una realidad para las mujeres de todas las edades, clases sociales, grupos socioeconómicos, regiones. La violencia imperante se recrudece en condiciones de menor desarrollo social de las mujeres, es mayor en las mujeres no escolarizadas, pero las mujeres con mayor nivel de educación no están exentas de vivirla. La violencia se agrava en condiciones sociales permanentes o temporales de exclusión, de dependencia vital, de ciudadanía débil o de falta de ciudadanía de las mujeres.

En los últimos años, la reflexión de la crítica feminista se dirige a lo que Bhavnani y Coulson (2004) llaman

8 Cabe destacar el tratamiento especial del caso Campo Algodonero en las I Jornadas Internacionales, organizada por la Corte Suprema de Justicia en Buenos Aires. Allí la Jueza de la Nación Dra. Carmen Argibay; el Dr. Emilio Gines Santidrian, Miembro del Subcomité de Prevención de la Tortura de Naciones Unidas (España) y la Dra. María Laura Garrigos de Rebori, Jueza de la Cámara Nacional Criminal y Correccional, mencionaron la importancia de su tratamiento como un problema regional de violencia de género.

“capitalismo patriarcal racialmente estructurado” para denunciar la violencia racista estatal.

Esta realidad se disemina y amplifica en la región, lo cual ha impactado en la imperiosa necesidad de llevar una estadística de cuerpos femeninos muertos, promovida por parte de la sociedad civil (*accountability*) en esta doble significación de “contar” (rendición de cuentas) y “contar” (relato) (Comaroff y Comaroff, 2011).

Al respecto, la discusión sobre si existe una correlación entre el número y la característica del hecho se entremezcla con las violencias históricas, dictaduras y guerras intestinas que algunos países de la región ostentan, especialmente en la región de Centroamérica.

Necropolítica y feminicidio desde la perspectiva feminista descolonial

Para Lugones (2012: 2), la introducción colonial del género durante la colonización supuso que:

Los indios y negros no podían ser hombres y mujeres, sino seres sin género. En tanto bestias se los concebía como sexualmente dimórficos o ambiguos, sexualmente aberrantes y sin control- (...) En tanto bestias, se los trató como totalmente accesibles sexualmente por el hombre y sexualmente peligroso para la mujer. “Mujer” entonces apunta a europeas burguesas, reproductoras de la raza y el capital.

Mientras “lo humano” se consolidó en torno a lo masculino, europeo y heterosexual -la mujer burguesa por su rol como reproductora de la raza será incluida en esta categoría. Mientras que lo animal incluyó en el imaginario social a las poblaciones indígenas y afrodescendientes.

La *huerquén* mapuche Millán (2011: 133) escribe en "Feminismos y poscolonialidad":

El dominador a su vez estratificó desde su sexismo y racismo la belleza de la mujer, las musas inspiradoras de toda admiración son sin duda las mujeres blancas, las mujeres negras por el contrario eran despreciadas mal tratadas esclavizadas, esos hombres alimentaban sus fantasías sexuales atribuyéndole al cuerpo de la mujer negra la tentación del pecado, el deseo del cuerpo de la mujer negra y su accesibilidad ha perdurado como imaginario racista y sexista hasta el día de hoy mientras que la mujer indígena es considerada como carente de cualquier tipo de belleza hasta de femineidad como si fuera sólo una hembra mamífera responsable de reproducir fuerza de trabajo.

Goldstein (2001) complementa este análisis al describir la conquista como una extensión de la violación y explotación de las mujeres. Arguye que para entender la conquista es necesario examinar:

- 1) la sexualidad masculina como causa de la agresión;
- 2) la feminización de enemigos como dominación simbólica; y
- 3) la dependencia en la explotación del trabajo de la mujer.

En los tiempos de guerra, los cuerpos femeninos, sus órganos reproductivos y su sexualidad se transforman en la extensión del territorio a conquistar. Mbembe (2005) explica cómo el racismo colonial de los siglos XVIII y XIX se ha transformado en tres diferentes fenómenos en nuestro siglo y cómo la guerra actual adquiere ciertas particularidades. El primero enuncia la radicalización de la oposición entre el derecho de la gente a circular, por una parte, y por la otra, la desregulación de los capitales o flujos financieros. El segundo corresponde a las migraciones

constitutivas de la globalización, que adoptan diversas formas: las migraciones consentidas pero vigiladas y las ilegales, clandestinas y el tráfico de personas. El tercer proceso es la guerra, situación de excepción que tiende a normalizarse y a inscribirse en la lógica de la rutina como fenómeno general de destrucción del enemigo⁹: no guerras por la descolonización y liberación de la opresión, sino guerras por los “recursos y la vida” que *libran su batalla en los cuerpos de los otros* (Mbembe, 2005, el subrayado es mío).

El autor apela al concepto de *Necropolítica* para afirmar que la expresión máxima de la soberanía reside en el poder y la capacidad de dictar quién puede vivir y quién debe morir: ejercer la soberanía es ejercer el control sobre la mortalidad y definir la vida como el empleo y la manifestación del poder. Enfoca su análisis en la biopolítica y la función del racismo como instancia de legitimación del poder de matar y ejercer terror sobre determinadas poblaciones.

La raza y el racismo explican la función homicida del Estado¹⁰, por sobre la clase. La raza es comprendida como sombra omnipresente en el pensamiento y la práctica política de occidente. Sin embargo, se distancia de Foucault en la medida que no cree que el desarrollo del biopoder y el racismo de Estado —la función de muerte del biopoder) tengan su origen en mecanismos de formaciones socio-políticas de la Europa Occidental—. El antecedente más

9 Que tiene en África como el espacio donde particularmente se desarrolla la “nueva configuración de la guerra”.

10 Para Mbembe no solo explican el poder homicida del Estado sino también el poder homicida de otras “maquinarias de poder”. Éste es un concepto que Mbembe toma de Deleuze y Guattari, para referir a la modalidad que asumen las guerras contemporáneas (Kosovo y las guerras en África), luchas entre organizaciones, segmentos contingentes de gentes armadas, que la mayoría de las veces funcionan con total autonomía de los Estados.

remoto se localiza para él en el sistema de plantación en América y, más cercano, el sistema colonial establecido en Asia y África —siglo XIX y XX— en el que se ve la primera síntesis entre la masacre y la burocracia, como encarnación de la racionalidad occidental.¹¹

En las estrategias coloniales de la modernidad reciente, herederas de legados previos, se combinan lo disciplinar, lo *biopolítico* y lo *necropolítico*. Aquí la muerte ya no es vista como un elemento inherente, co-constitutivo de la biopolítica para asegurar la homeostasis poblacional, sino como una tecnología política diferenciada (Bidaseca, 2012; 2016).¹²

Su lectura nos interpela en relación con el concepto de feminicidio —en que las nuevas tecnologías de la destrucción están interesadas en inscribir a los cuerpos más que en los nuevos aparatos disciplinares— en el orden de la economía radical que ahora se representa con la masacre. La *necropolítica* no discrimina entre los enemigos internos y externos y ejerce un terror sistemático sobre las poblaciones. Para el autor su función es mantener el mórbido espectáculo de la mutilación.

En recientes momentos en Argentina resuena el conocido como “caso Kryygi” a partir del film dirigido por Alejandro Fernández Mouján. Se trata de una niña Aché que habitaba en 1896 la selva paraguaya cuando logró sobrevivir a la masacre de su familia por parte de colonos

11 Esto tiene que ver con que, si bien para Mbembe (2008: 361) la discursividad foucaultiana tiene operatividad para sus análisis: «no resuelve, por ejemplo, el problema del significado de los fenómenos de violencia en el África contemporánea».

12 Esta distancia con Foucault se debería a que Mbembe siempre considera el contexto colonial y postcolonial, a dónde el poder se ha ejercido históricamente bajo el estado de excepción (Gigena, 2011). Además, al introducir el necropoder como una tecnología específica se acerca a Fanon, de quien retoma la “lectura espacial de la ocupación colonial” para poder explicar las características de esta tecnología colonial.

blancos¹³. Sus captores la bautizan con el nombre de Damiana. En 1907 la internan en un psiquiátrico donde la fotografían desnuda dos meses antes de que muera de tuberculosis. Sus restos son repartidos entre La Plata y Berlín para hacer estudios antropológicos.

Cien años más tarde, un joven antropólogo identifica parte de sus restos en un depósito del Museo. Su cabeza es encontrada poco después en el Hospital Charité de Berlín. A partir de las fotografías existentes y los registros antropológicos en Argentina y Alemania, la película según el director, busca restituir su historia a Damiana y acompaña a los Aché desde que toman la decisión de reclamar la repatriación de sus restos, hasta que por fin les dan sepultura en la tierra de sus ancestros¹⁴ (Damiana Kryggi [...], 2015).



Foto 1. "Damiana"/Krigy

-
- 13 Los datos sobre ella fueron posibles de obtener debido al trabajo de la antropóloga Patricia Arenas. El 25 de septiembre de 1896, los científicos norteamericanos Ten Kate y Charles de la Hitte viajan al Paraguay a estudiar a un pueblo originario de esa región conocido con el nombre de Guayaquí.
- 14 El acto de la entrega se llevó a cabo en el Museo Antropológico de La Plata, por iniciativa del Grupo Universitario de Investigación en Antropología Social en la Red de Investigadores en Genocidio y Política Indígena en la Argentina.

En esa foto Damiana ya es muchacha, preadolescente, posa desnuda de oblique, hay algo en su mirar a cámara, miedo, humillación. El cuerpo presenta una leve inclinación como alguien antes de ser fusilado. Está apoyada en una pared y por el dibujo del friso a la altura púbrica, puede ser la pared externa de uno de los pabellones del hospicio Melchor Romero. Puede ser. Pubis y pecado. (Damiana y la libertad sexual, 2013).

El tratamiento de la imagen de profanaciones de los cuerpos de las mujeres y niñas indígenas, se aproxima a la literatura de la feminista vietnamita Trinh T. Minha-ha; su narración visual sobre mundos no occidentales, es parte de estos nuevos tiempos que trae aparejada las discusiones de las teorías feministas pos y descoloniales.¹⁵

Reflexiones finales

En el libro *Las metástasis del goce. Seis ensayos sobre la mujer y la causalidad*, Žižek (2003) ofrece una interpretación sobre la violencia en las “guerras posmodernas” y la “ficción de la paz” en la que, según él, vivimos, así como la idea de una *víctima universal*.

Se trata, dice, de una extrema violencia física, conquista de territorios, pillaje; de violencia simbólica, la destrucción del universo simbólico del enemigo, el “culturocidio” como consecuencia del cual la historia que la humanidad ha estado contándose a sí misma ya no tiene sentido [...] Nuestra relación con este núcleo traumático-real del plus de gozar que nos perturba en el Otro está estructurado en fantasmas (acerca de la

15 Véase nuestra investigación realizada conjuntamente con mi colega Marta Sierra titulada *Postales femeninas desde el fin del mundo. El Sur y las políticas de la memoria* (2012) sobre la ceremonia del hain entre los selk'nam. Escogimos este hito porque constituye un cambio abrupto en el pasaje del matriarcado al patriarcado, donde el secuestro de mujeres indígenas refleja ese cambio en el orden social, y de este modo es posible ubicarlo en el paradigma de la modernidad/colonialidad.

omnipotencia del Otro, acerca de “sus” extrañas prácticas sexuales, etc.). En este sentido, la guerra es siempre una *guerra de fantasmas* (Žižek, 2003:127).

Los pactos de silencios que sostienen la estructura patriarcal están comenzando muy lentamente a ser resquebrajados. Pero, “¿qué sabemos de los silencios colectivos mantenidos por oprimidos y opresores durante y después de los genocidios de la guerra fría? ¿Qué secretos neocoloniales esconden estos silencios? ¿Cómo estos silencios están marcados por el colonialismo interno y por que es importante comprenderlos?”, se pregunta Esparza (2014) en su trabajo sobre “La sangrienta y prolongada guerra en Guatemala” —1960 a 1996—, (que) afectó mayoritariamente a la población indígena campesina que oscila, según las fuentes, entre el 60 y el 80 por ciento de la población. Como en otros países de Latinoamérica,¹⁶ una Comisión de la Verdad en este país fue la respuesta no judicial propiciada desde el estado y la “comunidad internacional” para enfrentar el legado de las atrocidades del conflicto armado interno, entre la guerrilla izquierdista, la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) y el estado Ladino, término con que se denomina a la población no indígena. Entre 1997-1999 como investigadora para esta Comisión recolectando cientos de testimonios de sobrevivientes, principalmente en el sur del Quiché, uno de los 21 departamentos de Guatemala donde el ejército cometió la mitad de las 626 masacres, según *Guatemala: Memoria del Silencio*, el reporte de la Comisión (Comisión para El Esclarecimiento Histórico, 1999). En total, las fuerzas del estado cometieron 93% de todas las violaciones;

¹⁶ Para una lista de las comisiones establecidas ver el trabajo seminal de Priscilla B. Hayner (2001). *Unspeakable Truths: Confronting State Terror and Atrocity*. New York: Routledge. Para un resumen de la discusión de trabajos a la fecha ver, Eric Brahm. *Peace & Conflict Review*. Volume 3, Issue 2, 2009.

y en un 83% las víctimas pertenecían a uno de los 21 grupos étnicos.¹⁷ La CEH concluyó que en este periodo, se verificó “la etapa más violenta del conflicto. En este período ocurrieron el 81% de las violaciones. Solamente en 1982 se registra el 48% de todos los casos” (Esparza, 2014: 865-1130).

Ciertamente, cuando caminamos sobre las huellas de nuestras generaciones, nos damos cuenta que esas vidas arrancadas no desaparecen del todo. Y que necesitamos poner en acto políticas específicas que contribuyan a consolidar - en palabras de la gran Lorde (1988) - *nuestra hermandad/sisterhood*.

Necesito acudir aquí en estas primeras páginas a la lucidez de Núñez Rodríguez (2011), quien escribió un artículo en el que dirigía su crítica tanto al feminismo como a las feministas que contribuyeron a la *espectacularización de Juárez*, y con ello, a la representación maldita de ese lugar, su lugar en el mundo:

Me resultó totalmente sorprendente que la victimización más flagelante, la cara de horror más escabrosa que pude observar al enunciar mi procedencia, Ciudad Juárez, fue la de algunas feministas durante encuentros, congresos o manifestaciones. No estaba preparada para tener que deconstruirle prejuicios a quienes pensaba estarían *mejor informadas sobre lo que implica el feminicidio*, me di cuenta que para ellas también está tristemente asociado a Ciudad Juárez, como si fuese el único lugar en que ocurren estos crímenes (Núñez Rodríguez, 2011: 5).

Son notorios los esfuerzos que las mujeres deben hacer para salir de la estigmatización de la *víctima*. Como mejor lo expresa Núñez Rodríguez (2011: 36):

17 El Acuerdo de Oslo de 1994 dio luz al mandato legal de la Comisión de Esclarecimiento Histórico (CEH por sus siglas en español), auspiciada por las Naciones Unidas.

Pero resulta aún más complejo para la construcción de subjetividad proceder de un lugar estigmatizado por la violencia porque se te puede poner en la penosa condición de víctima, en el mejor y también el peor de los casos la persona desconocerá dónde se ubica Ciudad Juárez y qué pasa allí.

Mohanty (2008) ha analizado la construcción de la “mujer del Tercer Mundo” como sujeto monolítico singular en el que llama “discurso humanista de Occidente”:

[...] (se) colonizan de forma discursiva las heterogeneidades materiales e históricas de las vidas de las mujeres en el Tercer Mundo, y por tanto, producen/representan un compuesto singular, *la mujer del Tercer Mundo, una imagen que parece construida de manera arbitraria pero que lleva consigo la firma legitimadora del discurso humanista de Occidente* (Mohanty, 2008: 121).

En su clásico artículo *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses* (Mohanty, 1984) cuestionó las modalidades de colonización de las académicas feministas sobre los cuerpos de las mujeres del llamado *Tercer Mundo* con sus representaciones victimizantes y homogeneizadoras.

La *espectacularización* del mórbido tratamiento de los medios de comunicación —en el doble sentido de exotización y frivolidad— conforma una neocolonización, moneda corriente en nuestras sociedades. Tal es así, que importantes investigadoras como Segato (2003) han concluido que este registro mimético es funcional al incremento y crueldad con que se imprimen las violencias.

Allí donde en 1995 Susana Chávez acuñara la consigna *Ni Una Más* que identifica la lucha contra los feminicidios en México. La escritora y activista, que escribiera *Sangre* en homenaje a una de las tantas mujeres muertas, apareció ella misma asesinada en 2011. A esa consigna le siguió *Ni una mujer menos, ni una muerta más*. No se trataba tan

sólo de un problema del lenguaje. Era un tema de cuentas. La cuenta que no (nos) cierra. No queremos que nos arrebaten a otra mujer de la comunidad de mujeres. Por eso las contamos: 1808 asesinadas, 700 desaparecidas, 400 huérfanos...

Las contamos todas y todos. Los familiares, las mujeres, los movimientos de mujeres, las feministas, la sociedad. Y nos faltan. La cuenta no nos cierra. Pedimos por eso que el Estado nos brinde los datos. Queremos la cuenta exacta. Ss vestidos (están) colgando de las perchas, sin los cuerpos. Los zapatos rojos esparcidos por las calles, para traerlas a la memoria. Las contamos para exigir lesa humanidad. Pero aún debemos comprobar la sistematicidad. El feminicidio —o femicidio— para quienes nos dedicamos a investigar los feminicidios y devolver el conocimiento que producimos al servicio de la sociedad, esa indistinción, seguro pueda resultar una exquisitez. Lo que importa es que hoy todas y todos compartimos el mismo lenguaje y exigimos que la cuenta cierre. De una vez por todas. Que nos devuelvan a las desaparecidas por la trata. Ni Una Mujer Menos, Ni Una Muerta Más. Las queremos a todas de regreso a casa. *Ni Una Menos*

Referencias

- Bhavnani, K. y Coulson, M. (2004). Transformar el feminismo socialista. El reto del racismo. En b. hooks, A. Avtar Brah, C. Sandoval & G. Anzaldúa. *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras* (pp. 51-62). Madrid: Traficantes de Sueños.
- Blancas, P. y Ruvalcaba, H. (2006). Los cuerpos de la violencia fronteriza. *Revista Nómadas*, (24), 142-151.
- Bidaseca, K. (2011). Mujeres blancas buscando salvar a las mujeres color café de los hombres color café. O reflexiones sobre desigualdad y colonialismo jurídico

- desde el feminismo poscolonial, *Andamios. Revista de Investigación Social*, 8(17), 61-89.
- Bidaseca, K. (2012). Sitios liminales entre cordilleras invisibles: cartografías poscoloniales del Tercer Feminismos. En Sierra, M. J. (coord.). *Geografías imaginarias: espacios de resistencia en América Latina*. Chile: Editorial Cuarto Propio.
- Bidaseca, K. (2015). *Escritos en los cuerpos racializados. Lenguas, memoria y genealogías (pos)coloniales del feminicidio*. España: Col·lecció estudis de violència de gènere, Universitat de les Illes Balears.
- Bidaseca, K. (2016) (coord.). *Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente*. Buenos Aires: CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20160210113648/genealogias.pdf>
- Carcedo, A. (2010). No olvidamos ni aceptamos. Femicidio em Centro América, 2000-2006. San Jose: CEFEMINA.
- Comaroff, L. y Comaroff, J. (2011). *Etnicidad S.A.* Madrid/ Buenos Aires: Katz Editores.
- Comisión para El Esclarecimiento Histórico (1999). *Guatemala: memoria del silencio. Guatemala: Oficina de Servicios para Proyectos de las Naciones Unidas*. <http://www.centrode-memoriahistorica.gov.co/descargas/guatemala-memoria-silencio/guatemala-memoria-del-silencio.pdf>.
- Damiana Kryygi, de Alejandro Fernández Mouján; terrible masacre (2015). *Cinestel – La actualidad informativa del cine*. <http://www.cinestel.com/damiana-kryygi-documental-moujan/>
- Damiana y la libertad sexual (2013). *CTA de los trabajadores*. Disponible en: <http://www.cta.org.ar/damiana-y-la-libertad-sexual-2013>
- Esparza, M. (9-11 de diciembre de 2014). Estudios postcoloniales, genocidio y violencia de estado en la Guerra Fría: el caso de Santo Tomás Chichicastenango, El Quiché, Guatemala. II Congreso de Estudios Poscoloniales y III Jornadas de Feminismo Poscolonial. Buenos Aires, Argentina.
- Fregoso, R. (coord.) (2011). *Feminicidio en América Latina*. México: UNAM.

- Garita Vilchez, A. I. (2013). *La regulación del delito de femicidio/ feminicidio en América latina y el Caribe*. Panamá: Secretariado de la Campaña del Secretario General de las Naciones Unidas ÚNETE. http://www.un.org/es/women/endviolence/pdf/reg_del_femicidio.pdf
- Gigena, A. (2011). Procesos de subjetivación y luchas biopolíticas por territoriales em Argentina: el caso de Tinkunaku, MOCASE y La Loma [Tesis Doctoral, Universidad de Buenos Aires].
- Goldstein, J. S. (2001). *War and gender: how gender shapes the war system and vice versa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harvey, D. (2003). *The new imperialism*. New York: Oxford University Press.
- hooks, b. (1992). Selling hot pussy: representations of black female sexuality in the cultural marketplace. En b. hooks, *Black Looks: race and representation* (pp. 61-78). Boston: South End Press.
- Instituto Nacional de Estadística e Informática - INEI (2014). *Perú: Encuesta Demográfica y de Salud Familiar 2013*. https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1151/index.html
- Lagarde, M. (2006). *Feminicidio - Conferencia pronunciada en la Universidad de Oviedo*. Oviedo: Asociación Feminista de Asturias.
- Lorde, A. (1988). Las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo. In C. Moraga y A. Castillo (eds.), *Esta puente mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos* (pp. 89-93). San Francisco: Ism press.
- Lugones, M. (2012). Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. En P. Montes, *Pensando los feminismos en Bolivia* (pp. 129-140). https://www.bivica.org/files/feminismos_bolivia.pdf
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. Hacia un feminismo descolonial. En W. Mignolo (Comp.), *Género y descolonialidad* (pp. 13-42). Buenos Aires: Ediciones del Signo.

- Mbembe, A. (2005). Del racismo como práctica de la imaginación. En J. Bindé (Coord.), *¿Adónde van los valores?: coloquios de siglo XXI* (pp. 361-366). Barcelona: Ed. UNESCO-Icaria Editorial.
- Mbembe, A. (2008). Al borde del mundo: fronteras, territorialidades y soberanía en África. En S. Mezzadra (Comp.), *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales* (pp. 167-196). Madrid: Traficantes de sueños.
- Mbembe, A. (2011). *Necropolítica*. Madrid: Melusina.
- Millán, M. (2011). Mujer mapuche. Explotación colonial sobre el territorio corporal. En K. Bidasca (co-comp.), *Feminismos y (pos)colonialidad: descolonizando el feminismo en y desde América Latina* (pp. 127-136). Buenos Aires: Ed. Godot.
- Mohanty, T. C. (2008). De vuelta a bajo los ojos de occidente: la solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas. En L. Suárez y R. A. Hernández (eds.), *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes* (pp. 112-161). Madrid: Cátedra.
- Mohanty, T. C. (1984). Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. *Boundary 2*, 12(3), 333-358.
- Muñoz, F. G. y Barrientos, V. (2014). Un bosquejo del feminismo(s) peruano(s): los múltiples desafíos. *Estudios Feministas*, 22(2), 637 - 645). http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2014000200015&script=sci_arttext
- Núñez Rodríguez, M. (2011). Feminismos al borde, Ciudad Juárez y la pesadilla del feminismo hegemónico. En K. Bidasca y V. Vazquez (comps.), *Feminismos y (Pos) colonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina* (pp. 137-152). Buenos Aires: Ed. Godot.
- Núñez Rodríguez, M. (2015). La lucha en contra de la violencia feminicida, del Río Bravo hasta la Patagonia. En K. Bidasca et al., *#Ni Una Menos. ¡Vivas nos queremos!* Buenos Aires: Ed. Milena Caserola.
- Ortega Sanchez, I. (2013). *Esculpir el género. Nuevas fronteras de la mutilación genital femenina*. España: Universitat de les Illes Balears, Edicions UIB.
- Ortner, S. (1979) ¿Es la mujer con respecto al hombre lo que la naturaleza con respecto a la cultura? En O. Harris y Kate

- Young (Comp.), *Antropología y feminismo* (pp. 109-132). Barcelona. Anagrama.
- Oyèrónké Oyěwùmí (1997). *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Pateman, C. (1988). *The sexual contract. USA: Stanford University Press*.
- Quijano, A. (1991). Colonialidad y Modernidad/Racionalidad, *Peru Indígena*, 13(29), 11-20.
- Radford, J.; Russell, D. E. H. (1992) *Femicide: the politics of woman killing*. Great Britain: Open University Press.
- Russell, D. y Radford, J. (2006). *Feminicidio. La política del asesinato de las mujeres*. México: Ceiih/Unam.
- Segato, R. L. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo.
- Segato, R. L. (2006). *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de segundo Estado*. México D.F: Ed. de la Universidad del Claustro Sor Juana.
- Segato, R. L. (4-6 de mayo de 2011a). *Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación*. Mesa Feminismos Poscoloniales y descoloniales: otras epistemologías. II Encuentro Mesoamericano de Estudios de Género y Feminismos, Ciudad de Guatemala, Guatemala.
- Segato, R. L. (2011b). *Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial*. En K. Bidasaca y V. Vazquez (comps.), *Feminismos y (Pos)colonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Godot.
- Segato, R. L. (2014). *El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad*. *Revista Estudos Feministas*, 22(2), 593-616.
- UNRISD (2006). *Igualdade de género: la lucha por la justicia en un mundo desigual*. Ginebra: UNRISD.
- Vásquez Toledo, P. *Leyes sobre feminicidio y violencia contra las mujeres: análisis comparado y problemáticas*

pendientes. En Red Chilena Contra la Violencia Doméstica y Sexual, *Tipificación del feminicidio en Chile: un debate abierto* (pp. 41-50). Santiago: Red Chilena Contra la Violencia Doméstica y Sexual.

Žižek, S. (2003). *Las metástasis del goce: seis ensayos sobre la mujer y la causalidad*. Buenos Aires: Paidós.



Juventudes y violencias: desigualdad urbana en Córdoba (Argentina)

Griselda Cardozo¹

-
- 1 Posdoctora en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud por el Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la alianza CINDE - Universidad de Manizales – Colombia/ Pontificia Universidade Católica de São Paulo – Brasil/ El Colegio de la Frontera Norte de México-COLEF. Institución aval: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Dra. en Psicología. Profesora cátedra Psicología de la Adolescencia y de la Juventud (Universidad Católica y Universidad Nacional de Córdoba). Investigación actual: Procesos de subjetivación de los/las jóvenes en contextos de pobreza: Trayectorias y Proyectos de vida. Actividad profesional: psicóloga clínica. E-mail: griseldacardozo656@hotmail.com



Introducción

La escritura de este capítulo se organiza a partir de los resultados de una investigación llevada a cabo en 2014, en la ciudad de Córdoba, Argentina. A lo largo del mismo presentaremos las voces de los/as jóvenes de sectores populares y jóvenes de sectores medio, medio-alto respecto de los hechos de violencia que tuvieron lugar en esa ciudad en diciembre de 2013. Durante ese año, se registraron acontecimientos que no pueden soslayarse al abordar la temática que nos convoca.

Uno de los temas centrales fue la corrupción señalada en la policía de la provincia conocida a través de los medios como el “narcoescándalo en Córdoba” que comienza con la detención de varios policías, entre ellos el exjefe del departamento de Lucha contra el Narcotráfico. La denuncia, realizada a través de los medios, derivó en la renuncia de la ministra de Seguridad y del jefe de Policía (Agencia Nacional de Noticias Jurídicas, 2013). El segundo suceso se encuentra relacionado con el acuartelamiento de efectivos policiales y la movilización de sus esposas y familiares en la que solicitaban un incremento salarial. Este acontecimiento, en un primer momento, se intenta conectar con el narcoescándalo, pero luego se desecha esta vinculación a través de la prensa (El llamado narco-escándalo [...], 2013).

A partir del panorama planteado, Córdoba se convirtió en un verdadero caos. Los vecinos armaron barricadas en las calles del centro –particularmente en el barrio de Nueva Córdoba, en el cual viven en general estudiantes universitarios y familias de clase media, media-alta– para defenderse de los saqueadores. La prensa escrita mostró un escenario desde el cual se fue reforzando una imagen de inseguridad y descontrol en toda la ciudad, así como se

fue gestando poco a poco un temor que fue cristalizando los miedos en toda la población (La Nación, 2013; Tiempo Argentino, 2013).

Los “hechos de vandalismo” transmitidos por los medios de comunicación reflejaron la fragmentación socioespacial de la ciudad y su consecuencia: los enfrentamientos entre “hordas de forajidos [que] armados se trasladaban a los barrios de la ciudad para saquear cuanto negocio, supermercado o local tuvieran a mano” y “los vecinos solidarios de Nueva Córdoba” que intentaban resguardar la ciudad (La Voz del Interior, 2013). Este último aspecto, planteado desde el discurso hegemónico (enfrentamiento barrial, jóvenes de sectores populares violentos versus jóvenes solidarios del centro de la ciudad), conduce a delimitar un campo de problemas (Fernández, 2007) a partir de las múltiples cuestiones desprendidas de los acontecimientos narrados.

A los fines de la investigación, se utilizó un enfoque metodológico cualitativo. La construcción de los datos se realizó a partir de fuentes primarias y secundarias. Por un lado, la estrategia metodológica apuntó a recuperar las vivencias de los jóvenes, a través de grupos focales (Petracci, 2007), con el fin de “moverse del esfuerzo para objetivar la violencia, al esfuerzo para tomar en cuenta la subjetividad de los que hablan de violencia” (Wieviorka, 2012:4); y, por otro, se utilizaron fuentes secundarias (artículos periodísticos, documentos oficiales, entre otros) para complementar la información brindada por las narraciones de los jóvenes.

Se realizaron 10 grupos focales con jóvenes de ambos sexos de entre 17 y 25 años: 5 grupos con jóvenes que viven en barrios señalados como comprometidos en los saqueos –barrios-ciudades y/o en zonas rojas, a consecuencia de la inseguridad– y 5 grupos con jóvenes

que viven en el barrio Nueva Córdoba y barrios residenciales, que participaron, en algunos casos, activamente de la persecución de los jóvenes señalados como saqueadores de los negocios. Cabe aclarar que en los saqueos no solo participaron los jóvenes, pero por razones de corte metodológico en el estudio solo se trabajó con esta franja etaria.

Los jóvenes se escogieron buscando la presencia de los dos estratos sociales a los que pretendíamos llegar: jóvenes que pertenecen al sector popular y jóvenes que pertenecen al sector medio, medio-alto, sin usar un criterio de representatividad estadística para ello. Se cuidó mantener la homogeneidad y heterogeneidad necesaria en la conformación del grupo (Ibáñez, 1979). Participaron en los debates grupales un moderador y un observador no participante.

En el proceso de construcción y análisis de datos se utilizó la estrategia de la comparación constante (Glaser y Strauss, 1967) a partir de la cual se recogieron, codificaron y analizaron los datos de manera simultánea (Tabla 1).

Tabla 1. Características sociodemográficas de los/as jóvenes

	Grupos	Nueva Córdoba/ Barrio residencial (n= 45)	Barrios populares (n=50)
Sexo	Mujeres	20	25 (4 madres solteras)
	Varones	25	25
Viven con	Ambos padres	4	22
	Padre o madre		19
	Otros	2	9
	Solos	39	
Escolaridad padre	Primario incompleto		18
	Primario completo		17
	Secundario completo	15	15
	Universitario	30	
Escolaridad madre	Primario incompleto		11
	Primario completo		18
	Secundario completo	7	21
	Universitario	38	
Trabajo padre	No tiene trabajo		9
	Trabaja	45	46
Trabajo madre	No tiene trabajo	29	15
	Trabaja	16	35
Actividad del joven	Trabaja	3	
	Estudia	40 (universitarios)	20 (ningún universitario)
	Trabaja y estudia	2	25
	No trabaja ni estudia		5
	Recibe ayuda social		40

Los jóvenes y la violencia: coordenadas para el análisis

Transitar un tema tan sensible como el de jóvenes y violencias nos convoca a definir las categorías analíticas. En primer lugar, al referirnos a la juventud, y en particular a los/las jóvenes, no nos estamos refiriendo a un conjunto homogéneo de la población sino a las muchas y variadas formas de ser joven en el contexto actual atendiendo a las diferencias y desigualdades (García Canclini, Cruces y Urteaga, 2012) que se derivan a partir de las relaciones de clase, género, etnia enmarcadas en un contexto espacial e históricamente situado (Chavez, 2010).

La diferenciación social –en tanto expresión de las profundas desigualdades, en Latinoamérica– es uno de los dispositivos centrales en la configuración de los modos de construcción y reconocimiento de las distintas juventudes (Salvia, 2008). Esto último nos lleva a poner en tensión los estereotipos del “ser joven”, propio de la construcción hegemónica de los sectores medio o medio-alto de la población argentina (Chavez, 2010), caracterizados por la transición y moratoria psicosocial, a partir de la cual se normativiza la condición juvenil y se excluye de ella a los y las jóvenes que pertenecen a los sectores populares.

Asimismo, tenemos en cuenta los diversos modos en que se construyen las lógicas identitarias, y a partir de las cuales se enmarcan los límites que se gestan entre “unos y otros” afirmando no solo su propia identidad (como grupo de pertenencia) sino también y en consecuencia la alteridad (en relación a los otros), tanto entre los jóvenes que pertenecen a sectores, medio, medio-alto y los jóvenes de sectores populares, como en relación a las instituciones represivas, en donde estas lógicas identitarias aparecen como un gran “otro” (Moro, 2006).

En segundo lugar, sería muy simple y lineal considerar los acontecimientos de fines de 2013 en Córdoba como un hecho aislado de rebelión y levantamiento de los sectores populares como signo de una crisis moral o la expresión de una sintomatología propia del sector juvenil.² Lejos de esta tesis se sostenemos, siguiendo la postura de autores que analizan la temática, que las expresiones de violencia (juvenil o no) deben ser abordadas atendiendo a las características histórico-políticas y socioeconómicas del contexto que se refuerzan mutuamente (Willadino Braga, 2004; Reguillo, 2008; Míguez, 2010; Auyero y Berti, 2013).

Esta perspectiva permite considerar las prácticas de violencia juvenil como un elemento que expresa las profundas asimetrías sociales –producto de la acumulación de desventajas que se fueron incrementando en las últimas décadas– y que, en última instancia, no hace posible imaginar en un futuro cercano una sociedad más justa y equitativa (Reygadas, 2008). ¿Qué lectura es factible realizar de la violencia juvenil desde esta tesis presentada?

Acordamos con Saraví (2006:90), quien sostiene que la violencia es una manifestación más, un eslabón dentro de los múltiples eslabones, que expresa “situaciones de creciente acumulación de desventajas, [...] denotan las falencias del proceso de integración social de las sociedades latinoamericanas contemporáneas”. Por ello, analizamos los episodios de violencia juvenil a partir de los mecanismos relacionales que activan las fronteras entre diferentes grupos y los procesos de polarización que potencian las diferencias entre “unos y otros” (Tilly, 2000).

2 Un estudio realizado demuestra que en el discurso social se intenta estigmatizar a la juventud, diciendo que quienes participaron en los saqueos en su mayoría eran jóvenes (Garayo, Guerra, Lerda, y otros, 2013).

Del mismo modo, concebir la violencia juvenil como un eslabón en el proceso de acumulación de desventajas implica posicionar nuestra mirada en un acto que expresa la reacción de los/ las jóvenes ante la exclusión, ante el no reconocimiento, ante el rechazo, ante la negación del otro (Wieviorka, 2006). En este marco, sostiene el autor, la violencia se erige como respuesta ante el sinsentido de la vida de estos jóvenes excluidos que ven negada su subjetividad y necesitan entrar en procesos de subjetivación para construirse en un sujeto creativo y maestro de su existencia.

En el cruce con el tema planteado se desprende un tercer eje o categoría de análisis en este trabajo: las viejas y nuevas desigualdades que se ponen en juego en la sociedad (Reygadas, 2004; López Becerra, 2010; Castel, 2012). Tomamos la desigualdad como un proceso que es creado y recreado en las interacciones cotidianas, en las relaciones de poder que se establecen entre los sujetos o grupos, “no [como] algo fijo sino que se modifica permanentemente mediante intervenciones de los actores” (Reygadas, 2008:52). En la postura más clásica, se asocian a situaciones estructurales de la organización social (López Becerra, 2011) y, respecto de las nuevas desigualdades, se tornan visibles a partir de la ausencia de capacidades individuales que permiten al sujeto alcanzar un nivel básico de bienestar humano; al mismo tiempo que la intolerancia y la discriminación se convierten en uno de los principales factores que agravan las brechas entre los diversos grupos, afectando a los más desfavorecidos en su capacidad de elección de diferentes modos de vida (Sen, 2000).

Esta aproximación al estudio de la desigualdad, como producto de las relaciones sociales, brinda un marco de referencia al estudio de la violencia desde los autores

clásicos (Goffman, 1970) así como de autores contemporáneos como Bourdieu (1988) y Tilly (2000). Este último aborda las desigualdades desde la construcción de categorías pareadas a partir de las cuales se separa, se categoriza a las personas en dos grupos de modo persistente al articularse con mecanismos de explotación y acaparamiento de oportunidades. Del mismo modo, la vinculación entre violencias y desigualdades nos conduce a analizar las luchas que se establecen desde aquellas que se oponen a toda forma de dominación, las que denuncian las formas de explotación y las que combaten todo lo que ata al sujeto a sí mismo sometiéndolo a otros (Foucault, 1988).

De la asociación planteada entre la violencia juvenil y los procesos de desigualdad, surgieron los interrogantes que guiaron el presente trabajo ¿cuáles son los mecanismos y procesos que se ponen en juego en la interacción de los y las jóvenes de sectores populares y medio, medio-alto, que facilitan o limitan los medios para desarrollar violencia?; ¿cómo los jóvenes cordobeses experimentan e interpretan las desigualdades, atendiendo a que las mismas no son el resultado de una única causa, sino que intervienen en ella diferentes factores?; ¿en qué medida las manifestaciones de violencia en la interfaz inclusión/exclusión dan cuenta de los procesos de subjetivación y desubjetivación de los jóvenes? Para dar respuesta a estos interrogantes problematizamos los discursos dominantes/hegemónicos legitimados en el imaginario social sobre la/s violencia/s juvenil, vinculado con la idea de que los/las jóvenes son violentos/as por naturaleza, y buscamos comprender el fenómeno reflexionando acerca de las dimensiones sociopolíticas que atraviesan el problema. Por otro lado, ponemos en discusión la tesis que señala la violencia como propia de un sector de la sociedad: los/as jóvenes de sectores populares.

Retrato del escenario cordobés

Esbozar un tema tan complejo en la interfaz violencia juvenil y desigualdades implica poner en consideración en un contexto histórico y social los múltiples procesos que construyen las asimetrías sociales, que se producen y reproducen en los diferentes ámbitos de la vida social, entre ellos el mercado, el Estado y la sociedad civil (Reygadas, 2008).

Autores como Auyero (2002) y Wacquant (2007) analizan las situaciones de violencia en los sectores más desprotegidos de la sociedad y sostienen que son en sí mismas un modo de reacción o respuesta, ante un triple fenómeno que Wacquant delimita en lo que denomina “violencia desde arriba”. En primer lugar, la desproletarización laboral a consecuencia de las políticas neoliberales que, en Argentina, se vienen soportando desde la década de 1990, y fueron provocando procesos de pauperización social, precarización laboral, informalización de la economía y una consecuente exclusión social de una parte importante de la población. Por otro lado, la organización urbanística de las ciudades a partir de la cual sectores de la población quedan relegados a barrios carentes de recursos públicos y privados; a consecuencia de ello, se favorece la discriminación y estigmatización de estos sectores más empobrecidos de la ciudad confinados a vivir en barrios estigmatizados y estigmatizantes (Wacquant, 2007). Un breve análisis de los tres ejes arriba mencionados, y en relación a la ciudad de Córdoba, arroja luz sobre la tesis planteada.

Respecto al primer punto mencionado sobre la desproletarización, observamos que Argentina –a partir de la crisis que vivió en las últimas décadas del siglo pasado como consecuencia de las políticas neoliberales– refleja

un elevado número de personas que aún viven en marcadas condiciones de pobreza y marginalidad, de las cuales, el grupo mayoritario está constituido por jóvenes, que se convierten de este modo en uno de los sectores más vulnerables de la sociedad (Wortman, 2007). En lo que respecta a la ciudad de Córdoba, la llamada “globalización” trajo aparejado un cambio en los patrones de consumo que agudizaron las diferencias y el acceso a oportunidades mínimas de recursos tales como salud, educación y vivienda y, por otro, profundizaron, sin lugar a dudas, la brecha entre ricos y pobres (Gutiérrez, 2004), forjando profundas desigualdades no solo económicas (en relación a condiciones de empleos y salarios) sino también sociales (en relación a la pérdida para algunos sectores de la población de los derechos sociales) (Vite Pérez, 2003), tal como lo demuestra el informe publicado por el Observatorio de la Deuda Social Argentina (2011)³.

El panorama descripto se combina y potencia, a partir de las políticas habitacionales, la organización del espacio urbano y las experiencias que vienen aconteciendo en la ciudad. Un punto importante en el cual confluyen la mayoría de los estudios realizados en nuestro medio (Boito, Cervio y Espoz, 2009; Von Lücken, 2011) es que la ciudad refleja, como otras ciudades de Latinoamérica, una fragmentación urbana —a consecuencia de la globalización y las políticas neoliberales— y, por ende, una marcada desigualdad socioespacial que pone en evidencia la relegación de un sector de la población (Burgess, 2009).

Vinculadas al tema caben delimitarse dos etapas en la reorganización de la ciudad: la primera comienza durante la gobernación de Ramón Mestre (1995-1999), y se

3 Observatorio de la Deuda Social Argentina (2011) Estado de la situación social del Gran Córdoba (Disponible en www.uca.edu.ar/index.php/site/index/es/uca/observatorio-de-la-deuda-social-argentina/publicaciones/documentos-de-trabajo/)

extiende entre los años 2003-2009. Esta etapa marcada por la “recuperación” de las tierras” implicó, por un lado, la relocalización de villas de emergencia ubicadas en el centro de la ciudad hacia la periferia y, por otro, la creación de barrios cerrados y *countries*. La ciudad comienza a mostrar una imagen dualizada: una, hacia el centro de la ciudad; otra, hacia la periferia. Al mismo tiempo, se pretende recuperar terrenos fiscales para venderlos a empresas inmobiliarias, como ocurre con la ex villa El Pocito, cuyos habitantes fueron reubicados en otros barrios de la ciudad.

Años más tarde y durante la gobernación de José M. de La Sota, continúa la reubicación de las villas, a partir del programa Mi casa, mi vida (2004), enmarcado en el Plan de nuevas viviendas dependiente del Ministerio de Solidaridad de la provincia. Se propone, así, la construcción de unas 12000 viviendas en áreas periféricas y nucleadas en torno a verdaderas unidades urbanas con servicios de agua, electricidad y gas, escuelas, posta policial y sanitaria, etc. De este modo, se conforman 14 barrios-ciudades –modo en que se denominan estos nuevos barrios en donde se relocalizan las villas– a partir de lo cual se patentiza, en relación a la cartografía de la ciudad, una exclusión de la pobreza en términos visuales (Boito y Espoz, 2007).

La segunda etapa, de “revalorización”, implica el uso de los espacios urbanos –producto del desalojo y la relocalización de las villas, previamente recuperadas– para la creación de nuevos espacios públicos y recreativos (Salguero Myers, 2013). Se busca desde la acción oficial, en consonancia con el proyecto neoliberal, “la revalorización del capital orientada a revitalizar la ciudad bella, racional y pulcra” (Cervio, 2013:6). Se gestan los distintos espacios urbanos (barrios privados cerrados, *countries* / barrios-ciudades, villas) que conducen a realizar una lectura de la

ciudad como un espacio de disputa entre grupos, clases sociales, con intereses divergentes y antagónicos (Lefebvre, 1974), en los que se reflejan diferentes jerarquías y distancias sociales (Bourdieu et al., 1999), que poco a poco fueron denotando las consecuencias de esta nueva organización urbana que ya Lefebvre (1978) pronosticara: la desintegración de la ciudad como un proyecto colectivo.

Cervio (2008) refiere que –si bien es cierto que existen aún en Córdoba espacios de confluencia y encuentro entre sectores y, donde evidentemente no toda la ciudad está fragmentada– cabe preguntarse por las consecuencias de esta tendencia creciente a la *ghettización* (Wacquant, 2007) de la ciudad. Si bien mucho se ha discutido sobre si es pertinente o no considerar estos barrios como *ghettos* tal y como Wacquant describe a los barrios afroamericanos de Estados Unidos, lo que se intenta remarcar aquí son dos aspectos que se evidencian con claridad y en relación a este punto.

El primero vinculado directamente con las experiencias y vivencias de los habitantes de estos nuevos barrios-ciudades a causa del desarraigo, el entrecruzamiento entre distinciones socioculturales y espaciales, y el efecto sobre sus vidas (pérdida de bienes y oportunidades) (Cardozo, 2010; Espoz, 2009). El segundo se corresponde con los modos diferentes en que, desde el “discurso dominante, se racializa a la población villera” (Auyero, 2007:25): por un lado, desde los discursos que sustenta la clase media, media-alta, al referirse a los habitantes de los barrios-ciudades como “negros villeros”; y, por otro, a dispositivos estatales que se erigen en nombre de un política de seguridad y prevención de la ciudad, como el Código de Faltas (Ley 8.431 de 1994), desde el cual se legitima la detención de jóvenes de sectores populares de modo arbitrario a través de la figura del “merodeo”. De

esta manera, se van reforzando las estructuras de control, tendientes a preservar la protección de los bienes, ordenar el espacio urbano y gestionar los riesgos sociales,⁴ intentando transformar “un problema político, enraizado en la desigualdad económica e inseguridad social, en un problema de criminalidad” Wacquant, 2006:61).

Así, a la desigualdad clásica, estructural y persistente, vinculada a la redistribución de bienes, se suman nuevas desigualdades que se gestan a partir de las nuevas políticas públicas que atentan, para los habitantes de estos barrios-ciudades y en particular para los jóvenes, contra la libertad de definir proyectos y de llevarlos a cabo (Sen, 2000; López Becerra, 2011).

El escenario planteado pone en evidencia, que la violencia que se expresa en este sector de la sociedad emerge develando, como en otras ciudades, las múltiples caras que asume (Bourgois, 2001) y ninguna de ellas puede considerarse en sí misma, sino en íntima relación: la violencia estructural, a causa de la organización económico-política de nuestra sociedad que deriva en una trama que vincula la exclusión y/o desafiliación—producto de trayectorias de desocialización (Castel, 2012)—de los jóvenes; la violencia política, visibilizada en el Código de Faltas a partir del cual se criminaliza la pobreza; la violencia simbólica que se patentiza en el descarnado escenario de las legitimaciones de desigualdades socioespaciales; y la violencia cotidiana

4 Son tres las medidas implementadas en la política de seguridad desde el 2000 y con vigencia en la actualidad: a) la transformación del fuero institucional y la implementación del nuevo Comando de Acción Preventiva (CAP); b) La intensificación del modelo punitivo a través de la concertación entre Estado y organismos privados donde la creación del Código de Faltas juega un rol importante; c) las reformas aplicadas a los fundamentos de la policía que remarcan el uso de medidas “comunitarias” y “horizontales” de acción. (Scribano y Seveso Zanín, 2012).

que incluye todas las prácticas y expresiones diarias que viven los jóvenes y sus familias.

Barrios burbujas / Barrios invisibles: estigmatización territorial y sus derivaciones

La pregunta que latió con insistencia desde los jóvenes, en un intento por encontrar respuestas a los hechos de violencia, fue ¿cómo se llegó a esto, qué nos pasó? Los relatos fueron visibilizando desde su perspectiva los motivos por los cuales se produjeron los saqueos. Tomamos aquí algunas voces representativas de ambos grupos.

Fue por las diferencias entre los habitantes de un barrio y otro (Pablo, de Nueva Córdoba).

Unos, los del centro, habitantes de barrios “protegidos, como burbujas” (Diego de Nueva Córdoba) y otros los habitantes de sectores populares, barrios “invisibles” (Jésica, de barrio Chacra de la Merced).

Para mí, fue el día ideal para ellos [aludiendo a los jóvenes de sectores populares] de venir a Nueva Córdoba, y hacer bosta todo. Y yo creo, en su lugar, porque... en Nueva Córdoba... hay mucha discriminación... no te dejan [entrar] porque tenés una gorra puesta (María, de Nueva Córdoba).

Ese día fue una forma de entrar a los barrios, como Nueva Córdoba, en los que la policía no te deja entrar (Juan de barrio Yapeyú).

O sea como que fue una guerra entre clases sociales... fue la violencia entre clases sociales, porque vos tenes más plata que yo, entonces vos te pensás que me vas a mandar (Giovana, de Chacra de la Merced).

Para mí fue desde ese punto porque la sociedad vio que, como que quedaba fuera, que quedaba discriminada,

por eso saquearon más a Nueva Córdoba que a otros barrios (Santiago, de Nueva Córdoba).

Una ruptura de lazos sociales (Sofía de Nueva Córdoba).

De estas voces interesa destacar algunos aspectos que permiten delimitar los dispositivos económicos y políticos que los jóvenes enuncian como causas de los enfrentamientos.

Inicialmente, entre las causas que provocaron los estallidos de la violencia hacen alusión, y con mayor insistencia, a los mecanismos relacionales que refuerzan las fronteras entre los ciudadanos y acentúan los procesos de polarización, a partir de la delimitación de los barrios en que se organiza el mapa de la ciudad. Situación ésta que, para los jóvenes, marca una primera desigualdad: la territorial y socioeconómica. De igual modo, dan cuenta de los procesos de fragmentación de la ciudad atravesados por la segregación de los sectores históricamente pobres y de los nuevos pobres o empobrecidos y, en contraparte, el autoaislamiento de las clases media y media-alta. En este camino se enfrentan unos y otros. Esta cartografía de la ciudad que fue separando “los unos”, habitantes de barrios privados/residenciales, de “los otros”, habitantes de barrios ciudades/urbano marginales no solo expresa la fragmentación urbana sino que, del mismo modo, enuncia y afecta profundamente los procesos de subjetivación de los jóvenes. Así lo retratan aquellos que viven en el centro de la ciudad:

Ana: -A los estudiantes de Nueva Córdoba, es como que los quieren cuidar, si se puede decir así porque yo creo que los estudiantes de Nueva Córdoba generan dinero entonces, por ahí, los quieren proteger y, no ves a chicos morochitos. El mismo sistema hace que haya esas diferencias grandes entre el chico de Nueva Córdoba y lo que es un chico en un barrio.

Catalina: -O sea, mi experiencia es esa que yo, cuando salgo de Nueva Córdoba me roban. En esta burbuja es como que no se permite la diversidad, es como que la gente que está en Nueva Córdoba, yo también me incluyo, todos funcionamos digamos de la misma manera, nos vestimos parecido. Y como que el distinto, el que hace otras cosas, trabaja y se viste de otra forma que vaya a Boulevard San Juan para allá, yo vivo justo en Independencia, y noto la diferencia, entre Nueva Córdoba y el centro, la gente la forma de ser es bastante diferente y es como que el sistema quiere separarlos, fragmentarlos.

En contraposición a este relato, los jóvenes que viven fuera del ejido urbano) expresan:

Ana: -En mi barrio, todo está muy mal, [desde] hace unos años. Al frente de esa casa, en una esquina, había venta de droga, en todo el barrio, la cana caía cada una vez a la semana más o menos, porque los chicos, entre las bandas se agarraban a trompadas ahí y se discutían por el lugar.

Brandon: -Mi barrio Yapeyú también esta caratulado como zona roja [...] por venta de drogas y por el tema que empezaron a robar muchísimo.

Cristian: -Yo vivo en Barranca Yaco. Todos se vienen a robar para acá, porque hay códigos entre bandas. En la cuadra de mi casa hay una esquina que siempre hay una juntadero de chicos que nadie cruza para allá. Viven en la esquina y cada vez que quiere pasar alguien que no conocen ellos,[no lo dejan pasar] es como si ellos mandaran ahí.

Evelyn: -Por eso también la sociedad tiene caratulado a los barrios como que son más violentos que otros [...] La sociedad en su conjunto y estos barrios están resentidos, y obviamente la única forma que tienen de expresarse es así, el resentimiento es la causa de la violencia.

Así, son diversas y diferentes las derivaciones que nos aproximan a las experiencias de los jóvenes. En primer

lugar, se identifican los sentimientos de seguridad e inseguridad al habitar uno u otro barrio que develan las consecuencias de la fractura socioespacial de la ciudad que fue delimitando zonas relegadas en donde los habitantes de los barrios - ciudades o de las villas ubicadas en el centro de la ciudad dan cuenta de un incremento de situaciones cotidianas de violencia interpersonal (ajuste de cuenta entre bandas, robos, asaltos, consumo y venta de drogas etc.) que se encuentran asociadas a diversas causas, entre ellas variables económicas, grados de movilidad residencial, y los principales afectados son los jóvenes desocupados, que abandonaron la escolaridad, que están aislados del sistema y sin ninguna posibilidad de construir o imaginar un proyecto a futuro. Son los jóvenes desafiliados (Castel, 2012), desechables (Reguillo, 2014) a partir de los cuales se construye en el imaginario social, la figura del “joven peligroso”, extendiéndose a todos los jóvenes por igual tan solo por pertenecer a estos barrios.

De este modo los jóvenes denuncian la ruptura de los lazos sociales hacia el interior de estos barrios, por lo que lejos de convertirse en espacios que brindan seguridad en relación al contexto exterior, se transforman día a día en barrios más inseguros por la violencia que se vive “desde dentro” (Wacquant, 2007).

En segundo lugar, estas imágenes vinculadas a las vivencias de los jóvenes, de habitar en un espacio u otro, determinan el límite, la frontera que se dibuja (a partir de sentirse incluidos/excluidos), y forjan un entramado de relaciones que no solo marcan un orden social sino que se instituyen en rúbricas que estigmatizan (desde los jóvenes del centro de la ciudad) e impactan negativamente en la subjetividad de los jóvenes de sectores populares (Goffman, 1970). Uno de los jóvenes que participó activamente en la persecución, expresa:

Yo arrastré a uno que estaba afuera de una casa de computación y tenía las cosas metidas dentro de la campera, no sé si se acuerdan el calor que hacía ese día, no era para campera tampoco. Y ese chico cuando le vinieron a pegar me dijo recién salgo de trabajar... A mí, el tema de los linchamientos me gustó, en el sentido de no por el linchamiento en sí, sino de que la gente haya tomado cartas en el asunto, es muy bastardo lo que voy a decir, pero a mí nunca me choreó un rubio de ojos celestes (Marcos, de Nueva Córdoba).

En su relato, no solo deja explícito que defendió la propiedad privada, sino que también devela, a partir del enunciado “a mí nunca me choreó un rubio de ojos celestes”, la conjunción entre discriminación y violencia y, por ende, la racialización de la población que queda segregada y confinada a sus propias miserias (Wieviorka, 2007). El racismo (discursivo y práctico) aparece cada vez que estos jóvenes, “los negros de la villa” –expresión que asocia lugar de residencia con color de piel– son víctimas de actos de segregación, y no son aceptados en la convivencia por parte de los “jóvenes del centro”, por ser considerados “peligrosos o nocivos” para el común de la gente que “no acepta la diversidad”.

Los jóvenes de sectores populares expresan que la noche de los saqueos no solo se convirtió en el momento propicio para apropiarse de los bienes a los que no podían acceder de otro modo, sino que también en una oportunidad para dar rienda suelta al “odio, rencor” frente a tanto maltrato e impunidad por parte de un sector de la población, y de instituciones como la policía.

Causas de la violencia desde la perspectiva de los/las jóvenes

Organización de la ciudad a partir de políticas habitacionales de erradicación de villas : Reconfiguración socioespacial - Fragmentación urbana - Delineamiento de la ciudad en límites internos/externos Centro/periferia Relaciones de poder: unos y otros	Desigualdades sociales : categorías pareadas: barrios seguros del centro/ barrios inseguros de la periferia/ Barrios de Prestigio del centro/barrios marginados degradados Incluidos/ excluidos Injusticia Social: resentimiento social Ruptura de lazos sociales
Violencias: unos contra otros	
Código de faltas - ley del merodeo: portación de rostro Racialización y criminalización de la pobreza Pérdida de derechos/ proyecto de vida Marcha de la gorra Procesos de subejtivación	Construcción de la identidad: Capital cultural/ "distinción natural" Atributos desacreditantes / desacreditables Jóvenes solidarios /jóvenes violentos Estigmatización / discriminación Procesos de desubjetivización

La maldición de la pobreza y la "portación de rostro"

El camino trazado devela cómo a partir de la construcción de categorías que demarcan los barrios seguros e inseguros, y de los atributos asignados según el lugar de residencia, se pone en juego la construcción de la identidad personal y social (Goffman, 1970) de los jóvenes de

ambos sectores, a partir de los “límites subjetivos que se establecen entre los procesos de adscripción/diferenciación que se inscriben en sus condiciones de vida” (Valenzuela, 2014: 21). Se advierte cómo se constituyen grupos que pasan a ser reconocidos en base a las discriminaciones que sufren en relación al lugar de residencia.

Ser estudiante y vivir en Nueva Córdoba me limita mucho mi capacidad de análisis, sobre cómo se vive en otros barrios, porque básicamente está todo hecho en este barrio, no necesitás salir, tenés todo aquí. Hay toda una estructura gubernamental, y desde el Estado provincial, hecha para que la persona que viene a vivir a Nueva Córdoba viva en un frasco básicamente, nos hacen vivir en un frasco. Porque tenemos el Código de Faltas, por el cual una persona con gorra o de tez oscura se la detiene para pedirle documentación y demás. Y se trata siempre de conservar el mismo estatus digamos, y que la persona que vive en Nueva Córdoba tenga ciertas cuestiones cubiertas si se quiere, roce o no, y que no se cruce con cuestiones de violencia, inseguridad y demás de otros barrios (Diego, de Nueva Córdoba).

¡Nosotros estuvimos como diez años pidiendo la luz, ahí donde vivimos con mi papa! Y pidiendo el colectivo. Era un colectivo que se caía a pedazos, después era una traffic que era horrible porque pasaba casa por casa, buscando a quien viajaba para la ciudad, pero era muy fea y ahora tenemos la línea del 68. Pero es horrible porque te tienen caratulada como que vos vivís allá y sos menos gente o sos menos persona. Quedás como caratulado como que son barrios más pobres, más carenciados y es una injusticia, porque el que tiene poder no hace nada con esos barrios. Porque no le dan importancia tampoco. Porque no les interesa. No es buena publicidad ir a un barrio allá. Lo que pasa en mi barrio es que no nos tienen en cuenta porque no es un barrio visible. Es más, ni en el mapa figuramos (Río). Y se preocupan por lo que se ve en la sociedad, o sea, por los lugares que son visibles, por esos barrios por ejemplo, Nueva Córdoba, por esos barrios que son visibles ante la sociedad y ante

cualquiera, no por los barrios que no los tienen en cuenta y que nadie se acuerda (Jésica, de Chacra de la Merced).

En el marco descripto, la asociación entre atributos espaciales y socioculturales se constituye en un mecanismo de selección y/o exclusión, que abre o cierra las oportunidades de obtener un empleo, interactuar con otros jóvenes, acceder a ciertos consumos, y expresa en sí misma “las luchas simbólicas por la apropiación de esos signos distintivos que son los bienes o las prácticas enclasadadas y enclasantes” (Bourdieu, 1988: 247) signando a los más desprotegidos a una serie de privaciones –entre ellas de servicios básicos, como lo relata la joven– para alcanzar una mejor calidad de vida. En consecuencia, se marcan claramente las diferencias que se plantean en cuanto a igualdad de oportunidades en nuestra sociedad para los jóvenes de sectores más desfavorecidos (Dubet, 2012), al convertirse el barrio en una “marca negativa” ligada de manera persistente a ciertos atributos específicos en el imaginario social, desde la cual se pretende explicar la inferioridad del estigmatizado y dar cuenta del peligro que representa para la sociedad (Goffman, 1970).

Para los jóvenes de Nueva Córdoba, vivir en un barrio “frasco/burbuja” es portador en sí mismo de cierto prestigio, les confiere una identidad social que refuerza su identidad personal y, por ende, su adscripción identitaria a un sector reconocido en la sociedad: “Ser estudiante y vivir en Nueva Córdoba... te brinda un estatus... roce... seguridad.... que no te cruces con cuestiones de inseguridad y violencia”. Bajo esta lógica, en otro de los grupos, un joven refiere que portar un apellido ser “hijo de cuyo Padre Es”⁵ opera como una sentencia para los jóvenes, desde la cual se quiere significar que ser hijo de un padre con apellido distinguido los habilita –a partir de conocer

5 Las mayúsculas son nuestras.

el linaje del Otro, de su capital cultural (Bourdieu, 1988) (al ser reconocidos socialmente por el apellido, la escuela a la que concurren, la universidad que se paga, el barrio en el que se vive, los lugares de esparcimiento nocturnos, los viajes realizados etc.) – a forjar vínculos con Otro igual a ellos. Por lo tanto, desde este modelo –idéntico a sí mismo– ciudadano, universitario, se legitima (invisibilizando) las diferencias que se establecen con aquel “cuyo padre NO es” quedando así, estos últimos situados en inferioridad de condiciones. Se justifican las desigualdades, desde un mecanismo ilusorio –de “distinción natural” (Bourdieu, 1988: 247) – que señala que lo que marca la diferencia no es lo que se “tiene”, sino lo que se “Es”.

En contraposición a este relato, la joven que vive en un barrio “invisible/ pobre” denota desde su discurso la situación paradójica a la que son expuestos por habitar estos barrios: “son invisibles” para el Estado que los margina/segrega de toda capacidad de acceder a derechos políticos, de los beneficios tanto económicos como sociales, y que signa a los más desprotegidos a una serie de privaciones para alcanzar una mejor calidad de vida; y “son visibles” para la sociedad que los señala desde el lugar más cruel: desde la estigmatización, la discriminación y, en última instancia, desde el racismo.

Se percibe que la trayectoria de vida de estos jóvenes se desarrolla en base a una identidad desacreditada que se construye, desde la infancia, alrededor de atributos negativos desacreditantes (Goffman, 1970). Auyero (2007) señala que vinculados a los términos villa y villero circulan en el imaginario colectivo atributos negativos como suciedad, vagancia, ignorancia y delincuencia. Por este motivo, el lugar de residencia se convierte en un estigma cuando los prejuicios operan con una lógica discriminatoria que reduce a los jóvenes y sus familias a

ser objetos de desacreditación y humillación permanente (Goffman, 1970).

Al mismo tiempo, se visibiliza cómo el lugar de residencia se convierte en un atributo que los torna desacreditables, y por ello viven el dilema permanente de ser descubiertos y a partir del cual deben crear estrategias de ocultamiento respecto a su lugar de residencia (por ejemplo, ante la búsqueda laboral). En consecuencia, una identidad forjada en base a la ecuación pobre/villero/habitantes de barrios-ciudades = negro/choro/violento los conduce a limitar sus capacidades y oportunidades individuales, impidiéndoles así alcanzar un mínimo de bienestar, al punto tal de llegar a sentirse –por vivir en estos enclaves de pobreza– “menos gente, menos persona”. Este sentimiento descarnado patentiza y expresa la vinculación de la violencia con profundos procesos de desubjetivación en los que se les niega, como sujetos, la capacidad de tomar sus propias decisiones y se pierde, así, toda posibilidad de autonomía (Wieviorka, 2006).

Se deja al descubierto, desde las narrativas de los jóvenes de ambos grupos, la importancia que cobra, en la organización y reproducción de la organización social, y por ende en las relaciones de poder, este sentimiento de identidad o *conciencia del nosotros* (Valenzuela, 2014).

Atendiendo a esto último, surge un tema que no puede soslayarse por la importancia que cobra en su cotidianeidad y que fue mencionado anteriormente: el recrudecimiento de la violencia institucional represiva por parte de la policía orientada directamente hacia los jóvenes de sectores populares. Así se suma al discurso racializante xenofóbico de la sociedad el discurso racializante desde el Estado a partir sus prácticas institucionalizadas, a través de la aplicación de dispositivos estatales – como el Código de Faltas– que se erigen en nombre de una política

de seguridad y de prevención en la ciudad (Svampa, 2013; Crisafulli, 2014). En este marco, los jóvenes de ambos sectores reconocen que las prácticas de detenciones se realizan en general, a partir de la apariencia física: “por portación de rostro”.



Se toman dos viñetas a fin de exponer sus experiencias:

Grupo de barrio Residencial

Mural 1 - Realizado por jóvenes de una escuela pública

José: -Siempre te van a prepear [la gente, la policía] para que vos como que te envenenes, para que digas ¿qué me tratás así? Como para que lo trates de igual a igual. Para que ellos te lleven así preso, vos te enfermes [te enojas], después ellos te tengan un rato, por eso yo siempre me quedo en el molde. Porque sé que si los trato mal voy a tener consecuencias, siempre los trato con respeto y trato de hacer las cosas más simples, aunque me cago de odio.

María: -Es que por ser negro, negro en el sentido de piel, eso genera la violencia [...] Y vos Mati, te humillan los policías.

Jonahan: -Sí. Viene la represión (risas).

María: -Los policías si lo ven a uno con unas zapatillas diferentes, vestido diferente, lo primero que piensan es otra cosa y si ven a otro vestido mejor, como que ellos mismos arman ese tema de la discriminación.

José: -Es que vos vas a ver en Nueva Córdoba que hay un chico bien vestido suponete, y no te lo van a parar, pero vos vas a ver un negro, por así decirlo, no sé... con zapatillas con resorte y si, te lo paran ¿Por qué?

Grupo de barrio Nueva Córdoba

Moderador: -Ustedes comentaron que a algunos chicos "morochitos" [expresión utilizada por un joven del grupo] se les pide el documento para ingresar al centro, ¿alguna vez les pasó presenciar esa situación a ustedes?

Diego: -Sí, bueno, con el tema de los chicos que están en la calle para pedirle documentación todo el tiempo... Acá, en Nueva Córdoba.

Sofía: -Sí, todo el tiempo. En el Patio Olmos, en la Plaza España, en la Yrigoyen, lo ves a diario casi. Es muy común verlo, re común. A mí me da una impotencia, y vos decís: ¿Por qué lo estás parando? O sea, si, hay figuras por ejemplo que son inconstitucionales del código de faltas, como el merodeo.

Diego: -A nosotros no nos paran, "somos rubiecitos" [expresión dicha con ironía y entre risas]... ahí te das cuenta que se arma un estereotipo, sos morochito... usás gorra... entonces sos choro.

Los jóvenes ponen de manifiesto lo que representa para ellos la expresión "portación de rostro", y a partir de la cual se les adscriben atributos desacreditantes que les impiden el ingreso al centro de la ciudad. Entre ellos, las características raciales (el color de piel) y por otro por las apariencias físicas (vestimenta, estética corporal y tratamiento del cuerpo: peinado "cresta", tatuajes). Esta expresión discursiva, cada vez más popular en la ciudad de Córdoba, remite a una triple combinación: el estigma de

clase, lugar y color desde la cual se establece una relación desvirtuada con respecto al “otro”, en la que las diferencias creadas y re- creadas desde el imaginario social son transformadas en estigmas para luego justificar la exclusión de los jóvenes de sectores populares de la trama social. Se profundiza, de este modo, la asociación entre los jóvenes de sectores populares y la violencia a partir de los procesos que tienden a convertir el “caso concreto en una tipología general” (Hopenhayn, 2006: 52) con todo lo que ello implica en la construcción de su identidad.

En consecuencia, y a partir de estas experiencias dolorosas que transitan los jóvenes de sectores populares en la ciudad, surge como prioridad denunciar y desarticular los cuerpos de significaciones sociales que operan desde prácticas y modos de dar respuestas a la dicotomía –pobres / ricos, jóvenes de barrios seguros / jóvenes de barrios inseguros– desde los cuales se identifica a los sectores de pobreza como territorios temidos y a los jóvenes como sujetos de amenaza.



Mural 2 - Realizado por jóvenes en una escuela pública

Una de las prácticas desde donde los jóvenes y diversas organizaciones de la ciudad de Córdoba denuncian esta *violencia de la desigualdad* (Bonvillani, 2007) es la manifestación popular conocida como la Marcha de la Gorra, en la cual los jóvenes crean y recrean un espacio en donde se “encuentran” unos y otros, los “jóvenes de la periferia” y los “jóvenes del centro”, delatando en forma conjunta la perversidad de un “sistema que apunta más a castigar, por lo del Código y el merodeo, que a prevenir” (Sofía de Barrio Nueva Córdoba), tornando invisibles los verdaderos problemas sociales. Cobra sentido, aquí, el interrogante que realiza Wieviorka en relación al sujeto y la violencia: ¿No será que la violencia es necesaria para que el sujeto [los jóvenes de sectores populares] se constituya (Wieviorka, 2006: 247)?

Conclusiones

A partir de las discusiones, los jóvenes fueron buscando respuestas sobre cómo superar los enfrentamientos y los posibles modos de abordar las diferentes desigualdades asociadas a la violencia urbana. Se destacan algunos aspectos que pueden señalarse como una tendencia general y como particularidades del contexto en lo que respecta al tratamiento del tema.

La primera se apuntala en la concepción de la “igualdad de oportunidades” en relación a la “educación, el trabajo, y el acceso a cualquier tipo de bienes materiales”. Surgen diferentes voces que cuestionan esta tesis ya que los jóvenes, a partir de sus relatos, habían logrado constatar que en la interfaz violencia y desigualdades se evidencian cuestiones estructurales derivadas de la organización social cordobesa, que al menos tal como y está, impedirían o no facilitarían la igualdad de oportunidades para los/ las jóvenes de sectores populares.

Polemizar este punto conduce a poner en el centro de la cuestión el concepto de igualdad y las políticas públicas desde donde se intentan paliar las desigualdades. El diagnóstico presentado demostró que si bien los distintos gobiernos han implementado medidas asistencialistas para cubrir las necesidades básicas de los jóvenes de sectores populares, estas no se consideran suficientes y, lejos de superar las desigualdades reinantes, han profundizado la brecha/grieta entre los sectores de la sociedad cordobesa, siendo las familias y los jóvenes de sectores populares lo que más han sufrido las consecuencias de la pérdida de los derechos sociales.

En este contexto, desarmar las dinámicas desde las cuales se construyen las desigualdades planteadas no puede pensarse solo como un problema topológico que se resuelva derribando los muros simbólicos de la ciudad. Es más bien, como señala Tilly (2000), un problema político y social que está en el corazón de las instituciones y las subjetividades. Implica correr nuestra mirada desde una concepción que descansa solo en las posibilidades que se brinda a una persona para acceder a derechos que le permiten simplemente sobrevivir, a poner en consideración una perspectiva desde la cual se ofrezca a los jóvenes la mayor cantidad de oportunidades para desarrollar las capacidades individuales a fin de alcanzar un nivel básico de bienestar humano (Sen, 2000). Esto es, brindar a los jóvenes las condiciones necesarias para manejarse y ser reconocidos como ciudadanos de pleno derecho en la sociedad que viven, desde una verdadera participación activa, reconociéndose como parte de ella (Lefebvre, 1978) y desde donde se posibilite la distribución equitativa de diferentes tipos de recursos (Borja, 2011).

Coincidimos con Castel (2010) quien refiere que la “cuestión social” —sobre la lucha contra la violencia y la

delincuencia– tomando como centro a los jóvenes de sectores populares como el prototipo de la clase peligrosa, no tiene sentido y se convierte solo una excusa en el tratamiento del tema. Sostenemos la hipótesis de que abordar la violencia en estos escenarios implica vincularla y afrontarla desde los eslabones previos desde donde se gesta (Saraví, 2006): desde la lucha contra las desigualdades y las discriminaciones que sufren los jóvenes populares en los diferentes dominios de la vida social, a fin de evitar el desencadenamiento de nuevas desventajas de las cuales se les hace más difícil escapar, al constituirse en una trampa que coarta la realización de sus expectativas.

Referencias

- Agencia Nacional de Noticias Jurídicas. (9 de diciembre de 2013). El gobernador de la Sota decidió respaldarse en los intendentes Crisis policial en Córdoba: causas y consecuencias. *Infojus Noticias*. <http://www.archivoinfojus.gob.ar/provinciales/crisis-policial-en-cordoba-causas-y-consecuencias-971.html>
- Auyero, J. (2002). Fuego y barricadas. Retratos de la beligerancia popular en la Argentina democrática. *Revista Nueva Sociedad. Democracia y Política en América Latina*, 179, 144-162.
- Auyero, J. (2007). Claves para pensar la marginación. En L. Wacquant, *Parias urbanos: marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio* (pp. 10-31). Manantial.
- Auyero, J. y Berti, M. F. (2013). *La violencia en los márgenes: una maestra y un sociólogo en el conurbano bonaerense*. Katz.
- Boito, M. E. y Espoz M. B. (13-18 de agosto de 2007). *Subjetividades y contextos de pobreza: indagación sobre los sentires vivenciados por los actores involucrados en las políticas habitacionales de la ciudad de Córdoba*. XXVI Congreso ALAS, Guadalajara, México.

- Boito, M. E., Cervio, A. L. y Espoz, M. B. (2009). La gestión habitacional de la pobreza en Córdoba: el antes y después de las ciudades-barrios. *Boletín Ontaiken*, 7, 50-58.
- Bonvillani, A. (2007). *La violencia de la desigualdad: algunas líneas de sentido en el encuentro con jóvenes pobres* [ponencia]. II Foro de Psicología y Trabajo Comunitario: Subjetivación y Situaciones de Violentación Cotidiana. Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina.
- Borja, J. (2011). Crisis urbana y derecho a la ciudad. Espacio público y derecho a la ciudad. *Viento Sur*, 116, 39-49.
- Bourdieu, P. (1988). *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*. Taurus.
- Bourdieu, P. y otros. (1999). *La miseria del mundo*. Fondo de Cultura Económica.
- Bourgois, P. (2001). The power of violence in war and peace: post-cold war lessons from El Salvador. *Ethnography*, 2(1), 5-34.
- Burgess, R. (2009). Violencia y la ciudad fragmentada en Falu. En A. Falú, *Mujeres en la ciudad de violencias y derechos* (pp. 99-126). Ediciones Sur.
- Cardozo, G. (2010). *Adolescentes en riesgo psicosocial y resiliencia* [Tesis doctoral, Universidad Nacional de Córdoba].
- Castel, R. (2010). *Robert Castel en la cátedra de UNESCO: las transformaciones del trabajo, de la producción social y de los riesgos en un período de incertidumbre*. Siglo XXI.
- Castel, R. (2012). Prólogo. En G. Pérez Soto y M. Romero, *Futuros inciertos: informe sobre vulnerabilidad, precariedad y desafiliación de los jóvenes en el conurbano bonaerense* (pp. 9-17). Instituto Torcuato Di Tella.
- Cervio, A. L. (2008). El espacio de lo popular en el texto de la ciudad. El caso de una política habitacional con acento cordobés. *Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, 2(2), 211-229. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2884341>
- Cervio, A. L. (2013). *Las (im)posibilidades del movimiento/ circulación del 'habitante de segunda'. Una aproximación a las experiencias del habitar en la ciudad de Córdoba*

- durante la década del '80. X Jornadas de Sociología de la UBA, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.
- Chavez, M. (2010). *Jóvenes, territorios y complicidades: una antropología de la juventud urbana*. Espacio Editorial.
- Crisafulli, L. (2014). El martillo y la policía: hacia la tolerancia cero y el racismo. En E. Bisig (coord.), *Jóvenes y seguridad: control social y estrategias punitivas de exclusión. Código de Faltas Provincia de Córdoba* (pp. 177-197). Universidad Nacional de Córdoba.
- Dubet, F. (2012). *Repensar la justicia social: contra el mito de la igualdad de oportunidades*. Siglo XXI.
- El llamado narcoescándalo [...]. (22 de diciembre de 2013). *Perfil*. <https://www.perfil.com/noticias/politica/El-llamado-narcoescandalo-influyo-en-la-protesta-policial-dice-Monteoliva-20131222-0001.phtml>
- Espoz, M. B. (2009). La ciudad y las ciudades-barrio: tensión y conflicto a partir de una lectura de la producción mediática de miedos en el marco de espacios urbanos socio-segregados. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad* *Cuerpos, Espacios y Narrativas*, 1(1), 78-87.
- Fernández, A. M. (2007). *Lógicas colectivas de la multiplicidad: cuerpos, pasiones y políticas*. Biblos.
- Foucault, M. (1988). El sujeto y el poder. *Revista Mexicana de Sociología*, 50(3), 3-20.
- Garayo, N., Guerra, F., Lerda, M. y otros. (2013). Realidades y construcciones mediáticas. Escenarios y actores. Un acercamiento al conflicto social a partir del Acuartelamiento policial. *Observatorio Universitario de Medios* (Escuela de Ciencias de la Información de la Universidad Nacional de Córdoba) https://fcc.unc.edu.ar/sites/default/files/archivos/oum_3_y_4_de_diciembre_de_2013.pdf
- García Canclini, N., Cruces, F. y Urteaga Castro Pozo, M. (2012). *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales*. Ariel.
- Glaser, B. y Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Aldine Publishing.

- Goffman, E. (1970). *Estigma. La identidad deteriorada*. Amorrortu.
- Gutiérrez, A. (2004). *Pobre... como siempre: estrategias de reproducción social en la pobreza*. Ferreyra Editor.
- Ibáñez, J. (1979). *Más allá de la sociología. El grupo de discusión: técnica y crítica*. Siglo XXI.
- Hopenhayn, M. (2006). La juventud latinoamericana en sus tensiones y sus violencias. En J. Mor (Ed.), *Juventudes, violencia y exclusión: desafíos para las políticas públicas* (pp. 29-53). Magna Terra Editores.
- Lefebvre, H. (1974). La producción del espacio. *Papers: Revista de Sociología*, 3, 219-229.
- Lefebvre, H. (1978). *El derecho a la ciudad*. Península.
- Ley 8431 de 1994. Código de Faltas de Córdoba. 17 de noviembre de 1994. <https://www.argentina.gob.ar/normativa/provincial/ley-8431-123456789-oabc-defg-134-80000orpyel/actualizacion>
- La Nación. (2013). <http://www.lanacion.com.ar/saqueos-en-cordoba-t48972>
- La Voz del Interior. (2013). <https://www.lavoz.com.ar/edicion-impresa?date=2013-12-05>
- López Becerra, M. H. (2010). Las paradojas del desarrollo, las políticas públicas y las nuevas y viejas desigualdades. *Revista Elehuterá*, 5, 146-157.
- López Becerra, M. H. (2011). Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de Paz. *Revista Paz y Conflictos*, 4, 121-135.
- Míguez, D. (2010). *Los pibes chorros. Estigma y marginación*. Capital Intelectual.
- Moro, J. (2006). Exclusiones y violencias, las juventudes en la mira: una introducción. En J. Moro (ed.), *Juventudes, violencia y exclusión: desafíos para las políticas públicas* (pp. 17-25). Magna Terra Editores.
- Petracci, M. (2007). La agenda de la opinión pública a través de la discusión grupal. Una técnica de investigación cualitativa: el grupo focal. En A. Kornblit, *Metodologías cualitativas: modelos y procedimientos de análisis* (pp. 77-90). Biblos.

- Reguillo, R. (2008). Las múltiples fronteras de la violencia: jóvenes latinoamericanos entre la precarización y el desencanto. *Pensamiento Iberoamericano*, 3, 205-225.
- Reguillo, R. (2014). Jóvenes, riesgos y desafiliaciones en Latinoamérica. Entrevista realizada por Viviana Soane. *Revista Latinoamérica (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales)*, 23(2), 51-57.
- Reygadas, L. (2004). Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional. *Política y Cultura*, 22, 7-25.
- Reygadas, L. (2008). *La apropiación: destejendo las redes de la desigualdad*. México: Anthropos.
- Salguero Myers, K. A. (2013). Configuraciones urbanas y experiencias en la ciudad de Córdoba: gerenciamientos del espacio y sociabilidades en el capitalismo hoy [ponencia]. VI Encuentro Panamericano de Comunicación, Córdoba, Argentina.
- Salvia, A. (2008). La cuestión juvenil bajo sospecha. En A. Salvia (Comp.) *Jóvenes promesas. Trabajo, educación y exclusión social de jóvenes pobres en la Argentina* (pp. 11-30). Miño y Dávila.
- Saraví, G. (2006). Los eslabones de la violencia juvenil: Acumulación de desventajas en la transición hacia la adultez. En J. Moro (Ed.), *Juventudes, violencia y exclusión: desafíos para las políticas públicas* (pp. 89-130). Magna Terra Editores.
- Scribano, A. y Seveso Zanín, E. (2012). La cabeza contra el muro: geopolítica de la seguridad y prácticas policiales. *Revista de Ciencias Sociales*, 25(30), 11-32.
- Sen, A. (2000) *Desarrollo y libertad*. Planeta.
- Svampa, M. (13 de diciembre de 2013). La caja de Pandora de los saqueos. *Clarín*. http://www.revistaen.clarin.com/tema/maristella_svampa.html
- Tiempo Argentino. (8 de diciembre de 2013). <https://www.tiempoar.com.ar/archivo>
- Tilly, C. (2000) *La desigualdad persistente*. Manantial.
- Valenzuela Arce, J. M. (2014)., Introducción Side to side: identidades juveniles (trans)fronterizas. En J. M. Valenzuela

- (Coord.), *Tropeles juveniles: culturas e identidades (trans) fronterizas*. El Colegio de la Frontera Norte; A. C.
- Vite Pérez, M. A. (2003). Notas para pensar la nueva desigualdad social. *Sociológica*, 18(52), 211-225.
- Von Lücken, M. (2011). Relocalización de villas en Córdoba: Caso villa la Maternidad. *Documento de Jóvenes Investigadores n. 33*. Instituto de Investigación Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, UBA. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iigg-uba/20120302034120/dji33.pdf>
- Wacquant, L. (2006). Castigar a los parias urbanos. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, 2, 59-66.
- Wacquant, L. (2007). Los condenados de la ciudad: gueto, periferia y Estado. Siglo XXI.
- Wieviorka, M. (2006). La violencia: destrucción y construcción del sujeto. *Espacio Abierto*, 13(1 y 2), 239-248.
- Wieviorka, M. (2007). La mutación del racismo. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 49(200), .
- Wieviorka, M. (2012). Los retos de la sociología y discusiones sobre violencia y multiculturalidad. *La Colmena, Revista de Sociología*, 19.
- Willadino Braga, R. (2004). Procesos de exclusión e inclusión social de jóvenes en el contexto urbano brasileño: un análisis de trayectorias de violencia y estrategias de resistencia [Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas, Departamento de Psicología Social].
- Wortman, A. (2007). *Construcción imaginaria de la desigualdad social*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.



¿Es posible salir de la exclusión, racismo y racialidad? La ancestralidad y la espacialidad, fundamentos EN la “forma escuela” EN Pueblos Indígenas

Javier Fayad Sierra¹

-
- 1 Posdoctor en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud por el Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la alianza CINDE - Universidad de Manizales – Colombia/ Pontificia Universidade Católica de São Paulo – Brasil/ El Colegio de la Frontera Norte de México-

COLEF. Institución aval: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Doctor en Educación y Pedagogía, Profesor titular del Instituto de Educación y Pedagogía de la Universidad del Valle, Investigador en Pedagogía en Pueblos Indígenas. E-mail: javier.fayad@correounivalle.edu.co



*Dedicado al mayor Misak Avelino Dagua
quien en Diciembre del 2015
inició el viaje de retorno espiritual*

Presentación

Este artículo da cuenta del trabajo realizado para formular los aportes de la ancestralidad², como una visión de mundo, que permita recuperar tradiciones culturales que históricamente el colonialismo intelectual y el racismo³ como prácticas de exclusión no reconocen, y aportar a los niños, niñas y jóvenes de Pueblos Indígenas en Colombia⁴ otro universo de conocimiento a incluir en la forma escuela⁵. Este trabajo de investigación se llevó a la práctica en el acompañamiento a los

-
- 2 La ancestralidad desde la intraculturalidad se refiere a la filosofía de la naturaleza, de la madre tierra, que tiene anima, alma, espíritu. Parte de la cosmovisión y la ancestralidad. En estas comunidades todas las cosas, sitios, animales, plantas, personas son entidades vivas. Los ancestros no mueren hacen el viaje de retorno espiritual, van al mundo de abajo y un año de nosotros es un día de ellos y cada primero de noviembre vienen a compartir el alimento en el día de las ofrendas,
 - 3 Teun Van Dijk define el racismo como la ideología que legitimó la esclavitud, la explotación y la discriminación, el mundo europeo como consecuencia del colonialismo consolidó este sistema de dominación en el que los “otros” no europeos fueron percibidos y tratados sistemáticamente como diferentes e inferiores. (Van Dijk, 2007: 21).
 - 4 En Colombia habitan 85 pueblos indígenas y su diversidad cultural se refleja en el uso de más de 64 idiomas y 300 formas dialectales. Los pueblos indígenas de Colombia se encuentran organizados en 679 Resguardos, en el Departamento del Cauca se encuentran 84. Según el Departamento Nacional de Estadística en el año 2.005 la población indígena de Colombia ascienden a 1.392.623 y la población indígena del Cauca a 248.532 habitantes (CRIC, 2007: 10).
 - 5 La forma escuela hace referencia al modelo escolar que existe hoy y que históricamente ha sido un modelo de imposición con el interés de colonizar, evangelizar, integrar y adaptar a una sociedad hegemónica y monocultural.

docentes y comunidad del Pueblo Misak⁶ del Resguardo de Guambia en el departamento del Cauca, por medio de un Diplomado del Instituto de Educación y Pedagogía de la Universidad del Valle, sobre alternativas y contenidos para construir los Proyectos Educativos Comunitarios en la perspectiva de retomar el conocimiento “propio” indígena y fortalecer las visiones de mundo en la labor que hacen los docentes, de comunidad.⁷

Metodológicamente el trabajo realizado se centraba en organizar encuentros de “diálogo de saberes”⁸, sobre algunos aspectos concretos que salían del diplomado con algunos docentes o personas de comunidad, que permitiera profundizar en la construcción de salidas ante los modelos convencionales de escolarización, que implementan formas de negación y exclusión de los niños, niñas y jóvenes indígenas. Uno de los problemas en educación en Colombia es el hecho de su visión centrada

- 6 El Pueblo Misak es la población indígena que históricamente ha permanecido en el Resguardo ancestral de Guambia que está ubicado en las estribaciones de la cordillera central, en el páramo de las Delicias y una parte en Moras, en el municipio de Silvia, a 50 Km. al nororiente de la ciudad de Popayán. La población Misak ha tenido distintos procesos de crecimiento y migratorio, de acuerdo con sus dinámicas de reagrupamiento como grupo étnico, representadas en 4.582 familias y 22.987 personas. (Tunubalá; Muelas Trochez, 2009: 31)
- 7 La parte de acompañamiento y presencia en el territorio se hizo en el Resguardo Indígena de Guambia en el municipio de Silvia, Cauca, durante el año 2012 y 2013.
- 8 El diálogo de saberes es una propuesta metodológica de la educación popular, especialmente de Paulo Freire, donde se trata de promover la participación y la elaboración colectiva de opiniones, puntos de vista, reflexiones, que necesariamente lleven a un fortalecimiento de las personas y la comunidad gracias a la capacidad de argumentar y de buscar salidas a los problemas en forma colectiva y organizada. Esta forma de trabajar en comunidad permite construir y fortalecer una comunidad de sabedores, cuyo objetivo es transformar las condiciones sociales en que se encuentran como grupo, colectivo y comunidad.

¿Es posible salir de la exclusión, racismo y racialidad?
La ancestralidad y la espacialidad, fundamentos
EN la “forma escuela” EN Pueblos Indígenas

en los aspectos de la calidad, con mediciones y aplicación de indicadores que se trabajan desde las llamadas competencias y estándares, donde no se reconoce e incluyen los contextos situados, las realidades, los conocimientos y las tradiciones de los Pueblos Indígenas.

La contribución central de éste texto es aportar con algunos elementos sobre cómo salir del racismo y la racialidad, al plantear una “forma escuela” que corresponda a las identidades y contenidos de los Pueblos Indígenas, donde se requiere reconocer, profundizar y concretar las relaciones de ancestralidad y espacialidad, que fundamentan las relaciones de conocimiento de las comunidades. Se trata de formular, crear y diseñar “otras” experiencias, indagaciones y construcciones, que respondan a la necesidad de un cambio hacia prácticas pedagógicas alternativas y autónomas para el contexto de los Pueblos Indígenas en Colombia.

Los cambios en la concepción y práctica de la forma escuela EN los Pueblos Indígenas, opción posible para salir de la exclusión producida por el racismo y la racialidad

Para nadie es un secreto que las condiciones educativas en los Pueblos Indígenas es una forma de negar las condiciones de fortalecimiento de los procesos identitarios como Pueblos diferenciales. De hecho tenemos que recordar históricamente que la escolarización era uno de los medios para la evangelización, como forma de implementación de la “matriz colonial de poder”⁹, donde la función

9 La matriz colonial de poder es la referencia de la matriz colonial expresada en el contexto de la colonialidad del poder que Patri-

de la escuela era aculturizar y hoy en día sigue siendo la de adaptar e integrar a la sociedad nacional. Un ejemplo de esto lo plantea la UNESCO, cuando dice que:

En términos más generales, los grupos étnicos representan el sector más desaventajado en términos económicos, factor que se refleja como una variable significativa en relación a los resultados de aprendizaje de lectura, matemática y ciencias, según la prueba SERCE-2006. El informe plantea que la pertenencia a un grupo indígena se asocia negativamente con el aprendizaje, principalmente por la precariedad en la que viven los niños y sus familias, sumado a la baja escolaridad de los padres. Además de las inequidades económicas que afectan negativamente los resultados de aprendizaje, los factores lingüísticos y culturales de origen, son por lo general contrapuestos a los contenidos y al tipo de socialización que se ofrece a los estudiantes indígenas en las escuelas (UNESCO, 2013: 162).

Esta situación ha generado la urgencia de plantear el aspecto de la pertinencia en educación que permita reconocer las relaciones entre las relaciones interculturales de la educación, entendidas como la necesidad de generar procesos de relaciones de doble vía entre la educación convencional y la educación indígena; y las relaciones intraculturales de la educación, entendida como los elementos de significación, sentido y socialización de la territorialización, los conocimientos, prácticas, tradiciones propias de cada Pueblo Indígena (Unesco, 2013; Cepal, 2014).

Es necesario reconocer que en las mediciones en educación en Pueblos Indígenas y en otros sectores sociales,

cio Noboa Viñan referencia como síntesis de los planteamientos de varios autores dentro lo que se ha denominado recientemente la corriente de de-colonial. Quijano, Mignolo Walsh, Dussel, entre otros, donde se elabora una visión crítica al colonialismo, postcolonialismo y las categorías neoliberales. (Noboa, 2005); en esta visión incluimos también a Simon Yampara, sociólogo Aymara.

la calidad y la asistencia no asegura la pertinencia, porque es muy alta la falencia de que la “forma escuela” atienda la educación desde el idioma materno de cada comunidad; igual pasa con los contenidos que necesariamente se relacionan con el idioma materno, porque es por medio del idioma propio que se transmite la cultura, la cosmovisión y los valores; pasa todo lo contrario porque la “forma escuela” produce brechas de negación y exclusión de la educación indígena. (Unesco, 2013; Cepal, 2014)

Lo mismo ocurre con la llamada educación terciaria, porque en últimas, si la estandarización y la calidad pretende asegurar que los jóvenes accedan a la profesionalización, entonces en el caso indígena esto no se cumple. Según el Informe UNESCO 2010, que analiza las múltiples medidas que los países de la región han adoptado para que la población indígena acceda a la educación terciaria; se plantea que los logros en cuanto al acceso son aun incipientes, en el caso de Colombia, solo 0,6% (incluyendo educación técnica profesional, tecnológica universitaria) de un total nacional de aproximadamente 3,5%, de la población indígena logra entrar a programas de educación terciaria. (UNESCO, 2013: 163).

Consideramos que hablar de diferencias sociales y diversidad, tiene que ver con el pensamiento de la “alteridad”, que está relacionado directamente con el papel que cumple el reconocimiento. El debate de la “alteridad” recoge los aspectos de la diferencia, de aquello que es diferente y requiere ser nombrado en “otro lugar”, distinto al ya definido por las ciencias sociales. Touraine plantea que la “alteridad” es la referencia del “otro” que es más que una simple diferencia, donde lo que está en juego es, reconocer desde un sujeto que solo se alcanza al nombrarlo a través de mí; porque sólo mirando a través de otro, alcanzo la presencia o ausencia, en mí, de un

sujeto que no es fácil aprehender en un mundo fabricado por los poderosos. (Touraine, 2007: 197). Ser diferentes y ser “otro” depende de la relación de reconocimiento entre “mi mismo” con ese “otro” y la posibilidad que exista de fundar un “nosotros” o un “diferente”.

El reconocimiento desde la visión de Paul Ricoeur tiene varias acepciones posibles, por fuera de su léxico, el reconocimiento implica primero que todo como una manera de representar en el mundo que permite una identificación. (Ricoeur, 2006: 54) Reconocerse es darse a conocer por alguna cualidad o valor que se adjudica a una persona o entidad. Para nuestro caso el reconocimiento va más allá del reconocimiento de la persona, del individuo o del “otro” como concepto absoluto, se centra en el reconocimiento y el auto reconocimiento fundado en la lucha del reconocimiento que permite salir de la exclusión. (Ricoeur, 2006: 232).

Históricamente ese “otro” se ha construido desde una mirada de prevención de la ideología colonizadora y republicana, como muestra Todorov (1987), donde se elabora el debate entre esclavizar y colonizar, porque los que actuaban en defensa de los “otros”, lo hacían desde una mirada de aprobar la colonización y el beneficio económico y político para la corona española. Esta visión de intereses particulares de una elite es una constante histórica, también se presenta durante la independencia en las provincias con existencia de indígenas y afrodescendientes, porque en los procesos de toma de decisiones veían la posibilidad de que se presentara una retrocesión de la soberanía del pueblo, en caso de que por ejemplo la provincia de Popayán recayera en manos de pueblos que tenían una base o condición étnica. (Almario, 2015: 199).

En la Republica del siglo XX también encontramos muchos ejemplos de negar el reconocimiento de los “otros”, disminuidos socialmente; porque el reconocimiento fue producto de luchas históricas, más evidentes desde la década de los 60’s y 70’s donde se logra la valoración de los Pueblos Indígenas como actores políticos válidos; pues la sociedad nacional asumía que los indígenas ya habían desaparecido y donde hacían presencia eran “gobernados” por las misiones de la iglesia o eran tratados como “objetos” hasta el extremo de ser cazados y asesinados como ocurría en los Llanos orientales colombianos; porque no se les consideraba personas, eran vistos como animales de monte.¹⁰ En los años 80 del siglo XX las luchas indígenas demostraron que el reconocimiento es de doble vía, del Pueblo Colombiano hacía los Pueblos indígenas y viceversa; porque se trata de asumir que este reconocimiento no fue algo entregado a la manera de un don recibido, Los indígenas no eran sujetos de derecho constitucional y las representaciones existentes sobre indígenas respondían a una época anterior de la conformación de las repúblicas en todo el continente Americano (Castrillón, 2015: 187).

En Colombia la construcción del Estado-Nación se hizo desde el valor del mestizo, que en el proceso de la colonia no tenía reconocimiento, ni lugar asignado en el organigrama colonial; tampoco podía acceder a la tierra como propietario, tenía que vivir en las ciudades pero no se les reconocía oficios y las organizaciones artesanales las encabezaban españoles pobres; pero fueron

10 “Era un juego, algo natural, matar Cuivas. Todo el mundo lo hacía, hasta los marineros de esta misma lancha (de la Armada). Es más, hace no muchos años era como una especie de deporte. Hoy en día también hay matanzas”. Ver en: “Gómez Augusto. “Llanos orientales: Colonización y conflictos interétnicos, 1870-1970”. Instituto Colombiano de Antropología. Tomado de file:///D:/Downloads/98553-164516-1-PB%20(2).pdf

los mestizos quienes encabezaron los movimientos independentistas después de 300 años de descalificación (Dueñas, 2000). La visión convencional del mestizo es producto de la mezcla originada en el cruce biológico, político, cultural y económico entre las familias de origen hispano, las familias indígenas originarias de estos territorios y las familias afrodescendientes que se conformaron producto de la diáspora africana. Lo importante aquí es decir que históricamente la racialización¹¹ como base y fundamento de construcción de la sociedad colombiana, marco significativas diferencias políticas, económicas, territoriales, culturales, entre los llamados mestizos; indígenas¹²; y pobladores de ascendencia africana¹³. Van Dijk (2007: 25) plantea que:

El racismo no es innato, sino que se aprende, ese proceso de adquisición ideológica y práctica ha de tener sus fuentes. Las personas aprenden a ser racistas de sus padres y colegas (que también lo aprendieron de sus padres), y lo aprenden en la escuela y los medios de comunicación, así como a partir de la observación y la interacción cotidianas en sociedades multiétnicas. Este proceso de aprendizajes, en gran medida, discursivo, y se basa en la conversación y los relatos todos los días,

- 11 El racismo es la práctica discriminatoria racial que se usa como ideología y está sembrada, muy adentro, de la mentalidad mestiza y como producto histórico en las poblaciones "otras" siempre negadas, disminuidas que han tenido que aprender a verse como negados.
- 12 Los indígenas sobre existieron los embates de aniquilarlos por medio de la ocupación de los territorios, desplazamiento y uso de su fuerza de trabajo para intereses de los conquistadores, colonos, encomenderos y de la corona en general, pero también por medio de calificar los territorios indígenas como baldíos, desde el siglo XVII y durante toda la república, hasta el día de hoy.
- 13 Los afrodescendientes que se ubicaron en regiones específicas del territorio, costas, cuencas de los ríos, fronteras de zonas de minería, límites entre haciendas esclavistas demarcando una territorialidad especial a partir de las luchas por la libertad.

¿Es posible salir de la exclusión, racismo y racialidad?
La ancestralidad y la espacialidad, fundamentos
EN la “forma escuela” EN Pueblos Indígenas

los libros de texto, la literatura, las películas, las noticias, los editoriales, los programas de televisión, los estudios científicos, etcétera.

Estas demarcaciones territoriales y la construcción del racismo y la racialidad son históricamente, una de las formas de establecerse en el poder, para crear y sostener unas prácticas de discriminación y en muchos casos de exterminio de pueblos y comunidades. Esta realidad determinó las formas materiales de representar y transmitir de generación en generación la “matriz colonial de poder” que permitía mantener el equilibrio de fuerzas entre blancos-mestizos gobernantes y sectores discriminados.

En la lógica del poder en Colombia, la discriminación en forma de racialidad se fortaleció con las luchas partidistas del siglo XIX, la distribución del poder en los gobiernos nacionales y regionales. Con la Constitución de 1886 y el concordato de 1889 se fortalece la mirada contemporánea de este tipo de racialidad, al declarar que las minorías étnicas quedaban en manos de la Iglesia para ser “civilizados” por medio de la educación y sus cuidados; se les declaraba bajo la mirada del “buen salvaje” que tenía que ser aculturizado; al mismo tiempo se iban declarando los territorios ocupados por estos Pueblos como baldíos para ser integrados al modelo de economía nacional.

La Constitución Política de Colombia de 1991, y los decretos reglamentarios posteriores, reconocen los derechos de los Pueblos Indígenas como culturas diferentes de la tradición del colombiano, reconoce la condición de entidad territorial especial; reconoce el lugar de autoridad como entidad de derecho público; reconoce la aplicación de justicia indígena; reconoce la existencia de diferentes idiomas como valor intercultural; reconoce

derechos especiales de administración de la salud y la educación; reconoce la excepcionalidad para participar en el Congreso de la República.

Consideramos entonces, que es desde esta visión de reconocimiento que se plantea construir sus “propios currículos” y “metodologías” de acuerdo al idioma, tradiciones culturales, cosmovisiones. Esta opción de reconocimiento de derechos aparece registrada en la Constitución de 1991, la Ley 21 de 1991 por la cual se aprueba el Convenio número 169 de la OIT sobre Pueblos Indígenas y tribales en países independientes; Ley 115 de Educación donde se reconoce la etnoeducación; la Ley 1381 del 2010 o ley de lenguas indígenas; Decreto 804 de 1995, que reglamenta la atención educativa de comunidades étnicas; Decretos 2406 de 2007; 2500 del 2010; 1953 del 2014, sobre la organización y administración de los sistemas propios de los Pueblos Indígenas en aspectos territoriales, salud, educación.

La educación es un lugar de construcción de identidad y reconocimiento de las tradiciones de saber y conocimiento de los Pueblos Indígenas, que desde la recuperación de la ancestralidad y la espacialidad, proponen una forma particular de educación que permita, desde lo intracultural¹⁴,

14 La intraculturalidad es la referencia de los elementos internos que constituyen la tradición particular de comunidad como son el idioma, la cosmovisión, las tradiciones culturales, ritos, costumbres, visión de mundo, que en nuestro contexto históricamente no se le da el valor que tiene y se considera que en el modelo escolar indígena es necesario que esta parte resalte desde el lugar de conocimientos y tradiciones de pensamiento que corresponden al estar, hacer, sentir, antes que el pensar cognitivo del mundo eurocentrista y anglo sajón.

intercultural¹⁵ y transcultural,¹⁶ salir del modelo racialista, como una propuesta para la “madre tierra” (la naturaleza y la humanidad); que se convierte en una posible opción para que las nuevas generaciones de niños, niñas y jóvenes indígenas, puedan contar con una educación que retome los contenidos de los conocimientos ancestrales, como visión filosófica y se relacione en equilibrio con los conocimientos globales, para poder que las tradiciones entre *cosmovisión*¹⁷- *ley de origen*¹⁸- *ciclo de vida*¹⁹- *idioma-pensamiento* de cada Pueblo Indígena se mantenga, se recupere y aporte en la diferencia cultural del Colombiano.

-
- 15 La interculturalidad es la relación entre el mundo convencional, globalizado y las prácticas culturales de las comunidades indígenas, esta interculturalidad históricamente ha sido el motivo de aculturación, pero las comunidades consideran que no se trata de aislarse y cerrarse a lo que pasa en el mundo y en el país nacional; se plantean relaciones de equivalencia, reconocimiento, diferencia entre las formas de hacer, pensar y sentir de un mundo y otro, buscando la construcción de un equilibrio. En este caso las comunidades hablan de que esta relación tiene que reconocer el 100% de lo global y el 100% de lo propio para poder darse el equilibrio entre dos visiones de mundo distintas.
- 16 La transculturalidad es la referencia a los elementos que son comunes a todos y que se colocan precisamente en el lugar de las relaciones entre naturaleza y humanidad, donde los Pueblos Indígenas han elaborado muchos más elementos desde la ancestralidad sobre cómo hacer esta relación; se parte que es una relación de espiritualidad, reconocimiento y complementariedad.
- 17 Cosmovisión es la referencia sobre la forma ancestral como cada Pueblo Indígena explica su visión del mundo, desde sus tradiciones, idioma, oralidad y contextos materiales y simbólicos.
- 18 La ley de origen es la forma como cada Pueblo Indígena explica su origen y la relación con la naturaleza y todas las entidades del contexto.
- 19 El ciclo de vida es la explicación que tiene cada Pueblo Indígena en la forma de nombrar y organizar su vida desde el proceso de comunidad y de los comuneros que participan en ella.

El papel de la ancestralidad. Pensar natura: Territorialización del conocimiento

La historia de la humanidad muestra que los Pueblos ancestrales, durante miles de años tenían una capacidad de relacionarse con la naturaleza, cuidarla y protegerla, su base de conocimiento se centra en la comunicación permanente con la naturaleza, sus formas de estar presente en el mundo, en relación directa con el cosmos, las aguas, las especies, los minerales, las plantas, las semillas. Es tan profunda esta relación de conocimiento que existen personas, desde lo más antiguo hasta la actualidad, especializadas en esa relación de comunicación y cuidado; porque estas tradiciones consideran que todo lo que está en la naturaleza es vivo y tiene un espíritu, anima, alma, energía vital con la que se pueden comunicar.

Con el surgimiento de la ciencia inicia un proceso largo por rechazar estas formas de conocimiento y convertir la naturaleza en un recurso a explotar. La relación entre natura y ciencia esta mediada por los aparatos tecnológicos especializados para su explotación; sobre esta base se dio una distribución geopolítica entre productores de tecnologías y aportantes de recursos naturales, básicos para el uso de los aparatajes tecnológicos. Se trataba especialmente de usar recursos energéticos naturales y transformarlos en recursos, herramientas y objetos que benefician y aceleren, las condiciones para mejorar la vida material, especialmente para sostener el ritmo de vida del comercio, la manufactura, las grandes industrias y poder expandir las ciudades hasta crear la llamada globalización.

El momento crucial que define la separación entre ciencia y natura se visualiza con la llegada al poder de los científicos del enciclopedismo de la Revolución Francesa,

Michel Serres plantea que es evidente la relación entre ciencia y política para el nuevo modo de gobierno llamado la República: "[...] los sabios forman finalmente una clase o un género, reemplazan a los clérigos y construyen una nueva iglesia" (Serres, 1991: 21). El argumento de Serres es como la ciencia se toma la razón y desde el poder logrado por algunos de sus representantes, se convierte en la certeza de que lo racional y la ciencia forman un único universo; entonces, "la sociedad se consagra a la razón, la razón se abandona a las ciencias, y las ciencias expulsan las culturas. Lo universal se impone a lo singular" (Serres, 1991: 385).

Una diferencia particular es que la ciencia como tal se dedica todo el tiempo a hacer "ciencia de la ciencia" que se limita a una visión tecnocrática que es hacer una ciencia de la organización del trabajo científico, que se explica desde la modalidad de la súper especialización y hegemonía disciplinaria a la que estamos muy acostumbrados en las universidades (Lecourt, 1973: 9).

Esta forma hegemónica y súper especializada de ciencia se encargó de acelerar la destrucción de recursos básicos para la sobrevivencia humana, como son las aguas, los páramos, las selvas, los bosques; ante esta realidad de destrucción desde la misma ciencia se crean debates sobre como modificar la concepción cerrada de ciencia y capital; y cómo promover el reconocimiento de participación de lo local, de las comunidades, de lo social, que produzca cambios en la figura de territorialización que han materializado cierto tipo de confrontación entre ciencia explotadora y ciencia que cuida.

Alberto Cotillo Pereira al comentar el libro "El fin de la naturaleza" de Bill McKibben, dice que:

Detrás de planteamientos como el de McKibben subyace una idea crucial. La crisis ecológica pone en cuestión

la vieja idea de que la naturaleza y la sociedad constituyen ámbitos separados y eternos. La naturaleza está siendo aniquilada por una sociedad cada vez más invasora y la crisis ecológica global es una prueba fehaciente del fin de la naturaleza en manos de los hombres. A la vez, la crisis ecológica tiene por resultado una sutil pero drástica modificación de nuestra concepción de la naturaleza. La imagen social de la naturaleza es algo cambiante y variable, y la crisis ecológica es un poderoso mecanismo de transformación de nuestra concepción de la relación entre naturaleza y sociedad. La crisis ecológica, el fin de la naturaleza, es, a la vez, causa y consecuencia de una radical transformación de nuestra concepción de la relación entre la naturaleza y la sociedad (Cotillo, 2006).

Lo que encontramos es que desde la visión de ciencia existen formulaciones que reconocen el sentido y valor de las concepciones de cuidado, relación y valoración de las prácticas de cuidado de la naturaleza que implica otras formas de manejo territorial. Mendieta y Castro (1998: 8) nos plantean que:

Cuando hablamos de “territorios globales” o de “comunicaciones desterritorializadas” no nos estamos refiriendo a procesos que ocurren “por fuera” de subjetividades y localidades específicas. No se trata, insistimos, de un fenómeno relativo únicamente a las señales electrónicas de los medios o a flujos anónimos de información sin vínculos con la cultura. La globalización no es una estructura sin rostro ni conciencia que coloniza el mundo de la vida (Habermas), pero tampoco es, por sí misma, un agente (cf. Mato 1996). Los agentes de la globalización son actores sociales específicos con diferente poder de intervención: corporaciones económicas, fundaciones privadas, gobiernos, sindicatos, iglesias, grupos de derechos humanos, movimientos sociales de diverso tipo y, no por último, cada uno de nosotros. Y todos estos actores se hallan localizados, es decir, forman parte de un espacio social específico desde el cual se integran

¿Es posible salir de la exclusión, racismo y racialidad?
La ancestralidad y la espacialidad, fundamentos
EN la “forma escuela” EN Pueblos Indígenas

(desigualmente) a los procesos de globalización y luchan por re-definir su identidad personal o colectiva.

La pregunta que surge en este proceso es sobre el sentido de organizar formas de palabreo²⁰ y de conocimiento que circula entre académicos, mayores, mayores, sabedores, con la intención de aclarar y demostrar cómo es que la naturaleza piensa y cómo desde ese “*pensar natura*” es que existe y ha existido una filosofía propia de los pueblos indígenas.

En el mundo andino existe una elaboración de cómo lo afectivo y el sentir son parte de la naturaleza que el humano adquiere en esa relación de reciprocidad y reconocimiento entre lo que recibe del medio y lo que recrea de su cosmovisión como Pueblo. Porque el ser como tal no se concibe separado de su origen que es la naturaleza, el ser como parte de la naturaleza no concibe que este separado como cognoscente de esa naturaleza, tierra; que está ejerciendo una función de reconocimiento, uso e intercambio (Temple, 2008: 31).

En la relación de conocimiento de los Pueblos Indígenas la base de conocer es la espacialidad (estar), que se realiza por medio de las actividades heredadas ancestralmente de las tradiciones, rituales y prácticas con plantas de conocimiento (hacer); esta relación entre estar y hacer es un saber que no existe en forma separada. Todo lo que se sabe está en una espacialidad territorial de la madre tierra (estar), que por medio de prácticas distintas culturales (hacer), ya existe en el estar-hacer que se sabe.

20 El palabreo es una de las formas ancestrales de dialogar, conversar, expresar, sentir, que realizan los mayores y mayores de comunidad, alrededor del fogón, en las asambleas, durante las prácticas de armonización de los médicos tradicionales, con la intención de aclarar o conocer sobre situaciones problemáticas que se van presentando en las comunidades.

Los Pueblos andinos y amazónicos, históricamente, antes de la llegada del modelo de conocimiento europeo, ya manejaban sus propias técnicas y tecnologías. Alexander Herrera (2011: 22) nos dice que:

La hazaña histórica del efímero Estado Inca no fueron las conquistas bélicas, ni los monumentos, ni el sistema de caminos, ni las terrazas u objetos suntuarios. Pese a las innegables proezas técnicas inherentes a la manufactura de ciertos objetos de piedra, metal y fibra, las tecnologías andinas generalmente no se caracterizan por su complejidad tecno mecánica. Más bien, las tecnologías andinas se caracterizan por su capacidad de coordinar y sincronizar en el tiempo y el espacio la realización de tareas complementarias muy diversas, labores en las que participaban cientos, miles y hasta millones de personas a lo largo y ancho de un espacio ecológico megadiverso de decenas de miles de kilómetros cuadrados.

Mitchell y Brown (2002) nos muestran otros aspectos que explican los saberes propios de los Pueblos indígenas y que tienen que ver con el papel que han cumplido en la pervivencia y conservación de prácticas culturales indígenas, cuando dicen en que:

También la tierra necesita un equilibrio. La Madre Tierra debe ser «recompensada» con ofrendas en el momento de la cosecha y en las transiciones durante el ciclo vital. Las ceremonias destinadas a honrarla y perpetuar su prodigalidad se celebran en las cimas de las montañas, a menudo al amanecer, desbordantes de las imágenes de Arguedas sobre los «dioses-montañas». También las catástrofes naturales forman parte del equilibrio: los rayos, los terremotos, la peste, una racha de mala suerte, todos esos factores se explican por un desequilibrio en el cosmos andino. El rayo, por ejemplo, es un castigo de Dios enviado por conducto del espíritu vengador, y dirigido por ejemplo a quien no haya sido buen ciudadano y no haya mostrado espíritu de colaboración (Mitchell, 1993). Otras catástrofes se atribuyen a espíritus locales perversos cuando alguien traspasa sus dominios. Los

¿Es posible salir de la exclusión, racismo y racialidad?
La ancestralidad y la espacialidad, fundamentos
EN la “forma escuela” EN Pueblos Indígenas

dirigentes espirituales chamánicos que ofician ceremonias importantes mezclan creencias antiguas de las montañas con el catolicismo popular de los últimos 500 años para conectar a la gente con los espíritus de las «cumbres ancestrales (Mitchell y Brown, 2002: 208).

Esta “otra” visión de relación naturaleza y sociedad se propone realizar un cambio permanente, a medida que la humanidad atropella lo material natural de los contextos, para lograr beneficios económicos de corto plazo; es esta situación que produce cierta conciencia sobre los riesgos producidos por la humanidad y la urgencia de pasar a una conciencia protectora de la naturaleza y del planeta tierra. Precisamente el gran aporte que hacen los Pueblos Indígenas desde su conocimiento es mostrar cómo hacer este proceso de relaciones de conocimiento con la naturaleza.

Fundamentos culturales y “forma escuela” desde las relaciones culturales como Pueblo Indígena

Antes de que se formalizara un modelo escolar de educación que venía desde afuera de las comunidades, ya existía un modelo de educación, formación, transmisión de los conocimientos de la cultura de las generaciones mayores a las nuevas generaciones; esta formación se hacía desde las familias, en el idioma materno, siguiendo las enseñanzas de la naturaleza, del medio, del origen que está íntimamente ligado con el agua, los páramos, las lagunas y tenía que ver con las prácticas culturales de acompañamiento a cada momento del ciclo de vida que un Misak²¹

21 Cómo ya lo hemos planteado este trabajo se centró en un acompañamiento a maestros del Pueblo Misak, pero igualmente algunas de estas ideas se vienen trabajando con comunidades del Pueblo Nasa que existe también en el Departamento del Cauca en Colom-

cumple para poder ser Misak Misak²², en el sentido de un conocedor completo de la forma de vida del Misak.

Este proceso va acompañado de un medico tradicional, que refresca y acompaña para que los niños y niñas desde el momento del nacimiento, siguiendo el ciclo de vida, puedan cumplir con una visión de mundo que responde a sus cualidades, destrezas, habilidades. Es desde esa tradición ancestral que se define un modelo educativo que parte de la cosmovisión, el territorio ancestral, el idioma, la espiritualidad, las prácticas culturales como la música, la danza, los tejidos, la producción y cuidados de semillas, alimentos, especies animales, que se trabajan en los llamados “Tul” o despensas familiares de autoconsumo y auto subsistencia.

La escuela convencional entra al Resguardo de Guambía en 1915, se formaliza en la década de los 30’s con la entrada de las Hermanas Lauritas, y se consolida con la creación del Internado escolar Indígena, en 1960. (Almendra, 2005: 70; Aranda, Perafan, Mayorga, Moreno, 2005: 34; Bonilla, 2012: 136). Agustín Almendra (2005) plantea que el modelo de la institución oficial educativa que entra en 1960 como institución oficial de tipo “internado indígena” no logro crear un interés educativo en la comunidad, porque la mayoría de estudiantes eran campesinos venidos de otras regiones y se hacía con profesores venidos del centro del país, que no manejaban aspectos de las culturas e idiomas diferentes. Ante el hecho de que había

bia. En éste departamento existen varios Pueblos Indígenas con raíces lingüísticas en el Namtrik (Misak), en el Nasa Yuwe (Nasa), los Embera o eperara siapidara y los Yanakunas. Según el Sistema de Información Cultural del Ministerio de Cultura – SINIC, existen más de 126 Cabildos y Resguardos Indígenas en el Departamento reconocidas bajo 8 etnias.

- 22 Se usa el término Misak Misak cuando se refiere a quien ha seguido completamente la formación propia de la cultura en el sentido extenso de la palabra. En los Nasa se habla de Nas Nas.

un alto nivel de pérdida de años, los profesores justificaban que esto pasaba por culpa de los padres de familia que eran ignorantes y los estudiantes guambianos eran incapaces mentales para los quehaceres académicos. (Almendra, 2005: 70).

En 1973 nombran los primeros profesores indígenas, lo cual permitió mayor atracción de ingreso para la población Misak, pero Almendra considera, que lo que se hacía académicamente seguía con problemas, porque los docentes Misak también tenían dificultades para hacer diferente el trabajo, se limitaban a dar en Idioma Namuy Wam los contenidos del Ministerio. (Almendra, 2005: 71).

La visión de cambio al modelo convencional educativo comenzó desde las primeras reuniones del Consejo Regional Indígena del Cauca-CRIC, especialmente en la segunda asamblea realizada el 6 de septiembre de 1971, en la Susana en Tacueyó, donde se definió la primera plataforma de lucha de la organización indígena, donde uno de los puntos era el de formar profesores indígenas para educar de acuerdo con la situación de los pueblos y en su respectiva lengua.

Los Misak en Asamblea realizada el 19 de Julio de 1980, presentan la declaración del "Manifiesto Guambiano", donde exponen la concepción del "Derecho Mayor" que abre la puerta a las recuperaciones de tierras en manos de los terratenientes y la reorientación como Pueblo Indígena. Inicia así una forma distinta de llevar a cabo los intereses de la comunidad, como originario del territorio y como sabedores culturales desde las prácticas de los mayores. Esta experiencia de lucha organizada lleva a que en 1985 se defina el primer Planeamiento Educativo del Pueblo Guambiano. Desde ese momento hasta la actualidad se realizan diversas formas de profundizar y mejorar el Sistema de Educación Indígena Propio-SEIP,

reconocido a nivel gubernamental por medio del Decreto 1953 del 2014. Este sistema se aplica por medio del Proyecto Educativo Misak-PEM, que cuenta con “Tejido de saberes” para Primera Infancia, Primaria, Secundaria y Ala Kusreik Ya-Misak Universidad²³.

En la práctica se viene trabajando con el interés de implementar una relación de equilibrio, entre la enseñanza de conocimientos propios de las comunidades y los conocimientos convencionales que plantea el Ministerio de Educación; para fortalecer éste modelo, retomando a Jorge Gasche, se requiere partir de una crítica al modelo convencional de la “forma escuela” y al modelo de formación de los maestros que actúan en territorios indígenas; para hacerlo se han creado experiencias y formas de realizar las prácticas pedagógicas en comunidad en forma directa con las actividades y conocimientos que responden a los contenidos de la cultura como tal. Entonces, lo que propone Gasche, es atender la “significación” de las “cosas” indígenas en el contexto de la dominación, para pasar a realizar un contraste con otro tipo de sociedad, es en ese contraste en el que aparece el “reconocimiento” de aquello que es propio a las sociedades indígenas (Gasché, 2008; Gasché, 2010).

La pregunta entonces se centra en la posibilidad de salir del modelo de dominación, utilizando como base de relaciones y conocimiento un tipo de tejido que recupere la visión de conocimiento ancestral y la adecue a las nuevas condiciones, por medio de las influencias de las prácticas socioculturales de “adentro” de la comunidad con

23 La poca disponibilidad de ingreso y permanencia de los jóvenes a las universidades convencionales fue uno de los motivos para crear esta “Casa de Pensamiento de los Mayores” a la manera de Misak Universidad, donde se forman en Economía Propia, Administración propia, Derecho Mayor y Organización Socio Política bajo la dirección del Cabildo Mayor Misak.

las prácticas socioculturales de “afuera” de la comunidad y que se puedan contrastar en la forma escuela y en las relaciones de cotidianidad que viven los Misak.

Los elementos desde donde se hace el tejido y las relaciones son en su orden: la cosmovisión; el territorio; la naturaleza (las plantas, las semillas); el Derecho Mayor que se concreta en la aplicación de la Justicia, por medio de los consejos y que se acompaña con el trabajo de los médicos que armonizan y equilibran a las personas, al territorio y a la naturaleza. Por medio de la cosmovisión se definen las prácticas de conocimiento; Por medio del territorio ancestral se logra reencontrar, en forma extensa, un significado sobre la historia del Misak;²⁴ Por medio de la Autonomía se define el carácter de habilidades para gobernar y determinar las condiciones de una vida buena para los comuneros, en relación comunicativa con el territorio, las familias, los mayores de comunidad; Por medio de las prácticas culturales se logra la identificación en los tejidos, las músicas y danzas, la vida que se expresa en forma de ciclo, en espiral, en los cuidados de los Pishimarθpik, o médico tradicional, prácticas que implica formas de trabajar y cuidar a todas las entidades que perviven en el territorio.

Toda esta riqueza de opciones de contenidos al contrastarlos con los contenidos convencionales de la “forma escuela”, permiten trenzar, tejer y relacionar diferentes formas de expresar, los conocimientos de la cultura. El Proyecto Educativo Misak utiliza como referencia el telar, que es la forma como se entre teje el hacer en la escuela; los pilares mayores (verticales) que sostienen el universo escolar, expresado en la *ancestralidad y espacialidad*; que

24 El territorio que se recorre para afirmar la relación con los sitios de carácter espiritual, de los sueños, de los seres originales que todavía se comunican con las personas en forma de espíritus y energías vivas.

se cruzan con los pilares que acomodan la estructura (horizontales) representados en la *intraculturalidad*, la *interculturalidad* y la *transculturalidad*; para luego comenzar a tejer, desde la *cosmovisión*, el *Derecho Mayor* (*Ley de origen*), los *ciclos de vida*, el *idioma* y el *pensamiento*; por último, el ajuste del tejido que se hace por medio del *Territorio*, la *Cosmovisión*, las *Prácticas Culturales* y la *Autonomía*.

Las posibles relaciones al entretejer producen formas concretas de modificar los contenidos, las prácticas, los temas, los valores, los procesos que definen la práctica real del diseño y organización de la “forma escuela”. Este proceso no niega y tampoco pretende aislarse del sistema educativo global, lo que pretende es establecer formas de “diálogo” entre los dos sistemas, pero se habla desde la tradición cultural Misak. En los espacios de trabajo con estas prácticas de relación, aparece un tipo de actuar particular del Misak, que conecta la realidad directa de los contextos situados, como Pueblo Indígena, desde estos espacios de trabajo con los niños, niñas y jóvenes; produciendo en las actividades prácticas una opción viable para salir de la exclusión y la racialidad representando una experiencia que apenas está comenzando su proceso.

Este tipo de propuestas es muy reciente, han logrado organizar como referencia un “tejido de saber” para primaria y secundaria que retoma unos fundamentos, unos principios y unas formas del hacer del maestro de una manera más cercana al interés cultural. Este “tejido” permite relacionar los conocimientos indígenas con los globales; generando procesos de investigación entre maestros, estudiantes, familias y comunidad sobre cómo hacer esa relación entre dos culturas y dos conocimientos diferentes; sin desconocer uno y otro.

Esta experiencia permite desde la “forma escuela” que ya se define como “otra”, una construcción y formación de

una persona que, ubicada en un contexto de comunidad, rompe el modelo racista porque se autoreconoce y dialoga entre dos sistemas de pensamiento, pero estando, haciendo, sintiendo y pensando como Misak, ancestral y territorializado con respecto del universal del modelo convencional de la educación global. Este hecho cambia la relación de “significación” y de “representación” que convencionalmente se hace de exclusión, racismo y negación. El fortalecimiento de esta “otra” educación de los Misak, los Nasa y cualquiera de los 102 Pueblos Indígenas en Colombia representa un cambio en la negación y exclusión, aportando a modificar las relaciones saber-poder desde otra opción de imaginar y diseñar prácticas pedagógicas alternativas autónomas.

Referencias

- Almario, O. (2015). Castas en acción y pueblos en vilo: la incomoda presencia de los “otros” para realistas y criollos durante los primeros años de la *independencia neogranadina*. En M. E. Chávez Maldonado (comp.), *Los “otros” de las independencias, los “otros” de la nación: participación de la población afrodescendiente e indígena en las independencias del Nuevo Reino de Granada, Chile y Haití*. Universidad Nacional de Colombia.
- Almendra, V. A. (2005). Uso del Namui Wam y la escritura del castellano: un proceso de tensión y distensión intergeneracional en el pueblo guambiano. Departamento de Cauca, Colombia. PINSEIB, PROEIB-Andes, Plural Editores.
- Aranda, L. D., Perafan, C., Mayorga, E. y Moreno, S. (2015). *Confrontando la cultura hegemónica desde el pensamiento Misak*. Manizales, Universidad de Manizales. ridum.umanizales.edu.co:8080/.../Confrontando%20la%20cultura%20hede
- Bonilla, V. D. (2012). Resistencia y luchas en la memoria Misak. En Centro de Memoria Histórica. *Nuestra vida ha sido*

- nuestra lucha: resistencia y memoria en el Cauca indígena.*
Taurus Pensamiento.
- Castrillón, O. J. D. (2015). *Globalización y derechos indígenas: el caso de Colombia*. Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM.
- CEPAL. (2014). Los pueblos indígenas en América Latina: avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Edita Naciones Unidas.
- Cotillo, P. A. (2006). La crisis ecológica como crisis de la objetividad. En J. D. Ruano Gómez (Dir.), *I Jornadas sobre Gestión de Crisis. Más allá de la sociedad del riesgo*. Coruña, Universidade da Coruña. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2135421>
- CRIC – Consejo Regional Indígena del Cauca. (2007). *Plan de Vida de los Pueblos Indígenas del Cauca – CRIC 2007*. CRIC. http://www.cecidic.edu.co/IMG/pdf/plan_de_vida_del_cric.pdf
- Dueñas, G. (2000). El mestizaje en la transición de la colonia a la república. En M. Figueroa y P. E. San Miguel (comps), *¿Mestizo yo? Diferencia, identidad e inconsciente*. Universidad Nacional.
- Gasché, J. (2 de abril de 2008). De la educación intercultural indígena a la educación intercultural para todos en América Latina. *Fucaí Colombia*. <https://fucaicolombia.wordpress.com/2008/04/02/de-la-educacion-intercultural-indigena-a-la-educacion-intercultural-para-todos-en-america-latina/>
- Gasché, J. (2010). De hablar de la educación intercultural a hacerla. *Revista Mundo Amazónico*, 1,, 111-134.
- Herrera, A. (2011). *La recuperación de tecnologías indígenas: arqueología, tecnología y desarrollo en los Andes*. Editorial Universidad de los Andes.
- Lecourt, D. (1973). *Para una crítica de la epistemología*. Siglo XXI.
- Mendieta, E. y Castro Gómez, S. (1998). Introducción: la translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización. En E. Mendieta y S. Castro Gómez (eds.),

¿Es posible salir de la exclusión, racismo y racialidad?
La ancestralidad y la espacialidad, fundamentos
EN la "forma escuela" EN Pueblos Indígenas

- Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate* (pp. 3-25). Miguel Ángel Porrúa.
- Mitchell, W. L. y Brown, P. F. (2002). Los pueblos de las montañas: adaptación y pervivencia cultural en el nuevo siglo. *Revista Unasylya*, 53, 47-55.
- Noboa, V. P. (2005). La matriz colonial: los movimientos sociales y los silencios de la modernidad. En C. Walsh (comp.), *Pensamiento crítico y matriz (de) colonial. Reflexiones latinoamericanas* (pp. 71-110). Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya Yala.
- Serres, M. (1991). *Historia de las ciencias*. Cátedra.
- Temple, D. (2008). Estudios Guaraníes I, Ñamandu Py'a Guachu. En Y. S. Yampara y D. Temple (eds.), *Matrices de civilización: sobre la teoría económica de los pueblos andinos*. Bolivia Ediciones Qamaña Pacha, Fundación Qillana Suma.
- Todorov, T. (1987). *La conquista de América: el problema del otro*. Siglo XXI.
- Touraine, A. (2007). *La mirada social: un marco de pensamiento distinto para el siglo XXI*. Paidós.
- Tunubalá, F. y Muelas Trochez, J. B. (2009). *Segundo plan de vida de pervivencia y crecimiento Misak*. <https://repositorioim.org/bitstream/handle/20.500.11788/377/COL-OIM%200296.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- UNESCO. (2013). *Situación educativa de América Latina y el Caribe: hacia la educación de calidad para todos al 2015*. Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe/UNESCO.
- Van Dijk, T. A. (2007). *Racismo y discurso en América Latina*. Gedisa.



Estado Penal, proibicionismo e criminalização: o que resta para os jovens trabalhadores do tráfico de drogas

Marisa Feffermann¹

-
- 1 Posdoctora en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud por el Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la alianza CINDE - Universidad de Manizales – Colombia/ Pontificia Universidade Católica de São Paulo – Brasil/ El Colegio de la Frontera Norte de México-COLEF. Institución aval: Consejo Latinoamericano de Cien-

cias Sociales – CLACSO. Mestre e doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano USP. Pesquisadora do Instituto de Saúde da SES/SP e FLACSO Brasil. Membro do GT Infancia y Juventud: Políticas, Culturas e Instituciones Sociales da CLACSO. E-mail: mfeffermann@gmail.com



Introdução

Na sociedade do capitalismo global, especificamente na América Latina, observa-se um recrudescimento de tendência totalitária em razão do avanço das forças produtivas e das relações de produção que acirram a contradição do desenvolvimento tecnológico atrelado à reprodução da miséria e das desigualdades sociais. No mundo tecnológico, o progresso tende a combinar altos índices econômicos com elevados índices de marginalização de indivíduos das atividades produtivas organizadas, *excluindo-os* – ou melhor, incluindo-os de forma marginal – da vida em sociedade (Martins, 2009). O progresso, nessa perspectiva, conduz à legitimidade da intolerância por meio da padronização e da valorização de condutas sociais calcadas no binômio superioridade/inferioridade. O reconhecimento da alteridade e da diferença pelo sujeito torna-se cada vez mais difícil; diferenças e alteridade são, de pronto, transformadas em signos hierárquicos inconfundíveis. A intolerância funda-se, então, na impossibilidade de convívio do sujeito e do grupo social com a diferença do outro, e, em não se podendo suportar qualquer diferença étnica, religiosa, estética ou política, atua-se no sentido de torná-la inválida e anular a diferença. E a violência pode ser o desenlace inevitável. De outro lado, aceitar o diferente seria admitir que existe algo imprevisível e, assim, fonte de perigo. A lógica da estandardização e da massificação tende a integrar todos os indivíduos no sistema por um processo de identificação direta: cada um assume a ordem vigente e assimila-a à própria substância. Os indivíduos tendem a pensar o mundo em categorias, e a socialização ocorre, em grande parte, diretamente pela sociedade de consumo, na qual o pensamento submete-se às leis econômicas que regem essas instituições, em vez de conduzir suas decisões mediadas

pela tensão entre as pulsões, a consciência moral e a realidade externa. O “ticket”² é a estereotipia, é a forma de responder à angústia do desconhecido. E, nesse quadro que se delineia na atualidade, a violência, literalmente, toma corpo. O sujeito produzido pela cultura de massa, na ausência de projetos sociais compartilhados, encara o outro apenas como objeto. A violência, geralmente, caracteriza-se pela competição, pela pretensão do sujeito de perceber-se melhor e de funcionar como um predador do corpo do outro para usufruto próprio.

Esse quadro é agravado em consequência da derrocada do *welfare state* – ao ocorrer o declínio de um modelo de proteção social e suas formas institucionais – e da redução da capacidade de oferta de emprego a um tempo em que se aprimoram os processos de desregulação do trabalho e de sua consequente desqualificação. A realidade econômica decorrente das transformações das políticas neoliberais incide diretamente sobre o trabalho e vem provocando dispensa em massa de trabalhadores. (Castel, 1998; Garland, 2001). Os processos históricos de cunho autoritário que perpassaram a história da América Latina agravam essa situação em um momento em que o “Estado democrático de direito” sucumbe ante o “Estado Punitivo”, no qual a atuação policial e carcerária toma o lugar da assistência social. Assim, ocorre um Estado Mínimo, que necessita de um Estado Máximo de controle social e de repressão sobre as populações pobres e excluídas. (Wacquant, 2001; 2003). Hoje, o “Estado Providência” sucumbe ante o “Estado Punitivo”, em que a assistência social dá lugar à atuação policial e carcerária.

A desigualdade é acompanhada de forte imobilidade social sistêmica, em que parte da população se torna uma massa “inimpregável” de subcidadãos. Para todo

2 Adorno e Horkheimer (1985a), “mentalidade do ticket”.

Estado Mínimo existe a necessidade de um Estado Máximo de controle social e de repressão sobre as populações pobres e excluídas. A solução encontrada: criminalizar os pobres e os movimentos sociais, processo vital para a manutenção do *status quo*, reforçando o processo de desumanização dos excluídos e o controle das novas “classes perigosas”.

A exclusão dessa parcela da população da vida da sociedade concorre, simultaneamente, para a desestruturação de laços comunitários e para o desenvolvimento de outros processos, como a violência. Observa-se o enfraquecimento dos laços sociais – desde a insegurança no emprego à crise das relações sociais entre as pessoas (Bauman, 2005). A violência, a exclusão, as discriminações por gênero, os vários racismos, a pobreza, os problemas do meio ambiente e a questão da fome tornam-se questões globais.

No processo crescente de “globalização”, o “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro” (Chesnais, 1997) implica mudança qualitativa nas relações entre capital e trabalho e entre capital e Estado em sua forma de “Estado de bem-estar”. O desemprego e a precariedade das relações de trabalho são consequência desse processo, uma vez que a instalação de novas tecnologias foi utilizada para organizar o processo de internacionalização. As transformações tecnológicas e de organização aplicadas ao sistema produtivo incidiram diretamente sobre o trabalho e vêm provocando demissões de vulto entre os trabalhadores.

Na sociedade brasileira, em consequência da desigualdade social³, a violência assume diferentes feições.

3 O País apresenta o quarto pior índice de desigualdade social do mundo e, em contrapartida, os custos com a violência no Brasil chegaram a R\$ 258 bilhões em 2014 – quase 6% do PIB, que é a soma

Essa violência sistêmica⁴ subverte os valores da cidadania e corrói o domínio da lei. As sociedades marcadas pelo capitalismo tardio prometem o que não podem cumprir. Mais que isso: impedem a reflexão sobre a frustração do desejo.

A construção do estigma

A sociedade, por meio de mecanismos ideológicos, ataca todos os que possam representar as falhas do sistema. As condições objetivas são desconsideradas, e todas as energias voltam-se contra quem indica aspectos de ameaça e de medo. O preconceito corporifica-se e o inimigo deve ser destruído. Essas atitudes contribuem para o aumento das aflições dos indivíduos por terem de suportar os confrontos que o processo da vida lhes apresenta, tornando-os frágeis na procura de autonomia. Dessa forma, qualquer atitude que perturbe a manutenção da ordem estabelecida deve ser extirpada e, para isso, têm-se o poder, aplicado de modo autoritário, e os efeitos dos textos legais. Assim, o poder, entendido como a capacidade de impor determinada vontade com relação à violência, é forma de imposição, pela força material, dessa vontade. No entanto, o fracasso das políticas públicas que deveriam ser executadas pelo Estado não é considerado como indutor de violência. O Estado brasileiro atua como a administração dos Estados totalitários, que, como

de todas as riquezas que o país produz em um ano. Esse é um fato que aponta para mais um dado que caracteriza a guerra social do País.

- 4 Além da violência macroinstalada, depara-se, ainda, a todo instante, com “microcenas” de violência: espancamentos, humilhações impingidas às mulheres, às crianças, aos negros, aos homossexuais e aos marginalizados em geral – os grupos estigmatizados. Discrimina-se e submete-se a população a toda ordem de sofrimentos e humilhações.

afirmam Adorno e Horkheimer (1985a: 192), “[...] procede ao extermínio daqueles segmentos da população que se tornaram anacrônicos, é apenas o carrasco que executa veredictos econômicos há muito anunciados”.

Observa-se a exigência da sociedade aterrorizada por um rigor punitivo traduzido em penas severas para os transgressores e pela criminalização generalizada de condutas. A filosofia atual do controle da ordem pública pressupõe uma distribuição de justiça como um problema de repressão dos crimes, não como prevenção da violência e oferta efetiva de segurança. Cria-se, em prol da segurança pública, um direito penal de exceção que reproduz o ciclo de violência devastador. Essa filosofia embasa uma imposição da instituição de discursos e políticas na tentativa de legitimação desse *modelo* de intervenção estatal, entre eles, a política da Tolerância Zero, o Direito Penal do Inimigo⁵, o Movimento de Lei, que são reforçados pelo sentimento de insegurança. Assim, políticas de controle baseadas em “*war on crime*”, “*war on drugs*”, “*law and order*” e “*zero tolerance*” têm se tornado preferenciais entre os *policy makers*” (Rocha, 2012: 101). Políticas que legitimam uma série de arbitrariedades na “guerra contra o inimigo”.

Nessas condições, a sociedade deixa de servir para a proteção do sujeito. O aumento dos problemas sociais, como o avanço da violência, impele o sujeito a buscar responsáveis, e vive-se em estado de medo, o que fomenta o preconceito e a intolerância. Geralmente é sobre o jovem que recai o desdobramento desse medo, a raiva, e

5 Um desses discursos é o do Direito Penal do Inimigo, de Günther Jakobs, que surgiu num contexto de Estado constitucional democrático de direito, em que os valores humanistas não permitem esse tratamento defendido. O que Jakobs pretende, em verdade, é legitimar a *exceção* a esse modelo de Estado, ou seja, um *Estado de exceção*.

ideologicamente a sociedade procura justificar as atitudes decorrentes desses sentimentos. A sociedade generaliza a situação e passa a julgar qualquer jovem pobre que vive na periferia. Os jovens passam a ser protagonistas e vítimas da violência.

Os estereótipos são impostos e, com isso, a sociedade exime-se de sua responsabilidade. Dessa forma, as consequências para os jovens são desastrosas. A sociedade escolhe um protagonista da violência atual, vítima e ator – a juventude – que corporifica o estigma de responsável pelo “perigo generalizado”⁶.

Constrói-se, assim, o processo de criminalização da juventude. No Brasil, a criminalização ocorre particularmente com a juventude negra, pobre e residente em territórios periféricos. Esse processo é uma forma de controle social e de justificar a violência, principalmente a violência do Estado, e, ainda, de os detentores do poder se eximirem da responsabilidade diante dessa realidade. Segundo essa lógica repressiva, os excluídos passam a ser designados pelo discurso oficial e dos meios de comunicação como inimigos internos do Estado e, por isso, passam a ser vigiados, punidos e, muitas vezes, isolados do convívio social. O medo é utilizado como um mecanismo para justificar, dar legitimidade às atitudes das classes privilegiadas para disciplinar e controlar as classes subalterna.

Os jovens

Esse cenário descrito é pouco promissor para jovens que fazem parte dos segmentos da população mais afetados pela desigualdade social, pelas políticas de ajuste econômico neoliberais e pela falta de efetividade das políticas sociais. Assim, os efeitos da violência agudizam-se,

6 As providências devem ser adotadas, agora, contra o “perigo generalizado”, representado pela juventude.

capturando, sobretudo, os jovens, principalmente negros e pobres. O mundo do trabalho formal perde cada vez mais sua capacidade de engendrar mecanismos de regulação social que se pretendem eficazes e assiste-se à perversão desses mecanismos.

Os jovens aparecem como retrato projetivo da sociedade, condensando angústias e medos, mas também esperança em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura. A sociabilidade do jovem passa a ser totalmente relacionada à contemporaneidade (Feffermann, 2006). O ser jovem está associado a experiências e sensações que encerram ambivalências e alternam dúvidas e certezas, manifestando descontentamento ou reações por formação de culturas juvenis; assim, ele surge como categoria propícia para simbolizar os dilemas contemporâneos. Nos jovens, o desejo de experimentar o novo está acompanhado por incertezas, pela avidez de conhecimentos, pelo espanto e pelas indefinições cotidianas de uma realidade que, simultaneamente, atrai e atemoriza. E a violência pode corresponder, sob várias formas, a esforços de afirmação e de participação em um mundo contraditório, sob buscas de pertença e reconhecimento (Abramovay et al., 2011).

O contingente de jovens existentes na América Latina, o aumento da violência e da pobreza e, ainda, a falta de oportunidades de trabalho são elementos que contribuem para a vulnerabilidade social da juventude e para a falta de perspectivas. A situação de vulnerabilidade, aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos, provoca grande tensão entre os jovens, o que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. A violência

imputada a esses jovens e exercida por eles produz consequências e está intimamente relacionada a condições de vulnerabilidade.

Os jovens pertencentes às classes subalternas vivem em dupla situação de risco, pois, vivendo uma socialização incompleta (Adorno, 1993), têm poucas oportunidades de integração no mercado de trabalho, aspecto reforçado pela baixa escolaridade. Assim, são alvos fáceis para as drogas e o álcool e, quando surpreendidos ao cometerem infrações, a reprimenda pode custar-lhes a vida. Para o jovem da periferia, crescer é uma empreitada que ele deve enfrentar sozinho, um salto no escuro.

A violência juvenil pode corresponder, sob algumas formas, a esforços de afirmação e de participação em um mundo contraditório. E, nesse contexto, a vulnerabilidade é um aspecto que caracteriza esses jovens.

Como uma das consequências dessa violência, observa-se o crescimento de homicídios de jovens no Brasil. A análise das causas de mortalidade de jovens no ano de 2015 permite delinear um quadro que é, a um só tempo, complexo e preocupante. A situação apresentada a seguir parte de dados constantes do 'Mapa da Violência 2015', obtidos com base no IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e no Ministério da Saúde, e expõe conclusões alarmantes: o Brasil atingiu a marca recorde de 59.627 homicídios em 2014. Foram 3.749 jovens, entre 16 e 17 anos, vítimas de homicídios, ou seja, 46% do total de 8.153 óbitos. A média foi de 10,3 jovens assassinados por dia no País. O Brasil é o terceiro país no *ranking* de homicídios de jovens. Além da violência física, os jovens enfrentam vários tipos de preconceitos, o que significa que são vítimas não somente de violência física como também de uma violência que não mata,

mas, muitas vezes, fere, e muito profundamente, e que é simbólica e moral.

Como pensar na construção da subjetividade em uma sociedade que tem, na violência, sua forma “natural” de agir?

A naturalização da violência acarreta uma sensação de impotência para lidar com a realidade. Os indivíduos, destituídos de força para agir, não percebem a capacidade que têm para modificar a si próprios e o mundo. A ameaça e o medo constante geram consequências: falta de solidariedade, indiferença para com a miséria, tolerância com a corrupção e a impunidade; a situação banal da violência torna-se forte fator para sua precipitação. Assim, uma sociedade que se mantém pela ameaça da exclusão daqueles que não seguem as suas regras provoca, continuamente, a necessidade do estabelecimento de preconceitos como forma de defesa individual.

As atitudes discriminantes em relação aos jovens são produzidas e reforçadas pela indústria cultural, que, ao assimilar as diferenças, imputa ao jovem a responsabilidade pela distorção da ordem que deve ser mantida e, além disso, evidencia a existência desses jovens, ou no momento de sua morte ou em situações criadas por suas atitudes espetaculares, o que serve para reforçar o estereótipo estabelecido para eles. Todas as intenções que vão ao encontro da reafirmação dessa condição são louvadas e sempre justificadas como necessárias para garantir a segurança da sociedade. A indústria cultural, segundo Adorno e Horkheimer (1985a), a um só tempo, contribui para a formação desse preconceito e cria mecanismos para eliminar não o preconceito, mas o sujeito estereotipado.

Como pensar a construção das subjetividades de jovens que, desde muito cedo, são rotulados e sobrevivem

com, e apesar de clichês, os estereótipos de pobres, negros, perigosos? Faz-se necessária uma reflexão sobre um mundo inquietante, contraditório e, a um tempo, revolucionário e conservador; um mundo cheio de enigmas e de cartas marcadas: o universo da sociabilidade dos jovens.

Esses estereótipos delimitam campos, categorias que impedem a identificação dos indivíduos com eles, desfiguram a realidade, encobrindo o que gera a desigualdade e servindo como justificativas para a dominação. Dessa forma, a situação de opressão é naturalizada (Goffman, 1988).

Como pensar no engajamento de um jovem numa sociedade que participa de sua exclusão e que é, justamente, o que ele denuncia? A lei, neste caso, está à margem da realidade. Ela é, por assim dizer, marginal, porque não interpreta a realidade da criança e do jovem, mas, antes, lhes impõe uma realidade segundo um ideal.

Num país de direitos não incorporados, um ato de infração configura-se como recusa recíproca de integração; a condição marginal que a sociedade impõe à juventude da periferia faz-se acompanhar da recusa desses jovens aos comportamentos socialmente aceitos. Ou seja, ante a recusa do reconhecimento simbólico desses jovens, diante do desprezo e da indiferença a que estão submetidos, espera-se que a instância da lei se faça valer pela força bruta.

Assim, considerar que a violência é de responsabilidade de quase total do indivíduo é compactuar com a barbárie que se vê no dia a dia. A responsabilidade de sobrevivência é atribuída unicamente ao indivíduo, em uma sociedade que não lhe assegura, muitas vezes, o direito à vida. Esses aspectos buscam ir ao encontro dos estudos que atribuem a responsabilidade a esses jovens, e/ou aos seus parentes, por toda a violência que se verifica nos dias de

hoje. O preconceito produzido pela ideologia, por meio da indústria cultural e dos agentes do Estado, imprime, nesses jovens, um estigma que, muitas vezes, é revertido para a sociedade com a mesma ou maior violência. Num sociedade antagônica ao próprio indivíduo, todos os recursos são empreendidos para suportar o sofrimento. Para esse processo de adaptação, é necessário frieza; os jovens exacerbam essa frieza e declaram-na como forma de sobrevivência. Como todos os indivíduos, não aceitam desprezo e humilhações e, frequentemente, respondem com violência física. Contudo, as forças são desiguais, e os comportamentos desses jovens transgressores reverberam ecos, que afirmam, cada vez mais, a sua responsabilidade pela violência.

A relação de dominação perpassa o cotidiano desses jovens, que buscam no grupo, e muitas vezes no tráfico de drogas, um lugar de destaque, reproduzem a relação de dominação a que são submetidos na sociedade em geral.

A presença do Estado nas periferias das grandes cidades tem ocorrido, principalmente pela repressão, no âmbito da segurança pública. O Estado utiliza-se do seu poder legítimo de força para impor seus princípios e das artimanhas dos meios de comunicação para sustentar esses propósitos.

No limiar entre a lei e o fora da lei

Nessa realidade, é muito complexo falar em lei e ordem quando, como afirma Melmann (2000), se vive em “estado de delinquência generalizada”. Ainda, segundo Calligaris (1998: 61),

[...] membros de uma sociedade moderna – se forem excluídos de seus benefícios ou mesmo do sentimento

de pertencer a sua comunidade – não têm como reconhecer a autoridade de uma lei que, na representação moderna, é fundada justamente no consentimento da comunidade da qual eles permanecem excluídos.

Assim, o transgressor, por não poder reconhecer a lei de uma comunidade da qual se sente excluído, encontra-se ainda mais excluído pela resposta repressiva, recebida não como manifestação da lei, mas como mera violência ou vingança.

Esses aspectos ficam explícitos, especialmente, nos jovens brasileiros de faixa etária entre 15 e 24 anos, a faixa mais atingida pela violência criminosa - tanto vítimas quanto atuantes. Calligaris (1998: 62) afirma que, para esses jovens,

[...] qualquer indicação de sua efetiva e, ou mesmo, eventual exclusão da comunidade implicaria automaticamente uma crise da autoridade da lei: se eles não fazem parte ou são ameaçados de não fazer parte da comunidade, a lei – segundo a representação moderna, que seria para eles a única – não tem autoridade para eles.

Assim, não é possível reconhecer uma autoridade fundada na comunidade da qual eles se sentem, e são, excluídos. Mas os jovens não padecem somente de ameaças de privação econômica. Em verdade, a associação entre juventude e violência criminosa deve ser inserida no quadro mais geral da história da infância na modernidade. Eles são considerados sujeitos sob tutela e, por isso, não fazem plenamente parte da comunidade, embora sejam, em princípio, obrigados a endossar e aceitar suas leis. Desse ângulo, poder-se-ia concluir que não têm que reconhecer a lei de uma comunidade da qual ainda não fazem parte e, portanto, acolher as regras que lhes são impostas simplesmente porque são percebidas como violência perpetrada contra eles por uma maioria

constituída por adultos. A violência responderia, assim, à violência. Urge entender a sociabilidade dos jovens, esse antagonismo violento que, a todo instante, demonstra imenso grau de intolerância com qualquer diferente, que perde a possibilidade do respeito mútuo, da aceitação do outro e que classifica qualquer mínima diferença. É relevante considerar as formas de sociabilidade dos jovens na atualidade, pois é no grupo que o jovem busca reconhecimento social, constrói a sua identidade e manifesta suas ilusões de consumo e de poder. O jovem encontra, nos grupos de seus próximos, a possibilidade de se destacar, de se tornar sujeito.

Esses jovens vão à procura da autonomia ou de lugar de continência, encontrando grupos heterônomos guiados pela lógica do pensamento dominante. Uma das questões mais polêmicas da sociedade atual, o tráfico de drogas, não é um fenômeno recente. O consumo de drogas sempre existiu, desde os primeiros tempos da humanidade, para fins religiosos, terapêuticos ou mesmo alimentícios. O problema é a dimensão que o comércio de drogas atingiu nas últimas décadas e sua importância política e estratégica.

O tráfico de drogas

Pode-se interpretar que o mercado ilegal surge como resposta à marginalidade econômica. O tráfico de drogas, como fenômeno político, econômico e social, está condicionado por fatores inscritos em relações visíveis e invisíveis, desde o cultivo, a produção até o consumo, e necessita de rede transnacional para existir e da economia formal para tornar legal o dinheiro auferido. O tráfico, sob o aspecto de indústria de drogas ilícitas, é forma de inserção ilegal de jovens no mundo do “trabalho”. Considera-se que o trabalho, na maioria das vezes, a falta dele,

é um dos pontos que acirra essa condição de vulnerabilidade do jovem. E essa condição de vulnerabilidade tem se agravado, nas últimas décadas, com o crescimento de economias paralelas, como a venda de armas, o roubo, o tráfico de drogas. Os circuitos de ilegalidade, estimulados e criados por leis que impõem proibições, geram dinâmicas e violências próprias, efeito do poder da imposição primeira, a da criminalidade, que justifica a segurança desenvolvida para enfrentá-las.

A “globalização” tende a responder a uma necessidade de legitimidade e dissimulação do poder econômico e político, poder assimétrico de domínio/dependência, que facultou a difusão e o auge das políticas neoliberais. Esse processo foi propício para o crime organizado, facilitando um fluxo relativamente livre de capitais por meio de sistemas informatizados, com capacidade de influir nos rumos da política financeira de um país. A globalidade do crime está intimamente associada à forma como, hoje, o capital se estrutura, e uma das suas características é a conexão flexível das atividades comerciais por meio das redes internacionais. Permite que a organização, nos diversos países, institua alianças estratégicas no intuito de cooperar com as transações de cada organização, por meio de acordos de subcontratação, prática essa que “acompanha de perto a lógica organizacional” como “a empresa em rede” (Castells, 2000: 205). Afora isso, grande parte da receita dessas atividades é “lavada”, por meio de mercados financeiros internacionais. Esse processo precisa ocorrer com grande mobilidade e flexão, considerando que é justamente esse movimento constante que impede o seu rastreamento pelos órgãos de regulação e repressão competentes. Com a expansão do mercado clandestino e da criminalidade, a questão das drogas fugiu a qualquer tipo de controle, ocorrendo o desenvolvimento de organizações criminosas complexas, que têm ligação direta com

o mundo oficial, legal. Dessa forma, as realidades que se entrecruzam em numerosos pontos, em redes cada vez mais apertadas, que não permitem o surgimento do indivíduo, sugerem que o limiar entre a lei e o que está fora da lei apresenta-se cada vez mais tênue. Numa sociedade na qual as relações de forças sociais são desiguais, a forma de se constituir padrões de comportamento torna-se, de um lado, cada vez mais inflexível e, de outro, totalmente ambivalente e contraditória, caracterizando uma situação na qual o processo civilizatório se desvincula das necessidades do ser humano, reiterando a lógica do capital.

O tráfico de drogas está inserido na sociedade em um modo de produção estabelecido, sob a égide de leis objetivas do capital, que coloca o homem como mais uma das mercadorias do jogo econômico. O tráfico, como uma indústria de drogas ilícitas, é uma forma de inserção ilegal de uma parcela da juventude no mundo do 'trabalho'. Ainda mais, o desemprego estruturado, acirrado pelo processo de "globalização", dificulta o ingresso de jovens no mundo do trabalho legal. O tráfico de drogas, como qualquer indústria, funciona sob a mesma lógica; assim, os 'trabalhadores', em todas as etapas de produção, são *sacrificados* e passam por idêntica dominação e pelos sofrimentos advindos das condições sociais injustas reproduzidas na sociedade. Esse "trabalho" é também alienado e mediatizado pela economia burguesa. A diferença é que o valor da *força de trabalho* pode, de forma explícita, significar a própria vida. Considera-se o tráfico como forma de organização denominada "trabalho", informal e ilegal, que emprega grande número de jovens na sua estrutura.

As relações entre os traficantes de drogas e entre estes e o Estado (aparatos repressivos e outras instâncias políticas) são estabelecidas pela cooperação e pela confrontação. Pode-se caracterizar esses traficantes como

empresários de um setor econômico ilegal que buscam acumular capital, reinvestir parte dos lucros, conquistar mercados e diversificar investimentos, mesmo considerando todas as particularidades impostas por tal situação jurídica.

A delimitação do mercado do tráfico de drogas varejista aos territórios empobrecidos realimenta a prática excludente e segregadora da sociedade brasileira. Institui-se, sob a lógica do ideário proibicionista, uma guerra que se concretiza na execução de jovens negros e pobres e na manutenção da grande indústria ilegal de drogas. As favelas e periferias urbanas tornam-se um lugar estratégico para esse mercado, no qual se recrutam os jovens moradores como mão de obra. A droga converte-se no grande eixo - moral, religioso, político e étnico - da reconstrução do inimigo interno, ao mesmo tempo em que produz dinheiro para o capitalismo de guerra. Esse modelo bélico produz marcas no poder jurídico e produz a banalização da morte. Os mortos dessa guerra são jovens, negros/índios e são pobres.

Os jovens inseridos no tráfico de drogas

A vulnerabilidade desses jovens está relacionada à idade, ao fato de terem sido aviltados em seus direitos e sofrerem os efeitos dessa violência, ou ainda, de não terem opção de trabalho no mercado legal. Nas pesquisas realizadas sobre a questão do tráfico um ponto é comum: são jovens que necessitam de reconhecimento social para a construção de uma identidade. Ingressam no tráfico e conhecem as vantagens e as desvantagens disso. Tornam-se alvos fáceis dos policiais, dos traficantes e da sociedade.

Os jovens envolvidos no tráfico de drogas constituem-se na tensão com essa realidade objetiva. Uma malha

que os enreda a cada movimento. Nesse emaranhado de fios, que se entrelaçam e se desfazem, vão construindo a sua forma de estar no mundo, em condições que podem ser consideradas quase irracionais, beirando a barbárie.

Em estudo etnográfico com jovens inseridos no tráfico, realizado por Feffermann (2006), pode-se notar indícios que aparecem no discurso desses jovens como um misto de medo, insegurança e exaltação. A autora aponta que os jovens “vendedores” – “trabalhadores” da indústria do tráfico, têm obrigações e seguem regras de trabalho. O contrato existente nas relações de trabalho é verbal. A punição para o desrespeito a uma regra pode ser a morte. Eles são o elo entre o dono do ponto-de-venda e os consumidores, os fregueses da droga, garantindo sua circulação. No contrato, uma das condições implícitas é a “lealdade” ao patrão, o silêncio em relação à identidade do dono do ponto-de-venda. Os jovens vendem a sua força de trabalho, que envolve o risco no enfrentamento com a polícia e com os “concorrentes”. Vivem a ilegalidade, o sigilo e a necessidade de estar em constante estado de alerta. O uso da arma faz parte desse processo. Nessas condições, passam a pertencer a um grupo, a adquirir objetos de consumo, o que seria quase impossível por outros meios. E também, por causa disso, são reconhecidos e respeitados. Essas atitudes, reforçadas pela sua faixa etária, em conjunto com o risco e a transgressão, tornam estes jovens a parte mais vulnerável dessa engrenagem.

As regras, no tráfico, são estabelecidas para que o comércio ilegal de drogas possa ocorrer de modo satisfatório e lucrativo. Há regras comuns no tráfico, mas as formas de aplicá-las são diferentes. As relações são assimétricas, o poder do dinheiro e do lugar ocupado determina a situação, mas os elementos que garantem essa relação são, de um lado, o medo de ser morto ou excluído

da comunidade e, de outro, a necessidade de ser aceito no grupo. A manutenção do poder reside na condição de ser respeitado, seja por medo, seja por dívida de gratidão. Esse poder é mantido não somente à custa de armas, mas por lealdade, pela confiança que esses jovens têm nos donos de pontos-de-venda.

Os traficantes apoiam-se em sistemas de troca e produção e constroem formas de ação e de contrato para a manutenção do poder legitimado pelas normas vigentes no grupo. Esse grupo transgressor das leis – normas de direito tornadas obrigatórias pela força coercitiva do Estado⁷ - encontra formas para, dentro da criminalidade, regular as suas relações. As relações de poder são estabelecidas e tornadas legítimas e têm como referência os mesmos ícones da sociedade burguesa, o poder do capital.

Esses grupos reúnem condições para construir relações sociais subjacentes à marginalidade, especificamente em relação ao crime. Os valores do processo de sociabilidade possuem traços idênticos aos de uma sociedade na qual as relações de trabalho ocorrem como forma de exploração. Assim, com as atitudes despóticas apresentadas por traficantes-chefe, impõe-se o respeito pelo medo ou pela paternidade, que dissimula o excesso de autoridade quanto à forma de proteção pela qual um grupo se mantém estruturado. Para os jovens que “trabalham” no tráfico, é a possibilidade de um lugar de continência. Constituem-se formas de lidar com os conflitos que ocorrem em um grupo que, sob condição marginal, busca sobrevivência e garantia de poder.

É possível diagnosticar, tomando por base os depoimentos dos jovens, alguns indícios de como se dá o

7 Definição do Dicionário Básico da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro, JEM Ed. 1988.

sistema coercitivo do tráfico. Os conflitos da comunidade envolvida no tráfico e no crime em geral são resolvidos por meio de um mecanismo que tem um caráter deliberativo e consultivo – o debate – em que os interessados se reúnem para discutir os fatos do conflito. O debate é dirigido por um membro do Primeiro Comando da Capital (PCC), que, com base na escuta das partes envolvidas e das testemunhas, avalia a situação com o auxílio do “torre” (grupo hierarquicamente superior que, de dentro dos presídios, auxilia no veredicto do caso julgado, tendo em vista garantir as coordenadas políticas da facção). Esse espaço decisório tem como base um código de conduta conhecido como “proceder”. Marques (2008) afirma que o “proceder”, enquanto substantivo, alcança essa complexa relação entre “respeito”, “conduta” e “atitude”.

Nesse processo, um dos pontos primordiais é a “caminhada” do acusado. Sendo assim, procede-se à averiguação da história do acusado, de suas atitudes e buscam-se todas as informações a respeito do caso a ser julgado. Outros membros do PCC são acionados para garantir que a decisão esteja de acordo com as regras da facção. Muitas vezes, o padrinho do irmão é chamado, pois é ele quem, em última instância, é responsável pelo membro batizado, considerando que uma das condições de ingresso na facção é ser apresentado por um membro que o batize. A partir desse momento, esse membro, o padrinho, é também responsável pelas atitudes do seu afilhado. Nesses espaços são arbitradas a vida e a morte dos acusados. Os jovens afirmam que é no debate que eles têm a oportunidade de se defender; consideram esse espaço legítimo, pois, nele, poderão esclarecer o seu ponto de vista. Apontam que todo o movimento, todas as atitudes são consideradas no debate; o olhar é o mais importante, e esse é uma das características definidoras do veredicto, pois “o olho no olho” denuncia quem está faltando com

a verdade. Os jovens valorizam o debate como o espaço legítimo de resoluções de conflitos e consideram que esses espaços permitem uma escuta verdadeira; alegam que, nos outros espaços (como a escola, por exemplo), não há a mesma oportunidade que a que encontram no debate, quando se tem uma segunda chance. Nesses espaços, sentem-se respeitados, são escutados e suas atitudes são examinadas e valorizadas. Assim, é importante não “vacilar”; a voz não pode tremer, pois é na presença de testemunhas e de membros do PCC que o jovem vai defender a sua vida.

Há indícios de que a existência dessa atividade ilegal sustente as corporações policiais, seja diretamente, por meio de propinas e extorsões que permitem complemento do salário policial, seja indiretamente, por trocas políticas que acabam forçando a aquisição de novos equipamentos ou o recrutamento de novos policiais. Os grandes produtores que sustentam o tráfico de drogas não são atingidos; persegue-se o mercado varejista, os jovens – o ponto mais frágil dessa engrenagem – que trabalham vendendo as drogas nos territórios empobrecidos das cidades. Os jovens são um apêndice, ora indispensáveis, ora descartáveis, nas conexões internacionais da “indústria” do tráfico de drogas e ocultam os reais beneficiados com esse que é um dos setores mais lucrativos da economia mundial. São respeitados por aquilo que possuem, pelo poder que exercem por meio das armas. Esses jovens constituem-se na mesma lógica da sociedade capitalista. São legitimados pelos mesmos ícones: competição, poder, astúcia, mulher, dinheiro, arma, carro, entre outros. Constitui-se, assim, uma sociabilidade na qual a busca do poder ocorre por intermédio de elementos de legitimidade semelhantes, que ressignificam os modelos do discurso dominante. Contudo, o custo social da venda das drogas recai sobre os jovens,

sobre os quais já se consolidou historicamente o estereótipo de delinquente. Jovens que ficam vulneráveis à morte prematura em consequência de conflitos com armas de fogo. Adentram nesse universo para adquirir respeito, reconhecimento, mas, nas ruas das cidades, esses jovens “favelados”, quando não são ignorados, são tratados com atitudes racistas e discriminatórias. A violência policial e as atitudes discriminatórias da sociedade reforçam, de modo veemente, esse quadro de tensão socioespacial existente nas grandes cidades.

Saldo dessa guerra - criminalização do jovem negro morador de territórios periféricos

O saldo dessa guerra, nas últimas décadas, são o encarceramento em massa, a não diminuição do uso das drogas, a ineficiência da segurança pública centrada no combate ao tráfico, o cuidado da saúde com eixo central na abstinência total e distante da realidade de qualquer pessoa, seja ela dependente ou não, além de diversas violações de direitos humanos. Os custos que essa guerra provoca podem ser verificados por meio dos dados de mortes e do número de jovens encarcerados, símbolo do Estado Penal, que busca controlar os efeitos desastrosos das políticas neoliberais.

Vale ressaltar que, no decorrer desse período, o perfil do encarcerado mudou: há pouco mais de 15 anos, os crimes que levavam a maioria para trás das grades eram de ordem patrimonial, como é o caso do furto ou do roubo; atualmente, mais de um quinto dos presos é oriundo do tráfico de drogas, número que vem crescendo. São considerados pequenos traficantes, na prática, aqueles que são flagrados pela polícia com pouca quantidade de droga, a qual pretendem ceder, gratuitamente ou não, a terceiros.

O custo financeiro por preso, no Brasil, é alto, e a sua repercussão no sistema prisional será ainda maior com o “endurecimento da pena” para o tráfico (que passará de cinco para oito anos de prisão) a partir da Lei Osmar Terra. É fácil concluir que se gasta muito e ineficientemente com o sistema carcerário vigente. O custo médio mensal de um preso em instituições estaduais é de R\$ 1.800. Considerando o tempo de pena atribuída ao crime de tráfico, tem-se que, ao final do tempo mínimo da prisão, o Estado terá desembolsado R\$ 108.000. E, ainda, sabendo que 30% dos 548.008 presos atuais, o que equivale a aproximadamente 164.400, estão presos por drogas, conclui-se que tais presos produzem um custo anual estimado em R\$ 3.551.040.000. Tendo em conta os sessenta meses de cumprimento de pena dos presos por drogas, tem-se a faraônica cifra de R\$ 17.755.200.000, empregados em algo que já se sabe não ser garantia de solução. Esses números são o resultado da “política de tolerância zero”, que adotou o combate total a todo tipo de crime e a política de guerra às drogas. O resultado mais visível dessas políticas são a criminalização e o encarceramento dos jovens negros pobres e marginalizados.

O que resta para esses jovens

A “exclusão social” ou inclusão marginal, a necessidade de ser reconhecido, o desejo de pertencer, a busca de realização das promessas da indústria cultural, o fato de serem jovens e a necessidade de correrem riscos são alguns dos ingredientes que levam jovens urbanos a se integrarem no universo das gangues e do tráfico de drogas. Um universo associativo ambíguo, cheio de refúgios e esconderijos, mas que só se realiza por ações espetaculares. Adorno (1995: 35) adverte quanto à irracionalidade do controle social tomado como processo civilizatório: “Quanto mais

apertada a rede, mais quer-se sair dela, muito embora sua própria estreiteza o impeça. Isso aumenta a raiva contra a civilização. A revolta contra ela é brutal e irracional". Esses jovens vivem essa realidade e, a cada momento, emaranham-se nas malhas dessa rede, que se constitui cada vez mais fina. Todavia, ao se locomoverem, podem encontrar uma brecha, uma possibilidade, ainda que remota.

Vivem numa ambiguidade: a de querer estar dentro dessa rede, dessa trama, e lutar para sair dela. Resta saber de que rede querem sair ou em qual querem entrar. A cultura imposta pela indústria cultural envolve-os com promessas de inclusão a qualquer preço e impede-os, através da discriminação e dos estereótipos, de integrar essa mesma rede. A brecha pode surgir nesse pequeno espaço, no qual a contradição permite uma reflexão, uma individuação ou a impossibilidade de se tornarem sujeitos.

Esses jovens discriminados utilizam-se do caráter irracional da cultura vigente e, ao se rebelarem, tentam demonstrar a responsabilidade ou a corresponsabilidade da sociedade por seus atos. Excluídos, reafirmam o obstáculo e o medo que a sociedade e a cultura têm ao enfrentar o diferente e evidenciam os mecanismos sociais e culturais utilizados para transformar o outro em desigual, criando estereótipos e preconceitos com relação a eles. Esses jovens apresentam a ausência de perspectivas e uma luta pela preservação da vida, movida pela presença da perspectiva de morte.

Condenam-se essa prática e seus agentes antes de se tentar entender o que acontece com esses jovens, inseridos num contexto de perda de valores, de frustrações, de falta de expectativas, de violência.

Marcados e rotulados, esses jovens vivem a sua história, carregando o peso da mentira manifesta e persistente. Marcas profundas que, aos poucos, vão delineando a

definição de caminhos, de escolhas e de respostas. Verdades que justificam qualquer ação contra eles.

Referências

- Abramovay, M. et al. (2011). Juventudes em comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): perfil, expectativas e Ind. Mult. 2,90 28 projetos para suas comunidades. FLACSO, BID (Não publicado).
- Adorno, S. (1985). A Indústria cultural. In: G. Cohn (org.). *Sociologia*. São Paulo, Ática.
- Adorno, S. (1993). A Experiência precoce da punição. In: J. S. Martins (org.), *O Massacre dos inocentes*. Hucitec.
- Adorno, T. W. e Horkheimer, M. (1973). *Temas básicos da sociologia*. Cutrix, Edusp.
- Adorno, T. W. et al. (1965). *La personalidad autoritaria*. Editorial Proyección.
- Adorno, T. W. (1995). Educação após Auschwitz. In: T. W. Adorno, *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Vozes.
- Adorno, T. W. e Horkheimer, M. (1985a). Elementos do antisemitismo: limites do esclarecimento. In: T. W. Adorno, M. Horkheimer. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Zahar
- Adorno, T. e Horkheimer, M.. (1985b). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Zahar.
- Calligaris, C. (1998). Lei e comunidade: com algumas propostas. In: P. S. Pinheiro et al., *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana* (pp. 59-72). Garamond.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Editora Vozes.
- Castells, M. (2000). *Fim de milênio*. Paz e Terra.
- Cerqueira, D. R. C. e Moura, R. L. (2014). Vidas perdidas e racismo no Brasil. *Publicação UEPG, Ciências Sociais Aplicadas*, 22(1), 73-90. <https://revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/6320/4137>

- Chesnais, F. (1997). A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. *Praga-Estudos Marxistas*, 3, 19-97.
- Feffermann, M. (2006). *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Editora Vozes.
- Garland, David. (2001). *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Oxford University Press.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Pesquisa Nacional por amostra. Mapa da Violência 2015*. <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
- Marques, A. J. (2008). "Faxina" e "pilotagem": dispositivos (de guerra a) políticos no seio da administração prisional. *Lugar Comum – estudos de mídia, cultura e democracia*, 25/26, 283-290.
- Martins, J. S. (2009). *Exclusão social e a nova desigualdade*. Paulus.
- Melman, C. (2000). *Alcoolismo, delinquência e toxicomania: uma outra forma de gozar*. Editora Escuta.
- Rocha, C. (2012). Abolicionismo penal versus demanda punitiva na legislação antidrogas: um dilema legislativo concreto. *Cadernos Aslegis*, 42, 97-122.
- Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Zahar.
- Wacquant, L. (2003). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Revan.

II

**JOVENS, CULTURAS
POLÍTICAS E
URBANIDADES**



La producción de la juventud en Chile: una perspectiva genealógica¹

Óscar Aguilera Ruiz²

- 1 Este artículo se inscribe en el desarrollo del Proyecto Fondecyt N°11110373 "Genealogía de lo juvenil en Chile", del cual el autor es investigador responsable y que fue desarrollado entre los años 2011-2014.
- 2 Posdoctor en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud por el Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la alianza CINDE - Universidad de Manizales – Colombia/ Pontificia Universidade Católica de São Paulo – Brasil/ El Colegio de la Frontera Norte de México-COLEF. Institución aval: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Doctor por la Universidad Autónoma de Barcelona. Prof. Asociado Departamento de Estudios Pedagógicos. Facultad de Filosofía y Humanidades. Universidad de Chile. Email: oscar.aguilera@gmail.com.



Introducción

La juventud como objeto de preocupación de las ciencias sociales y humanas (Sociología, Antropología, Psicología, Pedagogía y Comunicación) tiene una larga data de existencia, y en modo alguno podría considerarse una novedad o campo emergente de conocimiento en estas áreas disciplinares. Lo que sí podemos sostener es que el desarrollo institucional de un campo de estudios sobre juventud, lo que supone sistematicidad y niveles de comparabilidad entre enfoques, métodos y resultados, comenzará en América Latina y particularmente en Chile sólo a partir del año 1980 y con disímiles resultados en términos de construcción de un objeto de estudio adecuadamente fundamentado y construido.

De allí que el presente texto se proponga aportar consideraciones teóricas que permitan reconstruir el surgimiento de la juventud como categoría de análisis social que permita observar de modo complejo y relacional la constitución de lo social, a partir del proceso de conformación de esta identidad social específica y constitución de un actor social presente en la historia chilena. De otra forma, nos proponemos rastrear las múltiples procedencias que han hecho posible la existencia social de algo llamado juventud así como construir un lente interpretativo que aporte a la comprensión de la especificidad latinoamericana en lo que a los estudios de juventud se refiere.

Para lograr dichos propósitos, nos proponemos en primer lugar identificar los modos en que los estudios de juventud se han desarrollado en Chile y posteriormente discutir las actas de nacimiento de la juventud a partir de sus principales hipótesis en disputa. En segundo lugar, esperamos aportar a la elaboración de un abordaje con perspectiva histórica y que aquí denominamos genealogía

de lo juvenil. En tercer lugar, procederemos a problematizar las identidades juveniles hegemónicas a partir de una comprensión de las mismas que considere las múltiples articulaciones discursivas que las hicieron posibles, y finalmente proponemos construir el campo de la industria cultural como un lugar privilegiado para observar la existencia social de la juventud así como las operaciones productivas involucradas.

El abordaje de la juventud en Chile

Rastrear el surgimiento de la juventud como categoría de las ciencias sociales exige reconocer, a nivel latinoamericano y de acuerdo a González (2004), los trabajos del psicólogo argentino Aníbal Ponce (1938) *Sicología de la Adolescencia y Ambición y Angustia de los Adolescentes*, los ensayos de Vasconcelos (1966) y José Ingenieros (1923), y posteriormente el auge de investigaciones aplicadas que en el marco de las políticas modernizadoras de la CEPAL en los años 50' reconocen la especificidad del actor juvenil³. Sin embargo, todas estas investigaciones quedan circunscritas en términos no declarados a homologar a la juventud con los estudiantes (universitarios), eliminando las especificidades y singularidades juveniles que trascienden este subsector juvenil. De allí que para los efectos de nuestro punto de partida, argumentemos que la categoría juventud no comienza a ser estudiada por las ciencias sociales sino a partir de los años 70' (Mattelart y Mattelart, 1970; Gurrieri y Torres-Rivas, 1971). Pero no será

3 Una característica general de las obras reseñadas es su articulación con la visa social de cada una de las sociedades en que fueron producidas, y el impacto que produjeron en campos disciplinarios como la educación en el caso de Ponce, la formulación de políticas de Estado como los trabajos de Vasconcelos y aquellos desarrollados por la CEPAL, así como en la constitución del propio movimiento estudiantil como lo fue en el caso de Ingenieros.

hasta 1985 que comienza una preocupación sistemática de la juventud en las ciencias sociales chilenas (Aguilera, 2009). Todo lo anterior conduce al reconocimiento de un conjunto de desafíos para este campo de estudios en desarrollo, siendo el principal proponer una matriz teórica y conceptual que se haga cargo de analizar el modo en que esa categoría de las ciencias sociales emergió y ha sido elaborada en la academia chilena.⁴

Será el contexto nacional de fuerte intervención y constricción del espacio académico universitario por causa del golpe militar de 1973 y el establecimiento de una dictadura militar hasta 1990, el que permita explicar que la producción de conocimiento sobre juventud recayera en la década de los 80' fundamentalmente en el mundo de las organizaciones no gubernamentales (ONGs). Se trata de un periodo en que el estudio sobre la juventud va de la mano con la producción de información mayoritariamente de tipo cualitativa, exploratoria y acotada sectorial y territorialmente. La preocupación central de este periodo fue indagar en las acciones juveniles que apuntaran a una reconstrucción del tejido social y político en contexto de dictadura. Asimismo, la juventud popular se constituyó en la categoría que emerge como resultado de los procesos de transición social (modernización económica y crisis política) por lo que atravesó la sociedad chilena de la época. Es decir, este nuevo sujeto juvenil es el resultado de un complejo proceso socioeconómico (reconfiguración del mundo del trabajo y expansión de la cobertura educativa) así como un reconocimiento socio-cultural que vino de la mano de la industria de la cultura y el conocimiento experto (Agurto, Canales y De la Maza, 1985) así como del propio aparato estatal a través de un

4 Los trabajos de Aguilera (2009), Duarte (2012), Aguilera y Muñoz (2015) avanzan precisamente en la dirección de reconstruir el desarrollo de la categoría juventud en las ciencias sociales chilenas.

conjunto de iniciativas gubernamentales que simbolizaron en la juventud la regeneración y pureza de la obra de la dictadura. (Muñoz Tamayo, 2014).

El inicio del proceso de transición a la democracia, con la elección del primer gobierno posdictadura (1989), implicó un reconocimiento explícito de la deuda social con los jóvenes que producto de las condiciones de exclusión social y política vieron truncadas sus posibilidades de desarrollo que dio origen a una subjetividad deteriorada. Ello tuvo su correlato político en la constitución de la juventud como un cuerpo social a intervenir desde el aparato estatal mediante la aplicación de políticas sociales. Tal como sostuvimos anteriormente,

Esta situación, de orden político e institucional, trajo dos consecuencias inmediatas: a) la proliferación de estudios por encargo de las distintas reparticiones públicas con la misión de diagnosticar «las situaciones-problema», y b) un retroceso en la discusión conceptual respecto al sujeto juvenil que se había comenzado a generar a partir de los iniciales investigadores en juventud. Lo que importaba en el contexto del primer gobierno de la concertación por la democracia (1990-1994) no era problematizar, sino más bien aplicar. Este desplazamiento, orientado desde el propio Estado, se ha consolidado a lo largo del tiempo llegando incluso a definir los temas, las metodologías y por supuesto los enfoques teóricos para abordar la investigación en juventud (Aguilera, 2009: 118-119).

Se tratará, en síntesis, de un sujeto juvenil producido por el relato político-institucional, legitimado en su operación por una ciencia social aplicada y cuantitativa que tiene como máxima expresión la implementación de la Encuesta Nacional de Juventud que se desarrollará cada tres años y que alcanza en la actualidad a su Séptima Versión.

Los estudios en juventud a partir del año 2000 harán visibles un conjunto de procesos socioculturales en los que las y los jóvenes serán sus principales protagonistas. Se trata de estudios en que perspectivas etnográficas y fuertemente ancladas en dimensiones identitarias, desarrolladas desde universidades y centros de estudios que traerán como resultado conceptual una sobrevaloración de la dimensión cultural y la introducción en el debate de conceptualizaciones tales como culturas juveniles, identidades juveniles y tribus urbanas (Matus, 2000; Zarzuri, 2000). Se trata, fundamentalmente, de un desplazamiento de lo político-institucional a lo simbólico-semiótico: carrete juvenil, estilos juveniles, consumos culturales que contienen en su simbolización un modo de recrear el estar juntos característicos de la época y que permitirá incluso la instalación sin contrapesos de la representación de la juventud como no comprometida con los destinos del país, como a-pática. Es la radicalización del imaginario juvenil inaugurado en los 90' que no sólo no puede (está dañado, se tiene que recuperar) sino que ahora no quiere involucrarse ni tomar partido político. Esta comprensión del sujeto juvenil ser verá fuertemente remecida a partir de la rebelión pinguina del 2006 y la constitución de un movimiento estudiantil que el 2011 alcanza un caudal de movilización e interpelación política que obligará a reajustar los enfoques conceptuales a buena parte de la ciencia social chilena (Aguilera, 2011).

La sintética revisión que aquí hemos expuesto ha centrado su foco en el saber académico y sus vínculos con el contexto país en que dicho conocimiento sobre lo juvenil ha sido posible de elaborar. El vínculo entre este discurso académico y el discurso social que discurre en la cotidianeidad pública por su parte, obliga a reconocer que la pregunta por la juventud en la sociedad cobra centralidad casi siempre a propósito de acontecimientos

y acciones colectivas que involucran de modo espectacular a aquellos sujetos etiquetados como jóvenes, aunque no se traduzca ello en una reflexión sistemática por parte de quienes investigan juventud sobre los procedimientos involucrados en la producción de determinadas ideas de juventud. Es un círculo vicioso entre saber académico y saber profano que refuerza mutuamente un conjunto de naturalizaciones sobre el sujeto joven.

Este déficit es posible explicarlo porque la juventud ha sido entendida fundamentalmente desde una matriz conceptual psicobiológica y en menor medida desde una perspectiva sociocultural. Aun cuando existen matices y enfoques específicos en su interior, la primera perspectiva remite en términos generales a considerarla como una etapa de la vida en que los sujetos se encuentran en su fase de maduración física y psíquica, en tanto la segunda enfatiza en el carácter construido y arbitrario que tendría y que estaría marcado fuertemente por el tipo de sociedad en el que se inscribe. La especificidad del discurso sobre lo juvenil, tanto el académico como el que producen las instituciones sociales y políticas así como el que proviene de la industria de la cultura, comienza a constituirse entonces como una vía de acceso que permita interpretar las formas en que se han creado ideas sobre juventud.

Aún cuando es desde una perspectiva sociocultural que se fundamenta el presente texto, es necesario constatar a través del estado del arte existente que la investigación sobre esta materia no ha avanzado más allá de la declaración inicial (la juventud existe) y no ha sido precisado el modo en que esa categoría ha sido efectivamente construida (Aguilera, 2014). De allí que la preocupación por el proceso histórico-social y cultural que produjo y continúa produciendo juventud sea un segundo lugar de delimitación de este capítulo. En función de ambos

ejercicios de delimitación del campo problemático es que resulta pertinente reconocer entonces la distinción entre la juventud como categoría de análisis de las ciencias sociales y como idea cultural que produce determinadas emergencias identitarias y posibilita la constitución de actoría social por parte del sujeto joven.

Si bien existen investigaciones que han realizado un esfuerzo al respecto (González, 2004, 2012; Aguilera, 2008; Muñoz Tamayo, 2011), sus propios intereses investigativos no han estado focalizados en una conceptualización y teorización sobre la categoría, más allá de la constatación que la señala como una construcción socio-cultural y que ha sido investigada fundamentalmente en términos sincrónicos en desmedro de las tramas históricas en que se inscribe la producción de subjetividad en la modernidad, tanto en su dimensión de "identidad nacional" como en su especificidad de "identidad generacional". Por otra parte, la publicación de artículos académicos que abordan la juventud desde una perspectiva teórica se ha concentrado en la discusión sobre la pertinencia de utilizar los conceptos de culturas juveniles, tribus urbanas, juventudes o condición juvenil (Aguilera, 2009) y mucho menos en la genealogía de la categoría o del propio actor salvo el trabajo de un conjunto de historiadores pero que tienen su propia especificidad disciplinaria, aunque los trabajos de Toro (2012) avanzan precisamente en dicha dirección.. De esta forma, los estudios de juventud en Chile presentan déficit necesarios de visibilizar como forma de aportar al desarrollo de este campo de estudios.

Una primera debilidad dice relación con que se supone la existencia de la Juventud como un punto de partida en el análisis, antes que una noción resultante de un conjunto de articulaciones históricas que la hacen posible y por tanto pensable. No se trata tanto de argumentar a favor

de la construcción de unas “historias de jóvenes” como de avanzar hacia una histórica de la juventud, y en la que siguiendo los planteamientos de Kosselleck, se pueda dar cuenta de la producción histórica de categorías que permiten pensar lo social siendo las vinculadas con la edad tan fundamentales como la clase, el género y la etnia para entender la construcción del orden social

Una segunda debilidad es aquella que toma la visibilidad juvenil y la presencia de actores como una evidencia de existencia en sí de jóvenes y por extensión quienes no están allí, en dichas escenas, no existirían socialmente. Así se explica por ejemplo la invisibilidad de jóvenes rurales, indígenas o incluso de las propias mujeres jóvenes. En continuidad con ello, no existen trabajos que interroguen el modo de producir dicha visibilidad y por tanto amplíen los lugares en que se pueda observar la pluralidad de juventudes. Entender la visibilidad como lugar producido permitiría observar, por ejemplo, que sí existen jóvenes no estudiantes y jóvenes mujeres (Saa, 2014) con igual presencia social que los varones, mesocráticos y urbanos.

Finalmente, el campo de las industrias culturales como escenario de observación de la producción de categorías de identidad, como es el caso de la juventud. El ingreso a estos productos ha estado marcado fuertemente por: a) la preocupación por la cultura impresa y que tiene a periódicos y revistas ofertados por la industria de la cultura como principales materiales y no aquellos desarrollados por los propios mundos juveniles, b) una mirada que busca reforzar la actoría social en un sentido progresista, y que invisibiliza la existencia de jóvenes que refuerzan el status quo, y c) un descuido por los materiales educativos, que constituyen los únicos discursos obligatorios en la sociedad y a través de los cuales se enseña a ser joven entre otras cosas, y por la producción cinematográfica nacional

que ha tenido de diversos modos y en relación a múltiples tópicos a jóvenes como protagonistas.

Juventud e hipótesis en disputa

Señalamos previamente que la juventud, como categoría de las ciencias sociales y humanas, tiene una antigua existencia y una considerable producción teórica y empírica. En las primeras décadas del siglo XX en EEUU se desarrolla a partir de los estudios urbanos inscritos en la Escuela de Chicago (Whyte, 1971), en el trabajo de la antropología cultural (Mead, 1985), o en el propio desarrollo de la psicología (Hall, 1915). Otro tanto ocurre en Europa, ya sea en los enfoques filosóficos (Ortega y Gasset, 1955) o las perspectivas socio históricas (Mannheim, 1993). De modo similar, en América Latina reconocemos una tradición ensayística que en diversas latitudes se hizo cargo del análisis de la existencia social de un sujeto definido por su condición juvenil (Rodó, 1961; Vasconcelos, 1966). Se trata por tanto de una preocupación centenaria por la juventud en las ciencias sociales y humanas así como en la tradición ensayística latinoamericana.

Asimismo, hemos sostenido que la idea de juventud se ha asumido más como un punto de partida (existe) antes que como un punto de llegada del cual dar cuenta (cómo se ha producido). De allí que preguntarnos por el modo en que esta idea/categoría ha sido producida en el contexto chileno sea el propósito del siguiente apartado. Para lograr este propósito re invidicamos la necesidad de inscribir el ejercicio teórico y analítico en un campo de estudios específicos, los estudios de juventud, lo que se traduce en un abordaje que problematiza una determinada realidad dada, la existencia de la juventud, y posteriormente la construye conceptualmente. Desde allí se sostiene que la operación investigativa de los estudios de juventud es

radicalmente diferencial respecto a la investigación de/ con jóvenes, que no es más que asumir sin problematizar la existencia teórica y conceptual de un objeto porque existe “tal cual” en la vida social. Por ello resulta clave recuperar la discusión central en los estudios sobre juventud al respecto: las hipótesis que situarían su existencia social como producto de la revolución industrial o como invención de la segunda posguerra.

Una primera hipótesis sostiene que la juventud es un resultado de la revolución industrial y por tanto posible gracias a la modernización, lo que permite señalar a Musgrove (1965: 33) que “[...] el joven fue inventado al mismo tiempo que la máquina de vapor [...]”. Esta afirmación, que tiene un marcado carácter etnocéntrico, es problematizada incluso por los propios investigadores europeos que relativizan la fecha y cuestionan el universalismo de base que lleva a señalar unas determinadas condiciones sociohistóricas como determinantes para la existencia social de la juventud (Feixa, 2008). Para lograrlo, se recurre incluso a la idea de “segundo nacimiento” que desarrolla J.J. Rousseau en 1762 en su obra *Emilio*, donde aborda aquel periodo comprendido entre la niñez y la vida adulta y que por tanto evidenciaría la existencia social de un sujeto joven antes del advenimiento de los procesos de modernización del Siglo XVIII.

Se trata, en ambas variantes de la misma hipótesis, de precisar un conjunto de transformaciones societales que, acompañadas de una diversidad de simbolizaciones, produjeron juventud: el cambio en la familia que antiguamente estimulaba la salida del hogar de origen para aprender y vivir en autonomía y que debe comenzar a desarrollar un sentimiento de responsabilidad y educación con sus hijos, en segundo lugar la ampliación y democratización de la educación que progresivamente irán dejando de estar

en manos de unos pocos privilegiados y que incorporará a hijos de la burguesía primero y de la clase obrera después y con ello se va garantizando una moratoria social para todos quienes tengan una determinada edad, en tercer lugar la existencia del servicio militar obligatorio que permite un nuevo tiempo y espacio de dedicación para quienes conforman un mismo grupo de edad y al cabo del cual retornan “hechos hombres”, y finalmente la conciencia de que el mundo laboral sólo estará consagrado para quienes hayan alcanzado un dominio técnico específico y con capacidad física (maduración) para enfrentar las pesadas cargas de trabajo (condición de clase invisibilizada, de paso).

Podríamos agregar el aporte que realizan el conjunto de historiadores centroeuropeos que bajo la coordinación de G. Levi y J. C. Schmitt (1996) abordan el propósito de dar cuenta del lugar de los jóvenes en la historia y discuten la idea de una fecha fija que sirva de fundación y posibilite una historia líneal de los procesos. Si bien reconocen la dificultad de una definición precisa, y la relativizan de acuerdo al tiempo y espacio en que estas definiciones se producen, utilizan el criterio de liminalidad, propio de la antropología, para precisar los contornos de la juventud⁵. De allí que al utilizar el marcador del término de la dependencia infantil y la asunción plena de la autonomía adulta, puedan referir en sus escritos desde la preocupación por la imagen de los jóvenes en la ciudad griega (Schnapp, 1996) hasta los desórdenes de los charivari en los albores de la era moderna (Schindler, 1996).

5 Antropológicamente, la noción de liminalidad alude al tiempo/espacio del ritual, fuertemente afectivo e identificador para quienes participan, en que los sujetos no han cambiado su estatuto al interior de la comunidad: no dejan de ser lo que han sido, y aún no comienzan a ser lo que serán. Este cambio de estatus ha sido estudiado por Van Gennep (2008) y Turner (1988).

Apreciamos entonces que incluso para los propios investigadores europeos la fecha supone ejercicios re-troyectivos que van desde 1762 hacia atrás, tal vez en la búsqueda de un origen que precise el momento exacto de nacimiento de la juventud. Aún cuando la recepción en América Latina de este tipo de propuestas teóricas es escasa, y más bien se ha inclinado a pensar que la juventud aparece claramente en el Siglo XX aunque con disputas específicas, existen autores como Sandoval (2002) que recurren al trabajo de Levi y Schmitt (1996) para construir el antecedente histórico de la juventud y la propia relevancia de la preocupación por investigar jóvenes, sin cuestionar su origen etnocéntrico ni preguntarse por las implicancias epistémicas que involucra el tomar estos trabajos como puntos de partida indiscutibles de una historia de la juventud.

De modo análogo a lo que sucede en Europa y EEUU, en América Latina se han propuesto diversas actas de nacimiento de la juventud. La primera de ellas se origina en la producción ensayística y la literatura, y señala que la juventud existe desde el paso de Siglo (XIX al XX) y en el marco de una sustitución de la organización social oligárquica a una sociedad con ampliación de derechos sociales, económicos y políticos. Tiene su máxima expresión en la obra Ariel (1900) y en ella se fundan las bases de comprensión de la juventud como promesa de cambio, idea que en el caso chileno será expresada de modo paradigmático por el poeta Vicente García Huidobro en su Carta a la Federación de Estudiantes Universitarios, cuando en el marco de su Candidatura Presidencial en representación de las Juventudes Progresistas escribe:

Nuestro gesto es sólo un gesto de afirmación magnífica. Existimos y queremos probarlo. En medio de la baba gaseosa que se respira en el ambiente chileno, en medio de la piara estúpida y taciturna que enmienda de

mediocridad nuestra vida cotidiana, hemos lanzado un grito y es preciso que este grito, reflejo de todos nuestros anhelos, se condense en el espacio como la nebulosa que forma un sol de primera magnitud [...]; ¡Hicimos nacer la juventud! (Huidobro, 1925)

Para el caso chileno, un conjunto de investigaciones de tipo histórico y cultural, aun cuando no tengan como objeto de estudio la constitución de lo juvenil en tanto categoría, evidencian que se trata de un momento al cual prestarle necesaria atención académica (Toro, 2012; Moraga, 2007; González, 2004, 2013). No obstante, la comunidad investigativa se ha inclinado más a pensar a la juventud como un invento de la segunda posguerra y resultado de la expansión global y masificación del consumo, principalmente el de la industria musical dirigido a las y los jóvenes o al menos ha asumido este momento histórico como el punto de inflexión en cuanto a la visibilidad e impacto público de la juventud en las diferentes sociedades.

Tal como señala Feixa (2008: 51), “[...] la segunda mitad del Siglo XX ha presenciado la irrupción de la juventud ya no como sujeto pasivo sino como actor protagonista en la escena pública” de tal forma, a partir de esta tradición quedarán articuladas en una sola la comprensión de la juventud, y su emergencia, como actores sociales en la escena pública. A ello agregará Reguillo que la juventud es una “invención de posguerra” en tanto se configura un nuevo orden mundial que posibilita mayor calidad vida y nuevos estilos y valores y con ello, el estatuto de los jóvenes como sujetos de derechos y de consumo. A su vez Reguillo (2000: 23-26) sostiene que serían tres los procesos que vuelven visibles a los jóvenes: los ajustes en la organización productiva de la sociedad o modernización, la oferta y consumo cultural, y el discurso jurídico.

A partir de estas perspectivas, se entrecruzan la noción de juventud y la de culturas juveniles, que ha tenido importantes avances y rendimientos teóricos en Latinoamérica (González, 2010; Reguillo, 2000), y que ha permitido profundizar en la segunda mitad del Siglo XX como tiempo/espacio que produce una determinada juventud. Sin embargo, el mismo énfasis en estas coordenadas espaciales termina por invisibilizar la existencia de juventud previa a esta época y diluir la potencia teórica de reconstruir el conjunto de operaciones involucradas en la génesis y desarrollo de las ideas de juventud en América Latina.

Como hemos podido apreciar en este recorrido, la pregunta por la construcción socio histórica de la juventud lejos de estar agotada por parte de las ciencias sociales y humanas en América Latina y Caribe, tiene aún importantes desafíos y un fértil campo de desarrollo al amparo de un conjunto de ideas que discuten el modo en que la propia historia latinoamericana y caribeña ha sido contada. Estas perspectivas, que profundizan en la articulación colonial-moderna como situación diferencial en nuestra región nos hacen visible no sólo las narrativas sobre lo social de las que somos tributarios, sino también las operaciones epistemológicas que producen dichos relatos.

Es así que, como forma de avanzar en una lectura con perspectiva histórica que se haga cargo de analizar el proceso sociocultural que hace posible la existencia social de la juventud, propongamos una síntesis sobre las hipótesis en disputa sobre el nacimiento de la juventud.

En primer lugar, se advierten superposiciones en las conceptualizaciones con que se ha estudiado al sujeto juvenil. Las referencias al sujeto juvenil en la literatura desarrollan la existencia de una juventud involucrada activamente en procesos de cambio social, ya sea en su modalidad de estudiantes o militantes de partidos políticos,

así como en las características compartidas con otros coetáneos y con los cuales se agrupa a partir de mediaciones simbólico-expresivas que tienen a la industria de la cultura como su matriz generadora y a la noción de culturas juveniles como su expresión académica. Suponer la existencia de juventud en América Latina y Caribe a partir de una concepción de actoría social o como culturas juveniles, expresa a nuestro juicio tensiones epistemológicas que necesariamente deben ser resueltas en la operación de la construcción del objeto de estudios juventud.

En segundo lugar, tomar la aparición pública como proceso que ratifica la existencia social de juventud, o eventualmente fundamentar por el solo hecho de invocar el adjetivojóvenes el nacimiento de la categoría, explica la insistencia en las características androcéntricas, de clase media urbana, escolarizadas y con protagonismo político que tendrían los estudios de juventud (Elizalde, 2006; McRobbie y Garber, 2010). Sabemos que no todos accedemos de igual forma al espacio público, y por ello se requiere desplazar nuestra mirada hacia otros escenarios públicos en los que también encontramos juventud: las calles y plazas de la ciudad, los maganizes de modas para las mujeres, o incluso en la literatura de época. Este desplazamiento supone hacerse cargo del conjunto de dispositivos sociales y culturales que produjeron una estabilización semiótica de la idea de juventud.

Finalmente, la relación entre el contexto estructural (socioeconómico) y la subjetividad obliga a desplegar una mirada histórica y procesual que atienda a las múltiples y a veces contradictorias modulaciones del espíritu de época que puede caracterizar a los sujetos. La relación no causal entre estructura y subjetividad es tal vez una de las precauciones epistemológicas más importantes a considerar en la elaboración de interpretaciones sobre la

existencia de juventud. Sólo así podrán ser disputadas las narraciones sociohistóricas que ecualizan y homogeneizan lo juvenil y podrá abrirse la compuerta que permita la co-existencia de una diversidad de sujetos juveniles, disputas y negociaciones identitarias mediante.

De la historia a la genealogía de lo juvenil

Hemos referido hasta aquí el desarrollo de la construcción de la categoría juventud en las ciencias sociales y humanas, desde una perspectiva inscrita en lo que hemos denominado enfoque sociocultural. Nos ocupa de ahora en más, proponer una perspectiva teórica y metodológica que permita analizar desde la otra perspectiva o vía de acceso a lo juvenil: la emergencia de los y las jóvenes como sujeto social diferenciado, y por tanto reconocido, asignado y autoasignado, a partir de un conjunto de atributos socioculturales que lo caracterizan. Es decir, construido como categoría política que permite una determinada posición en la sociedad, así como un conjunto de atributos a los cuales adscribir o con los cuales discrepar.

Este esfuerzo, tal como ha sido enunciado previamente, parece pertinente de situarlo más claramente a inicios del siglo XX. Al respecto, es significativo el trabajo realizado en el campo investigativo de la niñez que señala que durante el siglo XIX se va produciendo paulatinamente un proceso de diferenciación del paso a la adultez ya no de manera directa como en el siglo XVIII sino que a través de una categoría social intermedia y que permite delimitar los comienzos y finales de la propia niñez: en el último caso, sitúan la finalización de la niñez en el momento en que niñas y niños cuentan con un espacio institucionalizado en el cual continuar el proceso de aprendizaje iniciado al interior de su casa. (Rojas, 2009). La asistencia

a la escuela emerge así como la primera marca indexical de la condición social diferenciada nombrada como "lo juvenil". Por indexicalidad se expresa que el significado de algunas palabras por sí mismas, es incompleto, y que sólo puede completarse dentro de un contexto y que, por lo tanto, son "expresiones indicativas" de una situación de intercambio lingüístico: por ejemplo, jóvenes-escuela/universidad. Este proceso de diferenciación de lo juvenil, va acompañado de una producción ensayística que se encarga de relevar y visibilizar a este emergente actor en las sociedades latinoamericanas y que se reflejan en la publicación de Ariel de José Enrique Rodó en 1900, los Siete ensayos de la realidad peruana de J. Carlos Mariátegui en 1928, o la Carta a la Juventud de Vicente García Huidobro en 1925, textos atravesados por la preocupación de/por los jóvenes estudiantes en el marco de los procesos de modernización de las sociedades nacionales.

Esta preocupación por reconocer los contornos de este grupo de edad y los impactos que en la sociedad provoca a partir de sus capacidades de transformación social, queda expresado en una perspectiva que denominamos historia de las y los jóvenes. Los trabajos anteriormente señalados (Levi y Schmitt, 1996), se ven ampliados por los aportes de Salazar y Pinto (2002), Gonzalez y Feixa (2013), Perez Islas y Urteaga (2004) quienes desde Latinoamérica comienzan a problematizar los supuestos que suponen la construcción de una historia de los jóvenes con premisas eurocéntricas. Dichas premisas dicen relación con el origen y marcadores que permiten el reconocimiento de un grupo social claramente definido y que en palabras de Souto Kustrin (2007), llega a un agotamiento interpretativo en tanto "[...] la definición de juventud como "tiempo de espera" hacia el mundo adulto, que lleva a "la asunción de la responsabilidad productiva, conyugal, doméstica y parental" ha pasado ya a ser un "teoría

clásica” que tiene poco que ver con la realidad actual” (Souto Kustrin, 2007: 183).

Ahora bien, esta operación implica el reconocimiento de dos planos que se intersectan permanentemente en la producción de lo social: la existencia de una categoría que define, a veces de modo taxativo y excluyente, y por otra parte al propio sujeto del cual se intenta dar cuenta. De allí que las perspectivas históricas en los estudios en juventud recurran de manera permanente a rastrear la aparición del sujeto y de la categoría que lo nombra. Ese doble impacto de categoría y actor no ha sido problematizado suficientemente, y exige un desplazamiento conceptual sobre la misma perspectiva histórica adoptada. A este modo específico de investigar juventud lo conceptualizamos como genealogía, y tiene a los dispositivos que producen juventud como su foco estratégico de análisis.

La genealogía como perspectiva histórica

El uso de la genealogía, en el conjunto de ciencias humanas como la antropología, arqueología e incluso la historia, está indudablemente unida a la identificación de un punto de partida, quizás un tiempo mítico que origina aquello que se desea estudiar. Tal pretensión es contestada por Foucault (1998) cuando precisa la distinción entre genealogía e historia: “La genealogía no se opone a la historia como la visión altiva y profunda del filósofo se opone a la mirada de topo del sabio: se opone, por el contrario, al desplegamiento metahistórico de las significaciones ideales y de las indefinidas teleologías. Se opone a la búsqueda del origen” (Foucault, 1998: 13). Lo que fundamenta dicha crítica es la pretensión de encontrar, casi de modo mágico, la esencia misma de lo que se estudia, el momento mítico-fundacional que se encuentra “antes de”

y no reconocer que, la juventud en este caso, tiene mucho de “después de”: es decir, ha sido la razón científico-moderna la que construyó el concepto, los métodos, e incluso los propios indicios de dónde encontrar aquel origen de lo juvenil. Es el rechazo a la verdad, lo que en palabras de Foucault define a la genealogía: “La verdad, especie de error que tiene para sí el no poder refutada, sin duda porque la larga coacción de la historia la ha vuelto inalterable” (Foucault, 1998: 22). En lo que nos atañe, decretar actas de nacimiento de la juventud resulta una pista falsa en el intento de comprensión del efecto político y social de clasificación de los sujetos que ha propuesto la modernidad. Y qué si no eso hay detrás de las actas de nacimiento de la juventud que la ubican en la revolución industrial o en la expansión de la posguerra, cuando no en la llegada del rock and roll y su traducción nacional de la nueva ola en Chile (González, 2010). Más bien, será tarea genealógica encontrar las singularidades que en su trayectoria ha permitido una determinada forma social y por ello recurre a la procedencia como principio histórico que [...] permite disociar el Yo y hacer pulular, en los lugares y posiciones de su síntesis vacía, mil acontecimientos ahora perdidos” (Foucault, 2008: 26) así como poner al cuerpo al centro del análisis en tanto en él se inscriben los acontecimientos, a él lo visten con determinados ropajes, lo ubican en determinados lugares, consume determinados productos y lo asocian con singulares mercancías. De allí la efebolatría clásica del cuerpo terso y vigoroso del mundo helénico, la displicencia de James Dean con el cigarrillo en los labios exhibiendo rebeldía, o los humores que recorren el balance patriótico de Huidobro en 1925 cuando exclama: “Un país que apenas a los cien años de vida está viejo y carcomido, lleno de tumores y de supuraciones de cáncer como un pueblo que hubiera vivido dos mil años y se hubiera desangrado en heroísmos y conquistas [...] Que

se vayan los viejos y que venga juventud limpia y fuerte, con los ojos iluminados de entusiasmo y de esperanza”.

Para lograr su propósito, no basta con declarar un rechazo a la búsqueda del origen sino que se requiere la construcción de una perspectiva que permita observar las articulaciones sociohistóricas específicas que permitieron la producción de la categoría juventud. Tal perspectiva es nombrada por Foucault como procedencia, en tanto nos “[...] permite también reconocer bajo el aspecto único de un carácter, o de un concepto, la proliferación de los acontecimientos a través de los cuales (gracias a los cuales, contra los cuales) se han formado” (Foucault, 2008: 26-27). Esa multiplicidad, a veces contradictoria, de acontecimientos, ideas, instituciones y prácticas sociales es la que ocupará los esfuerzos de una genealogía que se interroga por los modos de emergencia y reconfiguración que ha tenido lo juvenil a lo largo del Siglo XX.

Asimismo, la focalización excesiva en las representaciones de juventud invisibiliza los dispositivos que las producen. Para ello, se vuelve imprescindible problematizar el modo semiótico de análisis de los significados producidos. Uno es el plano de la representación y la significación que, a través del lenguaje, permite comprender la producción de un sujeto, de una identidad, o de un individuo y la correspondiente asignación de roles y funciones. Dicha operación modula, o intenta hacerlo, los significados elaborados por/desde el cuerpo que no se inscribe necesariamente en ese plano “racionalizante” del lenguaje y la comunicación, abriendo así una vía de crítica al modelo semiótico convencional. Por lo tanto, se obliga a la pregunta por aquel plano/registro de producción de significados que se orienta directamente al gobierno del cuerpo a través de “semióticas asignificantes que [...] en lugar de producir una significación, desencadenan una

acción, una reacción, un comportamiento, una actitud, una postura” (Lazzarato, 2006). Y en el que la prensa, las imágenes y el consumo, juegan un papel fundamental a la hora de indagar en la producción de subjetividad, la juvenil en este caso. Entender a la prensa y su discurso como dispositivo, es decir como una red de saberes, arquitecturas, legislaciones y mercancías, permite superar el entrampamiento representacional y avanzar hacia los procesos involucrados en la construcción de la idea de juventud.

En síntesis, se requiere una analítica de la gubernamentalidad que permita comprender precisamente el modo en que desde antes de representar a la juventud ya había sido puesto en marcha una semiótica que desea, acciona y produce juventud independiente de lo que ella represente o pueda llegar a significar. Aquí la noción de gobierno refiere a la conducción de la conducta, a una forma de actividad práctica que tiene el propósito de conformar, guiar o afectar la conducta de uno mismo y/o de otras personas (De Marinis, 1999). Foucault (1991) utiliza el concepto de gobierno en un sentido amplio, fuertemente vinculado con su antiguo significado y resaltando la cercanía entre relaciones de poder y los procesos de subjetivación. Al respecto, Castro-Gómez (2009) profundiza en la importancia que tales componentes imaginarios anteriores a la representación y la significación tienen en las personas a la hora de generar identificaciones con unas determinadas formas de vida, unos valores e identidades que no siempre tienen/descansan en unas condiciones materiales o que simplemente todavía “no son” como es el que caso precisamente de la idea de juventud en las primeras dos décadas del Siglo XX.

Identidades y regímenes discursivos

A partir de la perspectiva genealógica de lo juvenil, quisiéramos proponer y someter a problematización la hipótesis que señala a la juventud como una idea/atributo que en su trayectoria han tenido existencia diversas emergencias identitarias, inscritas en regímenes de juvenilidad específicos y con diversos resultados en términos de subjetividad y gobierno de las mismas.

Esto supone estudiar las identidades en el marco de los regímenes o formaciones discursivas, donde se incluyen los dispositivos que se constituyen en condiciones de posibilidad de los discursos resultantes. Investigar la juventud, desde una perspectiva como la anteriormente enunciada, supone desplegar una mirada de largo plazo que permita dar cuenta de las trayectorias que ha seguido la construcción sociocultural de la juventud.

Sin lugar a dudas, la visibilidad y autonombramiento identitario son aspectos que permiten comprender la emergencia de un actor social claramente diferenciado a partir de los primeros años del Siglo XX: pero habría que sumar un segundo movimiento analítico que permita reconocer y problematizar aquellas marcas indexicales que permitirían analizar de modo global la construcción de una u otra identidad juvenil. Para ello, presentamos de modo general algunas rutas a explorar en el contexto problemático que se propone elaborar una genealogía de lo juvenil, a partir de la vinculación de contexto histórico, posición de sujeto e identidad visibilizada, que permitan comprender y dar seguimiento al proceso constructor de las identidades juveniles hegemónicas. El reconocimiento de las figuras hegemónicas de lo juvenil pretende ser una puerta de entrada al estudio de las diversas identidades

juveniles, y supone que al observar las tensiones, contradicciones y negociaciones discursivas respecto a quiénes son “los jóvenes” nos permitirá una aproximación tanto a quienes obtienen el reconocimiento identitario como a los que quedan al margen. A ello se apunta con la noción de emergencias identitarias. Señalamos además que la construcción de las identidades opera a través de un sistema de diferencias, por lo tanto determinar los límites de lo que es reconocido como “juventud” nos abre la puerta para acceder precisamente a aquellos que lo disputan, niegan o subvierten. A ello nos referimos en este proyecto como regímenes de juvenilidad. De esa manera reconstruimos no sólo los atributos a ella asignados sino los modos de producción involucrados.

De modo esquemático, y utilizando a las identidades juveniles hegemónicas como punto de partida, podemos reconocer a grandes rasgos las diversas procedencias a reconstruir, intentando hacer visibles precisamente las disputas por la identidad así como los dispositivos involucrados en su producción. Es así como reconocemos cuatro figuras hegemónicas que se vuelven imprescindibles de reconstruir en su emergencia, trayectoria y reconfiguraciones: estudiantes, vanguardista, militantes y populares.

Las organizaciones artístico-literarias de inicios del siglo XX y a partir de allí la constitución y desarrollo de la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile en 1906 son reconocidos como el punto de inicio de la existencia social de la juventud. (González, 2004; Muñoz Tamayo, 2011 y Aguilera, 2014). Todo lo cual va reforzando la constitución de una identidad generacional de los sectores juveniles, aunque circunscrita a las elites pequeño-burguesas con acceso a la educación universitaria. De este periodo se hacen cargo los trabajos de Salazar y Pinto (2002), Vicuña (2001) y los escritos políticos de Manuel

Rojas y José Santos González Vera (2005), en los cuales se aprecia como los y las jóvenes se incorporan a una sociedad chilena en proceso de cambio social y político, acompañando fundamentalmente aquellas posiciones políticas que apuntan al cambio social democrático y de cierre de la etapa oligárquica. Se trata, fundamentalmente de un Joven Estudiante

Por otra parte, nos merece una atención especial el trabajo de Vicuña (2001) quien desde la historia cultural reconstruye el periodo de la belle époque chilena y presenta las tensiones que se producen en el campo generacional, de género y de sociabilidad en la ciudad de Santiago de principios del siglo XX que se encuentra en pleno proceso de urbanización y desarrollo, y que retrata muy bien a aquella burguesía ilustrada que va aportando con los primeros jóvenes vanguardistas de la cultura como el poeta Vicente García Huidobro que incluso llega a ser proclamado como candidato a la presidencia de Chile en representación de la Juventud y que inaugura una vinculación permanente entre el/la joven y la experimentación estética, los estilos culturales, el consumo. Se trata de un Joven Vanguardista

En una suerte de contrapunto, los artículos periodísticos y crónicas escritas por Manuel Rojas y José González Vera nos presentan las furiosas y militantes posturas de los jóvenes anarcosindicalistas que por ese entonces constituían el grupo político con mayor presencia e influencia en el mundo estudiantil y que se expresaba en las Revistas Universitarias Claridad y La Pluma, ambas vinculadas con la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (FECH). Aquí se encuentra el germen del Joven Militante, que se desarrollará a partir de los años 60' fundamentalmente.

Finalmente, a partir del trabajo de un conjunto de historiadores, se reconoce la existencia de otro sujeto juvenil y que se ha visto permanentemente en conflicto con la institucionalidad o sembrando el miedo a los habitantes de la ciudad (Salazar y Pinto, 2002; Goicovic, 2000). Aún cuando existen distintas nomenclaturas para referirse a él, y muchas veces haya sido subsumido en su condición de clase social (proletario, poblador) y en asociación directa con prácticas delictivas, estaríamos en presencia de lo que hoy conocemos como Joven Popular.

Insistimos que esta reflexión ha tomado el momento de visibilidad, reconocimiento societal y condición de posibilidad para existir, como punto de partida para el trabajo genealógico a realizar. De otra forma, profundizar en los procesos sociales y culturales que hacen posible la existencia de un sujeto juvenil diferenciado tanto con el mundo adulto, como con el mundo infantil. Y por tanto, reconstruir el proceso que ha llevado a la constitución de dichas identidades juveniles que hegemonizan el discurso social y académico y que no reconoce, como podrá apreciarse hasta aquí, otras especificidades juveniles existentes pero que no reciben el nombramiento y que de maneras desiguales se apropiarán de la nombradía: nos referimos a las mujeres jóvenes, a campesinos jóvenes, e indígenas jóvenes.

Asimismo, no hay una lectura del papel de las producciones culturales, y particularmente la prensa, en la configuración de las ideas de juventud. Esta situación es de vital importancia si asumimos los presupuestos de Feixa (1998) en cuanto a que la sociedad, vía industrias de la cultura, elabora y oferta un repertorio de imágenes culturales (atributos ideológicos y simbólicos) de lo que es la juventud y con las cuales los sujetos dialogan, negocian, y elaboran sus propias identidades. Esta idea también se

encuentra en Savage (2009) quien a partir de un minucioso análisis de las noticias de periódicos europeos reconstruye el proceso de creación del concepto de juventud y que a su juicio revoluciona el Siglo XX.

El lugar de las industrias culturales en la producción de lo juvenil en Chile

La revisión de los estados del arte sobre juventud tanto en Colombia (Escobar, 2004) como en Argentina (Chaves, 2006) señalan precisamente el doble vacío que hemos reconocido para la producción sobre juventud en Chile: la escasez de estudios con perspectiva histórica sobre juventud, y un insuficiente tratamiento de la relación comunicación, medios y jóvenes, que en la mayoría de los casos apuntan a la generalidad y a una lectura desde la alienación y criminalización. Mención aparte nos merece el trabajo compilado por Pérez-Islas y Urteaga (2004) quienes exploran y proponen un conjunto de elementos configuradores de lo juvenil en México en el Siglo XX. Particularmente se aprecia un esfuerzo por proponer algunas nociones y categorías, así como una perspectiva en clave histórica, que resultan de mucha utilidad para el debate teórico que aquí se propone. Como se expresa en el mencionado trabajo, la recuperación de la relationalidad en el análisis de lo juvenil resulta crucial: "En este sentido, habría que partir de una construcción conceptual que nos guíe para ubicar el periodo del surgimiento de lo juvenil y las segmentariedades que se van produciendo, para lo cual nos acompañamos en el siguiente tramo de nuestro recorrido, de la afirmación central que realiza Morch (1996: 21): "el secreto de la juventud se encuentra fuera de ella, es decir, en los cambios de la sociedad". En esa misma dirección, la propuesta de Urteaga (2004) de

rastrear las imágenes juveniles (en un sentido visual, pero también de cómo se narra la juventud), proponiendo para ello dos entradas analíticas: la construcción cultural de la juventud, y la construcción juvenil de la cultura. Desde esta propuesta, parece sugerente reubicar la discusión teórica de manera explícita en la construcción cultural de la juventud a partir de los medios de comunicación, enfatizando en los dispositivos y modos de producción de lo juvenil como configuración cultural.

A partir del análisis anteriormente expuesto, señalamos una doble dimensión involucrada en la construcción de la idea contemporánea de juventud, a saber; las políticas desplegadas por los actores institucionalizados sobre el mundo juvenil y aquellas que despliegan los propios actores juveniles en su intento por desarrollar estrategias comunicacionales como componentes centrales en las condiciones de posibilidad de la propia acción (tanto en su constitución como en su permanencia).

Un breve apunte sobre la relación juventud y comunicación puede ser útil para situar nuestro afán: es necesario distinguir entre comunicación sobre y comunicación desde lo juvenil. Es decir, la comunicación planteada y construida desde el mundo adulto, y aquella otra que elaboran las y los jóvenes y que interpela al mundo adulto. Sea cual fuere la entrada a este campo, no es menor considerar que la relación comunicativa se despliega en un contexto marcadamente adultocéntrico, y por lo tanto desigual y estratificado entre adultos y jóvenes. Es en ese marco comunicacional que se despliegan formas de nombrar, atributos socioculturales asignados, y roles sociales determinados a las y los jóvenes. Desde este unto de vista, la pregunta por la propia juventud supone la puesta en marcha de una política cultural. Esto exige visibilizar los modos desiguales de distribución y asignación

de atributos socioculturales. En ese sentido, la escena comunicacional se convierte en un analizador central de las luchas por la constitución de las visibilidades, en una doble dimensión hegemónica y contra hegemónica. Para Gramsci (1975), la hegemonía remite al proceso mediante el cual en un orden social estratificado aquellos que detentan el poder (económico, político, cultural) logran imponer como “naturales” sus propios valores y significados ante los grupos subordinados.

Es así como este proceso, que aquí denominamos políticas de visibilidad, se ubica al centro de los conflictos y las querellas en la contemporaneidad: ¿de qué estamos hablando cuando referimos a los jóvenes? ¿Comparten ellos y ellas, los atributos que circulan en la esfera pública? Una discusión de perspectiva histórica respecto al papel que la industria de medios tendría en la constitución de estas visibilidades se vuelve una tarea estratégica.

En ese contexto nos parece relevante fundamentar la importancia cultural, así como los posibles rendimientos analíticos para los estudios de juventud, que tiene el cine, la literatura educativa y las publicaciones periódicas en/ para construir determinadas ideas de lo juvenil en Chile y que hasta ahora constituyen áreas de vacancia en la investigación social sobre jóvenes.

Cine

Las interacciones y afectaciones mutuas entre cine y juventud constituyen un campo investigativo poco explorado por quienes investigan lo juvenil. No deja de constituir una paradoja en tanto si hay algo que atraviesa y define buena parte de las preguntas societales sobre el sujeto joven es la cuestión de su visualidad, su capacidad de traducirse en imágenes y circular por distintos escenarios. Pero al mismo tiempo, si la juventud contiene una dimensión

simbólica inscrita en las prácticas cotidianas, no hay duda que el universo visual contemporáneo expresado en fotografía, la publicidad, y el audiovisual constituyen lugares fundamentales para conocer la relación juventud y cine, en el entendido que dichas imágenes son el resultado a la vez que el insumo para la permanente definición de lo juvenil en la modernidad.

La importancia del cine para los estudios de juventud no radicará tanto en la inobjetable realidad que expresa sino en la posibilidad de interrogar las operaciones y producciones de sentido que se despliegan y reconocemos en los propios filmes, o como señala Hamburger al referirse a la importancia analítica de este producto de la cultura el “[...] universo cinematográfico intensificó y estimuló la disputa por el control de lo visual, por la definición de qué asuntos y personajes tendrán expresión audiovisual. Esa disputa define cómo y donde serán escogidos los objetos, constituyendo así elemento estratégico en la definición del orden y/o del desorden cultural contemporáneo”.⁶

La propia naturaleza problemática de las imágenes, y por extensión del cine, explican tal vez la ausencia de investigaciones que interroguen la relación entre juventud y cine. Aun cuando existen muy escasas excepciones, como el conjunto de ensayos contenidos en “la edad deslumbrante” (Domínguez, 2004) en el que se hace un variado recorrido por mitos, representaciones y estereotipos de la juventud. O el trabajo compilado por investigadoras e investigadores brasileños en “A juventude vai ao cinema” (Teixeira, Lopes y Dayrell, 2009) en el que se exploran de

6 El original en portugués: “Ao trazer esse universo à atenção pública, esses filmes intensificaram e estimularam o que chamo de disputa pelo controle da visualidade, pela definição de que assuntos e personagens ganharão expressão audiovisual, como e onde, elemento estratégico na definição da ordem, e/ou da desordem, contemporânea” (Hamburger, 2007:114).

modo ilustrativo las imágenes presentes en las películas que aluden directamente a un sujeto juvenil.

Un balance crítico de estos trabajos excede la naturaleza de este apartado, sin embargo apuntamos dos ideas que permitan profundizar en la relación juventud y cine a partir de estos textos referidos a la vez que evitar algunos riesgos teórico-metodológicos: la primera idea dice relación que no es posible aproximarse al análisis de lo juvenil en el cine sin contar con una adecuada problematización y conceptualización de lo que define socioculturalmente a la juventud, El primer riesgo es no trascender la descripción de lo representado y reproducir una saturación descriptiva y autoevidente acerca de las obvias características de lo juvenil.

La segunda idea crítica es que es necesario ampliar el conjunto de producciones cinematográficas aunque no refieran directamente a lo juvenil. De esta forma, se evita el segundo riesgo que es perder de vista la relacionalidad que constituye la producción de juventud en articulación con distintos actores, escenarios y procesos sociales, más aún cuando la sociedad nos enseña a ser jóvenes aunque no sea de manera explícita. Tal es el caso de un conjunto de películas chilenas que refieren en sus temáticas a los procesos de modernización económica y el cambio cultural que acompaña dichos procesos, pero que al observarlas en lo específico presentan modelos de juventud: Si mis campos hablaran, de José Bohr (1947), Río Debajo, de Miguel Frank (1950) y Julio comienza en Julio, de Silvio Caiozzi (1979) son algunos de estos filmes que permiten interrogar los modos de producir/visibilizar lo juvenil sin perder de vista la relacionalidad en el análisis.

Textos escolares

Los textos escolares no son elementos de carga valorativa neutra. A este respecto

[...] el texto escolar debe sus contenidos y estructuras al seguimiento de los objetivos curriculares, así como a una ideología de la educación y el aprendizaje. Se espera que tome sus características a partir de las personas a quienes va dirigido -capacidades, intereses, necesidades, valores-, como también de los requerimientos asignados al contexto educativo en donde se origina (Zepeda Aguirre, 2007: 231).

Desde aquí sostenemos que los Textos Escolares, condensan, por una parte, algunas dimensiones constitutivas –hacia “adentro”- de dicho sistema escolar, a saber: el currículo de cada nivel y subsector del conocimiento; los aprendizajes esperados en sus estudiantes en cada fase del proceso educativo; las metodologías y actividades a desplegar por las y los docentes; las actividades y apoyos a implementar por parte de las familias, entre otros aspectos. Por otra parte, el Texto Escolar da buena cuenta de los procesos –cambios y continuidades- que están en despliegue en cada sociedad, en tanto también condensan –hacia “afuera” del proceso- las conversaciones e imaginarios propios de cada época. De esta forma, el Texto Escolar se ha transformado en un instrumento relevante en el proceso educativo, por lo que convertirlo en objeto de estudio, es pertinente y de alta relevancia, toda vez que posibilita poner en debate no sólo al dispositivo, sino las múltiples dimensiones del sistema educativo y de su sociedad que en él están contenidos.

Los estudios internacionales evidencian que la Juventud, como categoría generacional, es la más recurrente en el contexto de los estudios de educación, estableciéndose un vínculo muy estrecho entre ambas esferas (Juventud y

Educación), ya sea por el protagonismo que se le otorga a las y los estudiantes, como también por su pasividad y figura de receptáculo. En este sentido, niñez y vejez se establecen como categorías pasivas inexistentes (Chaves, 2006). Es así como es posible observar que desde la perspectiva de los estudios de juventud se ha caído en visiones unilaterales, con una clara perspectiva adultocéntrica que adopta el enfoque de juventud como una etapa de “tránsito hacia” la adultez.

Esta perspectiva reproduce la cultura dominante, para la cual a las y los jóvenes hay que prepararlos bajo preceptos que son dictados por los propios adultos, quienes mediante mecanismos de control buscan encausar las acciones juveniles hacia comportamientos socialmente deseables. Es por eso que las generaciones en estas nociones adultas-adultocéntricas no se construyen recíprocamente entre ellas, sino que son elaboradas como categorías excluyentes y con relaciones de poder entre una y otras. Así, gran parte de la investigación desarrollada sobre la juventud, está relacionada con una trama de relaciones de poder y dispositivos de control hacia las y los jóvenes (Chaves, 2006).

Por su parte, Henry Giroux plantea que las condiciones y problemas de los y las jóvenes contemporáneos, es que “deben estar comprometidos a través del deseo de interrogar el mundo de políticas públicas, mientras al mismo tiempo se apropian del llamado de la modernidad para un mundo mejor, y al mismo tiempo abandonan las líneas narrativas de Historia Occidental, cultura unificada, orden disciplinar, y progreso tecnológico. En este caso la importancia pedagógica de incertidumbre e indeterminación puede ser repensada a través de la noción modernista de mundo soñado donde los y las jóvenes y otros se puedan aferrar, sin los beneficios de las narrativas dominantes, a

las condiciones de producir nuevas formas de aprendizaje, comprometiéndose, y depositando las posibilidades para la lucha social y la solidaridad” (Giroux, 1994: 28).

De allí que sea fundamental el análisis de las representaciones sociales de juventud así como el conjunto de actores, instituciones, saberes que inciden en su propia producción. Observamos al respecto una ausencia de conocimiento sistemático en torno a los contenidos que poseen los textos escolares y que pueden estar influyendo en la construcción de identidades sociales específicas.

En términos sociales, el análisis de los textos escolares parte de la constatación de la existencia de diferencias y desigualdades desde la identificación y caracterización de las representaciones sociales de las distintas generaciones, lo que nos permite la visibilización de las naturalizaciones construidas sobre las edades y las relaciones de poder existentes entre ellas. Con esta mirada las edades aparecen como una construcción social y cultural, relativa en el tiempo y el espacio, y que debe ser ubicada contextualmente cuando se hace referencia a ella en los distintos espacios e instituciones sociales, como la escuela y el liceo por ejemplo.

A partir del análisis de las formas en que los textos escolares construyen los atributos sociales y culturales de los sujetos de acuerdo a la edad, y desde un enfoque generacional como el que hemos utilizado, surgen un conjunto de nudos problemáticos para la investigación que tome como unidad de análisis estos materiales educativos: la problematización del vínculo entre edades y biología, sobre todo en lo referente al desarrollo emocional y afectivo que poseerían unos y otros sujetos, ubicar a los sujetos construidos discursivamente como parte de una relación social, y por tanto cuestionar la existencia de problemas propiamente —definidos por una esencia natural- juveniles

o de niñez, como no hay problemas propiamente de los adultos y adultos mayores, la necesidad de rescatar de la pasividad con que se construye discursivamente niñez, y en algunos casos juventud, y construirlos como actores sociales legítimos que desarrollan estrategias de transformación de su entorno y no sólo son receptores de beneficios del mundo adulto institucional. En síntesis, se propone ubicar a los sujetos y sus universos socioculturales vinculados entre sí y en sus relaciones con los tipos de sociedad históricamente construidas. Lo que ocurrió en algún momento de la historia no tiene porqué ocurrir de la misma forma en cualquier tiempo, ni es necesariamente la única forma de expresión que existe.

Revistas y publicaciones periódicas

Parece sensato señalar que una discusión con perspectiva histórica respecto al papel que la prensa tendría en la constitución de estas visibilidades juveniles se vuelve una tarea estratégica. Sobre este campo investigativo en Chile existen experiencias interesantes que analizan la constitución del sistema de medios así como la tradición investigativa en la disciplina de la comunicación social y que toma como punto de partida el inicio de la prensa moderna a fines del Siglo XIX y comienzos del Siglo XX (Ossandón, 2002; Santa Cruz, 1998). Mención especial merece el trabajo conjunto de Ossandón y Santa Cruz (2001) en el que se propone un marco histórico de comprensión del papel de la prensa en los procesos de modernización de la sociedad chilena en el Siglo XX, proponiendo de esta forma un estudio sistemático no sólo de lo que se dice (tratar a los medios y la prensa sólo como fuente) sino también el cómo se dice o enuncia el contenido y con qué finalidades comunicativas, lo que convierte al discurso de la prensa

en un objeto de estudio en sí mismo. Si bien los medios de comunicación han sido contruidos como objetos de estudio para el campo disciplinario, se observa un carácter más bien descriptivo (Hurtado, 1989) o de corte sincrónico y contingente (Ossa, 1999). En síntesis, parecen sugerentes las observaciones críticas de Bernedo (2004) sobre los estudios en comunicación desarrollados en Chile respecto a la conceptualización y profundidad de los estudios, que en el caso de la relación entre juventud y prensa remiten su presencia sólo a la década de los 60' a través del análisis de *Revista Ritmo* (García Huidobro y Escobar, 2012) e incluso su invisibilidad en el periodo anterior (Santa Cruz, 2014).

La cantidad de revistas producidas en el siglo XX para la juventud y desde agrupaciones y colectivos juveniles tuvo un incremento considerable sobre todo en las primeras cuatro décadas. Hay un alza del 57,2% entre los años 1906 y 1924 por ejemplo, elevándose la cifra exponencialmente en un 81,9% a fines de la tercera década en comparación con el inicio del siglo. De esta forma, las revistas en su generalidad logran un aumento que luego se va estabilizando en el tiempo a partir de la tercera década.

El alza en la producción de revistas también evidencia una diversificación de los medios y adscripciones desde donde eran producidas. A comienzos del siglo XX las revistas juveniles eran principalmente asociativas y la producción de zigzag representa a la única de carácter mediático o proveniente desde una incipiente industria cultural nacional. Desde mediados de la segunda década se observó una explosión de producción de revistas de adscripciones religiosas, políticas, asociativas y mediáticas, con una mayor diversidad de los lugares de producción, como también una circulación nacional de dichas revistas y de producción en zonas alejadas al centro del

país. Esta diversificación sólo tiene una baja desde la década de los setenta.

El trabajo con material documental supone un conjunto de condicionamientos que son necesarios de reconocer, siendo el fundamental el acceso al conjunto del material declarado y su disponibilidad para la comunidad investigativa. El trabajo de archivo en esta investigación no escapa a dichas constricciones: no fue posible acceder a todo el material declarado en las bases de datos de la Biblioteca Nacional fundamentalmente por la mala mantención de los documentos en archivo. Así un 26,9% de revistas catastradas estaban en condición de deterioro o extravió, según fue informado por los funcionarios de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos (DIBAM).

Por ello es que las revistas producidas para o desde el mundo juvenil a las cuales se pudo acceder y registrar - representando el 73,1% del universo total de revistas catastradas - indican un incremento relativamente similar a los datos anteriores. Entre mediados de la primera década hasta fines de la tercera se observó un incremento de 70% de revistas, y un 83,6% de aumento en la cantidad de documentos dentro de estas publicaciones que remitían a ideas e imágenes sobre lo juvenil.

Este aumento es coincidente con el aumento en los índices de alfabetización de la población chilena: si a fines del Siglo XIX un 68% de la población era analfabeta, la cifra desciende a un 50% para 1920 (García Huidobro y Escobar, 2012). De otra forma, aumenta el potencial público lector, y esto se debe fundamentalmente a la ampliación sostenida de la educación y particularmente a la expansión de la educación secundaria mediante la creación de Liceos en diversas regiones del país.

Esta alza en la producción de revistas también evidencia la diversificación de enunciadores: no sólo diversas

publicaciones sino fundamentalmente diversas organizaciones que emprenden iniciativas comunicacionales. A comienzos del Siglo XX las revistas juveniles eran principalmente asociativas y la Editorial Zig-Zag representa a la única de carácter mediático o proveniente de una incipiente industria cultural nacional. Desde mediados de la segunda década se observó una explosión de producción de revistas de adscripciones religiosas, políticas, asociativas y mediáticas, con una mayor diversidad de los lugares de producción, como también una circulación nacional de dichas revistas y de producción en zonas alejadas al centro del país. Esta diversificación se mantiene a lo largo del tiempo, y sólo tiene una baja desde la década de los setenta.

Conclusión

A lo largo de este capítulo se han reconocido un conjunto de áreas de vacancia en los estudios de juventud, tanto en lo referido a las unidades de análisis específicas como a los enfoques y perspectivas que pueden dinamizar nuevas preguntas y actualizar ciertos conocimientos de sentido común que hasta hoy persisten en relación a las ideas y concepciones de juventud. Quizás el mayor déficit resida, por lo significativo, en torno al análisis situado de los diversos modos de producción de ideas de juventud a partir de los productos y producciones de la industria cultural.

Hacerse cargo de una tarea de dicha naturaleza, supone a su vez problematizar y explicitar adecuadamente la elaboración y uso de categorías así como de los enfoques hegemónicos en los estudios de juventud. Específicamente, aquello que se expresa en la intercambiabilidad de los conceptos juventud, culturas juveniles, movimientos juveniles, tribus urbanas y generaciones. Cada uno de estos conceptos remite a materialidades y simbolizaciones que

no siempre están debidamente relacionadas en tanto se ubican en dimensiones/planos diferenciados de lo social así como su carga política no siempre permite relacionarlos tan rápidamente como es frecuente en la literatura sobre juventud.

Ambos ejes de problematización, a nivel empírico pero también conceptual, nos permiten relevar la importancia de construir conocimiento sobre la idea de juventud, su proceso de construcción y los impactos que ella tiene en la constitución de una subjetividad así como en las propias operaciones de gobierno que la tensionan. Y dónde el cine, la literatura educativa y pedagógica así como las publicaciones periódicas constituyen analizadores estratégicos para la constitución de una subjetividad y unos sujetos juveniles.

Las industrias de la cultura, en síntesis, constituyen precisamente un terreno fértil pero incipientemente explorado por parte de los estudios de juventud que si bien han utilizado estos materiales con finalidades ilustrativas o ejemplificadoras han descuidado el constituirlos en focos centrales del análisis.

Referencias

- Aguilera, O. (2014). La idea de juventud en Chile en el siglo XX: aproximación genealógica al discurso de las revistas de juventud. *Anagramas*, 12(24), 141-160.
- Aguilera Ruiz, O. y Muñoz Tamayo, V. (2015). Preguntas por la juventud, preguntas por la política. Acción Colectiva, Movimientos Sociales y Militancia en los estudios de juventud. Chile 1967-2013. En P. Cottet (ed.), *Juventudes: metáforas del Chile contemporáneo* (pp. 69-103). RIL Editores.
- Aguilera, O. (2009). Los estudios sobre juventud en Chile: coordinadas para un estado del arte. *Revista Última Década*, 109-127.

- Aguilera Ruiz, O. (2011). Acontecimiento y acción colectiva juvenil. El antes, durante y después de la rebelión de los estudiantes secundarios chilenos en el 2006. *Propuesta Educativa*, 35, 11-26. <https://www.redalyc.org/pdf/4030/403041706003.pdf>
- Aguilera Ruiz, O. (2008). Movidas, movilizaciones y movimientos. Cultura política y políticas de las culturas juveniles en el Chile de hoy [Tesis Doctoral, Universitat Autònoma de Barcelona].
- Agurto, I.; Canales, M. y De la Maza, G. (eds.) (1985). *Juventud chilena. Razones y subversiones*. ECO/FOLICO/SEPADE.
- Bernedo, P. (2004). Balance de la historiografía de las comunicaciones en Chile. *PósCom-Umesp*, 41, 153-170.
- Castro-Gómez, S. (2009). *Tejidos oníricos: movilidad, capitalismo y biopolítica en Bogotá (1910-1930)*. Editorial Pensar.
- Chaves, M. (2006). Informe: investigaciones sobre juventudes en Argentina: estado del arte en ciencias sociales. UNSAM/MDS/DINAJU/UNICEF. <https://www.comisionporlamemoria.org/archivos/jovenesymemoria/coleccion/vol3/informe-investigaciones-sobre-juventudes-en-argentina.pdf>
- De Marinis, P. (1999). Gobierno, gubernamentalidad Foucault y los anglofoucultianos (o un ensayo sobre la racionalidad política del neoliberalismo). En F. García Selgas y R. Ramos Torre (comps.), *Globalización, riesgo, reflexividad: tres temas de la teoría social contemporánea* (pp. 73-103). Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Dominguez, V. (coord.) (2004). *La edad deslumbrante: mitos, representaciones y estereotipos de la juventud adolescente: ensayos de cine, filosofía y literatura*. Ediciones Nobel.
- Duarte Quapper, C. (2012). *Sociedades adultocéntricas: sobre sus orígenes y reproducción: última década, 20(36)*, 99-125. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362012000100005&lng=es&tlng=es.10.4067/S0718-22362012000100005

- Elizalde, S. (2006). El androcentrismo en los estudios de juventud: efectos ideológicos y aperturas posibles. *Última Década*, 25, 91-110.
- Escobar, M. (2004). Estado del Arte de la producción de conocimiento sobre juventud en Colombia. (Sin editar). IESCO-GTZ.
- Feixa, C. (2008). *De jóvenes, bandas y tribus*. Ariel.
- Feixa, C. (1998). *De jóvenes, bandas y tribus*. Ariel.
- Foucault, M. (2008). *Nietzsche, la genealogía, la historia*. Pre-Textos.
- Foucault, M. (1991). *Saber y verdad*. La Piqueta.
- Foucault, M. (1998). *Nietzsche, la genealogía y la historia*. Pre-textos.
- García-Huidobro, V. (1925). Carta a la Federación de Estudiantes Universitarios. *Espiga*, 3. https://www.vicentehuidobro.uchile.cl/cartas_2.htm
- García Huidobro, C.; Escobar, P. (2012). *Una historia de las revistas chilenas*. Ediciones Universidad Diego Portales.
- Goicovic, I. (2000). Del control social a la política social. La conflictiva relación entre los jóvenes populares y el Estado de Chile. *Última Chamada*, 12, 103-123.
- González, Y. (2010). Primeras culturas juveniles en Chile: pánico, malones, pololeo y matiné. *Atenea* (Concepc.), 503, 11-38. https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-04622011000100002.
- González, Y. (2012). Genesis of Youth Cultures in Chile: Coléricos & Carlotos (1955–1964). *Young*, 20(4), 377-397.
- González, Y. y Feixa, C. (2013). *La construcción histórica de la juventud en América Latina: bohemios, rockanroleros y revolucionarios*. Cuarto Propio.
- González, Y. (2013). Bohemios y militantes: identidades juveniles en Chile (1900-1952) En Y. González y C. Feixa. *La construcción histórica de la juventud en América Latina: bohemios, rockanroleros y revolucionarios* (pp. 321-384). Cuarto Propio.
- González, Y. (2004). Óxidos de identidad: memoria y juventud rural en el sur de Chile 1935-2003 [Tesis Doctoral, Universidad Autonoma de Barcelona].

- Giroux, H. (1994). *Estudios culturales: juventud y el desafío de la pedagogía*. D http://www.henryagiroux.com/Youth_PoOfNeolib.htm
- Gramsci, A. (1975). *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. Juan Pablos, Editor.
- Gurrieri, A. y Torres-Rivas, E. (1971). Situación de la juventud dentro del complejo económico-social de América Latina. En A. Gurrieri et al. *Estudios sobre la juventud marginal latinoamericana*. Siglo XXI.
- Hall, S.G. (1915). *Adolescence: its psychology and its relations to physiology, sociology, sex, crime, religion and education*. Appleton Century Crofts.
- Hamburger, E. (2007). Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a ideia de espetáculo. *Novos Estudos*, 98, 113-128.
- Hurtado, M. (1989). *Historia de la TV en Chile (1958-1973)*. Ediciones Documentas.
- Lazzarato, M. (2006). *El pluralismo semiótico y el nuevo gobierno de los signos: homenaje a Felix Guattari*. <http://eipcp.net/transversal/0107/lazzarato/es>
- Levi, G. y Schmitt, J. C. (1996). *Historia de los jóvenes*. Taurus.
- Mannheim, K. (1993). El problema de las generaciones. *Reis: Revista española de investigaciones sociológicas*, 62, 193-242. http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_062_12.pdf
- Mattelart, A. y Mattelart, M. (1970). *La juventud chilena: rebeldía y conformismo*. Editorial Universitaria.
- Matus, C. (2000). Tribus urbanas: entre ritos y consumos. El caso de la discoteque Blondie. *Última Década*, 13, 97-120.
- McRobbie, A., Garber, J. (2010). Las chicas y las subculturas: una investigación exploratoria. En S. Hall y T. Jefferson (eds), *Resistencia a través de rituales: subculturas juveniles en la Gran Bretaña de posguerra* (pp. 315-332). Editorial Observatorio de Jóvenes Comunicación y Medios.
- Mead, M. (1985). *Adolescencia, sexo y cultura en Samoa*. Editorial Planeta.
- Moraga, F. (2007). *Muchachos casi silvestres: la federación de estudiantes y el movimiento estudiantil chileno, 1906-1936*. Universidad de Chile.

- Morch, S. (1996). Sobre el desarrollo y los problemas de la juventud: el surgimiento de la juventud como concepción sociohistórica. *Jóvenes, Revista de Estudios sobre Juventud*, 1(1), 78-106.
- Muñoz, G. (2006). *La comunicación en los mundos de vida juveniles: hacia una ciudadanía comunicativa* [Tesis Doctoral, Universidad de Manizales, Manizales, Colombia].
- Muñoz Tamayo, V. (2011) *Generaciones. Juventud universitaria e izquierdas políticas en Chile y México* (Universidad de Chile-UNAM 1984-2006). LOM.
- Muñoz Tamayo, V. (2014). Chile es bandera y juventud: efebología y gremialismo durante la primera etapa de la dictadura de Pinochet (1973-1979). *Historia Crítica*, 54, 195-219.
- Musgrove, F. (1965). *Youth and the social order*. Indiana University Press.
- Ortega y Gasset, J. (1955). *El tema de nuestro tiempo*. Espasa-Calpe.
- Pérez-Islas, J. y Urteaga, M. (2004). *Historias de los jóvenes en México: su presencia en el siglo XX*. SEP, IMJ.
- Ossa, C. (1999). *La pantalla delirante: los escenarios de la comunicación en el Chile de hoy*. Editorial LOM.
- Ossandón, C. (2002). Los inicios de la "cultura de masas" en Chile. *Historia y Comunicación Social*, 7, 161-167
- Ossandón, C.; Santa Cruz, E. (2001). *Entre las alas y el plomo*. Editorial LOM.
- Reguillo, R. (2000). *Estrategias del desencanto: emergencia de culturas juveniles*. Editorial Norma.
- Rodó, J. (1961). *Ariel*. Espasa-Calpe.
- Rojas, J. (2009). *Historia de la infancia en el Chile Republicano 1810-2010*. JUNJI.
- Rojas, M. y González Vera, J. S. (2005). *Letras anarquistas* [Selección a cargo de Carmen Soria González Vera]. Planeta.
- Salazar, G. y Pinto, J. (2002). *Historia de Chile: infancia y juventud*. (Vol. 5). LOM Ediciones.
- Saa Espinoza, M. (2014). Jóvenes delgadas, bellas y blancas: la producción del cuerpo juvenil en la publicidad. El

- caso de revista Margarita (1930-1940). *Ultima década*, 22(41), 71-87. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362014000200004&lng=es&tlng=es. 10.4067/S0718-22362014000200004
- Sandoval, M. (2002). *Jóvenes del siglo XXI: sujetos y actores en una sociedad en cambio*. UCSH.
- Santa Cruz, E. (1998). Conformación de espacios públicos masificación y surgimiento de la prensa moderna en Chile Siglo XIX. *Cuadernos de Trabajo*, Universidad ARCIS. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Chile/di-uarcis/20120919044919/santa1.pdf>
- Santa Cruz, E. (2014) *Prensa y sociedad en Chile, siglo XX*. Editorial Universitaria
- Savage, J. (2009). *A criação da juventude: como o conceito de teenager revolucionou o século XX*. Rocco.
- Schnapp, A. (1996). La imagen de los jóvenes en la ciudad griega. En G. Levi y J. C. Schmitt (coords.), *Historia de los jóvenes* (pp. 25-72).Taurus.
- Schindler, N. (1996). Los guardianes del desorden: rituales de la cultura juvenil en los albores de la era moderna. En G. Levi y J. C. Schmitt (coords.), *Historia de los jóvenes* (pp. 303-364).Taurus.
- Souto Kustrin, S. (2007). Juventud, teoría e historia: la formación de un sujeto social y de un objeto de análisis. *Historia Actual Online*, 13, 171-192.
- Teixeira, I. A. C.; Lopes, J. S. M. y Dayrell, J. (orgs.) (2009). *A juventude vai ao cinema*. Autêntica.
- Toro, P. (2012). Dimensiones de la confección de una juventud virtuosa: manuales de urbanidad en Chile (c.1840-c.1900). *Universum*, 27(1), 191-205.
- Urteaga, M. (2004). Imágenes juveniles del México moderno. En J. Pérez-Islas y M. Urteaga, *Historias de los jóvenes en México. Su presencia en el siglo XX*. SEP, IMJ.
- Vasconcelos, J. (1966). *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana*. Espasa-Calpe.
- Vicuña, M. (2001). *La belle époque chilena*. Sudamericana.
- Whyte, W. F. (1971). *La sociedad de las esquinas*. Diana.

- Zarzuri, R. (2000). Notas para una aproximación teórica a nuevas culturas juveniles: tribus urbanas. *Última Década*, 13, 81-96.
- Zepeda Aguirre, S. C. (2007) Estudio sobre la percepción de la relación profesor-alumno entre estudiantes de colegios vulnerables de la región metropolitana. *Revista Iberoamericana de Educación*, 43(5), 1-13. <https://rieoei.org/historico/deloslectores/1720Aguirre.pdf>.



“Curtindo meu bairro”: ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

Ariane Aboboreira¹ e Silvia H. S. Borelli²

- 1 Mestre e doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; pesquisadora do Grupo de Pesquisa Imagens, metrópoles e culturas juvenis (Diretório de Pesquisas do CNPq – Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, Brasil), do grupo de pesquisa Jovens urbanos: políticas públicas, ações culturais, políticas e comunicacionais em São Paulo na PUCSP e GT CLACSO “Juventudes, Infancias: Prácticas Políticas y Culturales, Memorias y Desigualdades en el Escenario Contemporáneo”.. Email: ne_abo@hotmail.com.
- 2 Doutora e Livre Docente em Antropologia (Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Cató-

lica de São Paulo. São Paulo. Brasil). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq "Imagens, metrópoles, culturas juvenis". Investigadora do GT CLACSO "Juventudes, Infancias: Prácticas Políticas y Culturales, Memorias y Desigualdades en el Escenario Contemporáneo". Membro do comité da Red INJU - Red Iberoamericana de Postgrados en Infancia y Juventud e do Programa Postdoctoral de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Email: siborelli@gmail.com. Texto baseado na dissertação de mestrado de Ariane Aboboreira (2014) orientada, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por Silvia H. S. Borelli.



Introdução

A relação entre juventudes e cidades é tema recorrente em diversas chaves de leituras, investigações e expressões no contexto das narrativas contemporâneas, que enredam acadêmicos, agentes culturais, gestores de políticas públicas, empresários, políticos – e, em especial, sujeitos usuários – que lançam suas miradas para essas explosões de insurgências protagonizadas por jovens e coletivos juvenis na cidade de São Paulo. Considerada como um dos privilegiados lócus juvenis, a cidade é compreendida e vivida de forma atravessada pela permanente tensão entre espaços e lugares, territórios oficiais e territórios ocupados, territórios imaginados, territórios paisagens (Agier, 2011; Certeau, 2009; Santos, 2006; Anderson, 2005; Appadurai, 2004). Espaços ocupados e imaginados nos quais os signos e os símbolos são expostos e as músicas de protesto ecoadas; territórios nos quais corpos são atravessados por experiências sensoriais que transformam lugares em espaços de circulação/apropriação permanentes de múltiplas identidades, que ora tensionam, ora dialogam entre si e com o entorno.

Dentro da mesma cidade, encontram-se várias cidades, e as distinções, muitas vezes, explicitam-se pelas flagrantes diferenças nas condições de vida entre regiões, distritos e bairros diversos, nos quais as áreas de ausências combinam infraestrutura precária, altos índices de violência, transporte público deficitário, entre outras condições. A metrópole sob conflitos compõe, em articulações hegemônicas e contra-hegemônicas, um léxico próprio que é enfrentado pelas juventudes, que traçam mapas cotidianos – que ora se distanciam, ora se aproximam das fronteiras cartográficas de uma São Paulo oficial – e

explodem os lugares urbanos oficiais em distintas formas de viver, habitar e significar (Agier, 2011; Certeau, 2009; Martín-Barbero, 2000).

Nesse contexto metropolitano, portanto, foi possível perceber o universo de alguns jovens na cidade de São Paulo e caminhar com eles, lado a lado, por essa metrópole multifacetada e cheia de contrastes; e compreender como são processadas as reinvenções cotidianas em posturas e ações provocadas nesses jovens, após suas participações no programa de políticas sociais, o Programa Jovens Urbanos – PJU³; e identificar como as percepções e atuações em seus bairros de origem são perpassadas e transformadas por essas novas experiências. Por fim, analisar – com objetivos e busca por resultados semelhantes – os desdobramentos de experiências que resultaram da participação de jovens no PJU - Programa Jovens Urbanos (CENPEC e Fundação Itaú Social), em 2012 e, posteriormente, de sua participação no programa VAI-Valorização de Iniciativas Culturais, em 2013, com os projetos Nifu-Nifa e Acorda Zé.

O PJU foi criado em 2004 e é destinado a jovens na faixa etária entre 16 e 21 anos, residentes em áreas periféricas da cidade de São Paulo, estendendo-se para os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, em edições pontuais. As características distintivas do PJU ancoram-se, principalmente, em sua proposta formativa e em sua arquitetura de ação em rede. Cabe mencionar que o PJU é uma iniciativa coordenada pelo CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária): uma organização não governamental, de reconhecida atuação no campo da educação pública, com financiamento da Fundação Itaú Social, vinculada a um

3 O Projeto Jovens Urbanos (<https://www.cenpec.org.br/home/>) será referido como PJU ao longo do texto.

banco privado, e com um número expressivo de parcerias públicas e privadas, dentre elas, as do Governo do Estado de São Paulo e da Prefeitura do Município de São Paulo.

Para esta experiência, em particular, foi eleita a edição do PJU (2012) que atendeu a 960 jovens, entre 16 e 21 anos, em dezesseis ONGs localizadas nas zonas sul (Cidade Ademar e Jardim Ângela) e leste (Jardim Helena e São Miguel Paulista) da cidade de São Paulo⁴. Na impossibilidade de acompanhar todas as ONGs que compõem esse leque de parcerias para a execução do programa, foram selecionadas oito delas, duas em cada distrito da cidade, a fim de manter um equilíbrio das percepções nos fluxos e trânsitos dos jovens ao longo do percurso formativo. Este compreende a matriz programática organizada pelo PJU ao redor de cinco processos: trajetória adesão; trajetória trama; trajetória âncora; trajetória produção e trajetória intervenção. Esses contextos foram pensados para que os jovens conhecessem o programa e dele se apropriassem vivenciando a cidade, as experimentações em oficinas artísticas e tecnológicas e, ainda, as intervenções urbanas.

Em meio à dinâmica das flutuações e dos fluxos, foi possível decidir pelos trajetos de busca e escolhas que orientaram o protocolo metodológico, delineando as perspectivas de análise – “mapa noturno” (Martín-Barbero, 2000) e “antropologia nômade” (Diógenes, 2003) – e privilegiando instrumentos qualitativos de pesquisa: observação etnográfica, entrevistas em profundidade e construção de acervo imagético.

A perspectiva metodológica de Diógenes (2003: 39), que consiste em “virar de vez em quando as coisas ao contrário”, converge com a de Martín-Barbero (2000), que

4 Em 2017, o programa, na cidade de São Paulo, realizou a 12ª e última edição nos distritos de Cidade Tiradentes e São Miguel Paulista, na zona leste da cidade.

propõe questionamentos feitos a partir de outros lugares, por novas vias e vozes alternativas. Para Martín-Barbero, a construção de um “mapa noturno” reconfigura os conceitos para que sejam trabalhados por meio das brechas e de olhares focados na cotidianidade. “Um mapa que não sirva para a fuga, e sim para o reconhecimento da situação a partir das mediações e dos sujeitos” (Martín-Barbero, 2000: 300).

Foram realizadas oito entrevistas em profundidade com jovens usuários do PJU e quatro com os educadores do mesmo programa (Tabela 1), pois as narrativas são, para esta proposta, o locus epistemológico que responde à perspectiva de uma antropologia nômade e à criação de um mapa noturno para análise. Ressaltamos que as narrativas a que tivemos acesso dos sujeitos praticantes do cotidiano da cidade têm-se revelado muito mais como potencialidades de expressões dos enredamentos, dos fluxos e das redes do que como meras descrições de fatos ocorridos.

Foi no desenrolar dessas entrevistas que as trajetórias de vida apresentaram semelhanças biográficas entre todos os envolvidos – educadores e jovens usuários – e que a atuação dos educadores do PJU, capilarizada em diversas frentes, vieram à tona e, de certa forma, revelaram que a convivência entre eles, em um toque viral, alterou posicionamentos, intensidades, apropriações, subjetividades, modos de ser e estar no bairro, pois todos estavam dispostos a ser afetados pelas partilhas que se elencavam em seus encontros. Dessas trocas e escutas, alguns jovens usuários do PJU reconheceram possibilidades de seguir atuando em seus bairros, assim como seus educadores o fazem, e tais relatos configuraram-se como um dos elementos impulsionadores da continuidade de propostas dos jovens nos Projetos Jovens por meio do Programa VAI.

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

Tabela 1 – Entrevistas em profundidade

Entrevistas em profundidade (Jovens Usuários do PJU)				
Zona	Distrito	ONG	Gênero	Idade
Sul	Jardim Ângela	Inforedes	Feminino	19
Sul	Jardim Ângela	Santos Mártires	Feminino	17
Sul	Cidade Ademar	Comunidade Cidadã	Masculino	16
Sul	Cidade Ademar	Espaço Aberto	Masculino	18
Leste	Jardim Helena	Instituto Alana	Feminino	18
Leste	Jardim Helena	MOCA	Masculino	17
Leste	São Miguel Paulista	CECCRA	Masculino	19
Leste	São Miguel Paulista	SEPAS	Feminino	16
Entrevistas em profundidade (Educadores do PJU)				
Zona	Distrito	ONG	Gênero	Idade
Sul	Cidade Ademar	Espaço Aberto	Feminino	25
Sul	Jardim Ângela	Santos Mártires	Feminino	30
Leste	Jardim Helena	CECCRA	Masculino	26
Leste	São Miguel Paulista	MOCA	Masculino	32

Nota-se que os educadores que são selecionados pelo PJU compõem também coletivos culturais juvenis, que se articulam em importantes redes de militâncias na cidade de São Paulo, e são, atualmente, uma das expressões mais efervescentes dos movimentos sociais contemporâneos: lutam por interesses comuns, atuam de forma coletiva e colaborativa, alteram paisagens locais e pautam discussões sobre políticas culturais na cidade. Nesse sentido, a formação que realizaram no PJU contribuiu para a ampliação dessas redes e para o compartilhamento de

possibilidades de atuação por meio de políticas culturais, como, por exemplo, o Programa VAI.

O financiamento do VAI – que, desde 2004, amplia, de forma significativa, as ações coletivas juvenis que acontecem nos territórios periféricos da cidade de São Paulo e desencadeia outros impactos que extrapolam os processos e produtos culturais – foi apresentado a alguns jovens usuários do PJU no contexto de suas formações. Quando esses jovens tiveram seus projetos, desenvolvidos no PJU, aprovados pelo VAI, suas ações colaboraram para a expansão dos circuitos de fortalecimento e legitimação da produção cultural local, para o esclarecimento de que o poder público garante direitos e, também, para a compreensão de uma atuação mais autônoma por parte dos jovens.

Combinados, tais elementos ampliam as oportunidades dos jovens que vivenciam essas experiências, e essas dinâmicas são pensadas com base na formulação metodológica do PJU, que opta por articular com agentes locais, nos bairros de atuação, a noção de encontro:

[...] retomando-a como uma ocasião experimental de vínculos com outros corpos - de mistura com múltiplos intercessores, de abertura para outros interesses e sentidos; [...] as relações experimentadas pelas pessoas podem expandir a vida. São relações que fazem com que a vida ganhe mais intensidade e produza novos desejos - vontades de transformações, de renovações de si e das coisas do mundo (Programa Jovens Urbanos, 2008: 49).

Experimentações: vivenciar linguagens artístico-culturais e tecnológicas

As experimentações são realizadas por meio de oficinas com o apoio de assessores e parceiros tecnológicos – que,

normalmente, eram jovens articuladores culturais locais – e têm como perspectiva engajar os participantes do programa em situações diferentes de suas referências habituais. Segundo o programa, “elas permitem que os jovens conheçam e vivenciem diferentes tecnologias, conhecimentos e repertórios culturais que compõem a vida na cidade” (Programa Jovens Urbanos, 2008: 46).

As atividades foram propostas para os participantes do PJU a partir do quarto mês de execução, para que pudessem escolher a atividade que mais os mobilizassem. E assegurar a diversidade temática das oficinas era fundamental para atender às expectativas dos jovens. Todas as experimentações deveriam ter a duração entre o mínimo de trinta minutos e o máximo de duas horas e combinar as atividades de exploração, a fim de manter as circulações pela cidade articuladas à temática das oficinas.

Na tentativa de orientar e organizar o processo de apresentação das oficinas, o PJU agrupou as propostas apresentadas pelos assessores tecnológicos em quatro eixos: produção cultural; linguagem das artes; intervenção urbana e meio ambiente; e, comunicação, multimeios e tecnologia. Tais eixos contemplavam múltiplas atividades, que eram experimentadas e vivenciadas pelos jovens por um período. Nesse contexto, compreendiam os caminhos para preparar e participar de ações diversas, entre elas: grafite, rádios comunitárias, peças teatrais, acervo fotográfico, intervenções com estêncil, apresentações de dança, arranjo de desfiles de moda, apresentação de saraus, mapeamentos culturais, rodas de conversa sobre recicláveis, entre tantas outras possibilidades que foram provocadas pelas vinte oficinas selecionadas pelos jovens, entre as trinta propostas oferecidas.

Apesar da quantidade e da heterogeneidade das oficinas apresentadas, a proposta inicial do PJU previa que os

jovens fossem contemplados por afinidades e tendências no desenvolvimento de suas habilidades. No entanto, a forma como foram apresentadas diminuiu a possibilidade de uma escolha mais focada nos interesses da maioria. Segundo os participantes, o caminho precisaria ser inverso; não levar uma lista pronta de atividades, mas questioná-los sobre o que efetivamente gostariam de aprender: “Seria mais interessante se, antes de fechar a lista de oficinais, eles nos apresentassem, assim a gente poderia indicar o que nos interessa aprender” (J. - 19 - ZL - São Miguel Paulista⁵).

Outra ressalva na escolha das atividades diz respeito à metodologia empregada para a escolha das oficinas, pois todos os proponentes foram agrupados em um mesmo espaço para falarem ao mesmo tempo, ainda que em salas distintas, sobre o que seriam as suas atividades; não foi permitido que os jovens pudessem observar as trinta e duas propostas antes da escolha. Logo, os participantes tenderam a algumas escolhas situacionais e não propriamente direcionadas pelo interesse na atividade cultural, conforme relatam as educadoras:

Foram duas oficinas que rolaram no Alana, eles poderiam escolher pela cartilha ou no encontro que fizeram com todos os proponentes falando ao mesmo tempo. Como os jovens não estavam entendendo nada, escolheram aquela que tinha algum amigo fazendo (E. - 29 - ZL - São Miguel Paulista).

Ou ainda:

E uma coisa que a gente viu na experimentação é que aquelas que eram mais escolhidas eram as que apresentavam um produto, tipo ‘nós vamos aprender a fazer isso aqui’, por mais que tivesse todo um trabalho e um

5 Padrão adotado para referência aos depoentes: inicial do nome - idade - zona da cidade - bairro.

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

discurso, para escolherem aquilo que fizesse mais sentido, era isso que eles queriam. Tipo eu vou aprender a estampar camiseta e pronto (J. - 25 - ZS - Cidade Ademar).

Os depoimentos dos jovens alertaram que a configuração de apresentação das oficinas para os jovens não contribuiu para que pudessem eleger, de forma maturada, as atividades que pretendiam fazer no período das experimentações. Por conta disso, optaram por uma atividade pautando suas escolhas em influências que nem sempre perpassavam seus interesses. Por outro lado, alguns jovens já ingressaram no PJU cientes das atividades que elegeriam para experimentar e vivenciar:

Fiz fotografia e agora eu tenho vontade de fazer um curso de fotografia para ficar mais experiente. Eu aprendi bastante coisa, mas eu tenho vontade de me aperfeiçoar mais. (T. - 17 - ZS - Jardim Ângela)

Eu fiz a experimentação de fotografia, na verdade eu já entrei no projeto falando que eu queria fazer algo com fotografia. E foi bem divertido porque eu nunca tinha fotografado em estúdio e, montando um estúdio improvisado, foi bem legal todo mundo fazendo altas poses. Foi muito divertido. Com certeza eu vou entrar na faculdade de fotografia (N. - 17 - ZL - São Miguel Paulista).

Para alguns, participar de uma oficina de fotografia, teatro ou estêncil pôde, inclusive, ser um disparador para outros processos de formação, como o ingresso na faculdade de fotografia, mencionado anteriormente. Pôde, ainda, representar a possibilidade de aproximação com ações culturais, marcos históricos, como o Teatro do Oprimido, com possíveis articulações com redes engajadas, ou despertar interesse por uma linguagem artística que, aparentemente, estava muito distante da realidade em que vivem. Ou seja, a compreensão de ampliação de oportunidades é fundamental, ainda que seja por meio

de atividades com períodos curtos, como relatado por uma das educadoras:

As experimentações são muito complexas, porque é muito louco eles irem fazer um curso de fotografia, mesmo que curto, para deslumbrar as possibilidades. Mas é só pra isso que serve as experimentações, pra deslumbrar as possibilidades, porque o curso que eles fizeram sobre o Teatro do Oprimido não fez nem eles entenderem o que era o teatro e nem o que foi o Teatro do Oprimido. Mas eles se interessaram de alguma forma e foi um disparador para alguns. O David foi fazer teatro lá com os meninos do Marginaliária, então acaba despertando um interesse neles e é isso (E. - 29 - ZL - São Miguel Paulista).

Nessa imersão em atividades que estavam sendo esperadas e que, no decorrer das experimentações, provocaram outras reflexões e intenções, os jovens manifestaram-se apontando que o tempo de duração das atividades - que foram propostas, desde a concepção do PJU, com um mínimo de trinta minutos e máximo de duas horas, caracterizando uma oficina curta - não tinha sido satisfatório. Alguns propuseram que teria sido mais interessante ampliar os dias da semana dedicado às oficinas, considerando que, nessa edição do PJU, os encontros ocorreram em apenas três dias da semana.

Enfim acho que o problema, ou melhor, piorou para o nosso lado por ser audiovisual e ter muita informação em muito pouco tempo. Então foi muito rápido para muito conteúdo. Então tinha coisa que ficava todo mundo meio perdido lá, porque era um jogo muito rápido e não dava para voltar na mesma coisa até que ficasse claro para todo mundo. Eu tinha que pedir ajuda para os amigos que haviam entendido (T. - 16 - ZS - Jardim Ângela).

Foi legal fazer a oficina de estêncil, mas todas as experimentações poderiam ter sido mais longas, porque eu

ia aprender mais coisas, daria para aprender melhor as técnicas (G. - 19 - ZL - Jardim Helena).

É importante salientar, aqui, que o desenho do PJU – que conta com parcerias de ONGs e do setor privado desde sua concepção, para conseguir consolidar sua metodologia de formação em vários territórios da cidade – busca atualizar constantemente o formato do programa baseado nas devolutivas dos jovens usuários, dos educadores e de pesquisadores que se debruçam sobre o projeto. No entanto, mover a rede de parceiros para adequá-lo nem sempre é um processo imediato.

Apesar das críticas relacionadas à proposição e à duração das atividades, os jovens reconhecem que as habilidades agregadas foram fundamentais para pensar os Projetos Jovens; na verdade, foi o que deu corpo para a viabilização das ideias do projeto. Por mais que eles já vislumbassem o que poderiam fazer e já tivessem uma noção das oficinas que poderiam compor a lista de atividades, tomando por base as edições passadas, não dava para ter certeza. Portanto, foi a partir das propostas de oficina, associadas às vivências dos jovens em outros contextos de formação, que foi possível a elaboração do esboço dos Projetos Jovens.

A gente já tinha a ideia de trabalhar com o problema do lixo e da conscientização ambiental aqui no bairro, desde quando eu soube que a varrição na Avenida Paulista acontece três vezes por dia e aqui no uma vez por semestre, mas ainda não sabia como. Mas foi quando juntou o grupo e vimos o que cada um tinha feito que a gente conseguiu fechar o projeto com estêncil, nas lixeiras e fotografia (G. - 19 - ZL - Jardim Helena).

Desde que nós fomos no Museu da Deficiência e que a gente viu tudo que eles podem fazer e percebemos que não tinha informação nenhuma sobre acessibilidade aqui no bairro, a gente já quis falar sobre isso, mas foi só

com a oficina de produção cultural de uns e de literatura de outros [jovens integrantes do grupo] que a gente definiu o que dava pra fazer (G. - 17 - ZL - Jardim Helena).

Foi bacana no nosso grupo porque veio cada um de uma oficina. Então a gente conseguiu montar o ateliê que a gente já estava pensando. Claro que faltou um monte de coisa, mas trabalhamos com reciclagem, com estamperia, com fotografia em lata, ficou bem massa no final (J. - 19 - ZL - São Miguel Paulista).

Os relatos confirmam que os participantes pensavam nos seus Projetos Jovens desde o início da formação, ou seja, nas primeiras explorações, já começaram a delinear o que poderiam fazer nos seus bairros, mesmo sem ter ciência, exatamente, da forma como problematizariam as questões. Essa colagem de experiências que foram propostas para os jovens, organizadas com base na tríade do PJU – exploração, experimentação e produção –, provocou leituras e produção de sentidos diversos sobre as realidades com as quais cruzavam: “uma percepção mais atenta aos percursos e caminhos rotineiros e suas culturas habituais, promovendo o desenvolvimento de sensibilidades e o envolvimento reflexivo dos jovens com os territórios das cidades” (Programa Jovens Urbanos, 2008: 45).

As experimentações, apesar de suscitarem muitos questionamentos, proporcionaram vivências que foram decisivas para que os jovens pudessem se agrupar em torno das propostas de intervenção, pois, naquele momento, alinhavam o “como fazer” com a “vontade de fazer no meu bairro” que, agora, estava na mira de olhares mais aguçados:

Na experimentação, o cartógrafo pousa em certo circuito, em certa escala do território, reconfigurando o processo de acompanhamento-investigação por meio de uma intensidade mais fina com partes do território, embora outras partes, mais longínquas, insinuem-se ali,

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

pois ao misturar-se a um território, por trás, pela frente, pelo lado, embaixo, o cartógrafo não para de descobrir outras partes ativas. Um território é um encadeamento infinito de forças (Programa Jovens Urbanos, 2008: 52).

Projetos Jovens: elaboração, ação coletiva e transformação

Os Projetos Jovens são elaborados ao final do período de formação proposto pelo PJU e visam estimular a reflexão sobre a cidade e criar as possibilidades de intervir na urbe, partindo da combinação das referências e vivências que tiveram ao longo do percurso imediatamente anterior, a saber: explorações e experimentações. Nesse sentido, pensar esses projetos e inscrevê-los na metrópole materializa os efeitos que tais vivências provocam nos jovens usuários do programa.

As primeiras explorações propostas pelo PJU ocorrem no bairro e, a partir desse momento, os jovens são instigados a pensar sobre o local em que vivem e como eles mesmos vivem esse lugar. Em seguida, amplia-se o perímetro geográfico para a realização das explorações e os jovens passam, então, a perceber outras formas de gestão da cidade, completamente diferentes da que há no seu bairro. Essas distinções são catalisadoras para repensar a metrópole, praticá-la e apropriar-se dela, como um todo, e também impulsionam, nos jovens, a vontade de alterar os seus cenários cotidianos, ou seja, os seus bairros.

Essa afirmação é oportuna no caso do PJU, pois, nos relatos dos jovens, é possível perceber que, desde o momento em que eles souberam que deveriam propor um projeto ao final do processo formativo, as ideias já giravam em torno de questões que emergiam das caminhadas pelo bairro. E a valorização desses locais também eram

propostas nas discussões que ocorriam entre jovens e educadores.

Quando a gente soube que precisava entregar um trabalho no final do PJU, foi uma agonia para decidir o que a gente ia fazer pelo bairro porque precisa de tanta coisa (T. – 17 anos – ZS – Jardim Ângela).

Sempre que a gente ia para outros lugares da cidade dava pra perceber o que não tinha perto de casa, então a gente já tinha vontade de pensar algo para nós mesmos e que pudesse ficar pra nós depois (T. – 16 anos – ZS – Jardim Ângela).

Eles nunca pensaram em fazer nada fora do bairro, mas também muitas das discussões tratavam do bairro e os estimulavam a desenvolver coisas no bairro. Outra coisa que fixava muito sobre as questões no bairro era quando eles visitavam outros lugares e percebiam tantas diferenças (E. – 29 - ZL - São Miguel Paulista).

Ao serem provocados, nas entrevistas, sobre a obrigatoriedade de realizarem os projetos nos bairros, já que é uma exigência do PJU, todos foram categóricos na resposta:

A gente reconheceu a necessidade do nosso bairro, porque todo o bairro que tem em volta de São Miguel tem um acúmulo de cultura que aparece nas ruas e lá no nosso bairro, Ermelino Matarazzo, por exemplo, quebra em dois quando se trata das coisas que acontecem por lá. Até mesmo em Itaim, que está um pouco mais distante, também tem uma cultura mais da festividade. Então a gente reconheceu que precisava desta ação no nosso bairro naquele momento (J. – 19 - ZL - São Miguel Paulista).

Eu acho legal fazer no bairro, porque, se a gente que é do bairro não se preocupa em fazer nada para o bairro, por qual razão achamos que outras pessoas vão querer fazer algo aqui? (G. – 17 - ZL - Jardim Helena).

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

Mas é superpositiva essa proposta, já que a gente pode fazer um monte de mudança no nosso próprio bairro e com certeza ninguém ia fazer algo do tipo pra nós; quase não tem lixeira quem dirá sinalização para educação ambiental (G. - 19 - ZL - Jardim Helena).

No momento em que fizeram as experimentações e tiveram acesso às formações em fotografia, audiovisual, estamparia, grafite, entre outras, começaram a elaborar as propostas que colocariam em cena e os projetos que modificariam seus bairros e ressignificariam percursos. Tais projetos, imbuídos de impulsos criativos, estavam perpassados pelas noções de engajamento, adesão e pertencimento e pelo desejo de criar novas possibilidades de vivências e significados: pela mirada de Harvey (2013), seria um direito à cidade compreendido como um direito à vida urbana; direito à transformação da cidade e de seus bairros, por meio das paixões:

A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. [...] então temos o direito de mudar de rumo e buscar refazê-la segundo outra imagem e através da construção de um tipo de cidade qualitativamente diferente (Harvey, 2013: 27-28).

Os cinquenta e dois Projetos Jovens elencados (Tabela 2) apontam, ainda que de forma sucinta, os sentidos poéticos, lúdicos e práticos de transformação da cidade e a liberdade compreendida para poder alterar os espaços, refazer os bairros e transformar a eles próprios, de acordo com o que imaginam e praticam.

Tabela 2 – Projetos Jovens: Zona Sul e Zona Leste

PROJETOS JOVENS DA ZONA SUL		
Cidade Ademar: (Comunidade Cidadã e Espaço Aberto)		
Eixo	Projeto	Intervenção
Comunicação, Multimeios e Tecnologia	Revista entre aspas	Revista jovem (distribuição em escolas)
Comunicação, Multimeios e Tecnologia	Doc. Filma Nós	Documentário sobre jovens moradores do Jardim Miriam
Comunicação, Multimeios e Tecnologia	Rádio M.A	Desenvolvimento de rádio na escola
Comunicação, Multimeios e Tecnologia	Retratos do Miriam	Exposição de fotos de pessoas da comunidade
Comunicação, Multimeios e Tecnologia	São Paulo em Movimento	Exposição de fotos sobre São Paulo
Intervenção Urbana e Meio Ambiente	Praça do meio	Revitalização de praça
Linguagens das Artes	Abre aspas	Peça de teatro - releitura peça Leandro Vieira
Linguagens das Artes	Cia T.E.O	Peça de teatro para discutir problemas jovens
Comunicação, Multimeios e Tecnologia	Nifu-Nifa	Jornal na internet (semanal)
Comunicação, Multimeios e Tecnologia	Comunicine	Três sessões de cinema para comunidade
Produção Cultural e Empreendedorismo	Street boys	Realização de evento de dois dias em escola parceira
Jardim Ângela (Santos Mártires e Inforedes)		
Produção Cultural e Empreendedorismo	Sarau Cultural	Realização de dois saraus
Produção Cultural e Empreendedorismo	Agenda Cultural	Oficinas e evento de carnaval na comunidade
Produção Cultural e Empreendedorismo	Cine no Muro	Projeção de filmes na comunidade
Jardim Ângela (Santos Mártires e Inforedes)		
Produção Cultural e Empreendedorismo	Imaginação por uma linha	Desenvolvimento de evento com pipas no parque ecológico
Comunicação, Multimeios e Tecnologia	Atraindo novos olhares	Documentário sobre a E.E. Professora Amélia Kerr Nogueira
Intervenção Urbana e Meio Ambiente	Projovem: expressando nossa arte	Grafite no muro da E.E. Professora Amélia Kerr Nogueira

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

PROJETOS JOVENS DA ZONA LESTE		
Jardim Helena (MOCA e Instituto Alana)		
Eixo	Projeto	Intervenção
Intervenção Urbana e Meio Ambiente	StencilArt	Decoração de lixeiras com stencil e realização de palestras sobre sustentabilidade
Linguagens das Artes	Ação Jovem	Peça teatral sobre questões urbanas
Produção Cultural e Empreendedorismo	Talentos Urbanos	Show de talentos
Intervenção Urbana e Meio Ambiente	Juntos faremos a diferença	Brinquedos de pneu e revitalização de praça
Intervenção Urbana e Meio Ambiente	Arborização Urbana	Plantação de mudas
Intervenção Urbana e Meio Ambiente	Colorido Urbano	Revitalização de praça
Produção Cultural e Empreendedorismo	Jardim ao <i>show</i>	Evento de música, dança e arte
Produção Cultural e Empreendedorismo	Incluir e entreter	Evento de música, dança e arte com o tema da deficiência/acessibilidade
Jardim Ângela (Santos Mártires e Infioresdes)		
Intervenção Urbana e Meio Ambiente	Parede do meio	Fazer intervenção de grafite e <i>stop motion</i> do processo
Jardim Ângela (Santos Mártires e Infioresdes)		
Intervenção Urbana e Meio Ambiente	Beco da arte	Fazer intervenção de lambe e grafite
Produção Cultural e Empreendedorismo	Acorda Zé	Realização de ateliê cultural para exposições de produtos produzidos pelo grupo
Produção Cultural e Empreendedorismo	Buscarte na feira	Feira cultural para jovens em uma praça
Comunicação, Multimeios e Tecnologia	De volta para o futuro	Livro de fotografias antigas e atuais do bairro/jovens
Linguagens das Artes	Contos contra o <i>bullying</i>	Peça teatral em escolas infantis sobre <i>bullying</i>
Produção Cultural e Empreendedorismo	São Miguel Fashion Week	Desfile de moda com moradoras de rua que usam albergue do bairro
Produção Cultural e Empreendedorismo	Sing Festival	Festival de música
Produção Cultural e Empreendedorismo	Arena Cultural	Evento cultural (gincanas infantis, campeonato de futebol e balada cultural)
Produção Cultural e Empreendedorismo	Memórias da quebrada: jogos e brincadeiras	Realização de evento cultural e esportivo

À primeira vista, os dados contidos nas tabelas podem parecer dados soltos, mas um olhar atento e articulado às narrativas dos jovens, que explicitam suas motivações para elaboração desses projetos, permite detectar inúmeras semelhanças e possibilidades de aproximação. Esses jovens – agentes de seus bairros – constroem situações distintas para compartilhar signos, tecem redes e promovem relações entre ação, cidade e cotidianos.

Suas inspirações partiram das mais diversas ordens: desde colocar avisos nas lixeiras, a fim de promover a conscientização ambiental, até fazer sessões de cinema na rua, porque a avó de um dos jovens nunca havia ido ao cinema.

Teve a história do nosso amigo Caio, que ele entrou bem no finalzinho, e ele uma vez contou que a vó dele nunca tinha ido no cinema, e a gente ficou doido com aquela história. Como assim? Ela nunca foi no cinema e a gente vai no cinema umas duas vezes por mês, sempre que a gente tem dinheiro na mão. E aí a gente bateu o martelo na ideia por conta da vó dele também, tanto é que a gente passou Tapete Vermelho por conta dela e aí ele veio na sessão e chorou tanto... (T. - 16 - ZS - Jardim Ângela).

A gente decidiu o nosso projeto no dia que a gente tava na pracinha lá de cima e tinha um monte de criança brincando com nada, tipo a gente quando criança sabe. Daí a gente decidiu fazer um monte de brinquedo de pneu para colocar na praça. Foi uma festa quando eles viram, me emocionei demais (T. - 17 - ZS - Jardim Ângela).

A gente queria chamar atenção das pessoas para a quantidade de lixo que elas jogam na rua e tentar mudar essa realidade, então a gente convidou algumas pessoas para falar sobre meio ambiente. Entregamos um kit pra levar na bolsa e não ter mais desculpa pra jogar no chão e pintamos as lixeiras do bairro. E outra coisa também que motivou este projeto é por conta da quantidade de enchente que tem no bairro que tem a

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

ver também com os lixos que são jogados no chão (G. - 19 - ZL - Jardim Helena).

Depois que idealizam o projeto, articulam as ações que pretendem fazer e combinam as linguagens artísticas e culturais que foram apreendidas nas experimentações, chega a hora de 'botar as ideias no papel', escrever o projeto e apresentá-lo para uma banca de avaliação organizada pelo CENPEC, com membros da equipe técnica, assessores tecnológicos e outros convidados. Este se configura no momento mais complicado e tenso para os jovens, pois sistematizar um projeto com justificativa, objetivos, datas de execução, orçamento e indicação de parcerias demanda um esforço que, segundo eles, a escola não exige. Por outro lado, a possibilidade de estruturar um projeto com tantas exigências e com orientação dos educadores é um momento de compartilhamento de ideias e experiências que abre brechas para ações individuais e coletivas para além da experiência no PJU.

Foi bem complicado assim essa parte de participação na hora de trabalhar. Essa hora de projetos é hora de trabalhar, e eu acho que o jovem fica com um pouco de medo dessa parte, porque eu assumi exatamente essa postura de 'estou te acompanhando, você é o protagonista agora', e eu acho que alguns deles tiveram um pouco de dificuldade de lidar com esta responsabilidade (J. - 25 - ZS - Cidade Ademar).

Essa foi uma das coisas que eu mais direcionei, foi o momento de escrever os projetos, porque é uma coisa que me incomoda muito, principalmente quando eu estava no estado das pessoas acreditarem logo de cara que eles não têm capacidade de fazer uma coisa super legal. Então eu pegava muito no pé e saíram projetos ótimos (E. - 29 - ZL - São Miguel Paulista).

Minha cabeça fritou para escrever o projeto, viu? Na escola, a gente não tem este tipo de exigência... No PJU foi tenso, mas hoje eu sei que consigo escrever um

projeto completo, então no final valeu a pena (T. - 17 - ZS - Jardim Ângela).

Todas as ONGs realizaram ensaios a fim de preparar os grupos para as bancas de avaliação dos projetos. Os educadores e os jovens não sabiam o que esperar no dia, e todos afirmaram que ficaram bem nervosos e ansiosos. No entanto, passada a apresentação, foi unânime o descontentamento com a equipe de avaliadores. Depois de tanto se prepararem, esperavam um rigor na avaliação ou, ao menos, sugestões de ajustes nos projetos, mas muitos da banca nem sabiam do que se tratava a proposta que estavam avaliando. Nesse sentido, para alguns jovens, a banca não passou de uma formalidade que poderia ter sido dispensada.

Ah, eu esperava mais, eu achava assim, eles foram super nervosos, eu também fui super nervosa, a gente fez uma pré-banca lá também antes, chamamos algumas pessoas lá da comunidade, da ONG e tal pra avaliar, pra comentar e quando eles apresentaram, o cara nem sabia do que eles estavam falando (J. - 25 - ZS - Cidade Ademar).

Eu achei muito fraca esta questão da banca, porque, assim, nosso grupo se preparou um absurdo. No mês antes da banca a gente ia todo dia para o PJU, foi uma correria, um cansaço. Todo dia das 1h às 5h, para se preparar, fazer roteiro, pensar como a gente ia apresentar e depois, no dia, foi um descaso total. Foi meio, passa todo mundo logo, vamos embora desse fim de mundo e não vamos ter problemas com ninguém. Acho que eles estavam mais preocupados em passar e voltar pra casa do que de fato avaliar as propostas e qualidade dos projetos (T. - 16 - ZS - Jardim Ângela)

Após essa formalidade, como afirmaram os jovens, chegou a hora de colocar os projetos em cena e, nesse momento, eles se apresentaram da forma mais heterogênea possível. Contemplando diversas linguagens, espaços

e contextos, as propostas dialogavam diretamente com o cotidiano dos jovens em seus bairros. Foram eventos de *hip hop* na escola; saraus em praças públicas com textos e poesias de denúncia lidos diretamente do celular; museus a céu aberto com fotografias impressas em lambe-lambe, tornando os próprios passantes do bairro figuras das obras de arte; reconstituição por *stop motion* da história dos bairros; revitalização da praça com elementos de arquitetura gótica; plantação de mudas de árvores frutíferas nos canteiros; gravação de documentários; organização de feira cultural com foco nas marchinhas de carnaval; elaboração de espetáculos teatrais que problematizavam a condição juvenil na periferia; entre outras propostas que mesclavam o erudito e popular, o ilustrado e o marginal, o formal e o informal, a prosa e a poesia, o dito e o não dito, e as experiências do vivido, no miúdo de seus cotidianos com as novas práticas na cidade.

Os Projetos Jovens foram, em sua maioria, realizados em três espaços: nas escolas, nas praças e nas ONGs. As escolas foram eleitas por serem um ambiente em que, normalmente, não sentem prazer em estar. Por conta disso, os jovens entrevistados disseram que gostariam de alterar algo nesse espaço, já que precisavam permanecer lá algumas horas por dia. As praças apareceram em dois momentos: para realização de eventos culturais e para sua revitalização, o que demonstra o interesse por um novo uso do espaço público em grandes metrópoles como São Paulo, em especial nas periferias:

[...] as novas condições de vida na cidade exigem a reinvenção de laços sociais e culturais [...] [de] novos modos de estar juntos, do modo que os cidadãos experimentam a heterogênea trama sociocultural da cidade, das renovadas formas de exclusão social junto à enorme diversidade de estilos de viver, de modos de habitar, de estruturas do sentir e do narrar. Uma trama cultural que

desafia nossas noções de cultura e de cidade, os marcos de referência e compreensão forjados sobre a base de identidades nítidas, de fortes enraizamentos e demarcações claras (Martín-Barbero, 2004: 278-279)

As ONGs foram escolhidas por alguns por conta da facilidade para organizar os eventos.

Por ter sido na praça ajudou bastante, chamou mais atenção. Eu acho bacana que tenha eventos em praças, porque tem um monte de gente que fica só na mesmice todo dia. E outra coisa também é que pode despertar o interesse da pessoa para algum assunto que ela achava muito distante do seu dia a dia (G. - 19 - ZL - Jardim Helena).

A gente fez nosso evento na escola porque é muito difícil ficar lá todo dia, parece uma prisão, então, quando a gente conseguiu autorização do diretor, foi muito legal. Sempre querem que a gente faça outras coisas lá na escola, mas nunca mais deixaram (R. - 18 - ZS - Cidade Ademar).

Como a gente queria fazer algo para a vizinhança que tem aqui na ONG mesmo, foi mais fácil ser aqui, e também a gente já conhecia todo mundo e não precisava pegar autorização na subprefeitura para fazer na praça (G. - 17 - ZL - Jardim Helena).

A participação dos moradores dos bairros chamou atenção no momento em que os jovens narravam suas experiências enquanto sujeitos transformadores de seus pedaços (Magnani, 2012). Não apenas nos eventos que eram promovidos para que os moradores fossem mais espectadores do que participantes mas também nas propostas de manutenção ou revitalização dos espaços.

Quando o dono da casa de material de construção soube que a gente ia arrumar a pracinha, deu mais material pra gente continuar na semana seguinte. Foi bem legal, porque deu pra fazer mais coisas do que estava programado (G. - 19 - ZL - Jardim Helena).

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

No dia que a gente foi grafitar o muro da escola, os tiozinho que ficam jogando bilhar vieram ajudar com a pintura de baixo. Deu um adiantamento bem bom (T. - 17 - ZS - Jardim Ângela).

Um monte de gente ajudou a fazer os brinquedos de pneu. Deu para colocar em duas praças, porque os vizinhos doaram e então ficou muito mais legal (T. - 17 - ZL - São Miguel Paulista).

Nas respostas dos jovens, ao serem questionados sobre como se sentiram nos eventos e nas ações realizadas e como se sentiram ao finalizar os projetos, fica evidente o quanto passaram a repensar o local em que moram e destaca-se a intenção de continuarem atuando como jovens transformadores.

Eu nunca me senti tão parte deste lugar, sabe? É como se eu fosse um pouco da história mesmo. Eu nasci aqui e nunca vi um grupo de jovens fazer algo pelo bairro e agora eu fiz algo pelo bairro; arrumei uma praça que estava abandonada e, depois que acabou o PJU, eu e umas amigas continuamos fazendo estêncil nas lixeiras com o restante de material que a gente tinha (G. - 19 - ZL - Jardim Helena).

Quando eu ia pensar em organizar um evento? Agora todo mês a gente faz alguma coisa lá no Alana. É super legal, que a gente que ficava em casa tem um lugar com sarau, com música e pertinho da gente (J. - 19 - ZL - São Miguel Paulista).

[...] enquanto eles estavam pensando o projeto e escrevendo, era um processo complicado, mas não vou esquecer nunca do dia que eles fizeram a produção com o Israel Neto. E ele próprio disse que conhecia gente que trabalhava com isso há anos e não conseguia fazer um trampo daqueles sabe. Então foi muito importante eles fazerem isso e perceberem que são capazes de desenrolar um projeto. E eu não tenho dúvida que se eles tivessem algum apoio iam continuar lindamente a fazer as coisas (E. - 29 - ZL - São Miguel Paulista).

Ao formularem os projetos e imprimirem suas ações na cidade, os jovens repensam a trajetória de formação que tiveram no PJU e buscam realizar transformações em suas localidades. Para tal anseio, realizam o diagnóstico dos bairros e também revisitam suas lembranças de infância – para não deixar, por exemplo, que o irmão fique sem brinquedo na praça no bairro – e ainda buscam informações de repertórios adquiridos em experiências marcantes anteriores ao PJU, o que se revela, por exemplo, quando elaboram uma peça teatral sobre a questão das enchentes, que é condição presente naqueles distritos.

O desenvolvimento dos Projetos Jovens ocorreu em um momento em que os distritos de Jardim Helena, São Miguel Paulista, Cidade Ademar e Jardim Ângela, das zonas leste e sul da cidade de São Paulo, foram marcados por intervenções dos jovens participantes do PJU: a escola que virou baile, a pracinha que virou cinema, a menina que se percebeu grafiteira, o menino que se entendeu músico, o bate papo que acabou em sarau, a parede que virou painel, e tantas outras transformações, que foram sendo agregadas ao longo de um percurso formativo, explodem em todas as cores e sons possíveis.

Diante de tais possibilidades, os jovens fundem experiências e expectativas e a vontade de continuar ganha impulso: as ações que, a princípio, poderiam ser assinadas como pontuais, tornaram-se potência e ganharam características coletivas e colaborativas.

Como ha sido claro en las recientes formas de acción colectiva juvenil alrededor del mundo, [...] ya no se trata exclusivamente de tomar el poder sino de transformarlo, de impugnar las relaciones de poder existentes y de posicionar y hacer efectiva la afirmación difusa pero esperanzadora de un futuro mejor, de otro mundo posible. [...] Se trata de una acción no sólo de resistencia,

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

reactiva, sino también creativa y propositiva [...]. (Aguilar-Forero y Muñoz, 2015: 1032)

'VAI, vamos tentar?': programa VAI como brecha para continuidade dos Projetos Jovens

O Programa VAI (Valorização de Iniciativas Culturais) surgiu no contexto das vivências dos jovens usuários do PJU como alternativa de continuidade dos Projetos Jovens desenvolvidos ao final da formação proposta para essa edição do programa. Foram contemplados dois projetos inscritos pelos jovens no edital do VAI: Nifu-Nifa e Acorda Zé.

Desde 2004, o VAI (lei 13.540) apoia financeiramente atividades artístico-culturais promovidas por jovens organizados em grupos, com prioridade àqueles que estão começando e que sejam, preferencialmente, de regiões periféricas da cidade de São Paulo. Fundado na perspectiva do direito à produção e à fruição cultural como uma das vias para o exercício da cidadania e para o entendimento da importância dessa dimensão à população jovem, sua criação simbolizou um marco no modo de pensar políticas públicas e na forma de implementá-las, tornando-se referência a outras cidades do País como política cultural para juventude capaz de ser replicada em outros contextos.

Cabe, aqui, uma digressão sobre a articulação entre exercício de cidadania e direito à produção e à fruição cultural. Não se trata de assumir, como indicado por Reguillo (2003), as concepções de "cidadania civil", "cidadania política" ou "cidadania social", que demarcaram alguns avanços históricos, mas também perpetuaram a exclusão de mulheres, negros, negras e indígenas, crianças e jovens, imigrantes, migrantes, refugiados e apátridas e

segmentos LGBTQI. Reguillo propõe avançar em direção a uma noção de “cidadania cultural”:

[...] cuja virtude (e força) está em provocar o debate sobre aspectos não incorporados em outras dimensões: a cultura como plataforma para a cidadania ou, em outras palavras, considerar que pertencas e registros de caráter cultural sejam componentes indissociáveis na definição de cidadania (Reguillo, 2003: 29)⁶.

Ressalta-se que a perspectiva de Reguillo encontra consonância em propostas que analisam historicamente os contextos de globalização (Appadurai, 2004; Anderson, 2005; Santos, 2012) não apenas do ponto de vista econômico; reflexões que evidenciam e incorporam alternativas nas quais seria possível, por meio de ações coletivas de caráter cultural e de ações políticas encabeçadas por práticas culturais,

[...] a emergência de esquecimentos e exclusões das etapas civil e política na configuração da cidadania e, por outro lado, a projeção, para o futuro, dos desafios que a reconfiguração da cidadania terá que enfrentar, no contexto de migrações massivas e de diásporas disseminadas em todo o planeta (Reguillo, 2003: 29).

A ampliação da cidadania cultural se dá no contexto do VAI porque a dimensão da sua elaboração, evolução e permanente reestruturação permite que os jovens participem como protagonistas dos processos de mudança e não somente como “beneficiários”, o que colabora para ampliar seu senso de pertença, participação e cidadania. De acordo com a perspectiva apontada por Val (2014), quando se pensa em direitos culturais e ampliação da cidadania cultural, é preciso conceber todo cidadão não somente como potencial “público” ou “espectador” de cultura, mas, sobretudo, como produtor e criador de

6 Traduzido do espanhol por Silvia H. S. Borelli.

significados, símbolos e manifestações culturais; e isso significa dizer que, na "democracia cultural" – "que tem como ideal um cenário onde os cidadãos têm acesso ao maior número de manifestações culturais possíveis e podem escolher quais delas irão praticar" (Val, 2014: 56) –, o fomento à criatividade e às diferenças culturais de cada grupo social tem importância fundamental, quando se pretende abarcar toda a pluralidade de públicos e de projetos que dizem respeito à cultura periférica, que corta a cidade de São Paulo de ponta a ponta.

Contemplando diversas linguagens artísticas, o programa garante a heterogeneidade das ações, preservando a organicidade com que as ações surgem, já que o seu grande diferencial está em não tentar levar cultura à periferia, mas basear-se no reconhecimento das movimentações culturais já existentes nas áreas periféricas, podendo, assim, revisitar e revisar a cultura popular, tradicional, erudita e de massa, que se bordam em cuidadosos pontos entrelaçados e pulsam em maracatus, saraus, peças de teatro, atividades circenses, eventos de *hip hop*, samba, MPB, jongo, cirandas, entre tantas outras poéticas que emergem das bordas da metrópole.

As práticas culturais coletivas de territórios periféricos frequentemente abordam temas que estão cada vez mais presentes no cotidiano das juventudes e, por consequência, refletem a realidade vivida por muitos dos proponentes do programa. Nesse sentido, inúmeros projetos envolvem questões de identidade, gênero, diversidade e educação sexual, juvenicídio, economia solidária, economia da cultura, protagonismos nas práticas políticas e cotidianas, além da reflexão – por meio de atividades – sobre os inúmeros direitos que lhe são negados. Outro aspecto que se destaca no VAI é a formação e o fortalecimento de diversos grupos, coletivos e agentes culturais que,

organizados em uma grande rede, potencializam novas articulações e inscrições juvenis na dinâmica da cidade e nas relações sociais. Foi em um dos pontos irradiadores dessa teia que se reelabora continuamente que os jovens dos grupos Acorda Zé e Nifu-Nifa souberam da existência do VAI e puderam dar continuidade às suas ações, já que, antes de passarem pelo PJU e principalmente antes de conhecerem os educadores que compõem essa grande rede, eles não tinham conhecimento da existência de tal política, na qual se enquadravam como público prioritário.

Eu nunca tinha escutado nada sobre o VAI, mas os educadores deram a maior força pra gente mandar (J. - 19 - ZL - São Miguel Paulista).

Nunca soube que tinha algo igual ao VAI pra jovem. Achei que era tipo só para os 'bambambam' da arte. Fiquei sabendo no PJU, e a nossa educadora estava escrevendo um projeto também e daí a gente se empolgou pra mandar (R. - 18 - ZS - Cidade Ademar).

No que tange ao desconhecimento do VAI pelos jovens usuários do PJU, um dos educadores completa:

Quem realmente conhece o VAI é quem já tem algum contato ou com agentes culturais ou com algum espaço de fruição cultural, porque tem uma parada que é contaminadora mesmo! Tem muitos jovens que vão lá no sarau O Que Dizem Os Umbigos?, tem muitas crianças que vão com os pais. Então estes jovens que frequentam o sarau provavelmente vão ter um VAI algum dia. Mas e os outros jovens que não fazem parte destes circuitos? (M. - 30 - ZL - Jardim Helena).

Pelos depoimentos, percebe-se o caráter contaminador ou viral da rede de grupos e coletivos entre as pessoas envolvidas. Ou seja, dentro de um circuito cultural, algumas informações e experiências são trocadas e, por isso, podem ficar restritas aos seus membros. Observa-se a ausência de alguns canais de mediação entre o

Programa VAI e as redes já conectadas, para que se efetive a expansão da divulgação para pessoas de fora do circuito. Nas últimas edições do programa, tal carência vem sendo minimizada com a realização de oficinas – em diversos pontos e equipamentos culturais de São Paulo – que oferecem informações sobre o programa, orientam sobre a elaboração de projetos e estimulam outros jovens a compor o circuito cultural da cidade.

No caso do educador citado nos depoimentos acima, ele foi o responsável por transmitir a informação sobre a existência do Programa VAI e incentivar os jovens com os quais vinha trocando vivências e experiências ao longo dos dezesseis meses de formação do PJU. Por conta dessa iniciativa, foi possível que os jovens seguissem com as ideias germinadas no Projeto Jovem e se somassem aos atores da região, transformando-se em mais um ponto dessa rede que se tece dia a dia.

Diante dessas narrativas, é possível verificar a importância dos educadores – sujeitos articulados com coletivos culturais e sensíveis às particularidades do seu território de atuação –, nos processos de difundir informação, estimular a formação dos grupos, buscar meios de inseri-los em um circuito de relações mais amplas e fortalecer seus projetos oferecendo meios de torná-los mais autônomos – como a experiência de participar de um edital público de financiamento.

Nifu-Nifa

O projeto se chama Nifu-Nifa e é um grito de democracia dos jovens na Espanha. Quando eles se revoltam com o governo, eles escrevem Nifu-Nifa, que significa tanto faz – não quero nem esse governo, nem o antigo, eu quero um novo governo (R. - 18 - ZS - Cidade Ademar).

Os quatro jovens do Nifu-Nifa (01 mulher e 03 homens na faixa etária dos 15-20 e moradores do bairro Cidade Ademar, Zona Sul da cidade de São Paulo) incomodaram-se com a ausência de informações sobre o seu bairro e resolveram criar um programa de jornalismo que tratasse das questões cotidianas da comunidade e de assuntos de interesse dos jovens, público alvo do projeto. Considerando o perfil do público que queriam atingir, a preocupação inicial recaiu sobre o formato e o meio de comunicação que adotariam, pois não gostariam que fosse tradicional ou muito rebuscado na linguagem; segundo os próprios proponentes, isso não atrairia outros jovens. Nesse sentido, idealizaram o projeto pensando em um formato que eles mesmos gostariam de acessar para obter informações e optaram por utilizar ferramentas com as quais já tinham maior intimidade: as mídias digitais e as redes sociais.

De forma descontraída e bem-humorada, os programas semanais do Nifu-Nifa foram ao ar com pautas que giravam em torno das opções de cultura e lazer na comunidade, da divulgação de políticas públicas para juventude e da cobertura de eventos.

Por que não montar um jornal dentro da Cidade Ademar? No nosso bairro. Que a gente mostre pra nossa comunidade o que rola aqui também. Tem um monte de coisa legal por aqui e nem sempre os jovens precisam ir pra fora do bairro para curtirem algo legal; só que a galera não conhece. E outra, divulgando na internet a gente pode chamar atenção das pessoas de fora também, eu fui num sarau [Cooperifa] um dia que tinha várias pessoas de fora do bairro, uma galera do centro colando por lá. A gente pode ajudar as ações do bairro, pode ser uma forma de pedir ajuda (R. - 18 - ZS - Cidade Ademar).

Na fala do jovem, é possível notar que, ao propor um programa jornalístico sobre o bairro e para o bairro,

o grupo pensava na divulgação das ações culturais e na sua valorização, afirmando que não é preciso sair do próprio bairro para "curtir algo legal". As ações culturais em regiões periféricas já existiam de forma colaborativa e emergiram em resposta à completa ausência de equipamentos culturais e em função, também, da carência dos meios de mobilidade urbana que permitissem que os jovens acessassem outros territórios que ofereciam essas opções. A percepção do jovem sobre "não precisar sair do bairro para curtir coisas legais" é resultado de um movimento de articulação entre os próprios agentes culturais periféricos e que contribuiu, fortemente, para a consolidação de uma rede de atores – políticos, agentes culturais, pesquisadores acadêmicos, assessores parlamentares, jovens militantes da área cultural – que formassem uma política, como o VAI, que financiasse, de forma simples e direta, iniciativas culturais de jovens sem representação jurídica oficial e localizados em zonas e bairros desprovidos de infraestrutura.

Um momento emblemático dessa problematização sobre centro e bairro periférico se deu na ida desse mesmo jovem, membro do Nifu-Nifa, ao Sarau da Cooperifa – também localizado em um bairro periférico da cidade de São Paulo –, que hoje é frequentado por pessoas de vários pedaços, cidades e estados e se configura como uma atividade cultural legitimada sob muitos enfoques. Em diálogo com essa experimentação, foi possível perceber que a intenção do projeto Nifu-Nifa foi também fortalecer o processo de descentralização das opções culturais e de lazer na cidade de São Paulo, de forma a permitir que pessoas "de fora" participassem das ações nos bairros, os quais, por sua vez, ganham visibilidade pela divulgação em rede e nos canais da internet. E as ações culturais desenvolvidas localmente ganham amplitude capilarizando vivências e experiências. Nesse sentido, é

importante ressaltar que opção do VAI, de priorizar ações em territórios subalternizados, contribui para a insurgência de uma rica cartografia cultural descentralizada e contribui, também, para a desestabilização dos estigmas e da prévia criminalização de moradores e de expressões culturais periféricas. E, quando as cenas ecoam / escoam pelas redes sociais, articulam-se outros fluxos de imagens, mensagens e pessoas.

O desejo de executar a proposta apresentada ao Projeto Jovem do PJU se deu desde suas primeiras linhas. Segundo o grupo, já havia o anseio de fazer algo pelo bairro e, com as primeiras experiências, sentiram-se ainda mais impulsionados a continuar com a ação. Por serem “um monte de jovens fazendo algo pelo bairro”, percebiam-se enquanto sujeitos políticos, participantes da sociedade e capazes de mobilizar e transformar.

A gente queria um projeto que fosse possível dar continuidade e um canal de notícias é continuidade em si porque as coisas vão acontecendo e a gente vai trabalhando com as notícias. Mas quando a gente pensou o projeto, a gente já sabia do VAI e queríamos já tentar o edital para poder continuar porque também foi ótimo fazer tudo. Pô somos um monte de jovens fazendo algo pelo bairro (R. - 18 - ZS - Cidade Ademar).

Conhecer o VAI e ter a possibilidade de dar continuidade ao projeto, gerindo dinheiro público, foi, para o Nifu-Nifa, garantia de autonomia mas também a maior dificuldade do processo. É uma situação paradoxal. A garantia da autonomia chegou pela conquista dos meios de produção, pela possibilidade de gerenciamento da verba e pelo fato de não dependerem de nenhuma instituição para realizar suas ações. Ao mesmo tempo, as maiores dificuldades do processo se deram justamente pela autonomia inédita e a responsabilidade que vem com ela – conquista dos meios de produção, a possibilidades de

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

gerenciamento da verba e o fato de não dependerem de nenhuma instituição para realizar suas ações.

Putz! A maior tensão do VAI foi lidar com tanta grana! No PJU a gente tinha R\$ 2.500,00 e no VAI era 10 vezes mais. Foi bom porque a gente não precisou mais usar os equipamentos do JAMAC, que era da assessoria tecnológica, mas eles até apoiavam a continuidade, mas tinha que ser tudo agendado. Com a verba do VAI, a gente pôde comprar nossos equipamentos. Aí foi bom demais, mas tinha que ficar esperto senão a gente se perdia (R. - 18 - ZS - Cidade Ademar).

Quando questionados sobre qual foi o maior aprendizado ou ganho obtido no período em que estavam atuando como um grupo beneficiado pelo VAI, os jovens fizeram considerações que reverberam a potência entre proposta e prática do programa, visto que afirmaram que tinham ampliado a rede de contatos e construído novos circuitos por meio do compartilhamento de experiências e de informações, além de terem consolidado, em ao menos um ponto, a sua autoestima.

Poxa, a gente conheceu muita gente participando do VAI e, com certeza, vamos fazer alguma coisa junto. É doido saber que tem alguém lá do outro lado da cidade pensando as mesmas coisas que você. Cá um caldo bom se misturar tudo; a gente vai dominar esta cidade (risos) (R. - 18 - ZS - Cidade Ademar).

Antes eu não imaginava que podia fazer tanta coisa. Também o povo só esculhamba a gente; parece que a gente nunca presta pra fazer nada. Mas agora a gente tá bombando na internet, vários acessos nas coisas que a gente posta (R. - 18 - ZS - Cidade Ademar).

O mesmo entrevistado relatou a falta de respeito e a desconsideração que enfrentava no seu dia a dia por ser jovem e, ao mesmo tempo, atentou para a relevância da publicidade e do reconhecimento social do trabalho que

vinha realizando com o grupo: “também o povo só esculhamba a gente, parece que a gente nunca presta para fazer nada. Mas agora a gente tá bombando na internet, vários acessos nas coisas que a gente posta”. A internet e as redes sociais configuram-se como canal privilegiado para a interação e a sociabilidade entre esses jovens, com compartilhamento de informações, referências e conexões múltiplas.

O Nifu-Nifa mostrou-se em dúvida quanto a tentar o segundo ano do VAI, pois os integrantes do grupo gostariam de alçar outros voos: ficaram estimulados a retomar os estudos por conta do projeto que desenvolveram. Querem se aprofundar, retirar camadas, movimentar ainda mais a Cidade Ademar, mas não sabem se conseguirão se dividir entre as duas atividades, pois, segundo eles, o Nifu-Nifa demanda muito tempo e, se o programa não for ‘classe A’, preferem aguardar um pouco e retomarem com mais fôlego depois.

Nesse período – como consta no VIA VAI (2012) – é comum que jovens tenham que sair dos grupos ou paralisar seus projetos para ingressar no mercado de trabalho ou continuar os estudos. Na mesma publicação, também consta que muitos dos jovens envolvidos com ações culturais acabam por sentir necessidade de uma formação mais sólida e, por isso, recorrem aos estudos graduados ou técnicos.

Bom... Isso aí de dar continuidade com o VAI tá sendo discutido, viu? Porque tem uma boa parte do grupo que resolveu fazer faculdade para entrar em uns debates mais insanos; tem gente que se articulou com outros projetos aqui no bairro. Supernormal mesmo. E tem a questão do tempo que tá pegando. Mas, por outro lado, a gente pensa que agora temos condições de fazer um Nifu-Nifa melhor, mas precisamos ter certeza do tempo que cada um vai poder estar presente e tem

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

que querer fazer mesmo, tem que ter disponibilidade. A gente quer chamar pessoas de fora; não queremos ser só quatro porque cansa muito e a gente não topa fazer qualquer porcaria. Tem que ser tudo classe 'A' (R. - 18 - ZS - Cidade Ademar).

Acorda Zé

E a gente tinha que escolher um nome pro grupo e, de repente, veio na minha cabeça Acorda José, e juntamos todo mundo no final de semana pra discutir. E aí alguém falou o nome zoando: Acorda Zé! E aí todo mundo achou que soava melhor e era mais curto e ficou nisto. E o lance é Acorda Zé pra vida que tem por trás do muro da sua casa, saca. Os 'Zés' precisam se ligar no que rola aqui na área! Acorda Zé tinha exatamente este sentido, chamar para acordar, ver o que tem em volta, ver o que pode acontecer na periferia (J. - 19 - ZL - São Miguel Paulista).

"Bebida é água, comida é pasto, você tem sede de quê? Você tem fome de quê? A gente não quer só comida! A gente quer comida, diversão e arte!"⁷ A música do Titãs foi o disparador para a formulação do projeto Acorda Zé. Depois de uma pesquisa no bairro – parte da ação do PJU –, o grupo Acorda Zé (01 mulher e 05 homens na faixa etária dos 15-20 e moradores do bairro São Miguel Paulista Zona Leste da cidade de São Paulo) concluiu que os moradores passavam suas horas livres dentro de casa e não saíam para nenhuma atividade cultural ou de lazer porque ou não tinham vontade de enfrentar o transporte público também aos finais de semana ou não conheciam nenhuma opção no próprio bairro.

Diante disso, o grupo resolveu montar um ateliê de artes que combinasse os aprendizados das experimentações e organizar um evento no bairro por dois finais de

7 A canção *Comida*, da banda paulista de rock Titãs, está no álbum *Jesus Não Tem Dentes no País dos Bangueiros*, lançado em 1987.

semana. Do evento constaram exposição de fotografia em lata (*pin hole*), sarau, apresentação musical, camisetas estampadas com técnicas de estêncil, que chamavam atenção para algumas necessidades do bairro (“a periferia pede saneamento básico”, “a periferia pede menos enchentes”, “a periferia pede poesia”, “a periferia pede espaços culturais”, enfim, a periferia pede muitas coisas), entre outras atividades artísticas e culturais.

No contexto de finalização da ação que estavam desenvolvendo com o PJU, conheceram o VAI e decidiram encaminhar um projeto inspirado no mapeamento produzido pelo SESC chamado “Santo Amaro em Rede”, que haviam conhecido por meio de seus educadores.

A gente queria muito continuar envolvido com a cultura aqui do bairro. No evento que organizamos para o PJU, conhecemos um monte de coisa legal, mas só fazer os eventos não batia com uma proposta bacana pro VAI. Achamos que não rolaria. Um dia o Pedro chegou com o livrão do Santo Amaro em Rede, sabe? E aí a gente ficou louco, era isso que a gente ia fazer aqui em São Miguel, um mapeamento dos coletivos culturais da região e levar para as pessoas que a gente conversou antes que tem sim coisas pra fazer no bairro. Fizemos o workshop que eles deram pra falar sobre a escrita do projeto e metemos as caras. Deixamos o projeto com o mesmo nome porque adoramos o Acorda Zé, mas também porque foi a maior correria para escrever tudo e tivemos que revirar todo o edital... E de repente nosso nome tava lá... O resultado foi uma grande surpresa também e uma felicidade enorme por ser a primeira tentativa e já consegui (J. - 19 - ZL - São Miguel Paulista).

O “Mapeamento Santo Amaro em Rede: Culturas de Convivência” foi realizado entre os anos de 2007 e 2010⁸

8 O mapeamento do projeto “Santo Amaro em Rede: Culturas de Convivência” é uma iniciativa do Sesc Santo Amaro e sua concepção e sua implantação foram realizadas em parceria com o Instituto Pólis. Consiste em um mapeamento das dinâmicas socioculturais

e almejou compilar os dados das ações socioculturais que aconteciam na região sul da cidade de São Paulo. Os jovens do Acorda Zé realizaram o mapeamento das ações culturais de São Miguel Paulista e de outros bairros da Zona Leste, como Guaianazes, Ermelino Matarazzo e Itaim Paulista. Uma vez mais, a intenção do projeto desenvolvido inicialmente no PJU e logo encaminhado ao VAI foi a valorização das ações do bairro a fim de visibilizar e promover o aproveitamento dessas atividades pelos próprios moradores além de valorizar a produção local.

O projeto do VAI, uma coisa que eu pensei foi isto, porque o nosso projeto Acorda Zé visava isto, mostrar o que tem na cultura da periferia, em relação a tudo a gente não priorizou ninguém e também tentou não deixar ninguém excluído. Mas teve muitos grupos que a gente marcou de visitar que não deu, mas, mesmo assim, conversamos com os donos do projeto. Tentei entender como funcionava e pude perceber que muita coisa que acontece dentro da periferia é mais importante do que acontece fora da periferia. Tipo, eu me sinto muito mais representado pelas coisas que rolam lá do que quando eu saio de lá, teatro de rua lá de perto é melhor do que eu vi no CCBB, que falava sobre o jovem também, mas não o tipo de jovem que mora na periferia. Minha vida tá aqui, minha atividade e ação tem que ser aqui também (J. - 19 - ZL - São Miguel Paulista).

No depoimento é possível perceber que, ao longo da pesquisa realizada para o VAI, o jovem foi se sentindo representado nas ações que estava acompanhando e, com isso, a noção de pertencimento rompeu os limites do bairro e passou a ser compreendida por sua condição de "sujeitos periféricos", no sentido atribuído por García

da Zona Sul da Grande São Paulo e de alguns municípios adjacentes à unidade. Entre seus objetivos estavam: conhecer o território mais amplo em que o Sesc Santo Amaro se insere, identificar as dinâmicas socioculturais que ali acontecem, conhecer seus protagonistas e suas interações com o território.

Canclini (2004), a propósito da crítica às teorias universalistas contidas em teorias literárias e nos estudos culturais norte-americanos que, sob o pretexto de garantia da objetividade, reiteram

[...] perspectivas coloniais, ocidentais, masculinas, brancas [...] Para situar quem fala e de onde o faz, se torna necessário explicitar o lugar geopolítico e geocultural da emancipação. [...] colocar-se nas intersecções, nos lugares onde os sujeitos falam e atuam, transformam-se e são transformados. Converter os condicionamentos em oportunidades para o exercício da cidadania (García Canclini, 2004: 165, 166).⁹

... ou condição de “sujeitos/ subjetividades periféricas”, proposta por D’Andrea (2013: 170;173):

Sujeito, aqui, emprega-se como portador de uma subjetividade [...] o sujeito periférico é quem tomou posse de sua condição periférica. Quem descobriu e assumiu essa condição. Quem transmutou-se de ser passivo a ser ativo dessa condição. De periférico em si para periférico para si.

... ou, ainda, de “subjetividades políticas” (Alvarado, Bothero, Ospina, 2010: 44)

[...] a juventude e a configuração de subjetividades no campo do conhecimento científico, em dois sentidos: como exercício de visibilidade e enunciação dos/ das jovens como sujeitos sociais fundamentais na dinâmica de configuração das ações políticas constituídas na dissidência; e, como reconhecimento de sua participação instituinte na construção de outras lógicas de poder [...] Essas experiências constituem subjetividades que se expressam em tramas de sentido e entrelaçam práticas políticas na cultura e práticas culturais na política e em novas formas de manifestar-se no mundo e de transformar a organização e as relações de poder

9 Traduzido do espanhol por Silvia H. S. Borelli.

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

que o legitimam ou criticam, a partir da oposição ou da resistência.¹⁰

E mais: em uma relação dialógica – suas caminhadas pela cidade foram ressignificando também sua identidade: não identidade do "indivíduo centrado", "dotado de razão", ou mesmo a identidade que relaciona "interior/exterior", "pessoal/ público", que "costura o sujeito à estrutura" e que configura as subjetividades às "necessidades objetivas da cultura", mas, sim, de "várias identidades, contraditórias" (Hall, 1998: 10 e 12), incertas, instáveis, em fluxo.

Quando questionados sobre as maiores dificuldades e aprendizados ao longo do processo de gestão de um projeto financiado com verba pública, o jovem do Acorda Zé afirmou que as coisas pareciam ser muito mais complicadas do que realmente foram e que o principal ganho, nessa caminhada, foi ter se reconhecido como agente potente de transformação, além da descoberta sobre com o que gostaria de trabalhar nos próximos anos.

Com certeza, o que mais me deixou bolado foi perceber que eu posso fazer as coisas. Por mais complicado que seja escrever o projeto, o processo é mais tranquilo e eu aprendi muito. Hoje eu vejo um monte de gente indo em lugares que eu indiquei; quando tem algum rolê lá no bairro tá cheio. Os meus vizinhos estão ocupando a rua e eu sei que fiz parte disso. Antes do PJU e do VAI, eu não sabia o que queria da vida, ficava indo de um curso pra outro, de Telecentro em Telecentro¹¹ só pra usar a

¹⁰ Idem.

¹¹ Os Telecentros surgiram no ano de 2011 como o primeiro programa de inclusão digital da cidade de São Paulo, visando promover a democratização do acesso à internet. Na época, 90% da população ainda não tinha acesso à rede de conectividade. O programa foi institucionalizado pela Lei Municipal Nº 14.668/2008 e regulamentado pelo Decreto Municipal Nº 50.554/09, que estabeleceu a Política Municipal de Inclusão Digital do Município de São Paulo. Desde

internet, mas agora *eu quero trabalhar com cultura, eu quero fazer as coisas mudarem e dá pra fazer isto com cultura*. É só olhar o povo da rua ¹² (J. - 19 - ZL - São Miguel Paulista, grifo nosso).

Observa-se, nesse depoimento, a ênfase dada para a cultura como vetor de transformação; não apenas o cultural como instrumento para a ação política, mas como potencialidade política em si mesmo. Cultura que pode ser concebida:

[...] como forma particular de vida e de conflito, como práticas simbólicas de resistência e contestação, mas também de consentimento e negociação, presentes em todos os aspectos da vida cotidiana; aí se incluem atividades artísticas e intelectuais, produtos/ produção culturais e suas formas e processos de produção e apropriação, de negociação e de luta pela constituição das hegemonias (Borelli e Aboboreira, 2011: 163).

E a política, acionada e praticada,

[...] baseada em expressões políticas nas quais arte, criatividade, eventos de treinamento, ação direta nas ruas e práticas comunicativas na Internet são cada vez mais importantes. A política reinventada a partir da cultura e das intervenções que colocam em disputa e modificam os marcos simbólicos (Aguilar-Forero y Muñoz, 2015: 1032).¹³

O Acorda Zé entregou, como registro do mapeamento dos coletivos da zona leste, o documentário PerifaCult. O grupo não vai dar continuidade às atividades do Acorda Zé, mas todos os integrantes estão articulados com

então, iniciou-se uma disseminação de acesso aos computadores, celulares e outros equipamentos, como os *tablets*. Apesar disso, verifica-se, ainda, a relevância dos Telecentros, principalmente, nas áreas de alta vulnerabilidade social. (Disponível em www.pre-feitura.sp.gov.br)

12 Grifo das autoras.

13 Traduzido do espanhol por Silvia H. S. Borelli.

outros grupos proponentes de novos projetos para a próxima convocatória do programa VAI, ou seja, pretendem continuar participando da rede e do circuito cultural no qual se inseriram por essa iniciativa, e mais algumas sementes dessas ações juvenis que alteram o cenário das bordas da cidade de São Paulo foram plantadas em São Miguel Paulista.

Ao final desta trajetória partilhada com os jovens usuários do PJU (e posteriormente contemplados pelo VAI), foi possível compreender, entre outras coisas, as formas, por meio das quais esses jovens perceberam – coletiva e subjetivamente – as fraturas e as potencialidades da vida na cidade de São Paulo; a importância da articulação em rede, com outros sujeitos/ educadores, que reiterou o já acumulado em suas próprias experiências e histórias cotidianas; e, por fim, a materialização e a ampliação de repertórios inscritos – neles próprios e na cidade – e expressos em suas intervenções vividas, experimentadas e inventadas.

Referências

- Abramo, H. (2008). O VAI no contexto das políticas públicas para a juventude. In: *VAI: 5 anos: publicação comemorativa dos cinco anos do programa VAI*. SMC.
- Agier, M. (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. Ed. Terceiro Nome.
- Aguilar-Forero, N. y Muñoz, G. (2015). La condición juvenil en Colombia: entre violencia estructural y acción colectiva. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13(2), 1021-1035.
- Alvarado, S. V. B.; Patricia G.; Ospina, H. F. (2010). Subjetividades políticas: sus emergencias, tramas y opacidades en el marco de la acción política. Mapeo de 61 experiencias con vinculación de jóvenes en Colombia. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 50, 39-55.

- Anderson, B. (2005). *Comunidades imaginadas*. Edições 70.
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Editora Teorema.
- Borelli, S. H. S.; Aboboreira, A. (2011). Teorias/metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/ Brasil. *Revista Latinoamericana en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 9(1), 161-172.
- Certeau, M. (2009). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vozes.
- D'Andrea, T. P. (2013). *A Formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Diógenes, G. (2003). *Itinerários de corpos juvenis: o baile, o jogo e o tatame*. Annablume.
- García Canclini, N. (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. Gedisa.
- Hall, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A.
- Harvey, D. (2013). Liberdade da cidade. In: D. Harvey, *Cidades rebeldes*. Ed. Boitempo e Carta Maior.
- Magnani, J. G. Cr. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.
- Martín-Barbero, J. (2000). *Dos meios às mediações: comunicação cultura e hegemonia*. Editora UFRJ.
- Martín-Barbero, J. (2004). Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Loyola.
- Programa Jovens Urbanos. (2008). *Juventudes urbanas. Caderno CENPEC educação, cultura e ação comunitária*. CENPEC.
- Reguillo, R. (2003). Ciudadanía cultural: una categoría para pensar en los jóvenes. *Renglones, Revista del ITESO: en busca de la ciudadanía*, 55, 27-37.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. EDUSP.
- Santos, M. (2012). *Por uma outra globalização*. Record.
- Secretaria Municipal de Cultura. (2008). *VAI – 5 anos: publicação comemorativa dos 5 anos do Programa VAI*

"Curtindo meu bairro": ações cidadãs
e intervenções urbanas mediadas pelos programas
Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)

- Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais.
São Paulo: SMC.

Secretaria Municipal de Cultura. (2012). *VIA VAI: percepções
e caminhos percorridos*. São Paulo: Secretaria Municipal
de Cultura.

Val, A. P. (2014). *Território, cidadania cultural e o direito à cidade:
a experiência do Programa VAI 2015*. [Dissertação de Mes-
trado, Universidade de São Paulo].



Balanço da atuação dos coletivos juvenis que atuam nas ruas do Rio de Janeiro: muito além dos megaeventos

Micael Herschmann¹ e Cíntia Sanmartin Fernandes²

- 1 Posdoctor en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud por el Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la alianza CINDE - Universidad de Manizales – Colombia/ Pontificia Universidade Católica de São Paulo – Brasil/ El Colegio de la Frontera Norte de México-COLEF. Institución aval: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Doutor em Comunicação pela UFRJ, pesquisador do CNPq, coordenador do GT Comunicação, Música e Entretenimento da Intercom, professor do PPGCOM da UFRJ, onde também coordena o NEPCOM. Email: micaelmh@pq.cnpq.br.
- 2 Doutora em Sociologia Política pela UFSC, professora do PPGCOM da UERJ e pesquisadora do CAC-PPGCOM/UERJ. Email: cintia@lagoadaconceicao.com.



Introdução

Os meios de comunicação tradicionais e as redes sociais têm sido invadidos por enunciados e conteúdo que vêm interpretando, de maneira muito diversa, quase que em uma perspectiva dicotômica, as transformações que têm ocorrido no Rio de Janeiro nos últimos anos, por conta de um conjunto de intervenções que vêm sendo realizadas pelo Estado no espaço público. De um lado, encontramos um conjunto de matérias que exaltam as mudanças promovidas pelo Estado:

Depois de anos no abandono, o bucólico bairro da Gamboa, na Zona Portuária do Rio de Janeiro, volta a receber investimentos e um forte apelo turístico. O projeto Porto Maravilha, com a missão de preparar a cidade para receber os grandes eventos mundiais, é o maior responsável pelo renascimento da Gamboa [...]. Obras da prefeitura do Rio estão a todo vapor na Zona Portuária para revitalizar o bairro, que já recebeu a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa, construídos pela iniciativa privada em terrenos adquiridos da antiga Rede Ferroviária Federal. No carnaval deste ano, a região já recebeu um número recorde de turistas, que desembarcaram dos transatlânticos que atracaram no Cais do Porto³.

De outro lado, é possível identificar várias narrativas que denunciam os silenciamentos da mídia tradicional em relação a uma gama de processos autoritários e de exclusão social, a qual, para alguns atores, instaura uma espécie de “estado de exceção” (Vainer, 2013) na cidade do Rio de Janeiro.

[...] Investimentos na (re)construção de estádios com custos bilionários, enquanto faltam escolas e

3 Freitas, C. P. (13 de julho de 2015). Maravilha. *Jornal do Brasil*. Caderno Rio (Rio de Janeiro). <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/02/22/porto-maravilha-corte-de-arvores-provoca-indignacao-nos-moradores-da-gamboa>.

equipamentos básicos de saúde; obras públicas em áreas da cidade escolhidas para remover o maior número de pobres e garantir os maiores ganhos imobiliários privados; crimes ambientais cometidos sob o discurso da urgência; gastos imensos em obras de mobilidade urbana, direcionadas para áreas já privilegiadas das cidades; foram alguns dos maiores “legados” dos megaeventos [...]. E esse cenário se concretizou às custas de perdas também para a democracia e construção da cidadania. O acesso à informação foi negado nas várias tentativas de se obter dados oficiais sobre os investimentos públicos e sobre as populações atingidas. Os espaços de participação foram atropelados pelas autoridades constituídas, assim como por entidades privadas (Fifa, Comitê Olímpico Internacional, comitês locais e empresas criadas para a gestão dos eventos) e grandes corporações, a quem os governos vem delegando responsabilidades públicas. Novas leis, órgão públicos, benefícios fiscais, constituíram uma nova esfera de institucionalidade dirigida aos negócios dos megaeventos. Benefícios privados foram favorecidos em detrimento ao público, violando abertamente o princípio da impessoalidade, universalidade e publicidade da lei e dos atos da administração pública no que qualificamos de instauração de uma *cidade de exceção*⁴.

Como compreender as tensões e os conflitos que envolvem o debate sobre os investimentos feitos na cidade do Rio de Janeiro para prepará-la para abrigar os “megaeventos”⁵ e caracterizá-la como uma megalópole globaliza-

4 Cf. Comitê popular Rio - Copa e Olimpíadas. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil*, 2013: 7-8. <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=2952>.

5 Sobre o conceito de eventos e megaeventos, valem algumas considerações. Contrera e Moro (2008) salientam que as festas (comemorações, os eventos e rituais) sempre estiveram presentes na vida social e que os megaeventos surgiram, posteriormente, no século XX, com a emergência da cultura de massa (ou seja, relaciona a condição de megaevento ao contingente de público mobilizado). Já Vargas e Lisboa (2011) destacam a condição temporária e ocasional dos eventos, distanciando esses da rotina do cotidiano. Molina (2014:

da? Quais as possíveis consequências que serão geradas por essas políticas públicas de “tom tecnocrático” (no mínimo, muito pouco democráticas) em uma urbe com uma vida cultural extremamente dinâmica e com tantos graves problemas sociais?

Como é notório, após um longo e lento período de decadência socioeconômica, política e cultural, a cidade do Rio de Janeiro vem recuperando, de certa maneira, nos últimos anos, um lugar de protagonismo no cenário nacional, especialmente no âmbito cultural. O Estado – inspirado no processo de recuperação da cidade de Barcelona (na década de 1980) e apoiado especialmente pelos argumentos de planejamentos urbanísticos e da tecnocracia local – tem buscado reverter esse quadro atraindo investimentos: apostando em estratégias de *city marketing* (muito em voga hoje) e na transformação dessa urbe em uma localidade mais globalizada, a qual deveria, necessariamente, concentrar megaeventos (esportivos e culturais, tais como Copa do Mundo, Olimpíadas e *Rock in Rio*). Ao mesmo tempo, nos últimos anos, tem-se tido a oportunidade de constatar tensões e conflitos que estão levando inúmeros atores às ruas para denunciar a dimensão excludente do “projeto de cidade” em curso:

2) oferece algumas importantes pistas para caracterizar os megaeventos: “[...] refere-se, basicamente, à larga escala de abrangência (expressividade internacional), duração e visibilidade (proporcionada, entre outros, pela cobertura midiática), à dimensão simbólica capaz de proporcionar a atração de pessoas e capitais (investimentos) e, sobretudo, à sua dimensão espacial, ou seja, ao seu poder de induzir, direta ou indiretamente, consideráveis transformações espaciais nas cidades nas quais os mesmos ocorrem manifestadas materialmente através da construção de edificado (em geral), obras de infraestrutura, disponibilização (ou conquista) de novos terrenos (dotando-os de infraestrutura e edificações diversas) e, por vezes, ressignificando áreas inteiras para a realização do megaevento e, ao mesmo tempo, prevendo sua utilização futura (dado o seu caráter essencialmente efêmero)”.

segundo eles, a construção do Porto Maravilha e/ou da Cidade Olímpica (que vem promovendo uma espécie de novo “bota abaixo”⁶ nesse território) foi imposta à população e interessa especialmente ao grande capital (nacional e transnacional). Portanto, da perspectiva de inúmeros atores e de alguns especialistas, a argumentação de que essas iniciativas deixarão “legados sociais” mostra-se bastante questionável.

Assim, tomando por base a análise dos megaeventos que estão sendo realizados e o levantamento das iniciativas artísticas (especialmente de teatro, poesia, circo, música, artes visuais e dança) que ocorrem com regularidade nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, este trabalho pretende não só repensar o peso dos megaeventos no tão propalado “ciclo virtuoso urbano” atual mas também problematizar a importância dessas expressões culturais de rua (construídas de forma não só espontânea mas também de forma engajada e em rede) para a construção de um imaginário, de sociabilidades e de um dia a dia mais intercultural nessa metrópole.

O pressuposto central é que essas expressões artísticas (organizadas por grupos e “coletivos”⁷) realizadas nas ruas do Rio por “agrupamentos juvenis” (Feixa, 2014) – e não os chamados “megaeventos” (que necessitam de grandes recursos e da construção de equipamentos urbanos) – representam uma relevante riqueza cultural (e econômica), isto é, essas práticas que ocupam os espaços públicos na forma de “microeventos” (de pouca

6 Para muitos atores, as reformas conduzidas na cidade, hoje, lembram aquelas feitas por Pereira Passos na área central da cidade na virada do século XIX para o XX (mais informações, Abreu, 1987).

7 Está se compreendendo os coletivos culturais como associações entre pessoas que desempenham funções diferentes, com o objetivo comum de desenvolver uma proposta ou uma “cena” de determinada região (Oliveiri e Natale, 2010).

visibilidade⁸ na mídia tradicional) vêm promovendo, há vários anos, uma dinâmica que contribui para o Desenvolvimento Local e para a ampliação da democracia nessa localidade e, portanto, deveriam receber mais apoio do Estado na forma de renovadas políticas públicas. Em outras palavras, a hipótese central deste trabalho é a de que a arte realizada nas ruas não só se constitui em um conjunto de atividades que produz benefícios socioeconômicos para a cidade (que geram empregos, colaboram para a “recuperação” de espaços degradados, contribuindo, de modo geral, para o incremento de circuitos de gastronomia, turismo e entretenimento da urbe), mas também “poliniza” (Moulier-Boutang, 2010) o ambiente urbano e consolida uma “cultura de rua”, a qual alimenta a construção de um imaginário e um cotidiano um pouco mais democrático na cidade do Rio de Janeiro.

Polinização da cultura de rua

Moulier-Boutang (2010) sugere os prejuízos que envolvem a diminuição do número de abelhas no Reino Unido e nos EUA⁹ e mostra ao mundo o valor da polinização (do qual o planeta Terra depende de maneira crucial para seu equilíbrio ecológico). Valendo-se da metáfora da polinização, Moulier-Boutang identifica, nas práticas cotidianas

8 Parte-se do pressuposto de que a sociedade contemporânea, de modo geral, está caracterizada pela onipresença da lógica do *espetáculo* e pela *alta visibilidade* (mais detalhes, cf. Herschmann, 2005).

9 A queda nas populações do inseto (Síndrome do Colapso das Abelhas), em geral, ocorre por fatores naturais e pela **ação humana**, que destrói o **ambiente** das abelhas selvagens, e do uso massivo de agrotóxicos e agroquímicos. No Reino Unido, por exemplo, o número de abelhas equivale a apenas 25% do necessário para a polinização. Entre 2006 e 2008, uma misteriosa diminuição na quantidade de abelhas nos EUA causou um prejuízo estimado em 14 bilhões de dólares (Moulier-Boutang, 2010).

interdependentes das redes (e da “multidão”¹⁰), esse tipo de trabalho, que, como o das abelhas, não é reconhecido e é vital para o funcionamento do capitalismo contemporâneo. Assim como a contribuição desses insetos à polinização da biosfera, na verdade, não tem preço por ser tão vital à sobrevivência do planeta e da vida¹¹, a potência das externalidades produzidas pelas redes sociais é vital para o funcionamento do capitalismo atual: é de onde ele extrai grande parte da riqueza hoje (Moulier-Boutang, 2010).

Podemos tomar o exemplo do carnaval de rua do Rio, que é a maior festa popular do País e que é construída por meio do ativismo dos atores que sedimentam a cultura de rua carioca (Herschmann e Fernandes, 2014). O Estado – de forma similar a grandes empresas, como Google – apropria-se das “externalidades”¹² produzidas pelas redes sociais nos territórios (no caso do Google, a empresa apropria-se da circulação e das realizações dos usuários da internet). No caso do carnaval, o Estado (com o apoio de algumas grandes empresas) oferece o básico (agentes de segurança pública e banheiros químicos no percurso dos cortejos) e regula os acessos e horários de circulação dos blocos na cidade. O resultado a maioria já conhece: políticos e empresas agregam valor à sua trajetória (ou marca) e, de modo geral, cria-se um ciclo virtuoso que beneficia inúmeros atores e, em especial, aqueles que

10 Sobre este conceito, cf. Hardt e Negri (2005).

11 Contudo, poderia ser avaliada, numa primeira aproximação, em algo como 35 bilhões de dólares, contra centenas de milhões de euros referentes à economia gerada pela produção de mel (que é, geralmente, aferida pelos economistas mais tradicionais).

12 As externalidades são os efeitos secundários gerados por uma atividade qualquer e estes podem ser positivos, quando desejados, ou negativos, quando indesejados. As *externalidades* de um território, por exemplo, podem ser a infraestrutura ou os recursos humanos e naturais disponíveis numa localidade (Cocco, 2003).

atuam nos circuitos culturais do turismo, da gastronomia e do entretenimento¹³.

É possível considerar o trabalho colaborativo dos atores (que Moulier-Boutang nomeia de “api-economia”), os quais constroem a *cultura de rua carioca*, como fundamental para a construção do cotidiano e da vida rica sociocultural da cidade (da qual participam diferentes segmentos sociais e não apenas os turistas e a elite econômica que, certamente, tem recursos para gozar do leque de eventos que vêm sendo ofertados na nova cidade globalizada que está sendo construída).

Ao dar as costas à “sociedade do pólen carioca”, isto é, ao gentrificar as localidades e impor uma série de dinâmicas de regulação e repressão (tais como o “choque de ordem”, *slogan* largamente utilizado pela mídia para descrever esse tipo de intervenção do poder público) em diferentes espaços públicos da cidade, o Estado pode estar prejudicando, de maneira contundente, o funcionamento urbano mais fluido que permite que a convivência potente e intercultural se realize mais plenamente na cidade do

13 O Carnaval do Rio de Janeiro vem movimentando uma economia (da cultura e entretenimento) superior a 800 milhões de reais, gerando 500 mil empregos, diretos e indiretos (Prestes Filho, 2010). Na última década, a prática do Carnaval de rua na cidade do Rio não para de crescer, mobilizando moradores e turistas. Segundo dados divulgados pelos órgãos oficiais de turismo e pela prefeitura do Rio, no início desta década, o crescimento dos blocos na cidade foi de 10% ao ano. Ainda tendo em vista as projeções da entidade: nos últimos anos, cerca de 5,5 milhões de foliões desfilaram nos 500 blocos autorizados pela prefeitura. Várias autoridades do setor de turismo cada vez mais reconhecem que o Carnaval de rua tem colaborado, de forma significativa, para o crescimento dessa cadeia produtiva nos primeiros meses do ano. Um dos destinos mais procurados pelos turistas durante o Carnaval, a cidade do Rio tem recebido, em média, um milhão e duzentos mil visitantes, sendo mais de 30% deles estrangeiros. Com tantos turistas, a taxa de ocupação dos hotéis espalhados pela cidade nos primeiros meses do ano gira em média em torno de 90%.

Rio de Janeiro. No entanto, é impossível avaliar o impacto que isso terá sobre o ambiente e a ecologia urbana, já que as intervenções e “*detournements*” (Szaniecki, 2007) são levados a cabo e o cotidiano é reinventado por meio das “astúcias” (De Certeau, 1995) desses artistas. Ou seja, diferentemente das abelhas, os artistas e suas redes não cessam de “polinizar”, estabelecendo novos modos de ocupar a cidade. Como sugere o ator Richard Righetti (do grupo de teatro *Off-Sina*) – que trabalha há mais de 25 anos nos espaços públicos do Rio –, os artistas de rua não se iludem com as conquistas alcançadas pelo movimento e fórum permanente Arte Pública e estão conscientes do risco de retrocessos:

A arte de rua é como os alimentos orgânicos, os quais estão livres dos agrotóxicos. Não existem em larga escala, mas cumprem seu papel social. A produção orgânica pode não ser bonita ou espetacular, mas nós sabemos que fazem bem à sociedade. Já os megaeventos são aquele alimento cultural que estão cheios de agrotóxicos e que até matam um pouco a fome, mas, com o tempo, fazem mal à sociedade e geram doenças. Os megaeventos são mais um dos resultados da apropriação privada daquilo que é do público [...]. Conseguimos avançar em algumas conquistas - como na Lei do Artista de Rua e na ampliação dos editais menos burocratizados - por conta da ação do movimento de Arte Pública, mas estamos conscientes que há riscos com a transformação do Rio de Janeiro como uma cidade globalizada, dos grandes eventos. Há o risco dos agrotóxicos contaminarem completamente o solo e as conquistas serem perdidas. [...] Não somos contra o que está acontecendo, queremos propor uma alternativa que contemple mais a população (especialmente aquela das áreas carentes) e não só os turistas e ricos da cidade. [...] Claro, que, se as modificações propostas pela vereadora Leila do Flamengo (na Lei do Artista de Rua atualmente em vigor) forem aprovadas na Assembleia será um retrocesso e uma vitória dos setores conservadores da sociedade

[...]. De qualquer modo, independente do que venha a acontecer nos próximos anos, posso afirmar sem medo que nós artistas públicos, especialmente aqueles que estamos há muito tempo na estrada, já vimos muita coisa e sabemos até como sobreviver de forma submersa e invisível na cidade. Afinal, em grande medida, nosso trabalho se desenvolveu desta maneira e alcançava resultados significativos e construiu uma forte tradição cultural desta cidade [...]¹⁴.

Poder-se-ia afirmar que a arte organizada nas ruas cria uma ambiência que permite aflorar uma “sensibilidade ecológica” – possibilita emergir uma “ecosofia sensível”, uma postura e um conhecimento mais integrado e holístico, que articula razão e emoção/afeto, homem e natureza (Maffesoli, 2010, 2014)¹⁵ – que se capilariza na vida social e na trama urbana carioca. Assim, com a forte presença da “cultura de rua carioca” – mencionada recorrentemente pelos atores nos seus depoimentos – segue-se não só transformando os espaços públicos em “lugares” (Santos, 2002) mas também, em certo sentido, (re)construindo um Rio de Janeiro potencialmente mais democrático (pelo menos, com mais proximidade entre diferentes segmentos sociais).

Parte-se da premissa, aqui, de que a cidade do Rio de Janeiro é representativa dessas dinâmicas em que os espaços são redefinidos seguindo os “fluxos” e os “fixos”; as continuidades e as descontinuidades cotidianas são balizadas por modos de estar, de vivenciar e de experimentar os locais e lugares por meio de uma prática cultural *glocal*, a qual, em virtude de todos os seus possíveis movimentos contrastantes entre distâncias e proximidades, “faz também redescobrir a corporeidade” (nessas dinâmicas o

14 Entrevista com Richard Righetti, líder e palhaço do grupo *Off-Sina*, concedida aos autores, no dia 06 de julho de 2015.

15 Cf. Maffesoli (2010, 2014).

corpo se transforma em uma certeza materialmente sensível, diante de um universo líquido, difícil de apreender). Assim, os lugares podem ser vistos como uma espécie de intermédio entre o *mundo* e o *indivíduo*, ou melhor, “cada lugar irrecusavelmente está imerso em uma comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais [...] [portanto] mais globalidade corresponde uma maior individualidade [...] isto é, em uma glocalidade” (Santos, 2002: 313-314). Desse modo – como sugere Santos (2002) – faz-se necessário regressar aos lugares cotidianos considerando todas as relações e práticas sensíveis e inteligíveis (ou seja, é preciso se debruçar especialmente sobre os objetos, as ações, a técnica e o tempo).

Essas práticas, enquanto “artes do fazer” (Certeau, 1994) cotidianas, podem ser apreendidas em diversos lugares da cidade. A urbe é, aqui, tratada como espaço comunicacional-interacional que pode ser vivenciado: a) nas dinâmicas socioculturais-ambientais comunicantes de diversas identidades; b) nos diversos modos de presença (inclusive através das redes sociais); c) nos diversos gostos; e d) nas diversas significações tanto da arquitetura urbana quanto dos indivíduos (que convivem e interatuam nelas e com elas).

Dos coletivos de música aos de arte que ocupam os espaços públicos do Rio de Janeiro

Durante a pesquisa sobre as transformações locais (e globais) no mercado da música em curso na atualidade, os concertos de música executados nos espaços públicos foram se revelando, cada vez mais, – da perspectiva não só dos envolvidos mas também de quem estava pesquisando – um objeto de estudo relevante e instigante, o qual deveria merecer maior atenção por parte das lideranças,

dos artistas, das autoridades e do meio acadêmico (Herschmann, 2011). Assim, para além de rótulos desgastados, tais como *mainstream* ou *indie*, os atores indicavam que, no contexto atual de produção e consumo musical e de grande carestia do custo de vida (especialmente no Rio de Janeiro), a música de rua apresentava-se cada vez mais como uma alternativa inovadora, capaz de mobilizar um público saturado de ofertas culturais e com poder aquisitivo limitado.

Ao mesmo tempo, ao longo das pesquisas anteriormente realizadas, foi possível constatar também que essa experiência estética coletiva (Rancière, 2009) vem construindo territorialidades – mais ou menos temporárias –, pela sua regularidade, e promovendo uma série de benefícios locais diretos e indiretos para o território (permitindo até o incremento das atividades socioeconômicas locais). Aliás, como sugerem alguns autores, esses agenciamentos são relevantes porque reconfiguram, de alguma maneira, os territórios e geram novas cartografias *multiterritoriais* (Haesbert, 2010) da cidade.

Tendo em vista a relevância cultural e política das expressões artísticas que são apresentadas nas ruas dessa metrópole (ainda que não tenham a mesma capacidade de mobilização social dos concertos musicais), decidiu-se ampliar o recorte do *corpus* investigado, executando não só um levantamento das iniciativas artísticas (especialmente de teatro, poesia, circo, música, artes visuais e dança) que são organizadas pelos coletivos, grupos e redes de “prosumidores” (García Canclini, 2012; Jenkins, 2010) que atuam na cidade do Rio de Janeiro, mas também algumas entrevistas semiestruturadas com destacadas lideranças desse universo cultural. Assim, foram realizadas entrevistas com aqueles que participam, por exemplo, do movimento “Arte Pública” e com outros que

foram decisivos na aprovação da “Lei do Artista de Rua” ou mesmo com atores que propõem um “dissenso”¹⁶ mais direto por parte dos artistas em relação à ordem institucionalizada. De modo geral, todos esses grupos tentam atuar criticamente contra as grandes intervenções que tendem a “enobrecer os espaços” e preparar essa *urbe* para a “saída redentora” da aposta na realização dos megaeventos.

Rio de Janeiro, um valioso estudo de caso

Notoriamente considerado um “celeiro” da produção cultural do País, o Rio de Janeiro, pelas suas características arquitetônicas e geográficas, possibilita que repensemos também a espacialidade como relevante vetor condicionante da mobilização social. Em geral, o Rio de Janeiro é uma cidade em que as pessoas não só circulam muito a pé e em transporte público; elas também encontram, em uma parte significativa dos bairros e em áreas estratégicas, espaços – tais como praias, praças, becos, largos e galerias – que possibilitam aos atores a experiência de desaceleração, de liberação temporária do ritmo frenético urbano (propiciando, assim, mais condições para a ampliação da sociabilidade). Tem-se partido do pressuposto (nas pesquisas feitas no Rio) de que os aspectos e dinâmicas culturais – quando articulados com certos perfis arquitetônicos dos lugares – construiriam condições favoráveis para a alteração das territorialidades e do cotidiano urbano: portanto, ao que tudo indica, esses fatores potencializam diversas sociabilidades fundantes de um novo *ethos* (Maffesoli, 1995), de novos modos de co-habitar a cidade. Tendo em vista esses aspectos, poder-se-ia afirmar que é por isso que o debate envolvendo

16 Mais informações, cf. Rancière (2009).

o redesenho dos espaços públicos nessa megalópole é tão importante, pois afeta direta e indiretamente dinâmicas socioculturais relevantes da urbe.

As polêmicas que envolvem os megaeventos oferecem uma valiosa oportunidade de apreender as linhas de conflito que atravessam, hoje, o Rio. Em certo sentido, podemos afirmar que o destino do Rio de Janeiro, para os próximos anos, parece já estar traçado pelas autoridades: a cidade deve se transformar, por meio dos megaeventos, em uma cidade “criativa”¹⁷.

É possível afirmar que se assiste a um momento espacial da democracia brasileira, de explosão das manifestações de rua e de muito debate em torno delas. Com certeza, é um momento importante de amadurecimento de uma democracia que começa a ganhar maior densidade, especialmente com as reformas sociais implementadas nas últimas décadas e pela emergência da chamada “nova classe média” ou “classe C”¹⁸. O contexto atual do Rio Janeiro talvez seja ainda mais delicado dentro do cenário nacional. A crescente ocupação do espaço público por parte dos atores ocorre em um contexto em que estão sendo implementadas inúmeras intervenções por parte do Estado: entre as mais importantes poder-se-iam

17 O conceito de “indústria criativa” inclui ao mesmo tempo produção e circulação de bens criativos e culturais abrangendo arquitetura, artes, artesanato, antiguidades, audiovisual, design, edição, videogames, softwares, moda, música, publicidade, televisão, teatro e rádio. De modo geral, este segmento absolutamente heterogêneo adquire grande visibilidade graças ao turismo e aos grandes eventos artísticos e esportivos. Mais detalhes, Hartley (2005).

18 Para alguns economistas e sociólogos, o termo é bastante frágil, impreciso e não dá conta de explicar a realidade vivida por um segmento social “precarizado”. Para outros, o aumento da renda do segmento pobre da população está criando um novo segmento de consumidores, o qual vem obrigando as empresas a se adaptarem a uma crescente demanda. Para mais informações, ver Neri *et al.* (2008).

destacar obras urbanísticas, criação de alternativas de vias de transporte e implantação de UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) em áreas pobres da cidade. Nos últimos anos, tem-se tido a oportunidade de acompanhar tensões e conflitos nos quais inúmeros atores têm ido às ruas para denunciar a dimensão excludente do “projeto de cidade” em curso: segundo eles, a construção do Porto Maravilha e/ou da Cidade Olímpica foi imposta à população e interessa, especialmente, ao grande capital (nacional e transnacional). Portanto, da perspectiva de inúmeros atores e de alguns especialistas, a argumentação de que essas iniciativas deixarão “legados sociais” mostra-se bastante questionável¹⁹.

A dilapidação do fundo público, seguindo leis casuísticas e apressadas, além de projetos incompletos, se dá sob o argumento do “legado” que, após o megaevento, restará em benefício de toda a população. No entanto, a experiência mostra que esse cenário tende a contrariar as necessidades locais e sobrar como um conjunto de “elefantes brancos” [...]. O processo de assalto às economias nacionais, com propostas de renovação urbanas que incluem grandes obras e flexibilização da normativa urbanística, não acontece exclusivamente em função dos grandes eventos: pode-se dizer que é uma das estratégias regulares da globalização neoliberal. [...] As cidades ocupam um papel importante no processo de acumulação no capitalismo globalizado, do qual, por ocasiões dos meganegócios, o espaço urbano, as obras de infraestrutura e as edificações constituem parte essencial. [...] Ao lado do recuo das políticas sociais e do aumento do desemprego, da pobreza e da violência, um novo ideário de planejamento urbano substitui o ideal de urbanismo modernista. Desregulamentação,

19 Sobre as críticas ao projeto urbanístico que vem sendo implementado no Rio de Janeiro nos últimos anos, conferir Vainer (2013, 2014); Maricato (2014); Ferreira (2014). Ver também a seguinte matéria jornalística: Medina, A. (2012). Uma disputa nada Olímpica. *Revista Veja Rio*, abril de 2012, 16-2.

flexibilização e privatização são práticas que acompanharam a reestruturação das cidades no intuito de abrir espaços para os capitais mobiliários e de infraestrutura e serviços. [...] A desigualdade social e a segregação territorial são lembradas apenas retoricamente para justificar mais obras. [...] A perspectiva da realização tanto da Copa quanto das Olimpíadas no Brasil contribui para a febre imobiliária. Com o aumento do preço dos aluguéis e dos imóveis, parte da população trabalhadora foi expulsa para novas fronteiras da periferia urbana, ampliando a extensão das cidades e comprometendo áreas de proteção ambiental ou de risco geotécnico” (Maricato, 2014: 18-20).

Os megaeventos, mesmo como um conjunto de estratégias que promoveriam, em médio prazo, o crescimento econômico e social – calcado num arcabouço teórico que sustenta que a concentração de investimentos nas cidades produzirá efeitos de transbordamento para o restante do País – vêm sendo colocados em xeque²⁰. Nesse contexto em que o Estado claramente adota uma postura mais autoritária, Semensato (2012) pergunta-se se o processo em curso - ao não reconhecer a vida cultural existente na cidade - não estaria promovendo um grande curto-circuito social. Ou seja, as propostas de revitalização podem ser perigosas ao negar a já existente ocupação do espaço por determinados grupos sociais.

Considerando essas constatações, a autora sublinha duas críticas. A primeira refere-se à criação de uma cidade

20 Oliveira (2011: 10-11) argumenta que a fundamentação teórica dessa estratégia apresenta fragilidades, pois resulta da apropriação de princípios e de conceitos teóricos que foram desenvolvidos em períodos históricos e escalas geográficas completamente estranhas à sua atual aplicação. Em suma, o consenso em torno dos megaeventos como estratégia de crescimento econômico e social emergiu a partir de uma noção difusa de desenvolvimento local acoplada ao planejamento estratégico. Além disso, a autora salienta que a experiência internacional revelou que os megaeventos são estratégias de alto risco, mesmo para os países centrais.

comparável a uma “cidade fantasia”, na qual o cenário é artificialmente preparado para receber turistas, que são parte essencial da economia local. Para isso, são feitas alianças entre os setores público e privado, em que se dá espaço à lógica de mercado. Além disso, a demanda da população local não é prioridade no que tange à elaboração de políticas públicas. A segunda crítica refere-se a uma forma de equalização do espaço que cidades do tipo “fantasia” sofrem. A criação de um cenário urbano adaptado ao consumo cultural pode podar a criatividade existente e equalizar lugares. Assim, dentro da sua perspectiva: “os atores locais e o potencial de trocas simbólicas, aprendizado e criação, são muitas vezes afastados dos lugares iluminados [...] [assim] o processo de construção verdadeiramente produtivo, ao invés de ser estimulado por políticas públicas, é rompido” (Semensato, 2013: 14).

Consequentemente, diante de tantas incertezas, as insurgências contra essas intervenções seguem brotando por todos os lados, inclusive entre os “jovens”²¹ que par-

21 A noção de jovem e juventude é considerada, aqui, um construto sociocultural, distanciando-se de uma perspectiva apenas biológica (Margulis, 1996; Levi e Schmidt, 1996; Borelli, 2008). Evidentemente, é indispensável especificar que as noções de jovem e juventude, ou de cultura jovem, são um debate caro às ciências sociais. A sociologia abordará a noção como um valor próprio da modernidade que ganhou vigor na segunda metade do século XX – após a Segunda Guerra Mundial – com a emergência da indústria cultural. Conforme ressalta Parsons (1964: 36): “[...] as tendências históricas com a modernização, a industrialização, a urbanização, a ascensão da classe média e a ampliação da educação pública fomentaram a segregação com base na idade e na estratificação da juventude, o que por sua vez promoveu o desenvolvimento da cultura da juventude”. Avaliando o contexto contemporâneo, Reguillo (2000) aproxima-se dessa abordagem ao afirmar que são três os processos responsáveis por colocar em evidência a categoria juventude: “[...] a organização econômica por via do aceleramento industrial, científico e técnico, que implicou ajustes na organização

ticipam dessas redes sociais que atuam nas ruas do Rio (Ferreira, 2014; Silva, 2014).

Ainda sobre essa “juventude engajada”²², mesmo que não atuem com uma agenda política organizada, parte-se do pressuposto, aqui, de que esses atores vêm construindo uma “cidadania intercultural”. Partindo do pressuposto de que ser cidadão é vivenciar a cidade, experienciá-la, pensá-la, senti-la, olhá-la, tocá-la, apropriando-se e reinventando o cotidiano pelos diferentes “modos de fazer” por meio das astúcias, táticas de resistência e práticas de ocupação urbana (Certeau, 1994), considera-se, aqui, que a atuação de grupos sociais na cidade do Rio de Janeiro agencia certo abalo nas normas e diretrizes políticas dos planejamentos urbanos (a grande maioria delas baseada

produtiva da sociedade; a oferta e o consumo cultural; e por último o discurso jurídico”. No entanto, sua análise diferencia-se ao alegar que a idade, “[...] ainda que seja um referencial importante, não é uma categoria fechada e transparente, pois não se esgota no referencial biológico e assume validades distintas não somente em diferentes sociedades, mas também no interior de uma mesma sociedade, ao estabelecer diferenças principalmente em função dos lugares sociais que os jovens ocupam nela” (Reguillo, 2000: 25-26).

- 22 Há algumas evidências de que essa militância musical que vem tomando as ruas do Rio na última década é um fenômeno de classe média que está concentrado majoritariamente na Zona Sul. Analisando o perfil dos “prosumidores” (Jenkins, 2010), constatamos que, em sua grande maioria, são jovens que estão numa faixa etária entre 16 e 30 anos. A grande maioria vive com a família e, portanto, a pressão por garantir sua sustentabilidade é menor que a de outros jovens com menos recursos. Em outras palavras, possuem tempo e condição socioeconômica para se lançar nessa rede colaborativa, isto é, podem ainda se arriscar a não mercantilizar tanto seu trabalho e a relação com o público. Margulis (1996) (e outros autores que trabalham com esta expressão) define a “moratória social” como um prazo concedido a certa classe de jovens, que lhes permite gozar de uma menor exigência enquanto completam sua instrução e alcançam sua maturidade social. Essa moratória permitiria prolongar a entrada na vida adulta e, consequentemente, a necessidade de esses atores assumirem várias responsabilidades.

em dados estatísticos organizados dentro de uma lógica tecnocrática). E, assim, essa atuação vem ressignificando os espaços e inserindo diferentes atores no debate em torno da necessidade de ampliação da cidadania (isto é, vem colocando em discussão diferentes modos e formas de ocupar as urbes). Como assinala Jacques (2012: 272), “os praticantes da cidade atualizam os projetos urbanos – e o próprio urbanismo – com a prática cotidiana nos espaços urbanos”. Dessa forma, as festas, as performances, o teatro e os bailes, por exemplo, parecem fazer parte de uma potente ação pelo reconhecimento de diversas “éticas e estéticas” (Maffesoli, 1995) na cidade que reinventam a experiência urbana no dia a dia.

Portanto está se desenvolvendo esta pesquisa com o intuito de avaliar criticamente – em alguma medida – os projetos em curso de “revitalização” de áreas dessa urbe, colocando outras variáveis de análise na mesa e privilegiando os aspectos culturais. Evidentemente, sem esgotar o debate, o objetivo, aqui, é provocar uma reflexão sobre a importância das dinâmicas que envolvem a *cultura de rua*, isto é, pensar a relevância delas nos processos de ressignificação da cidade do Rio de Janeiro²³.

Portanto, além de reconhecer que a economia da cultura vem promovendo patamares significativos de Desenvolvimento Local na cidade do Rio²⁴ (Herschmann, 2007;

23 Otimismos, tensões, propagandas políticas, bairrismos e interpretações simplistas à parte, estamos nos propondo a repensar, de forma crítica, o que vem ocorrendo em diversas “territorialidades” (Haesbaert, 2010) desta localidade, redimensionando especialmente o papel do engajamento cultural nesse processo.

24 É possível constatar que as atividades culturais vêm também desempenhando relevante e estratégica função na ressignificação da cidade do Rio de Janeiro, como pode ser constatado pelo crescente e estrondoso êxito de algumas áreas do Centro, tais como a Lapa e a Praça XV, as quais passaram, nos últimos anos, a gravitar em torno das atividades musicais. Essas áreas – que antes estavam

Fernandes, 2011), é necessário salientar que mesmo a Arte de Rua – capitaneada por jovens atores²⁵ e marcada pela informalidade, o que, obviamente, torna muito mais complicado se fazer um balanço do quanto é gerado por seu conjunto de iniciativas – constitui-se em um ramo da atividade cultural que traz benefícios socioeconômicos relevantes a diferentes localidades (com esse tipo de iniciativa, valorizam-se, inclusive, áreas muitas vezes desvitalizadas, atraindo, com as atividades artísticas, um público consumidor para certas regiões da cidade). Vale ressaltar, ainda, que, no caso das expressões artísticas que são desenvolvidas nos espaços públicos do Rio de Janeiro, segundo o censo produzido e divulgado em 2014 no relatório elaborado pelo Fórum de Arte Pública, existiriam, nessa metrópole, mais de 600 grupos e coletivos de rua (associados ao universo do teatro, dança, artes visuais, grafite, palhaçaria, música, circo, arte performática, poesia, etc.), os quais atuam em diferentes bairros da cidade (inclusive na Zona Norte e Oeste da cidade) e que mobilizam, anualmente, aproximadamente meio milhão de pessoas²⁶.

degradadas e ofereciam riscos à segurança pública – hoje abrigam dois polos históricos, gastronômicos e culturais estratégicos do Rio: o da Lapa e o da Praça XV. Destacam-se como casos exemplares de grande sucesso econômico, os quais atraem grande visitação e hoje reúnem grande número de atividades culturais e turísticas que são estratégicas para a cidade (Fernandes, 2011; Herschmann, 2007).

- 25 Parte-se do pressuposto de que, com a aplicação de políticas públicas mais inclusivas, esses jovens poderiam ser convertidos em agentes de inovação, os quais podem contribuir, em algum nível, para a “revitalização” de metrópoles como a do Rio de Janeiro. A verdade é que esses atores – mesmo que isso não seja percebido dessa maneira – podem estar gerando importantes renovações e conduzindo processos tão desejados de recuperação e dinamização do espaço urbano.
- 26 Para ter uma ideia do perfil dos artistas, grupos e coletivos de rua que se cadastraram e que participaram do censo organizado pelo

Vale a pena sublinhar que muitos grupos não apostam na estratégia de negociação com o poder público, tal como vem sendo desenvolvido pelos integrantes do movimento de Arte Pública nos últimos anos. Como sugere este comentário abaixo feito por Alex Topini (do coletivo Filé de Peixe), alguns coletivos vêm desenvolvendo, com regularidade, um trabalho com moradores de diferentes localidades do Rio (especialmente de áreas carentes), mas dentro de uma perspectiva mais dissidente em relação ao mundo institucionalizado.

Nós somos muito cautelosos com a história de que vai se revitalizar a cidade com os macroeventos, que vai se gerar um grande legado à população. Ao mesmo tempo, ainda que seja com boas intenções, o fato de uma intervenção não ser engendrada por grandes empresários e pelo poder público e sim desenvolvida por artistas de forma autônoma, é uma ação de risco marcada por fragilidades. Isso é inerente à atividade cultural de rua. Você pode até negociar sua presença na rua com a Prefeitura ou Estado... não importa! A qualquer momento, podem chegar ali e te mandar parar... simplesmente dizer que é proibido [...]. Se você reparar bem onde tem as intervenções constantes da prefeitura, você vai constatar que são localidades que já existe um grande interesse econômico e político. Todo esse papo de revitalização não vem dissociado de um interesse de exploração econômica do território. Ah, revitalizou a Lapa e vai recuperar a área do porto? Mas o que que isso vem ou vai proporcionar aos cariocas? Empresários ganhando muito dinheiro. E só são bem-vindos aqueles que podem consumir muito. Essas intervenções podem até dinamizar a economia, mas não visando o bem-estar da população mais pobre da cidade [...]. Infelizmente, as políticas públicas não estão contemplando os indivíduos simples; estão olhando mais para os empresários, turistas e a população mais rica da cidade. [...] A gente já adotou uma postura de mais

Fórum de Arte Pública, conferir *Relatório de Arte Pública* – uma política em construção (2014: 121-122).

negociação com o Estado e instituições. Contudo tem uma hora que é preciso botar tudo na balança, para você não se deixar usar pelo poder público, para não acabar sendo uma azeitona na empada do discurso do legado, da revitalização da cidade. E tudo isso a troco de banana, por muito pouco retorno. A gente se deu conta que não queremos perder a nossa potência crítica e trabalhamos hoje de forma independente. [...] É preciso ficar atento porque é fácil os coletivos serem manipulados. Porque, claro, o artista quer fazer coisas, mas não tem dinheiro. Então, às vezes, quando aparece alguém com meia dúzia de bandeirinhas, um discurso arrumadinho e um projeto com grana... sempre tem alguém que pode fraquejar. Não estou julgando ninguém, todos querem fazer acontecer, na melhor das intenções. Nossa postura hoje é mais crítica, queremos independência e provocar, fazendo o público refletir [...]”²⁷.

Considerações finais

O que se pode perceber nas práticas culturais pesquisadas é que há uma espécie de “ativismo”²⁸ bastante inclusivo (aberto ao convívio de diferentes segmentos ou grupos sociais), ainda meio invisível e pouco compreendido tanto

27 Entrevista com Alex Topini, líder e artista visual do coletivo *Filé de Peixe*, concedida aos autores, no dia 21 de julho de 2015.

28 Vale salientar que há algumas diferenças entre as formas de *ativismo* mais tradicionais e as que vêm emergindo na atualidade. Em geral, na atualidade, o *ativismo* não emerge com uma agenda claramente predefinida (estruturada e organizada), não há claras hierarquias (porta-vozes dos movimentos) e os atores parecem se pautar em demandas objetivas e concretas relacionadas a construção do “comum” (Hardt e Negri, 2009). Além disso, há, no *ativismo* de hoje, em geral, uma dimensão estética e lúdica muito presente. A esse respeito Szaniecki argumenta que, nas intervenções do *ativismo* contemporâneo, emprega-se a estética (e até expressões artísticas) para mobilizar o público, para criar dispositivos expressivos mais dialógicos, discursos mais polifônicos e, assim, deslocamentos de sentidos (que promovem *détournements*) importantes para a construção de estratégias de luta “biopolítica” (Szaniecki, 2007).

por pesquisadores do campo da comunicação como por produtores culturais, pelo poder público e pela crítica. Portanto, nesse conjunto de rotinas e práticas que gravitam em torno do espaço público, constata-se que os atores não só podem alternar a oferta de conteúdos de forma gratuita e paga mas também têm encontrado maneiras de financiar a oferta cultural grátis na rua de forma mais ou menos contínua. Há alguns grupos que buscam a sustentabilidade nas ruas (através do chapéu e outras estratégias) e outros que buscam se distanciar do que eles consideram uma perspectiva e dinâmica “mercado-lógica da cultura”. Consideram-se “artistas públicos” (que prestam um serviço público) e, em geral, financiam seu trabalho por meio de editais.

Não se trata propriamente de julgar os artistas de rua que, como eles mesmos dizem, “atacam” os espaços públicos e tenta tirar seu sustento dia através do ato de passar o chapéu [...] mas nossa filosofia é outra. Nós, em geral, não passamos o chapéu. Nós, artistas públicos, ocupamos as ruas de forma compactuada com a sociedade. É preciso que a comunidade local compreenda que está sendo oferecida a ela acesso a uma expressão cultural, que aquele produto que está sendo apresentado nas ruas é uma forma de serviço público. Estamos integrados e comprometidos com o local, a sede pública que ocupamos, somos muito respeitosos e buscamos a comunhão. Não privatizamos o público como alguns artistas de rua e empresas fazem. Buscamos interagir com os problemas da localidade [...] estamos identificados com a sede pública, portanto, estamos mais integrados com o espaço que ocupamos do que, em geral, os artistas de rua. [...] Acreditamos que esta deve ser a postura do artista público que é consciente do seu papel social²⁹.

29 Entrevista com Richard Righetti, líder e palhaço do grupo *Off-Sina*, concedida aos autores, no dia 06 de julho de 2015.

De outra perspectiva – que “patrulha” menos a postura dos atores que atuam no espaço público – Miguel Maron (percussionista do grupo de fanfarra *Os Siderais*) faz algumas observações bastante interessantes não só sobre a experiência “libertadora” de atuar nas ruas mas também a respeito da relevância da promulgação da *Lei do Artista de Rua*³⁰, aprovada em 2012, e sobre a importância do “chapéu” para a sustentabilidade dos artistas, apesar de um certo constrangimento de alguns atores em utilizá-lo.

É muito bacana ver como vários grupos se viram muito bem “passando o chapéu” nas ruas [...]. Mas não é todo mundo que passa. Muita gente se sente constrangida e preferiria estar oferecendo apenas o acesso à cultura. Alguns conseguem fazer isso participando de editais e de outras maneiras. [...] De qualquer modo, para o músico independente, é uma alternativa de autonomia muito importante. Os artistas decidem armar o set naquele local e mandam ver! [...] É sensacional ver como o pessoal é descolado e desenvolveu um *know how* de tocar na rua, inclusive eletrificando os instrumentos, tendo gerador para os instrumentos, baterias de automóveis e transformadores [...]. Claro que esses músicos que “atacam os lugares”, que decidem tocar ali ou acolá e se organizam de forma espontânea, estão bem mais suscetíveis a terem que enfrentar a guarda municipal, moradores do lugar e o poder público na ocupação das ruas. Mas eles encaram tudo, mostrando a nova Lei do Artista de Rua e defendendo seus direitos. Aliás, a Lei do Artista de Rua foi uma conquista muito importante, apesar de não ser frequentemente respeitada³¹.

30 A lei municipal nº 5429 (de 5 de junho de 2012) regulamenta apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do município do Rio de Janeiro. Essa lei é muito importante porque desburocratiza o processo de uso dos espaços públicos, acabando com a exigência prévia de os artistas conseguirem permissões dos órgãos públicos para se apresentarem nos espaços públicos.

31 Entrevista com Miguel Maron, percussionista do grupo Os Siderais, concedida à pesquisa no dia 11 de julho de 2014.

Portanto, a Lei do Artista de Rua é mencionada amplamente, no trabalho de campo, pelos atores, como um marco importante na história cultural da cidade do Rio. Amir Haddad, importante liderança da cena teatral e cultural carioca, que atuou de forma destacada na negociação, manifesta-se a respeito da aprovação dessa lei:

Foi difícil conseguir aprovar esta lei, mas contamos com o apoio de inúmeros grupos e movimentos culturais de rua importantes, ligados especialmente a teatro, música, artes visuais e dança. A aprovação desta lei abre caminho para a construção de uma cidade mais democrática, com possibilidades de construir mais inclusão social, na qual pode haver mais acesso à cultura para todos. [...] Entretanto, muitos artistas de rua vêm cometendo excessos e invadem os lugares sem negociar. Por exemplo, apresentam-se com som ou música alta, incomodando as comunidades. Não compreendem que, na rua, o direito é de todos, que todos devem ser respeitados, que é preciso negociar com a população do lugar. Como expliquei, não foi fácil negociar esta lei, inclusive a prefeitura voltou atrás e demonstrou sensibilidade, percebendo que a arte pública, que ocupa as praças e ruas, é uma riqueza desta cidade, que faz do Rio uma cidade especial. Há uma vida cultural importante que acontece nos espaços públicos desta cidade. [...] Levamos argumentos fortes à prefeitura e conseguimos abrir novas perspectivas, mais democráticas para a cidade, num momento em que ela se globaliza e que há, infelizmente, um processo de encarecimento do custo de vida e de exclusão social significativo³².

É possível constatar, no depoimento acima, que, por um lado, o poder público adota, muitas vezes, uma postura repressiva e autoritária sintetizada nas iniciativas de “choque de ordem” muito empregadas nos últimos anos

32 Entrevista com Amir Haddad, liderança do grupo *Tá na Rua* e do *Movimento Arte Pública*, concedida à pesquisa no dia 25 de junho de 2014.

em várias localidades do Centro do Rio, mas, por outro lado, há um entendimento (ou existe certa “sensibilidade” ou percepção por parte dos setores progressistas que atuam no Estado) de que a produção cultural que ocupa os espaços públicos pode ser capitalizada para reconstruir ou atualizar, no imaginário social, a imagem da “Cidade Maravilhosa” capaz de atrair mais investimentos – portanto, a cultura local pode se constituir em um “recurso” (Yúdice, 2005) –, mais turistas e benefícios ao território.

Entretanto, como salientaram vários grupos de música que ocupam os espaços públicos de forma menos negociada (sem o apoio dos comerciantes e lideranças locais) – visando quase sempre passar o chapéu – a Lei do Artista de Rua nem sempre é respeitada pelas forças de segurança (Fernandes, Trotta, Herschmann, 2015).

A Lei do Artista de Rua foi importante e acho que os grupos musicais que tocam nas ruas do Rio aumentaram. Quando o nosso grupo começou a tocar na cidade (em 2012), quase não havia artistas de rua. Claro que a situação melhorou muito e o crescimento dos grupos é uma prova disso [...]. Mas os policiais nem sempre respeitam a lei e ficam exigindo muito papelada. A gente explica que, com a nova lei, caducou uma série de exigências para tocar, mas os caras ficam insistindo e às vezes temos que desistir de tocar num determinado lugar. O carioca em geral gosta muito da música de rua, gosta de curtir a vida na rua e respeita nosso trabalho”³³.

Após várias intervenções – grande parte delas de êxito questionável –, cresce o número de urbanistas e intelectuais que vêm se interrogando se as cidades podem continuar a ser encaradas de forma genérica, empregando métodos que produzem quase “tábulas rasas” (como várias grandes reformas urbanas fizeram ao longo da

33 Entrevista com Cristian Kiffer, baixista do grupo de rock *Dominga Petrona*, concedida aos autores no dia 2 de julho de 2014.

modernidade), ou seja, se as urbes podem ser tomadas como uma espécie de “laboratório” para projetos mirabolantes que, muitas vezes, não alcançam os objetivos esperados.

Ferreira (2014), um dos críticos do projeto em curso no País e especialmente na cidade do Rio de Janeiro, faz os seguintes comentários, quase em tom de denúncia.

Foi um governo socialista, do francês Mitterand, que inaugurou o que se tornaria a “solução” [...]. A ideia difundida era a de que gastos concentrados – muito menores do que políticas sociais em grande escala – gerariam uma “imagem positiva” da cidade, capaz de atrair os fluxos do novo capital financeiro. [...] Nos anos 1990, a receita espalhou-se pelo mundo [...]. Multiplicaram as obras simbólicas, assinadas por grandes arquitetos, emergentes de um novo *jet set* internacional da profissão. [...] Porém, nem sempre as “requalificações de bairros obsoletos” com dinheiro público tiveram a aceitação esperada, apesar do selo “cultural”. Na crise econômica, a estratégia de comprometer recursos foi negativamente cotejada com a redução de investimentos em políticas sociais. [...] Era necessário legitimar esse modelo de alguma forma. Percebeu-se então que grandes eventos, sobretudo os esportivos, que movem paixões nacionais, tinham a grande “qualidade” de serem popularmente aceitos. A ideia era associar esses eventos às obras de requalificação urbana desejadas. [...] O tsunami de capitais envolvidos vem aprofundando a dinâmica estrutural de desigualdade urbana e segregação socioeconômica. Junto a estádios, ginásios e pavilhões, estruturam-se equipamentos, empreendimentos comerciais, bairros de negócios e são construídas importantes vias de acesso que interessam especialmente aos organizadores e raramente são prioritárias para a cidade (Maricato, 2014: 21-22).

Ainda que exista uma concepção preponderante no mundo globalizado da relevância das reformas urbanas, vem crescendo paralelamente uma percepção crítica

entre atores e especialistas de que é preciso respeitar e levar em conta a memória (o passado histórico-cultural), o cotidiano e as demandas da população local nos projetos de transformação urbana (Jacques, 2012; Jeudy, 2014) ou de Desenvolvimento Local. Enfim, é preciso levar em conta as especificidades dos lugares, as necessidades sociais e a ecologia das dinâmicas culturais existentes nas cidades para que se possa construir uma cidade viável de ser “compartilhada” (Durán, 2008) de forma mais ou menos equilibrada.

Como se pode constatar nos estudos de caso analisados aqui, a arte de rua ainda não é levada muito a sério pelas políticas culturais aplicadas, de modo geral, no Rio de Janeiro. Como enfatiza Haddad, “[...] lançar editais públicos não resolve o desafio de construir leis e políticas públicas efetivamente mais democráticas e que tragam desenvolvimento para as metrópoles”³⁴. Assim, pode-se atestar, ao longo deste trabalho, que a arte realizada nas ruas ressignifica a urbe e permite a construção de um novo imaginário, mais positivo e integrado ao cotidiano da população local. A arte de rua é espontânea e transformadora: para ser concretizada não exige grandes obras, grandes intervenções nos traçados das “artérias” da cidade ou a construção de novos equipamentos culturais. Entretanto, as iniciativas culturais de rua têm pouca sustentabilidade – dependem da vontade dos atores e, muitas vezes, do seu “ativismo cultural” – e poderiam ser apoiadas por renovadas políticas públicas. Ainda que, a princípio, não pareça, incentivar as iniciativas criativas e inovadoras desses grupos de rua é importante economicamente para o Rio de Janeiro: não só para que não se amplie a “dependência dessa macrorregião em relação

34 Entrevista com Amir Haddad, liderança do grupo *Tá na Rua* e do *Movimento Arte Pública*, concedida à pesquisa no dia 25 de junho de 2014.

aos *royalties* do petróleo”, mas também porque essas ações incentivam práticas cidadãos recorrentes e mais democráticas. É sempre relevante recordar, por exemplo, que o “maior Carnaval de rua do mundo” (segundo a Secretaria Municipal de Cultura do Rio) só existe e é vendido assim globalmente porque existem práticas ativistas, as quais gravitam em torno da música tocada nos espaços públicos – e que fortalecem uma “cultura de rua”, muito presente no cotidiano carioca –, que vêm crescendo expressivamente nos últimos anos.

Em resumo, a cultura de rua é importante para “polinização” e para (re)construção e/ou manutenção das ecossistemas da cidade Rio de Janeiro. Se, por um lado, é bem verdade que não se chega a construir uma *urbe* equilibrada ou “maravilhosa”, por outro lado, essas práticas culturais seguem contribuindo, de forma expressiva, para a não construção de uma “cidade partida” (Ventura, 1994) no imaginário desse território.

Referências

- Abreu, M. (1987). *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. IPLANRIO; Zahar.
- Borelli, S. H. (2008). Cenários juvenis, adultescências, juvenilizações: a propósito de Harry Potter. In S. H. S. Borelli; J. Freire Filho (orgs.), *Culturas juvenis no século XXI*. EDUC.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vozes.
- Cocco, G. et al. (orgs.). (2003). *Capitalismo cognitivo*. Ed. DP&A.
- Comitê popular Rio - Copa e Olimpíadas 2013. *Dossiê megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil*. <https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossiêViolacoesCopa.pdf>
- Contrera, M.; Moro, M. (2008). Vertigem midiática nos eventos musicais. *Revista E-COMPÓS*, 11(1), 1-16.
- Durán, M.-Á. (2008). *La ciudad compartida*. Ediciones Sur.

- Feixa, C. (2014). *De la generación @ a la # generación*. Ned Ediciones.
- Fernandes, C. S. (2011). Música e sociabilidade: o samba e choro nas ruas-galerias do Centro do Rio de Janeiro. In M. Herschmann (org.), *Nas bordas e fora do mainstream*. Editora Estação das Letras e das Cores.
- Fernandes, C. S.; Trotta, F. C.; Herschmann, M. (2015). Não pode tocar aqui!? Territorialidades sônico-musicais cariocas produzindo tensões e aproximações envolvendo diferentes segmentos sociais. *Revista E-Compós*, 18(2), 1-15.
- Ferreira, J. S. W. (2014). Apresentação: um teatro milionário. In A. Jennings et al. (orgs.), *Brasil em jogo*. Boitempo/Carta Maior.
- Fórum de Arte Pública. (2014). *Relatório de arte pública: uma política em construção*. Arte Pública.
- Freitas, C. (2015). Porto Maravilha. *Jornal do Brasil*. Caderno Rio (Rio de Janeiro). <http://www.jb.com.br/noticias/2015/02/22/porto-maravilha-corte-de-arvores-provoca-indignacao-nos-moradores-da-gamboa>
- García Canclini, N. (2012). *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales*. Fundación Telefónica.
- Haesbaert, R. (2010). *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil.
- Hardt, M.; Negri, A. (2005). *Multidão. Record*.
- Hardt, M.; Negri, A. (2009). *Commonwealth*. Harvard University Press.
- Hartley, J. (ed.). (2005). *Creative industries*. Blackwell Publishing.
- Hartley, J. (2007). *Lapa, cidade da música*. Mauad X.
- Hartley, J. (org.) (2011). *Nas bordas e fora do mainstream*. Editora Estação das Letras e das Cores.
- Hartley, J. (2005). Espetacularização e alta visibilidade. In J. Freire Filho.; M. Herschmann (orgs.). *Comunicação, cultura e consumo*. Ed. E-Papers.
- Herschmann, M.; Fernandes, C. S. (2014). *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. Ed. Intercom.
- Jacques, P. B. (2012). *Elogio aos errantes*. EDUFBA.
- Jenkins, H. (2010). *Piratas de textos*. Paidós.

- Jeudy, H. P. (2014). *Penser la ville, vivre la commune*. In R. Paiva; S. A. Tuzzo, (orgs.), *Comunidade, mídia e cidade*. Cirgráfica.
- Schmidt, C. (orgs.). (1996). *História dos jovens*. Cia. das Letras.
- Levi, G.; Schmitt, J. C. (1997). *A history of young people in the West*. Harvard University Press.
- Maffesoli, M. (1995). *A contemplação do mundo*. Artes e Ofícios.
- Maffesoli, M. (2014). *Homo Eroticus*. Forense-Universitária.
- Maffesoli, M. (2010). *Saturação*. Iluminuras.
- Margulis, M. (1996). *La juventud es más que una palabra*. Biblos.
- Maricato, E. (2014). A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In A. Jennings et al. (orgs.), *Brasil em jogo*. Boitempo/Carta Maior.
- Molina, F. S. (2014). Da Paris dos Trópicos à Cidade Olímpica. *Anais do VI Congresso Ibero-americano de Estudios Territoriales y Ambientales*. Estudios Territoriales.
- Moulier-Boutang, Y. (2010). *L'Abeille et l'économiste*. Carnets Nord.
- Neri, M. C. et al. (2008). *A nova classe média*. FGV/IBRE/CPS.
- Oliveira, A. (2011). A economia dos megaeventos. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 120, 257-275.
- Olivieri, C.; Natale, E. (2011). *Guia brasileiro de produção cultural*. Edições SESC.
- Parsons, T. (1964). *Essays in sociological theory*. Free Press.
- Prestes Filho, L. C. et al. (orgs.). (2004). *Cadeia produtiva da economia da música*. Instituto Gênesis/PUC-RJ.
- Ranciére, J. (2009). *A partilha do sensível*. Ed. 34.
- Reguillo Cruz, R. (2000). *Emergencia de las culturas juveniles*. Norma.
- Santos, M. (2002). *A natureza do espaço*. EDUSP.
- Semensato, C. (2012). Políticas públicas de cultura para os megaeventos no Rio de Janeiro. *Anais do III Seminário Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Silva, R. A. (org.). (2014). *Ruas e redes*. Ed. Autêntica.
- Szaniecki, B. (2007). *Estética da multidão*. Civilização Brasileira.

Balanço da atuação dos coletivos juvenis
que atuam nas ruas do Rio de Janeiro:
muito além dos megaeventos

- Vainer, C. (2014). Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas? In A. Jennings et al. (orgs.), *Brasil em jogo*. Boitempo/Carta Maior.
- Vainer, C. (2013). Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*. ANPUR.
- Vargas, H.; Lisboa, V. S. (2011). Dinâmica espaciais dos grandes eventos na cidade: significados e impactos urbanos. *Cadernos da Metrópole*, 13(25), 145-161.
- Ventura, Z. (1994). *Cidade partida*. Cia. Das Letras.
- Yúdice, G. (2005). *A conveniência da cultura*. Ed. UFMG.



Que latino? Juventudes, música e dinâmicas históricas Brasil/ América Latina Hispanica

Simone Luci Pereira¹

-
- 1 Posdoctora en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud por el Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la alianza CINDE - Universidad de Manizales – Colombia/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil/ El Colegio de la Frontera Norte de México-COLEF. Institución aval: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Doutora em Ciências Sociais – Antropologia. Pós-Doutora em Música. Pós-Doutoranda do Programa de Inves-

tigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Pesquisadora do GT CLACSO Juventudes y Infancias en America Latina. Professora e Pesquisadora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista. Coordenadora adjunta do Centro de Estudos em Música e Mídia (MusiMid). simonelp@uol.com.br



Introdução

Neste artigo, serão abordados aspectos da pesquisa de pós-doutorado por nós realizada², que se refere às práticas musicais midiáticas de jovens migrantes “latinos” (oriundos da América Latina Hispânica) em São Paulo/Brasil. Em outro texto (Pereira, 2015), já descrevemos como as designações “latino” e “latinidade” vêm sendo usadas nos meios musicais de São Paulo (e mais amplamente) e problematizamos essas categorias ao cartografar esse circuito musical (Herschmann, 2013) na cidade. No Brasil, esses termos têm sido usados para se referir a grupos de pessoas, músicas, culinária, danças, cultura, entre outros elementos oriundos ou ligados a países da América Latina hispânica. Em torno dessa designação, tem-se construído uma série de eventos, práticas comerciais e comunicacionais, de entretenimento (e mesmo de uso no senso comum), de sociabilidade e construção de identidade, que podemos chamar de circuito musical e cultural que se vale da ideia de uma certa latinidade.

Importante destacar que não assumimos esse conceito de latinidade, pois temos clara consciência das fortes conotações de exotismos e construção de hierarquias que estão presentes nessa nomenclatura bem como de seu uso mercadológico e sua ação que encobre as diferenças e nuances que existem debaixo desse grande guarda-chuva da latinidade. Uma construção complexa que, além de homogeneizar diferentes culturas³, ainda acaba por criar

2 Programa de Postdoctorado em Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO, Red Inju, CINDE). Linha de Pesquisa “Comunicação, Cultura e Política” sob supervisão do Prof. Dr. José Manuel Valenzuela.

3 Em festas e eventos presenciamos venda de artesanato chileno, comida mexicana, aula de salsa cubana, apresentação de música andina, entre outros, designando uma cultura “latina”.

estereótipos e essencializações de uma alteridade construída, no Brasil, como exótica. Mais ainda, lembramos que o termo “latino” é utilizado pelos próprios jovens músicos migrantes para designar a si próprios e as suas práticas musicais, o que acrescenta, ainda, alguns elementos para a desconstrução e a problematização dessa categoria identitária abraçada por cubanos, peruanos, colombianos, bolivianos que vivem em São Paulo.

Tomando isso por base, perguntamos: que latino? Que significa essa designação para os jovens migrantes e para os brasileiros? Que dinâmicas de pertencimento/estranhamento estão presentes no seu uso? Instiga-nos perceber e compreender os processos históricos (políticos, culturais, sociais, econômicos) que levam brasileiros a não se reconhecerem como latino-americanos e verem, no hispânico, o exótico, um Outro, um “latino”. Daí é que propomos analisar, neste artigo, alguns caminhos e momentos históricos, políticos e socioculturais desse processo desde o século XIX, nos quais as Américas Lusófona e Hispânica, contraditoriamente, constroem discursos de identidade que demonstram reconhecimentos e estranhamentos entre si.

Mais ainda, buscamos, nesta reflexão, relacionar a presença das mídias ligadas à música atuando nesses processos de identidade/alteridade, desde os anos 1940/50 – com a presença do bolero mexicano no Brasil bem como de outros elementos culturais ligados a essa mesma matriz cultural do melodrama (Martín-Barbero, 1997) – até a atualidade, quando as indústrias fonográficas e do entretenimento com sede em Miami criam noções de latinidade que têm reverberação nas formas de ser e pensar a América Latina aqui nos trópicos (Party, 2008; Yudice, 2002).

Sem a pretensão de dar conta de uma discussão tão ampla em apenas um artigo, selecionaremos aspectos dessa grande questão, levando em conta que o lugar de fala da autora/pesquisadora é o Brasil (e mais precisamente, São Paulo), em que pesem os múltiplos sentidos de pertença e estranhamentos incluídos aí.

Trilhas e bifurcações – (des)caminhos históricos

Buscamos problematizar a noção de América Latina, sua elaboração histórica e a ambiguidade que se faz presente em relação ao pertencimento do Brasil (América Lusófona) neste pan-latino-americanismo. Pontuaremos um pouco da história das ideias políticas com aspectos socioculturais na tentativa de pensar construções identitárias de pertencimento e estranhamentos. Para refletir sobre isso, não se pretende elaborar uma análise histórica e historiográfica que dê conta de abarcar todos os fatos, marcos e narrativas desse percurso temporal, mas salientar alguns pontos, momentos e debates que, em nossa opinião, contribuíram para engendrar essa ambiguidade apontada acima.

Como salientam Neder e Cerqueira Filho (2013), o lugar das ideias é sempre uma construção histórica e a vigência de algumas delas até hoje expressa, de alguma maneira, os ideais vencedores e as relações de força presentes no processo histórico. Temos consciência dos projetos que foram vencidos e não puderam aparecer nesta história das ideias e dos projetos políticos. E, nesta busca pela construção de uma ideia de América Latina, Koselleck (2006) nos auxilia naquilo que ele chama de história dos conceitos, ou seja, a atenção dada à tarefa de nomeação, classificação e semantização histórica de noções em diferentes temporalidades.

Na busca por não reificar uma “história da América Latina” colonialista é que a crítica des-colonial (Mignolo, 2007; Quijano, 2005) surge como pano de fundo das reflexões esboçadas aqui, tendo clareza do quanto uma historiografia tradicional da América Latina tantas vezes reforça, sem críticas, o americanismo de uma elite crioula no século XIX e mesmo posições dominantes de outros organismos já na década de 1950/60. No espaço deste texto, não será possível aprofundar essa crítica bem como debater com os autores que têm enfatizado a necessidade de um pensamento que refunde as bases epistêmicas para compreender as realidades complexas vividas na América Latina sob outro ponto de vista que não o ocidental hegemônico. Porém, o caráter de *invenção* e de *construção* discursiva e ideológica das noções de América Latina e latino-americanismo (desde a fundação desta nomenclatura) está em nosso horizonte.

Richard Morse (1988) chamou as diferentes Américas - ao norte e ao sul - de Ibero-América e Anglo-América, na busca por evidenciar a matriz cultural e as diferenças ideológicas. O autor lembra que o termo “América Latina” é uma invenção francesa da segunda metade do século XIX, num momento de disputa geopolítica e econômica imperialista da França com os EUA. O termo era usado por intelectuais franceses (o principal deles Michel Chevalier) numa tentativa de justificar o imperialismo francês no México (na década de 1860). Nessa noção de uma unidade dos povos “latinos” com afinidade cultural e linguística (em contraposição aos anglo-saxões), a França seria líder natural contra a força e a influência norte-americana. O objetivo francês era

[...] reagir ante a expansão americana e facilitar a libertação dos países de colonização espanhola da tutela da mãe pátria ibérica. Tratava-se, portanto, de uma disputa

entre os Estados Unidos e a França pelo espólio espanhol do final do século XIX (Oliveira, 2005: 111).

Ao mesmo tempo, alguns intelectuais hispano-americanos residentes em Paris e Madri já utilizavam os termos “raça latina” e “América Latina” nos seus escritos, tais como José María Torres Caicedo (jornalista, poeta e crítico colombiano), Francisco Bilbao (intelectual socialista chileno), e Justo Arosemena (jurista, político, sociólogo e diplomata colombo-panamenho) (Bethell, 2009: 290). Se, para muitos pensadores do final do século XIX, o ideal modernizador era almejado, numa deflagração do ideário de uma incapacidade histórica e racial da América Latina de se inserir no mundo civilizado - sendo necessário seguir modelos europeus e brancos -, também surgiam nomes como o do uruguaio José Enrique Rodó que, em sua obra *Ariel*, de 1900, se preocupava com as questões de identidade e revalorização da cultura ibérica, criticando o cientificismo e o positivismo que apontavam o atraso como nosso valor inexorável.

Após os processos de Independência no século XIX, setores dominantes das Américas hispânica e lusófona produziram e propagaram ideias de nação e cultura que diziam respeito a

[...] um tipo periférico de ocidentalismo, buscando distingui-los por um lado, da Europa e dos Estados Unidos, e por outro, dos “Outros” sociais e raciais internos de cada nação [negros, indígenas] [...] Essa continuidade de categorias coloniais de diferenças e assimetrias correspondentes de poder, que se seguiram à descolonização política formal, é um aspecto fundamental daquilo que Quijano chama colonialidade de poder (Lao-Montes, 2000: 92).

Apesar do caráter heterogêneo das proposições sobre América Latina (num primeiro momento, mais inclinadas ao ideal francês e, mais no fim do século, em

rejeição a ele), vale dizer que quase nenhum dos políticos, intelectuais e escritores hispano-americanos que primeiro utilizaram a expressão “América Latina” – e nem seus equivalentes franceses e espanhóis – incluíam nela o Brasil, sendo o projeto do latino-americanismo algo hispânico.

Da parte dos intelectuais brasileiros desse período, predominava também esse não reconhecimento e não filiação. Ainda que reconhecessem a herança católica e ibérica em comum, estavam cientes e enfatizavam muito mais as diferenças que separavam o Brasil da América Hispânica, como a geografia, a base social agrária e escravocrata, as instituições políticas e a língua. Como lembra Bethell,

[...] diferentemente da América Espanhola, a Independência do Brasil ocorreu de forma pacífica [sic] e o país se manteve unido sob a coroa. Após a instabilidade dos anos 1830, o Brasil se encontrava politicamente estável e “civilizado”, ao contrário das repúblicas hispano-americanas, que os brasileiros consideravam violentas, extremamente instáveis e “bárbaras” (Bethell, 2009: 293).

Claro que se esboça aí um projeto político e institucional brasileiro, durante o século XIX, em que o peso da presença da Família Real, por aqui desde 1808, e o processo de Independência, que se deu de maneira a que o poder da Coroa portuguesa continuasse durante todo o período Imperial até a Proclamação da República em 1889, explicitaram diferenças marcantes relacionadas aos processos políticos e sociais dos países de língua espanhola na América. Somem-se a isso a manutenção da escravidão e a discussão que tomou grande parte do Segundo Império, entre centralizadores e federalistas num território de dimensões continentais, suprimindo movimentos

separatistas e revoltas populares pela força, mantendo o País unido num processo complexo.⁴

Foi-se esboçando assim, desde o século XIX, a construção do Brasil como Outro em relação à América hispânica e, em resposta, por tantas vezes tratado como Outro. De acordo com Schneider,

[...] no século XIX, o Brasil se via como uma monarquia estável, institucionalizada, em relação à fragmentação e violência política das Repúblicas hispânicas militarizadas, ainda que o Brasil tenha edificado um compromisso escravocrata muito maior (2015).⁵

Foi se estabelecendo uma distância de interesses e de identificações entre o Brasil e seus vizinhos hispânicos, formulando, por aqui, políticas nacionais e internacionais que se alinhavam, por vezes, mais com os Estados Unidos, num pan-americanismo difuso, excluindo-se e sendo excluído de diversos momentos de projetos de formação de blocos ou de políticas latino-americanas contra os EUA. Segundo Bethell (2009), as repúblicas hispano-americanas desconfiavam do Brasil imperial, o imenso vizinho lusófono que ocupava metade da América do Sul e demonstrava interesses imperiais no continente (explicitados nas guerras na região do Rio da Prata). Políticos e intelectuais proeminentes do período republicano, como Joaquim Nabuco, por exemplo, demonstravam para onde se dirigiam os olhares e as atenções do Estado-Nação

4 Ivo Coser (2008) ressalta a figura do jurista e político Visconde do Uruguai como nome importante deste período a defender o Estado centralizado e liberal como instrumento de liberdade e civilização (direitos civis da população e expansão de participação na vida política), opondo dicotomicamente os interesses meramente provinciais (federalismo) e os interesses nacionais (centralismo), algo que esteve na base da formação do próprio caráter do Estado-nação que se edificava.

5 Entrevista concedida a esta pesquisadora pelo historiador Alberto Schneider (PUC/SP), em novembro de 2015.

brasileiro em formação, em que o espelho de próspero (para usar a expressão de Richard Morse) ressaltaria nosso atraso frente ao outro modelo de América liberal, protestante e capitalista.

Se pensarmos no campo das artes, é possível perceber também que movimentos como o Romantismo, por exemplo, tomaram feições próprias no Brasil, que pouco se relacionavam com as expressões românticas dos países hispânicos. De igual modo, o Modernismo brasileiro, na década de 1920, pouco conversou com a América espanhola, tendo se preocupado em edificar muito mais a consciência nacional e a herança lusófona do que em dialogar com as semelhanças ibéricas mais amplas (Schneider, 2015). Na década de 1930, algumas obras que se tornaram clássicas do pensamento social e cultural brasileiro faziam questão de destacar não apenas as diferenças entre a colonização ibérica e anglo-saxônica como também, dentro da cultura ibérica, enfocar a singularidade brasileira de colonização portuguesa e forte presença negra e mestiça, enfatizando particularidades como a fidalguia e o personalismo, como em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, de 1936, ou do luso-tropicalismo (Schneider, 2012) patriarcal, explicitado em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, de 1933.

Segundo Bruit (2000), embora a designação América Latina possa ser do século XIX, foi apenas no século XX que se apresentaram realidades históricas concretas e específicas para que se assumisse a ideia de uma América Latina. E esse momento surgiu nos contextos oriundos do período pós-guerra na década de 1950, quando a ideia se difundiu intimamente associada ao conceito de subdesenvolvimento e não necessariamente pela falta ou atraso, trazendo um deslizamento semântico (Neder e Cerqueira Filho, 2013). Então, América Latina passou a ser

[...] sinônimo de instabilidade política crônica; estrutura produtiva atrasada e em certos casos arcaica; dependência total ao capital norte-americano; estrutura fundiária reorganizada pelo capital monopólico; acentuado crescimento demográfico. São estes processos concretos, próprios do século XX, que deram conteúdo histórico à ideia de América Latina (Bruit, 2000:11).

E isso se originou, principalmente, por meio da ação dos organismos políticos multilaterais. Como sugere Oliveira (2005: 116), note-se o papel dos pensadores que participavam da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas, criado em 1948, com sede em Santiago do Chile, no contexto da redefinição do cenário político e econômico mundial do pós-guerra.

Essa digressão pela história das ideias políticas e ideologias de Estado-Nação não tem a pretensão de explicar todas as vicissitudes das relações paradoxais entre o Brasil e a América hispânica. Apenas apontamos alguns aspectos que nos ajudam a compreender nuances dessa ambiguidade que faz com que o Brasil seja parte da América Latina e, ao mesmo tempo, não seja, e tampouco assim seja visto por seus vizinhos. Como diz Prado (2001), essas ideias políticas foram sendo difundidas socialmente por diversos meios, contribuindo fortemente, de uma certa maneira, para se pensar a relação distante entre o Brasil e a América Latina; essas ideias, como narrativas míticas de origem, forjaram imaginários e uma memória coletiva com sentidos de nação, pertencimento e identidade coletiva de caráter unívoco que estabelece um Nós e os Outros dentro da América Latina.

Ora, isso se mostra presente, na atualidade, na análise que fazemos das práticas musicais midiáticas dos jovens migrantes que analisamos. Mais à frente, examinaremos alguns elementos que observamos na pesquisa e que evidenciam isso.

Música, mídias e cultura – mais elementos para o debate

Se, no campo das ideias políticas, foi se esboçando uma separação entre Brasil e América Hispânica, processos heterogêneos foram sendo levados a cabo no campo da cultura popular massiva (Martin-Barbero, 1997) e da música das mídias ao longo do século XX. Desde o final do século XIX e início do XX, gêneros, ritmos e danças, como *habanera* e tango, mostravam uma circulação que não respeitava fronteiras nacionais e nem idioma, sendo apropriadas de diferentes modos em diversas localidades. Mais à frente, já na década de 1940, quando o samba urbano carioca era edificado como música nacional e símbolo de brasilidade, o bolero mexicano desembarcou no Brasil, ou em filmes e discos ou mesmo na presença de artistas por aqui.

Na América Latina, o processo de modernização dos países revelou não apenas a desigualdade própria ao capitalismo mas também uma “descontinuidade simultânea” (Martín-Barbero, 1997: 213), envolvendo um descompasso entre Estado e Nação, em um modo “desviado” com que as classes populares se incorporaram ao sistema político e de formação dos Estados nacionais e no papel político e não apenas ideológico que os meios de comunicação desempenharam na nacionalização das massas populares. Foi por volta dos anos 1930 que vimos ocorrer, na América Latina, um processo de modernização mais efetivo, com industrialização, presença de massas urbanas e processos populistas em que os Estados Nacionais (com coisas em comum, mas por diferentes caminhos e formas) buscaram, nas massas populares, o apoio para a construção de legitimação, nacionalismo e identidade cultural. Assim, o “popular” ganhou um novo modo de existência, não sendo apenas o rural, o renegado, a

negação dos valores e ideais modernos e capitalistas, mas um espaço de articulação de valores, presenças que o associavam ao “nacional”. Esse popular de massas (Martín-Barbero, 1997) continha os elementos, as formas de ver o mundo e as sensibilidades já bem conhecidas pelas camadas populares e que, naquele momento, passaram a ser abundantemente distribuídas pelo rádio, TV, cinema, revistas, em forma de radionovela (e depois, telenovela), cinema de lágrimas e canções, em que o sentimental e o passional teriam lugar de destaque.

Note-se, assim, a importância das canções populares midiáticas na formação de sentidos e identidades coletivas (Vila, 2014). E desta forma foi que o elemento hispânico adentrou mais explicitamente o repertório cultural de grandes parcelas da população no Brasil, permeado pelo imaginário melodramático de cores fortes em capas de discos, linguagem do desejo e desamor expressos nas canções e tons e sons de passionalidade (Pereira, 2016). Aos poucos, essa musicalidade foi adentrando o samba brasileiro (em sua versão samba-canção), que foi, tantas vezes, chamado pejorativamente de samba “abolerado” e encarado como sendo de mau gosto e estrangeiro, ainda que desfrutasse de intensa aceitação pelo público.

No bolero⁶ mexicano dos anos 1930/40/50, temos também alguns elementos daquilo que, comumente, é construído como associado ao “brega” e ao *kitsch* em temporalidades e espacialidades variadas. Interessante pensar em como essas categorias foram construídas aqui

6 Party (2008) aponta que o bolero (depois de desfrutar de imenso sucesso em toda a América Latina) começou a cair em decadência na década de 1960, quando os jovens passaram a associá-lo a algo antigo e passado, valorizando o *rock* e seus estilos de vida. Nesse momento, surgiu a balada como gênero transnacional de canção romântica, anunciando questões que, na década de 1990, estariam explícitas em meio à globalização e aos mercados transacionais da cultura.

no Brasil por uma certa historiografia musical hegemônica como pertencentes à “música latina” (leia-se música da América Latina hispânica). Elas guardam indícios de uma importante diferenciação nós/outros, em que a música brasileira parece não se reconhecer como música latina, guardando para este “selo” apenas o que é cantado em espanhol e aquilo que é considerado brega, exagerado, derramado, dramático, isto é, aquilo que não foi domesticado por uma sonoridade, uma prosódia e um estilo *cool* trazidos pela bossa nova a partir dos anos 1960 no Brasil, construído hegemonicamente como símbolo de bom gosto musical e poético, associado a um ideário de um país moderno e urbano. A hegemonia musical conquistada pela bossa nova (se não no gosto popular e mercadológico, ao menos no campo musical popular e na historiografia musical) transformou-a em mito divisor de águas por caminhos históricos complexos (Pereira, 2016) que acabaram por rechaçar o bolero (e outros gêneros hispano-americanos) como símbolo de atraso, mau gosto e algo não condizente com a modernidade cultural carioca e urbana que se consolidava nos anos 1950/60.

Em síntese, o que enfatizamos aqui é que, tanto por caminhos macropolíticos e institucionais de formação do Estado-Nação já descritos quanto por aspectos ligados à música popular em sua interpelação e constituição de identidades coletivas, foi se configurando, no Brasil, uma longa trajetória histórica ambígua no que tange a considerar-se parte da América Latina. Sabemos que essa é uma construção identitária móvel, híbrida e, como qualquer categoria identitária, não pode ser tomada em termos absolutos e essencialistas (Restrepo, 2014), mas em suas tradições seletivas, seus processos de construção, reconstrução, afirmação, lembranças e esquecimentos. Entretanto, percebe-se, no Brasil, uma noção de não pertencimento e distanciamento da América Latina

Hispânica, em que o “latino” é o Outro, ainda que vejamos características históricas, políticas socioculturais e musicais atreladas a aspectos comuns.

Práticas musicais “latinas” em São Paulo

Retomando o que já expusemos no início deste texto, os jovens músicos migrantes que temos analisado nesta pesquisa usam o termo “latinos” para identificar a si mesmos e as suas músicas. O termo “latino” é uma categoria utilizada pelos próprios sujeitos analisados, que, aqui, tomamos como uma construção identitária complexa - um “ponto de sutura” (Hall, 2000) entre discursos hegemônicos e possibilidades de subjetivação - e repleta de descontinuidades históricas e culturais. Mais que isso, temos verificado que esse uso tem uma conotação que vai além da simples nomeação ou de construção de um nicho de mercado musical (uma “alteridade exótica”, ainda que isso se faça presente no consumo feito por brasileiros dessas músicas), mas como noção política para a construção tanto de identidades como de projetos culturais voltados a uma diminuição ou eliminação das barreiras culturais entre hispânicos e brasileiros, visando a noções mais amplas de latinidade.

Sem a possibilidade de, no espaço deste texto, apresentar toda a cartografia realizada do circuito “latino” em São Paulo (Pereira, 2015) e as variadas práticas musicais ali existentes, ressaltamos apenas que há uma variedade de sonoridades e estilos, tanto com músicos que fazem fusões de gêneros cubanos com *jazz*, grupos mais apegados aos estilos dançantes de sextetos caribenhos, locais de dança que tocam versões *pop* de salsas e merengues ao estilo Miami, como também com aqueles que buscam “resgatar” tradições musicais, como é o caso do *Batanga*

& Cia. – composto por jovens músicos cubanos – e da sua proposta de se inserir no circuito de música latina da cidade como pesquisadores musicais que resgatam a tradição da música cubana com ritmos, canções e gêneros das décadas de 1930/40/50, como bolero, *rumba*, *danzón*, *batanga*, *son*, *chachacha*, dentre outros. Com essa proposição, ajudam a criar um espaço de disputa simbólica e de distinção em busca por legitimidade (Bourdieu, 1988) dentro desse grupo maior.

A investigação centra-se nas práticas musicais e midiáticas de jovens migrantes na cidade, nas quais estratégias de audibilidade/visibilidade, inserção, laços de identidade e pertencimento e formas de autorrepresentação mostram-se como ações de cunho político. Isso tem nos chamado a atenção particularmente para a atuação musical, midiática e política de um grupo específico de jovens que compõem o conjunto musical *Batanga & Cia*.

O grupo tem se apresentado em casas musicais do circuito de *jazz* e música latina de São Paulo (e interior) e outras de música mais autoral/alternativa (Pereira e Borelli, 2015) tendo se apresentado, pela primeira vez, há dois anos, numa festa chamada “Vila Latina” (ocorrida no Centro Cultural Rio Verde), que reúne, a cada dois meses, aos domingos à tarde/noite, apresentações musicais ao vivo, aula de danças caribenhas, como salsa, merengue, *rueda de cassino*, exibição de filmes e debate com diretores, exposições de artistas plásticos, venda de comidas e bebidas “típicas”, perfazendo um circuito de divulgação e promoção da cultura “latina” em São Paulo. Em uma de nossas etnografias nessas festas, houve um debate de DJs de “música latina” com o público que frequenta casas de dança, no qual presenciamos uma discussão acalorada entre *djs* brasileiros, músicos cubanos e público brasileiro, colombiano, boliviano, entre outros, sobre o que seria

a “verdadeira” salsa cubana, a invasão de estilos como o *zouk* nas festas cubanas, as exigências do mercado *versus* as preferências artísticas e musicais.

Esse evento muito nos alertou para a disputa simbólica por legitimidade existente nessa cena ou circuito cultural da latinidade em São Paulo. Nesses eventos, observa-se um grande leque de elementos culturais e identidades heterogêneas, que são enquadradas como “latinas”, numa complexa construção que é feita no Brasil sobre a América Latina que fala espanhol – na qual se mesclam identidades e alteridades, reconhecimentos e estranhamentos que guardam uma história de séculos – e que, na atualidade, toma contornos mais específicos pela expansão das migrações, pelo cosmopolitismo da metrópole, pela forte presença midiática, entre outros aspectos.

O *Batanga & Cia* é um quinteto de música instrumental formado por jovens cubanos que recriam, em suas performances, a “atmosfera das descargas (*jam sessions*) das casas de *jazz* da Havana dos anos 1940 e 1950 [trazendo] o fascinante ritmo *batanga*, apresentado por Bebo Valdés em Cuba, em 1952, que, naquela época, ficou ofuscado pela popularidade do mambo”, conforme descrição do *site* da produtora cultural Havana 6463⁸. A afinação dos instrumentos é pensada para que fique mais próxima da sonoridade daquele tempo histórico, na busca por uma “autenticidade” (termo reforçado nos *releases* do grupo) de sons, ritmos e cultura cubana. Formado por Claudia García Rivera (flauta), Hanser Ferrer Alvarez (piano), Aniel Someillan (contrabaixo), Pedro Bandera (percussão) e

7 Disponível em <http://www.havana6463.com.br/batanga-cia/>.

8 Havana 6463 é uma difusora cultural que promove a cultura cubana no Brasil e é gerida por alguns desses jovens músicos que temos analisado. Além de promover *shows* e eventos em São Paulo, oferece ainda pacotes turísticos temáticos para Cuba. 6463 corresponde à distância (em km) entre Havana e São Paulo.

Ilker Ezaki (percussão), o quinteto ressalta aspectos daquilo que se considera música de boa qualidade, autenticidade musical e cultural construindo capital simbólico (Bourdieu, 1988) para atuar no campo musical da “latini-dade” em São Paulo.

O grupo tem uma atividade assídua tanto em casas dedicadas à música ao vivo quanto em restaurantes e bares que não possuem uma proposta “latina”, atraindo público jovem de brasileiros e migrantes. De acordo com eles, quando se pensa em música cubana ou “latina” no Brasil, a salsa é a primeira imagem e sonoridade que está presente. Para suprir esse desconhecimento de outros gêneros musicais cubanos e latino-americanos de outros países e oferecer um “maior conhecimento desta cultura”, esses jovens fundaram o *Batanga* e tocam/cantam canções de outras épocas fundidas com arranjos *jazzísticos*, numa busca por se diferenciar daquilo que é mais próximo ao *mainstream* musical ligado à “latinidade” no Brasil, por vezes mais na forma de sextetos instrumentais, por outras vezes mais ligado à salsa *pop a la Miami*.

Importante notar que, se no início do grupo, há dois anos, se descreviam como aqueles que traziam um passado musical cubano (*batanga*, *chachacha*, *rumba*, *son*) dos anos 1940/50, hoje se identificam como um grupo de “música instrumental cubana, *latin jazz* e *word music*”. De igual modo, uma associação cada vez mais clara com ritmos e gêneros da cultura afro-brasileira, afro-colombiana e afro-peruana também pode ser observada. Em muitas apresentações, o *Batanga* traz convidados para cantar ou mesmo DJs para abrir os seus *shows*, como a jovem DJ peruana Cecilia Yzarra, que toca ritmos e gêneros como *chicha* e *huayno* articuladas a versões afro-peruanas de *cumbia*.

Entre alguns convidados que cantam com o grupo musical, está a cantora colombiana Victoria Saavedra, que vive em São Paulo e faz um trabalho de recuperação de tradições afro-colombianas, tanto com seu grupo – Victoria Saavedra & *Candombá* – como também como professora de canto em escolas particulares ou em projetos de *workshop* em escolas e universidades públicas pelo Brasil. Importante destacar que Victoria tem sólida formação em canto, tendo estudado em Berkeley e atuado na cena musical colombiana em grupos de *pop* e *rock*. Em entrevista para divulgação do primeiro *show* (em 2015) que fez com o *Batanga*, ela dizia que o Brasil também é latino-americano, mas as pessoas daqui não sabem ou se esquecem disso, revelando preocupações e percepções sobre o Brasil em comum com os músicos cubanos aqui em tela.

O que as escolhas de parceiros musicais do *Batanga* parecem evidenciar, enfim, é a constituição de uma “afro-latinidade”, ou seja, uma construção de identidade em articulação com outros gêneros, ritmos e países da América Latina que têm em comum e como eixo aglutinador a música de matriz africana (Quintero-Rivera, 1998), sejam a salsa, a rumba, o samba ou a cumbia. E isso traz importantes questões (que infelizmente não cabem no espaço deste artigo) para refletirmos sobre a constituição de suas identidades juvenis cubanas, latinas, negras.

Outro cantor convidado pelo *Batanga* é o músico Sapopemba, descrito como “profundo pesquisador e conhecedor da musicalidade afro-brasileira”. Numa apresentação gratuita, no Sesc Campo Limpo (área periférica da cidade), cantos ou pontos em louvor aos orixás em homenagem ao músico cubano Pablo Milanés estiveram presentes, no diálogo que esses jovens estabelecem com as tradições musicais trazidas por um cantor negro de 65

anos e alagoano que viaja pelo País exercendo seu ofício de caminhoneiro, recolhendo ritmos e tradições musicais sagradas e profanas, apropriadas nas ruas das cidades do Brasil. Em seu repertório, estão sambas de roda do Recôncavo Baiano, maracatus pernambucanos, o boi-bumbá maranhense e as congadas mineiras. Seu nome, Sapopemba, é em função do bairro popular da zona leste paulista de mesmo nome, onde foi morar ainda criança, quando chegou ao sudeste com a família. Uma história, por sua vez, comum a muitos nordestinos do País.

Note-se que Sapopemba não é um cantor totalmente desconhecido. Desde 2003, ele tem gravado discos e participado de projetos ao lado de produtores e artistas ligados ao universo mais autoral da música em São Paulo, tendo se apresentado em Paris em 2005, no “Ano do Brasil na França”, juntamente com Elza Soares e Seu Jorge, artistas negros já consagrados. Esse processo de “descoberta” de artistas populares por produtores e músicos já legitimados (como Guga Stroeter e Benjamin Taubkin) revela um importante trabalho de pesquisa musical que traz visibilidade a músicos com produção que, talvez por outras maneiras, não pudesse ser vista. E esse processo parece articulado a algo mais amplo da cultura global, que diz respeito à formação de certos circuitos culturais/musicais que já não podem mais ser enquadrados esquematicamente e facilmente na divisão *mainsntream* x independentes. Se a noção de independente, há algumas décadas, era explícita na forma de não usar as grandes gravadoras para produção e divulgação das obras, na atualidade, um circuito mais difuso que não se coloca de maneira totalmente contra-hegemônica e tampouco é totalmente integrada aos sistemas culturais *massmedia* vai atuando e constituindo mercados próprios, menores, em que músicos podem fazer e divulgar o seu trabalho. E, nesses circuitos, está presente também a busca por

tradições e passados musicais, se não essencializados - pois mixados a outros gêneros e matrizes culturais e musicais – ao menos com uma característica de busca por raízes mais autênticas das culturas, algo que está na fala de muitos desses produtores.

García Canclini *et al.* (2012), ao trabalharem com as experiências e as narrativas juvenis na cidade do México e em Madri, revelam parcelas de jovens ligados ao mundo da cultura e da tecnologia, pertencentes às camadas médias da sociedade e com bom nível educacional, que vêm realizando trabalhos profissionais/artísticos em circuitos outros, buscando espaços numa lógica atual de precariedade de empregos e em que predomina um discurso da inovação, criatividade e lançamento de tendências, que eles personificam na figura dos “*trendys*” ou empreendedores culturais.

Nesses circuitos, a noção da cultura como recurso (Yudice, 2002) parece-nos útil para pensar sobre esses jovens migrantes que aqui analisamos na cidade de São Paulo. Aqui, há bairros, como a Vila Madalena (zona oeste da cidade), onde concentramos a nossa pesquisa, com forte característica de local boêmio e artístico, em que convivem desde locais de música mais hegemônicas no consumo cultural juvenil até locais que vamos chamando provisoriamente de “alternativos”⁹, os quais conjugam música mais autoral com mesclas entre ritmos étnicos-tradicionais e batidas eletrônicas ou *pop*¹⁰, e estilos de

9 Não é possível no espaço deste artigo, fazer uma maior discussão sobre esta noção de “alternativo” que estamos construindo (cf. Pereira e Borelli, 2015).

10 Neste sentido, os ritmos e gêneros tradicionais ganham importante valor de troca no mercado de bens simbólicos da música global, na busca pelo local e o autêntico construído pelo olhar ocidental dominante. Estamos cientes destes processos, mas asseveramos que as práticas musicais aqui elencadas vão além deste mecanismo exotizante e mercadológico, gerando outros sentidos.

vida alternativos, que incluem vestuário, alimentação, comportamentos, consumo cultural e material. E, nessas parcelas de jovens das camadas médias de São Paulo, há um público receptivo a esses trabalhos autorais nos quais *Batanga*, Victoria Saavedra, Cecilia Yzarra e outros jovens músicos migrantes que analisamos se enquadram, gerando hibridismos sonoros e performáticos que os identificam como “latinos” para além da salsa.

Por compreendermos as práticas musicais midiáticas como uma ação complexa que envolve os vários atores nesse circuito musical, como músicos, produtores, divulgadores, ouvintes, frequentadores dos *shows* e festas - numa cadeia comunicacional que envolve produção e recepção -, é que pensamos não apenas nas ações feitas pelos músicos jovens migrantes mas também nas dinâmicas de consumo cultural de seu público (formado por brasileiros e estrangeiros) permeadas pelas questões acima descritas.

Vale ressaltar, ainda, uma ação capitaneada pelo *Batanga e Cia.* – mais especificamente por seu líder, Pedro Bandera¹¹ - que nos parece importante na medida em que explicita a ação cultural-musical e política desses jovens. Em setembro de 2015, três grupos musicais “latinos” (além do *Batanga*, estavam Victoria Saavedra & *Candombá* e *Lamérica*) reuniram-se para a formação de um coletivo cultural de bandas latino-americanas com a proposição de uma maior integração do Brasil com as culturas da América Latina hispânica. Para lançar o projeto¹²,

11 Pedro Bandera é um músico cubano que vive em São Paulo há 10 anos e é um produtor cultural e expoente neste circuito musical com que estamos trabalhando, tendo fundado a difusora cultural Havana 6463, já mencionada.

12 Lembramos que alguns coletivos de jovens migrantes que temos analisado fazem uso de projetos governamentais que apoiam financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-cultu-

organizaram um *show* com as três agrupações musicais no Teatro Brincante, na Vila Madalena. Em seu texto/manifesto de divulgação, diziam “hoje é o dia da Latinidade Brasileira!!!”, revelando a preocupação surgida em discussões anteriores de “que o Brasil é pouco integrado culturalmente aos países com os quais faz fronteira, trazendo desinformação, descaracterização e preconceito”. O projeto propunha-se a promover ações culturais, como oficinas, palestras e *shows*, que contribuíssem para a “formação de uma plateia e uma geração de pessoas que se sintam brasileiros e também ‘latinos’”.

Com a participação de brasileiros na plateia, que encheu o auditório, em sua maioria composta por jovens e famílias formadas por jovens casais com crianças, o *show* teve as três bandas tocando individualmente e, ao final, a junção de todos, convocando os brasileiros presentes a dançar. A certa altura de sua apresentação, Victoria Saavedra dizia que era “muito chato cantar e ficar todo mundo parado escutando”, comentando ainda que “brasileiros não gostam de dançar”. Isso nos chamou muito a atenção, nessa edificação de identidades do que sejam os “latinos dançantes” versus os “brasileiros tímidos”, revelando aspectos de desconhecimentos que tantas vezes são mútuos, numa via de mão dupla. Ao falar que brasileiros não gostam ou não sabem dançar, Victoria parecia se referir a algum país em que não houvesse vida noturna, hábitos de dançar e todo um imaginário construído em torno da dança, do Carnaval e da alegria. Parece fundamental pensar, aqui, nos vários *brasis* que existem no Brasil: São Paulo e aquele público específico da Vila Madalena talvez não fossem muito inclinados à dança e a atitudes mais espontâneas de “invadir o palco”, como

rais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais, como o VAI (Valorização de Iniciativas Culturais), da Prefeitura de São Paulo.

Victoria pedia, mas provavelmente, em outros locais do Brasil, isso seria diferente.

Assim é que salientamos o cunho político e de constituição identitária que o projeto desse coletivo protagonizado pelos jovens migrantes possui. Nessas práticas musicais midiáticas políticas entram, em complexo jogo, questões como interculturalidade (García Canclini, 2007) e cidadania cultural (Yudice, 2002), envolvidas nas formas de litígio pela palavra (Reguillo, 2014), estratégias de visibilidade/audibilidade e direito à autorrepresentação em que estão inseridos esses jovens em suas experiências, narrativas e imaginários.

Pensando o campo cultural não desvinculado de uma abordagem política, dialogamos com as considerações gramscianas que pensam a cultura como campo estratégico de lutas por hegemonia entre blocos que não estão isolados ou dicotomizados, sendo um campo simbólico e espaço de articulação de conflitos. Em estreita relação com isso, temos a noção de tradição seletiva (Williams, 1979), que nos ajuda a compreender como os grupos culturais, sociais, artísticos lidam com o passado, constroem versões sobre suas identidades com base naquilo que o presente traz como importante, inventando tradições que buscam responder as necessidades do presente e construindo outros arranjos entre passado/presente/futuro. Assim, o fato de o *Batanga & Cia* constituir-se como mais autêntico dentro da cena “latina” da cidade, porque mais próximo daquilo que seria uma “verdadeira” tradição musical cubana e afro-latina (Quintero-Rivera, 1998), não aponta apenas para o passado (como, muitas vezes, a noção de tradição parece sugerir), mas revela questões em jogo na contemporaneidade, como os fluxos globais e locais em conflito, tradições e cosmopolitismos, as negociações de identidade diaspóricas, o consumo ligado

à alteridade, as estratégias para tornarem-se visíveis e inseridos, entre outros aspectos.

Se a “latinidade”, aqui em São Paulo, toma uma feição mais diretamente associada ao que é caribenho, dançante, sensual, exótico e tropical (Quintero-Rivera, 1998), trazendo o desconhecimento, preconceito e estereótipos percebidos pelos jovens migrantes, mais ainda se torna válido o trabalho cultural-político que fazem. Há que se notar que a noção de “latino” no Brasil tem, na maior parte das vezes, uma ligação com uma construção de “latinidade” realizada pelas indústrias fonográficas e do entretenimento sediadas em Miami. E, por aqui, essa tem sido prioritariamente a forma como a música chamada latina chega, nas vozes de Ricky Martin, Shakira e menos nitidamente Marc Anthony e Jennifer Lopez e outros. Segundo alguns dos jovens músicos que entrevistamos, é notória a ideia de que, por aqui, é difícil fazer uma música mais autoral, pois os brasileiros buscam majoritariamente a estética do *pop latino* (Fiol-Matta, 2002), que ajudou a construir uma identidade latina globalizada e genérica, a qual bebe no local/étnico para transformá-lo em produto de consumo massivo.¹³

Yudice (2002) e Party (2008) também apontam para essa questão em análises que abordam Miami como capital cultural da América Latina (Yudice, 2002) ou centro irradiador de uma estética musical *miamizada* (Party, 2008), asseverando como essa localidade se tornou o centro de indústrias de discos e de entretenimento na constituição de carreiras de músicos para que se tornassem

13 Uma “explosão” deste *pop latino* pôde ser sentida aqui no Brasil quando uma telenovela da Rede Globo de televisão, chamada *Salsa e Merengue* (no final dos anos 1990), retratava uma família cubana vivendo no Rio de Janeiro, suas danças e festas e cujo tema de abertura foi um estrondoso sucesso midiático – *Maria (Un, dos, tres)* – cantada por Ricky Martin.

“internacionais”, obtendo sucesso na América Latina e também nos EUA, graças a alguns fatores como a atuação de produtores, questões geopolíticas e de custos de produção. Para além da questão de mercado e de uma “comoditização” da cultura latino-americana, a centralidade de Miami ajuda a constituir sentidos de latinidade (nas identidades, na estética musical e na sua recepção) que colaboram para a compreensão do que aqui discutimos, a saber, uma ideia generalizada de latinidade transnacional que chega massivamente até nós no Brasil. Se aqui pouco contato temos com as obras de artistas e músicos da Argentina, Chile, Colômbia ou Cuba, quando esses artistas migram para Miami e têm suas obras transformadas segundo as regras da *miamização* da música e da cultura, aí sim os conhecemos. Sem dúvida, uma latinidade já transformada ou até pasteurizada, mas que joga com as questões com as quais a interculturalidade nos desafia a todo momento, impulsionando a ação de produção de diferença dos jovens com os quais dialogamos nesta pesquisa.

Finalizamos refletindo sobre o quanto essa construção de um “ser latino”, por esses jovens migrantes, pode trazer outras formas de latinidade que não as hegemônicas, naquilo que Aparicio e Chávez-Silverman (1997: 6-7) chamariam de “*tropicalizations*”, ou seja, as ações desses jovens como agentes de suas representações identitárias, para além dos binarismos estruturantes e ideológicos que reforçam estereótipos colonizantes. Nesse processo, incorporam e rejeitam paradoxalmente aspectos das representações hegemônicas, numa negociação ambígua pelas bordas em que deixam de ser objetos passivos para serem agentes – “*tropicalized simultaneously become tropicalizers*” (Aparicio, 1997:198) – na qual desestabilizam-se as categorias fixas.

Referências

- Aparicio, F. (1997). On sub-versive signifiers: tropicalizing language in the USA. In F. Aparicio and S. Chávez-Silverman (eds), *Tropicalizations: transcultural representations of latinidad* (pp. 194-212). University Press of New England.
- Aparicio, F. and Chávez-Silverman, S. (eds). (1997). *Tropicalizations: transcultural representations of latinidad*. University Press of New England.
- Bethell, L. (2009). O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, 22(44), 289-321.
- Bourdieu, P. (1988). *La distinción: criterio y bases sociales del gusto*. Taurus.
- Bruit, H. H. (2000). A invenção da América Latina. *Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*.
- Coser, I. (2008). *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil – 1823-1866*. Editora da UFMG/luperj.
- Fiol-Matta, L. (2002). Pop latinidade: Puerto Ricans in the latin explosion 1999. *Centro Journal*, 14(1), 26-51.
- García Canclini, N. (2007). *A globalização imaginada*. Ed. Iluminuras.
- Hall, S. (2000). Quem precisa de identidade? In T. T. Silva (Org), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes.
- Herschmann, M. (2013). Cenas, circuitos e territorialidades sônico-musicais. In J. S. Janotti, P. Simone (orgs), *Cenas musicais*. Ed. Anadarco.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/Ed. PUC-RJ.
- Lao-Montes, A. (2000). Latino-americanismo: atravessando genealogias e cruzando fronteiras. *Caderno CRH*, 32, 87-108.
- Martin-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Ed. UFRJ.
- Mignolo, W. (2007). La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Gedisa.
- Morse, R. (1988). O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas. Companhia das Letras.

- Neder, G. e Cerqueira Filho, G. (2013). Jogo de espelhos e gramática dos sentimentos: teoria crítica na América Latina. *Comunicação & Política - Dossiê América Latina*, 28(1), 103-114.
- Oliveira, L. L. (2005). Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias*, 7(14), 110-129.
- Prado, M. L. C. (2001). O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, 145, 127-149.
- Party, D. (2008). The miamization of latin-american pop music. In I. Corona y A. Madrid, Alejandro (eds), *Postnational musical identities: cultural production, distribution and consumption in a globalized scenario* (pp. 65-80). Lexington Books.
- Pereira, S. L. (2015). Consumo e escuta musical, identidades, alteridades - reflexões em torno do circuito musical "latino" em São Paulo/Brasil. *Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación*, 128, 237-251.
- Pereira, S. L. (2016). Introdução. In M. Ulhoa e S. L. Pereira (orgs), *Canções românticas na América Latina: mediações, sentimento e identidade*. Faperj.
- Pereira, S. L. e Borelli, S. H. (2015). Música alternativa na Vila Madalena: práticas musicais juvenis na cidade. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 17(3), 281-289.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas* (pp. 227-278). CLACSO.
- Quintero Rivera, A. (1998). *Salsa, sabor y control: sociología de la musica "tropical"*. Siglo Veintiuno Eds.
- Reguillo, R. (28 de abril-2 de mayo de 2014). *Re-pensar la participación juvenil – nuevas formas, nuevos retos* [Conferência Magistral]. IV Escuela de Posgrado de la RED INJU y del Programa Postdoctoral de Investigación em Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, El COLEF, Tijuana, Mexico.
- Restrepo, E. (coord). (2014). *Stuart Hall desde el sur: legados y apropiaciones*. Clacso.

- Schneider, A. (2012). Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *Revista História da Historiografia*, 10, 75-93.
- Vila, P. (ed.). (2014). *Music and youth culture in Latina America: identity construction processes from New York to Buenos Aires*. New York: Oxford University Press.
- Yudice, G. (2002). El recurso de la cultura: usos de la cultura en la era global. Gedisa.
- Williams, R. (1979). *Marxismo e literatura*. Ed. Zahar.



“Permanecer no campo, só inventando...”: o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

Sheila Maria Doula¹

-
- 1 Posdoctora en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud por el Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la alianza CINDE - Universidad de Manizales – Colombia/ Pontificia Universidade Católica de São Paulo – Brasil/ El Colegio de la Frontera Norte de México-COLEF. Institución aval: Consejo Latinoamericano de Ciencias

Sociales – CLACSO. PhD in Social Anthropology. Professor of the Graduate Program in Rural Extension of the Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brazil. Coordinates the Observatory for Rural Youth (UFV). Researcher sponsored by Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: sheiladoula@gmail.com.



Introdução

Em um texto datado de 2001, no qual abordava os dilemas do desenvolvimento rural no Brasil, Veiga afirmava que, apesar da grande importância do empreendedorismo para o crescimento econômico e para a geração de novos produtos, processos e serviços, o conhecimento científico sobre esse fenômeno ainda era, àquela época, escasso: se havia a convicção de que o empreendedorismo era uma “ótima maneira de expandir o emprego”, ainda não estavam claros os determinantes de sua ocorrência. Na concepção de Veiga, empreendedores são “os principais agentes da mudança econômica” e ao “procurarem identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles contribuem tanto para um maior uso dos recursos disponíveis, quanto para a expansão das fronteiras da atividade econômica” (Veiga, 2001).

Poucos anos mais tarde, no entanto, o próprio autor mencionava o “pântano intelectual” que havia se formado em torno do empreendedorismo, dadas a fluidez e a área de abrangência que a noção estava ganhando (Veiga, 2008). De fato, em um “estado da arte” realizado com artigos de periódicos científicos indexados na base de dados do SciELO (Scientific Electronic Library Online) e produzidos na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, México, Portugal e Venezuela, entre 2004 a 2008, Silveira et al. destacavam o empreendedorismo como tema “emergente”, notadamente no Brasil, responsável por cerca de 58% da produção científica (Silveira, Ropelato e Nascimento, 2010). De acordo com os autores, diversos tipos de organização passaram a aplicar o conceito (Instituições de Ensino Superior, empresas de diversos ramos, instituições financeiras, entidades governamentais e não governamentais). Além das

organizações, diversas áreas e segmentos sociais foram elencados como foco das pesquisas: empreendedorismo feminino, competitividade no artesanato, incubadoras de empresas, *marketing*, empreendedorismo e conservação ambiental, empreendedorismo coletivo dos “doutores da alegria”, desenvolvimento local, leis de inovação, dentre outros. Apesar dessa amplitude de áreas, organizações e atores sociais, os autores mostraram que, no conceito de empreendedor utilizado nesses trabalhos, preponderavam as características comportamentais individuais, tais como: “indivíduo que inova e é capaz de superar antigas combinações”, “dotado de capacidades associativas”, “indivíduo que assume riscos”, “ligado à identificação e à exploração de oportunidades econômicas”, “pessoa que identifica oportunidades” e “imbuído de persistência e visão de futuro” (Silveira, Ropelato e Nascimento, 2010).

Visando superar essa visão “dominante do empreendedor como um ator atomizado e individualista”, autosuficiente, própria das teorias econômicas ou das ciências do comportamento, novas concepções sociológicas do empreendedorismo foram formuladas e, mais recentemente, a ênfase recaiu nas oportunidades da criação de redes, na cooperação e no papel das instituições, adotando-se uma perspectiva que focaliza ambientes propícios ou não à dinâmica empreendedora. Nessa concepção, o empreendedor é definido como agente de conexões e enfatiza-se o papel das fronteiras a serem ultrapassadas a partir de “novos conceitos de negócio e novos produtos, que afetam as estruturas já existentes, provocando efeitos em cadeia, para frente e para trás, provocando distúrbios e disrupções” (Vale, Wilkinson e Amâncio, 2008). A ênfase recai, agora, no capital social, nas relações de confiança coletiva e “nas costuras bem feitas entre atores privados e públicos que - apoiados em instituições

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

adequadas - formulam e propõem projetos pertinentes e mobilizadores" (Veiga, 2005: 42).

Tendo em vista as transformações pelas quais a concepção de empreendedorismo vem passando, este artigo não segue a perspectiva econômica de abordar o papel do empreendedor nas dinâmicas econômicas e de desenvolvimento. O propósito aqui é focalizar, pela via antropológica, os sentidos que o empreendedorismo assume para alguns atores sociais, mais especificamente o entendimento de jovens rurais sobre as possibilidades e limitações que a alternativa empreendedora traz para seus projetos profissionais e como ela incide sobre a decisão de permanência no campo.

Os dados aqui apresentados são resultantes de duas pesquisas realizadas entre 2014 e 2015 com jovens trabalhadores rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, de ambos os sexos, com idade média de 22 anos. Em ambas as pesquisas, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas em profundidade. Ressalta-se que o foco principal dessas pesquisas não era o empreendedorismo, mas sim as condições de permanência juvenil nas propriedades rurais de seus pais, no primeiro caso, e as mudanças simbólicas relativas à migração como fator de seguridade laboral e a ascensão social, no segundo. A explicitação do termo empreendedorismo se deu, portanto, em associações explicativas diversas, ora se referindo à mudança de atividade econômica ou a um novo padrão de gerenciamento das propriedades familiares, ora justificando a relativização da migração como oportunidade de realização pessoal. Assim, o fato de o empreendedorismo não ser um elemento dado *a priori* pelo pesquisador pode indicar um dos limites dessas investigações.

Os resultados apontam que o discurso do empreendedorismo chegou a esses jovens por diferentes meios:

curso de capacitação ministrados em universidades, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais e mídias. Embora seja mencionado como recurso motivador para a perspectiva de permanência no campo, os jovens destacam que os empecilhos para a concretização do empreendedorismo residem na falta de uma cultura empreendedora, verificada principalmente na ausência ou na fragmentação de arranjos institucionais que favoreçam a adoção da proposta empreendedora como agenda política de desenvolvimento rural, em nível local. Nesse sentido, a abrangência territorial dos jovens pesquisados também pode se constituir em limitação desse estudo, dado que os resultados focalizam um contexto rural específico em que, na visão dos participantes das pesquisas, o empreendedorismo é ainda apenas uma promessa.

O “espírito” empreendedor

Riscos, incertezas, talentos e jogo são alguns dos termos que despontam notadamente a partir dos anos 1990 para construir, socialmente, um novo perfil ideal de trabalhador, sobretudo o jovem, cujas competências e habilidades de liderança, autonomia, competição, coragem e iniciativa fazem dele um “empreendedor” (Coam e Shiroma, 2012: 246). Chiavenato considera que, atualmente, a proliferação do discurso empreendedor em várias fontes de comunicação chega mesmo a representar os chamados empreendedores contemporâneos como novos “heróis populares” em um mundo marcado por crises econômicas geradoras de desemprego e condições precárias de trabalho (Chiavenato, 2012: VII).

As representações sociais sobre o “espírito empreendedor”, entendido como conjunto de atitudes comportamentais individuais diferenciadas, não são recentes; elas permeiam as teorias econômicas desde o século

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

XVIII e foram criadas para definir os chamados "homens de negócios", que iam se fortalecendo e moldando um novo estilo de pensar e atuar concomitante à expansão do capitalismo. Diferentemente daqueles que eram dependentes dos outros para obter os recursos de sobrevivência, os "homens de negócios" dispunham dos meios econômicos, dentre os quais a terra e o capital, e também de liberdade e autonomia para assumir os riscos de novos investimentos e oportunidades (Lima, 2010).

A valorização do "espírito" empreendedor encontrou bases teóricas claramente formuladas por Jean-Baptiste Say, observador dos rumos econômicos da Revolução Industrial e entusiasta do pensamento liberal. Para ele, o motor do progresso não residia apenas na posse de certos bens, mas no cultivo de uma "cultura do espírito" da livre iniciativa e da competição, que deveriam ser incentivadas entre indivíduos e nações. O talento, nessa concepção, consistiria na obtenção de ganhos considerando a avaliação das regras do jogo do mercado, a coragem em correr riscos e a intuição para visualizar chances inéditas (Coam e Shiroma, 2012). Para Say, a função primordial do empreendedor residia na combinação dos fatores produtivos.

Em 1942, Schumpeter desenvolveu o argumento da "destruição criativa" como característica empreendedora, enfatizando a capacidade transformadora de agentes sociais que implementam novos produtos, tecnologias ou serviços (Chiavenato, 2012; Veiga, 2008). Schumpeter diferenciou dois tipos de conduta: a empreendedora e a administrativa. Para ele, os "meros administradores" simplesmente operam um negócio preestabelecido e não sabem reagir bem a mudanças ou ao surgimento de novas tarefas. Concordando parcialmente com a definição de Say, Schumpeter considerava que o empreendedor

combina fatores uma primeira vez e torna a recombiná-los, num processo contínuo dentro da rotina do fluxo circular e na dinâmica da destruição criativa. Além de racional e oportunista, o empreendedor é “anormal”, isto é, um líder capaz de conduzir o uso dos meios de produção a canais inusitados. O empreendedor não é, necessariamente, um inventor, mas sim aquele que assume riscos e coloca as inovações em prática (Schumpeter, 1982). A definição schumpeteriana é constantemente retomada para a definição do empreendedorismo na atualidade.

No século XX, a matriz histórica das definições sobre o empreendedorismo abarcou duas vertentes bem definidas. Na primeira, fruto da conjunção das teorias econômicas, a ênfase recai nos resultados e na função da ação empreendedora nas dinâmicas econômicas e de desenvolvimento. Nessa concepção, enfatizam-se as condições em que o possível empreendedor irá desenvolver seus negócios, valendo-se, principalmente, da avaliação dos custos e dos ganhos que a aceitação do risco e a implementação das inovações podem trazer. A segunda vertente enfatiza a individualidade do empreendedor, suas características comportamentais e de personalidade, como, por exemplo, afinidade ou aversão ao risco e à ousadia. Essas características, antes consideradas especiais e natas, atualmente podem ser adquiridas como competências em processos de aprendizagem.

Embora essas duas vertentes apareçam entrelaçadas na definição contemporânea de empreendedorismo, também é importante destacar deslocamentos de sentido e de significados que foram se processando nas representações da figura do empreendedor. O primeiro deslocamento refere-se à função empreendedora atribuída a diferentes “fases da vida” e à forma como elas foram construídas e cristalizadas histórica e socialmente

(Peralva, 1997)². Assim, até o século XX, apenas os homens "adultos" eram considerados agentes sociais do desenvolvimento, por serem possuidores de recursos, conhecimento e maturidade emocional para arcar com os riscos e fracassos eventuais de empreender. No contexto de pós-Segunda Guerra, no entanto, o modelo de sociedade urbana, moderna e industrial permitiu que novos atores, dentre os quais os jovens, ganhassem visibilidade na cartografia social, especialmente nas esferas da cultura, do trabalho e do consumo. Além disso, a tecnologia alcançou um patamar de organizador do tempo e da configuração societária, daí a pertinência de retomar parte da teoria schumpeteriana, justamente aquela que representa o empreendedor como alguém que faz uso das inovações tecnológicas. Assim, não só a juventude assumiu um novo significado na configuração societária, mas também foi sendo atribuído a ela gradativamente o papel de ruptura/inovação dos conteúdos culturais e tecnológicos (Feixa, 2000). Para Peralva, de promessa de futuro que era, o jovem se transformou em modelo cultural do presente e "já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir" (Peralva, 1997: 23).

Algumas características do cenário econômico e cultural contemporâneo também levam a entender, por um lado, o sucesso do discurso empreendedor e, por outro, sua vinculação privilegiada com a juventude. Empreender passou a ser, hoje, o componente de um novo estilo de vida mais adequado para enfrentar a fragmentação dos "tempos líquidos" (Bauman, 2007), as incertezas da "sociedade de risco" (Beck y Beck-Gernsheim, 2008) e a

2 Peralva destaca que a classificação da infância, juventude, adultez e velhice não se baseia em critérios etários, mas refere-se aos atributos sociais e seus significados simbólicos, que não são homogêneos em todas as camadas da população (Peralva, 1997).

rapidez das mudanças na fase do “capitalismo flexível”, que afetam sobretudo o mundo do trabalho (Sennett, 2005). Estratégias performáticas de “navegar” ou “driblar”, próprias da pós-modernidade (e típicas do discurso do empreendedorismo), passaram a ser requeridas principalmente de trabalhadores jovens, fazendo com que modelos tradicionais de carreira e de conduta no trabalho (como rotina, cooperação ou fidelidade) fossem rapidamente “corroídos” pela exigência de um comportamento incessantemente adaptável às circunstâncias (Sennett, 2005). Ao analisar as trajetórias de vida de Enrico, um trabalhador “que vestia a camisa da empresa” e seu filho Rico, já um trabalhador “flexibilizado”, Sennett destaca que a flexibilização, entendida por formas de trabalho temporário, trabalho por projetos, rotação de trabalhadores e mesmo o trabalho autônomo, retira o sentido do trabalho como fonte de identidade pessoal e social (Sennett, 2005).

Segundo Almeida, para os jovens contemporâneos, notadamente urbanos, que vivem essas descontinuidades, a formulação de horizontes de planejamento a longo prazo pode estar perdendo parte de seu sentido (Almeida, 2012). As transformações no mundo do trabalho, que afetam esse segmento com mais intensidade, fazem com que os riscos (vividos em estado permanente) resultem em novas formas de pensar (e questionar) a carreira, a vocação, a profissionalização, a vida profissional e a estabilidade financeira (Almeida, 2012). Estratégias para criar uma trajetória progressiva, programada e linear acabam sendo esvaziadas de seus significados anteriores de segurança e sucesso, pois as crises no mercado de trabalho não permitem antever nem garantir os lugares, o *status* e a posição que os jovens irão alcançar no futuro. Suas trajetórias laborais, então, percorrem atalhos e assume-se

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

o risco de aproveitar as oportunidades que surgem aleatoriamente de diferentes fontes (Calvo, 2011).

Aproveitar oportunidades e ser patrão de si mesmo tem sido o lema de um discurso do empreendedorismo que se tornou popular e tal popularização fez com que seu sentido assumisse caráter polissêmico. Mudanças no perfil do empreendedor ao longo da história indicam que os traços de originalidade, astúcia, inspiração, individualidade ou ineditismo foram assumindo matizes valorativas um pouco distintas, de forma a fazer oscilar ora a primazia da invenção como sinônimo de criação do inexistente, ora a criação entendida como o uso diferenciado do pré-existente, sendo esta última a que melhor define o empreendedorismo na atualidade. Termos contemporâneos derivados da arte como releitura, reencaixe, redesenho ou colagem denotam a capacidade empreendedora como descoberta de novas formas de composição e sintetizam a ideia de que a criação não está resumida na invenção do inédito, mas sim no "poder de combinar, associar e redesenhar criativamente recursos, subsídios e informações que já existiam" (Almeida, 2012: 31). A reciclagem criativa seria a forma contemporânea dos "novos empreendedorismos", que consiste em "fazer-se singular naquilo que se faz" (Almeida, 2012: 41), independente do meio em que se atua.

Na interpretação de Lima, dialogando com Sennett (2005), há sem dúvida uma nova cultura do trabalho, mas o "ser patrão de si mesmo" nos põe a caminho de discutir não só o lado romântico da informalidade e do trabalho autônomo mas também novas formas de precarização, baixa regulamentação, subcontratação e exclusão de benefícios sociais. Analisando especificamente o caso brasileiro, Lima afirma que hoje há diversos tipos de empreendedores: autônomos, com distintos graus de

formalidade, necessidade e precariedade. Abrange “desde consultores altamente qualificados, com contratos temporários e/ou por projetos, ou sem contrato algum, chegando até os trabalhadores em atividades precárias como ambulantes, camelôs e outros que sobrevivem na precariedade” (Lima, 2010: 161). Para muitos desses casos, o autor prefere falar, então, de um “empreendedor por necessidade”, ou seja, aquele que “depende de seus investimentos no negócio/atividade que desenvolve para sobreviver, de sua predisposição em inovar, trabalhar duro, como probabilidade de sucesso” (Lima, 2010: 176).

Disseminação do empreendedorismo

Baseado em orientações de diversos organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, o discurso empreendedor entrou na pauta das mídias, dos programas de organizações governamentais e não governamentais e dos conteúdos programáticos das instituições de ensino (Souza, 2006).

Segundo Lima, o discurso do empreendedorismo “acompanhou as reformas de Estado em países latino-americanos, com a privatização de empresas estatais, dos programas de demissão voluntária e dos programas de crédito para pequenos negócios” implementados a partir dos anos 1990 (Lima, 2010: 174).

Também nesse período, o empreendedorismo passou a integrar as articulações institucionais entre universidades e empresas e começou a ser tema de pesquisas científicas no País; características comportamentais dos empreendedores, cultura empreendedora, educação empreendedora, pequenos negócios e oportunidades, gerenciamento e autoemprego são alguns dos tópicos

“Permanecer no campo, só inventando...”:
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

que passaram a ser abordados em cursos universitários de economia, administração e informática, juntamente com a criação de programas de incubadoras de empresas e de empresas juniores nas universidades. Souza considera que esse foi um período em que a concepção empreendedora passou a circular nos diferentes campos sociais e a ocupar diferentes espaços de produção, legitimação e reprodução discursiva, inclusive fortalecendo o campo de uma “pedagogia empreendedora”, cujo mercado editorial foi alavancado com publicações de caráter popular dos chamados “gurus” do empreendedorismo (Souza, 2006).

Na esfera governamental federal, o empreendedorismo, em sua interface entre a educação e o trabalho, teve como marcos a implantação dos Programas Brasil Empreendedor (1999), Técnico Empreendedor (2002) e Educação Empreendedora para o Ensino Médio (2002), do Ministério da Educação, e o Projeto Jovem Empreendedor (2004) atrelado ao Programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego (Souza, 2006). Destaca-se, nessa interface, a atuação do chamado Sistema S, encarregado da capacitação profissional do trabalhador de diferentes setores econômicos³.

O SENAR, que opera na aprendizagem rural, declara, em seu programa Empreendedor Rural, que, além da formação de lideranças, tem como objetivo ensinar a “calcular custos do processo produtivo e a elaborar projetos para que os produtores rurais passem a administrar suas propriedades com eficiência, como se fossem verdadeiras empresas”. O Programa “nor-teia o produtor rural participante para melhor administrar sua empresa rural,

3 Sistema composto pelo Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas - SEBRAE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

implantando uma nova atividade, ampliando as atividades já existentes, garantindo uma maior rentabilidade e sustentabilidade e, assim, melhorando a qualidade de vida.” (<http://www.senar.org.br>). Na definição do programa, o empreendedorismo é entendido como mudança para uma mentalidade empresarial da propriedade e, embora seus treinamentos sejam oferecidos “em parceria com os sindicatos patronais rurais”, como o próprio *site* indica, na Zona da Mata Mineira, lócus empírico desse trabalho, o SENAR-MG tem aplicado o programa em parceria com prefeituras municipais e sindicatos de trabalhadores rurais, entendendo que a gestão empresarial é possível também nas pequenas propriedades⁴.

Nas mídias, destacam-se a criação do programa Pequenas Empresas & Grandes Negócios, da Rede Globo de Televisão, criado em 1988 e transmitido até hoje, além da proliferação de sites especializados, inclusive para consultorias e aconselhamentos para “quem deseja ser um empreendedor” (Leite & Melo, 2008). Finalmente, verifica-se a incorporação do discurso empreendedor nos chamados “programas de responsabilidade social” das grandes empresas, que, em suas ações voltadas para jovens, mesclam concepções de empreendedorismo, protagonismo e empoderamento. Na interpretação de Souza, essas concepções “pretensamente” reconhecem a juventude como sujeito político e protagonista (no sentido da participação da arena decisória), emancipado e cidadão, mas, na execução dos programas, o jovem apenas cumpre as tarefas de forma tutelada (Souza, 2008).

Para alguns cientistas sociais, a massificação da ideologia empreendedora fez com que houvesse uma

4 Parte dos jovens entrevistados nas pesquisas aqui consideradas havia realizado esses treinamentos. Como será visto adiante, a visão gerencial na condução das propriedades é entendida, por eles, como empreendedorismo.

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

naturalização do espírito empreendedor e que esse atributo se tornasse uma obrigação moral de cada indivíduo, cuja missão seria a de "apreender as estratégias de competição" em um mercado com escassas oportunidades e, a partir dos "investimentos" que o indivíduo faz em si próprio (Leite e Melo, 2008), gerenciar sua trajetória de vida na perspectiva do "negócio" (Souza, 2006) e "como uma pequena empresa" (Lima, 2010: 171).

Empreendedorismo rural

Em estudos rurais recentes produzidos, particularmente, na primeira década do século XXI, o empreendedorismo tem sido abordado, no Brasil, como componente que favorece ou não a dinamização econômica dos territórios rurais, tema caro ao debate contemporâneo sobre o desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, a abordagem do empreendedorismo rural segue a linha interpretativa da capacidade endógena de gerar inovações (econômicas, culturais, tecnológicas) ou da disposição regional em absorver transformações vindas de fora.

Favareto destaca que, a partir da teoria econômica schumpeteriana, que havia possibilitado considerar o papel das forças, das estruturas e das instituições sociais nas atividades econômicas empreendedoras, outras contribuições teóricas vindas da sociologia francesa, italiana e norte-americana permitiram avançar na discussão sobre as variáveis que podem funcionar como "trunfo" ou como "empecilho" do empreendedorismo e do desenvolvimento rural (Favareto, 2004). A análise comparativa entre regiões rurais que obtiveram êxito e desenvolvimento (como na Itália e Estados Unidos, por exemplo) e aquelas que continuavam na pobreza permitiu que algumas abordagens sociológicas (em particular as teorias das redes, de capital social, dos arranjos institucionais) aplicadas

ao mundo rural brasileiro ampliassem os estudos sobre quais condições (históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais) favorecem um ambiente coletivamente inovador (Magalhães, Favareto e Souza, 2007). O foco no ambiente também permitiu incorporar uma perspectiva menos enfática quanto à disposição individual ou à personalidade do empreendedor (Favareto, 2004) deslocando-se o debate para os atores coletivos. Na confluência dessas contribuições, a análise sobre a potencialidade empreendedora consiste em diagnosticar “a importância do enraizamento da atividade econômica no tecido social que conforma os territórios onde elas ocorrem, além da vinculação destas atividades a um ambiente institucional que pode favorecer a introdução das inovações” (Favareto e Fontes, s.d.: 2-3).

No contexto rural, o empreendedorismo está diretamente ligado às oportunidades abertas pelas novas funcionalidades atribuídas ao campo, que deixa de ser somente agrícola e passa também a desempenhar outros papéis, inclusive aqueles tradicionalmente urbanos (Carneiro, 1998; Buainain et al., 2014). O espaço rural tem, hoje, como desafios, não só a reprodução das atividades agrícolas que garantam a segurança alimentar de toda a sociedade mas também a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, a disponibilidade de água com qualidade, a produção agroecológica, a agroindustrialização e o desenvolvimento de alternativas bioenergéticas; é cada vez mais o espaço privilegiado para turismo, esporte e lazer a serem usufruídos pelos moradores das cidades; finalmente, é o espaço utilizado para a instalação de grandes indústrias e parques tecnológicos (Stropasolas, 2006).

Mesmo na produção de alimentos, função tradicionalmente ligada ao campo, a inovação, sobretudo no âmbito tecnológico, tem sido colocada como desafio: mudanças

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

nos hábitos alimentares dos consumidores urbanos, cada vez mais informados sobre os riscos à saúde e os impactos ambientais, têm exigido a obediência a protocolos de segurança relacionados à produção, à transformação, à embalagem e ao transporte dos alimentos. Além disso, algumas tendências alimentares dos consumidores propiciam a construção de nichos de mercado que valorizam critérios diferenciados na produção, tais como: saudabilidade e qualidade de vida (produtos funcionais, naturais, orgânicos e que podem amenizar o envelhecimento, o estresse, a obesidade); praticidade e conveniência (produção de embalagens e formas de acondicionamento para pratos prontos, semiprontos, para forno de micro-ondas, para comer em trânsito e para *delivery*); consumo consciente (valorização da sustentabilidade socioambiental, com produção de baixo impacto nos recursos naturais, bem-estar animal, sistema *fair trade* e consumo da produção local); o "feito em casa" (serviços que possibilitam a entrega de refeições frescas nos locais de trabalho) e o vegetarianismo (exclui a ingestão de produtos de origem animal, mas incentiva a produção industrial de substitutos). Essas tendências, que abrem as portas para o empreendedorismo rural, exigem a articulação (típica de um território multifuncional) entre os setores da produção agropecuária, da agroindústria, de serviços, de ciência e tecnologia e do aparato institucional (Guedes, Torres e Campos, 2014).

Outra área propulsora do dinamismo econômico refere-se à paisagem rural. Veiga e Ehlers defendem que as chamadas "amenidades rurais", que incluem os patrimônios naturais e culturais preservados, sejam utilizadas como trunfos competitivos na captação de rendas urbanas provenientes das diversas formas de turismo. Dentro dessa proposta, particularmente na Zona da Mata de Minas Gerais, foi criado, em 2002, o Circuito Serras de Minas,

que abarca os municípios que conformam o Território da Serra do Brigadeiro e o Parque estadual com o mesmo nome. Como será visto adiante, a criação desse Circuito foi mencionada pelos jovens entrevistados e tem motivado projetos de realização de curso superior ligado às ciências ambientais e à incorporação de alternativas econômicas em suas propriedades, como pousadas e restaurantes.

Além disso, a produção de biocombustíveis, alinhada com os acordos internacionais de produção de energia limpa, colocaria os espaços rurais na rota de um “empreendedorismo verde”. O desafio desse empreendedorismo reside em estimular a conservação da diversidade ambiental e cultural com a geração de empregos principalmente para os jovens rurais, os mais desencantados com a pouca valorização social do trabalho agrícola (Veiga e Ehlers, 2003). Embora se saiba que, no Brasil, a produção de biocombustível esteja centrada no etanol proveniente da cana de açúcar, o que resulta na prevalência da monocultura desenvolvida em grandes propriedades e em condições precárias de trabalho e de sustentabilidade ambiental, Sachs defende que a produção de culturas energéticas seja estendida a pequenas propriedades, inclusive em assentamentos rurais, com uso de oleaginosas, pouco exigentes e adaptáveis, inclusive, a terras degradadas (Sachs, 2007). Na Zona da Mata de Minas Gerais, especificamente, projetos de pesquisa e extensão rural direcionados à agricultura familiar avaliam a viabilidade econômica da soja, do milho, da mamona e do abacate (Teixeira et al., 2008). O Centro de Conhecimento em Bioenergia da Universidade Federal de Viçosa, desde 2005, com financiamento da Petrobras, desenvolve atividades de pesquisa de melhoramento genético e treinamento técnico com a produção de palmeira da macaúba (*Acronomia aculeata*) com agricultores familiares da região.

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

Metodologia e caracterização da área de pesquisa

Os dados aqui analisados são provenientes de duas pesquisas inter-relacionadas que, em conjunto, resultaram na aplicação de 250 questionários a jovens rurais autodeclarados trabalhadores, de ambos os sexos, e 30 entrevistas com jovens e familiares em suas propriedades rurais localizadas na Zona da Mata Mineira⁵.

Na primeira pesquisa, foram aplicados 98 questionários a jovens trabalhadores rurais que estavam participando da V Semana da Juventude Rural, em 2013, realizada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG). Os jovens eram originários de 23 municípios da Zona da Mata Mineira e foram indicados para participar da Semana pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de seus respectivos municípios. Os questionários foram aplicados durante o evento. Ainda nessa pesquisa, foram aplicados questionários a 102 jovens trabalhadores rurais dos municípios de Viçosa, Araponga e São Miguel do Anta, escolhidos devido à especificidade de esses jovens se inserirem no trabalho sazonal na época da colheita – ou “panha” - de café. Esses questionários, os mesmos utilizados anteriormente, foram aplicados em escolas de segundo grau, sedes de sindicatos e escritórios da EMATER.

Na segunda pesquisa, foram aplicados 50 questionários a outros jovens trabalhadores rurais da região e colhidas 30 entrevistas. As entrevistas foram realizadas

5 A pesquisa “Possibilidades e condições de reprodução social no campo: estudo sobre a juventude rural da Zona da Mata Mineira” contou com o apoio financeiro da FAPEMIG e foi finalizada em 2014. A pesquisa “Mobilidade socioespacial e trajetórias migratórias entre as gerações de famílias rurais da Zona da Mata Mineira” foi iniciada em 2015 e conta com o apoio do CNPq.

nas propriedades rurais dos jovens de Viçosa, Araponga e São Miguel do Anta; essas propriedades haviam sido identificadas na primeira pesquisa.

Os questionários eram semiestruturados e as questões abertas foram preenchidas pela pesquisadora e pelos assistentes de pesquisa. Quanto às entrevistas, foram gravadas e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora. Como informado anteriormente, o empreendedorismo não era o foco das pesquisas, mas menções ao tema possibilitaram avançar em novas questões como forma de entender suas ligações com os projetos de vida e os novos significados da migração. Como, na segunda pesquisa, a intenção era investigar as trajetórias familiares de deslocamento, outros membros da família participaram também das entrevistas.

Os dados sobre o perfil socioeconômico foram tabulados estatisticamente. As informações das questões abertas e das entrevistas relativas ao empreendedorismo foram agrupadas pelo entendimento do conceito, fontes de divulgação e contato com a concepção empreendedora, sua aplicabilidade nas propriedades familiares e avaliação das alternativas nos projetos de vida e de permanência no campo.

A Zona da Mata Mineira possui 142 municípios. Em 2000, apenas 9 deles – 6 % do total (Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Santos Dumont, Ubá e Viçosa) possuíam uma população superior a 45.000 habitantes (Castro, s.d.). Em 2002, 69,72% dos municípios possuíam população inferior a 10.000 habitantes e boa parte sobrevivia da renda de aposentadorias e pensões de sua população, além dos programas de assistência do governo federal (Netto & Diniz, 2006.).

Na década de 1960, um plano do governo estadual desastroso para a substituição da cafeicultura pelo

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

reflorestamento com eucalipto, a ser explorado em pequenas propriedades, provocou a erradicação 26 milhões de pés de café (43% do total da região) e a saída de 8% da população rural (Carneiro & Matos, 2008). Algumas famílias entrevistadas nas pesquisas aqui abordadas passaram por essa reestruturação econômica e parte de seus integrantes migrou para São Paulo, retornando na década de 1990.

Nas décadas de 1990 e 2000, houve maior diversificação das atividades econômicas, centralizada em alguns municípios, como a retomada da cafeicultura com novas mudas e produção orgânica, a instalação de empresas processadoras de alimentos – como a PIF-PAF Alimentos (com sistema integrado de criação de aves e suínos) e a empresa Sucos Tial (que incentivou a fruticultura) em Visconde do Rio Branco –, o surgimento de instituições particulares de ensino superior, o polo moveleiro de UBÁ, o Sistema Cataguazes-Leopoldina de geração de energia e polo têxtil, a usina de açúcar e álcool Jatiboca, na microrregião de Ponte Nova (Paiva & Toma, 2005: 232).

Em 2010, a população da Zona da Mata era composta por 2.030.856 habitantes. A população rural da região apresentou uma composição de 568.747 habitantes em 1991 e de 473.625 habitantes em 2010. Em 2014, havia 121.594 propriedades familiares com a presença majoritária dos minifúndios, com área inferior a 20 hectares.⁶

Sentidos do empreendedorismo entre jovens rurais

A idade média dos jovens participantes das pesquisas ficou em 22 anos. Obteve-se uma composição de gênero de 40% do sexo feminino e 60% do masculino. Em relação

6 Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>

ao trabalho, 90% dos jovens se autodeclararam trabalhadores, embora alguns participantes não tenham reconhecido atividades domésticas ou sazonais como “trabalho”, mas sim como “ajuda”. Agricultura e pecuária são setores com maior índice de respostas (170), seguido de trabalho sazonal na cafeicultura (41 respostas), trabalhos domésticos (58), comércio (20), indústria (8), serviços (10) e turismo (3). A composição total mostra que alguns jovens exercem mais de uma atividade, remunerada ou não.

O lócus central de trabalho é a propriedade familiar. Como ela é também o local de residência, ambos os fatores contribuem para a autoidentificação dos entrevistados como rurais. Na propriedade, duas ou mais atividades podem ser executadas, como no caso das jovens que realizam tarefas domésticas, cuidam de pequenos animais e *ajudam na panha* de café na época da colheita⁷. O trabalho fora das propriedades rurais e em atividades não agrícolas situa-se nos setores de comércio (açougue e mercearia), indústria (de doces, açúcar mascavo e de laticínios, típicos da região) e serviços (setor administrativo e de turismo rural). Nesses casos, os jovens deslocam-se diariamente para a sede dos municípios, mas o local de residência continua prevalecendo na autoidentificação como rural.

Embora 51% dos jovens não estivessem frequentando modalidades de ensino formal nos momentos das pesquisas, cerca de 30% realizaram cursos de capacitação/atualização nos dois últimos anos. Todos haviam concluído o segundo grau. Independentemente da idade, os estudos estão mais presentes nos projetos de vida das jovens, confirmando uma tendência geral que mostra que as mulheres têm mais oportunidades de continuidade dos estudos em função de não herdarem a propriedade

7 Os termos em itálico são utilizados no texto para indicar a forma como foram expressos nos questionários e nas entrevistas.

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

rural (o que traz maior liberdade na escolha profissional) e por serem menos presentes nos processos considerados "produtivos" nas propriedades familiares rurais (Stropasolas, 2006).

Os jovens e as jovens participantes das pesquisas são solteiro(a)s, o que, segundo eles, contribui para a autorrepresentação como "jovem". O casamento, embora localizado em horizonte futuro, não é prioridade. Os jovens mencionam que, por ora, preferem *ficar*, embora a expectativa de ausência de *compromisso sério* traga certo incômodo. Como mostram alguns estudos sobre juventude rural no País, a esfera matrimonial vem acompanhando reformulações, também verificadas no contexto urbano, que incluem a desvalorização do ritual do casamento e sua formalidade e o surgimento de novas formas de conjugalidade. No entanto, no meio rural, ainda pesam o "medo de sobrar" e a condição celibatária, principalmente dos homens, em regiões nas quais o processo de masculinização do campo é mais acentuado (Bourdieu, 2006; Stropasolas, 2004; Paulo, 2011). Além disso, destaca-se que, no meio rural, constituir uma nova família faz parte do processo de sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários (Costa, 2014). Para os jovens entrevistados, ambos os processos – construir uma nova família e assumir a propriedade – demarcam a passagem para a fase adulta.

A totalidade dos jovens pretende cursar uma faculdade na própria região, demarcando a necessidade de *investir* em uma carreira. As jovens optaram por carreiras nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Arquitetura e Engenharia Ambiental, com forte tendência de exercê-las nas regiões em que residem atualmente. Por outro lado, os jovens apontaram uma composição que incide prioritariamente sobre a área agrária: *médico veterinário*

ou *engenheiro agrônomo*. Também foram citadas, como campos profissionais, as atividades que eles já estão exercendo: *continuar agricultor, ser um bom produtor rural, ser dono do meu negócio como pecuarista de leite*.

As citações sobre o empreendedorismo foram expressas em dois aspectos interligados na trajetória presente e nos planos de futuro dos jovens: formação profissional e trabalho. Naquele momento, os jovens acreditavam que ainda não eram propriamente empreendedores, pois todos residiam nas propriedades rurais familiares e não possuíam autonomia decisória, em que pese terem destacado o aumento do diálogo entre pais e filhos sobre os rumos e a condução das atividades econômicas. O empreendedorismo é caracterizado, então, como uma possibilidade ainda em análise.

A totalidade dos jovens afirmou saber o que é empreendedorismo por já ter participado desses eventos e por ver *exemplos* empreendedores na TV. O Programa Globo Rural (da Rede Globo de Televisão) foi uma das fontes mais citadas, seguida pelos cursos ministrados pelo SENAR, pela EMATER, por sindicatos e grupos de jovens rurais. Na Semana da Juventude Rural da Universidade Federal de Viçosa, onde parte dos jovens foi entrevistada, um minicurso de empreendedorismo rural havia sido oferecido. Assim, as fontes de difusão são constantes e variadas e, na concepção dos jovens, *falar disso hoje é normal*.

Nos projetos profissionais, o empreendedorismo foi citado de três formas pelos participantes das pesquisas: sozinha, de forma substantivada, como na indicação *pretendo ser um empreendedor*; como adjetivo complementando a profissão de agricultor, como na resposta *empreendedor agrícola*; ou acompanhada de outro termo, como na menção *empreendedor de sucesso*. A principal qualidade do empreendedor, particularmente na visão

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

dos jovens de sexo masculino que planejam permanecer nas atividades agropecuárias, reside em *ser* ou *fazer diferente*. Essa diferença está relacionada, por um lado, ao contexto da produção agrícola regional, na qual prevalece a cafeicultura (*o que todos fazem*) e, de outro, ao contexto das relações geracionais intrafamiliares, quando se manifesta o desejo de *fazer diferente do que os pais fizeram*. Para um jovem que manifestou o desejo de ser um *empreendedor agrícola*:

Meu pai insiste em plantar café, mas aqui tá cheio de café. Por onde olha é café. Por que não pensar em plantar fruta ou verdura agroecológica? Eu tento mudar a cabeça dele. Isso sim traria uma vantagem (Jovem trabalhador do setor de comércio, 21 anos, entrevistado em 2014).

Para outro, que pretende *ser empreendedor*:

Só agricultura é complicado. Vem seca, vem praga, vem preço baixo. Depender só da natureza é complicado. Eu penso em diversificar, fazer alguma coisa diferente na propriedade. Talvez turismo, porque no nosso sítio tem uma cachoeira linda (Jovem agricultor, 19 anos, entrevistado em 2015).

Nessas falas, a "diferença" empreendedora aparece afinada, por exemplo, com a produção agroecológica, seguindo as tendências alimentares dos consumidores contemporâneos, e também com a valorização dos patrimônios naturais preservados, que têm sido o grande trunfo do turismo rural. Essa consonância com as características multifuncionais do campo, no entanto, é explicada pelos jovens como uma forma de conhecimento que eles *ainda estão aprendendo* seja nas modalidades formais de ensino, seja nos vários eventos de capacitação/profissionalização rural. Daí o acesso à educação ter se tornado um pré-requisito, pois para *"para poder fazer diferente,*

tem que estar antenado, pesquisar, estudar” (Jovem, trabalhador sazonal, 18 anos).

Outro significado do empreendedorismo remete ao exercício de algumas profissões ainda com fraca expressão no meio rural, mas que são amplamente valorizadas pelo estilo de vida urbano ou mesmo pelas mídias. A partir dos anos 1990, com o trânsito campo-cidade mais acentuado pelas vias de comunicação (estradas, aeroportos regionais, veículos de comunicação de massa, Internet e fluxos globalizados do mercado), houve uma aproximação nas formas de representar os estilos de vida urbano e rural (Stropasolas, 2007) e também o trabalho e os serviços que, antes, eram predominantemente urbanos. Dessa aproximação, novos campos profissionais, como o artístico e o esportivo, por exemplo, também passaram a ser incluídos no horizonte profissional, como demonstrou a pesquisa de Wanderley com jovens rurais do nordeste brasileiro, onde atividades como bailarina, modelo e jogador de futebol foram citadas nos projetos de vida (Wanderley, 2007). Entre os jovens rurais da Zona da Mata Mineira, essa tendência também esteve presente e, neste caso, a ação empreendedora aparece justificada pela novidade, pela necessidade de preencher uma lacuna ou pela reivindicação de uma igualdade entre rural e urbano. Uma das jovens, em entrevista, fez a seguinte correlação:

Me perguntam o que eu vou fazer com o curso de arquitetura aqui na roça. Você não vê arquitetos no meio rural, só nas cidades. É uma pena, porque eu penso nas casas antigas de material natural que estão desaparecendo. Isso também é patrimônio, ou não é? Então é isso, ser empreendedor é trazer para o seu lugar alguma coisa nova (Jovem trabalhadora em tarefas domésticas, 19 anos, entrevistada em 2015).

O significado da “coisa nova” surge também quando o exercício profissional implica a adoção de processos e

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

tecnologias atualizados, como é o caso da agropecuária. A escolha de profissões agrárias e o desejo de cursar o ensino superior nessa área denotam que empreender, na visão dos jovens rurais, também exige adotar conhecimento técnico-científico, e novamente a comparação intergeracional aparece na medida em que, ao contrário das gerações passadas, cujo conhecimento advinha do empirismo, os jovens de hoje pretendem *administrar* as propriedades segundo padrões modernos de gerência e inovação tecnológica. Um dos jovens, que afirmou querer ser um *empreendedor de sucesso*, considerou que:

Não dá mais pra ficar falando da tradição só porque é bonito. Tem que ser mais profissional, saber gerenciar pra aproveitar as oportunidades. Tem que estar ligado, não adianta querer ter sucesso sem acompanhar o que os outros andam fazendo (Jovem trabalhador sazonal, estudante de administração, 22 anos, entrevistado em 2015).

A concepção da "novidade" como sentido de empreender - e o empreender ligado à formação e à informação - é veiculada, segundo os jovens, pelas mídias, cursos de capacitação e palestras que eles atualmente frequentam. Para eles, seja pelas imagens midiáticas, seja por meio dos encontros de educação informal, o empreendedorismo implica em tomar conhecimento de outras realidades rurais, inclusive internacionais, para poder comparar, experimentar e reproduzir no contexto local ações de sucesso vistas:

A gente vê tantas plantas novas, comidas novas, técnicas diferentes. Então o empreendedorismo é isso: trazer essas novidades e ampliar o seu mundinho (Jovem trabalhadora em agroindústria, 23 anos, entrevistada em 2015).

Incorporar inovações para marcar a diferença e ser empreendedor resulta, como reconhece a maioria dos jovens, em uma vantagem competitiva no mercado; mas empreender é também uma forma de se distanciar das tradições familiares, pois, como disse um entrevistado, *tem que se desapegar da mesmice*. As condições para o empreendedorismo estariam, no entanto, sendo construídas apenas para a atual geração de jovens, ao contrário do que ocorreu com os pais e os avós, a quem não foram disponibilizadas alternativas, *naquela época em que o mundo era pequeno e todo mundo vivia no seu mundinho*, como afirmou a entrevistada. Nesse caso, pode-se perceber a indicação de que, para essa jovem, há uma mudança de ambiente, no qual as transformações culturais também contam para a adoção de novas ideias e práticas.

A valorização positiva da diferença e da inovação assume, mesmo no interior das relações geracionais, o sentido da emancipação. Principalmente para os jovens que irão herdar a propriedade, empreender significa aguardar o momento de trilhar uma trajetória própria e autônoma, ainda que ela esteja reservada ao futuro. Essa esperança de poder fazer diferente é o que, inclusive, incentiva a decisão juvenil de permanecer no campo. Nota-se, nas falas abaixo, que ser “dono do próprio negócio” é valorizado positivamente como sinal de empreendedorismo:

Aqui a gente não tem patrão. Eu quero ser meu próprio patrão logo e por isso estou me preparando. Vou ser dono do meu próprio negócio, tomar minhas decisões e quero fazer diferente, ser um empreendedor de sucesso (Jovem agricultor, 26 anos, entrevistado em 2015).

A vida no campo não é fácil, não. A roça esgota a gente. Por isso procuro me aperfeiçoar, procuro as novidades. Vou ser o herdeiro dessas terras, mas não quero a escravidão dos meus pais. Quero um caminho mais leve e vou ter que inventar. Hoje, para permanecer no

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

campo... só inventando! (Jovem agricultor, 21 anos, entrevistado em 2015).

Apesar de projetarem a permanência no campo, de valorizarem a qualidade de vida que o espaço rural ainda permite e de visualizarem a via empreendedora e do autoemprego como caminho promissor, o empreendedorismo não é aceito sem críticas. Os jovens enfatizam que a falta de apoio institucional e também a ausência governamental na oferta de serviços básicos de infraestrutura (como, por exemplo, a melhoria das estradas para o escoamento da produção), a burocracia para obter financiamentos e a falta de assistência técnica para amparar a introdução das inovações trazem desconfiança ao discurso. Para um dos jovens, o discurso do empreendedorismo é perigoso se apenas se propuser a construir *uma ilha*, baseado na responsabilidade individual:

O discurso é do eu sozinho. Uma ilha. A ideia é bonita, mas ser empreendedor sem apoio, sem articulação, acho que é receita certa para o fracasso (Jovem agricultor, estudante de agronomia, 28 anos, entrevistado em 2015).

Para esse jovem, que declarou querer ser engenheiro agrônomo e *continuar agricultor*,

A agricultura já é problemática demais. Não é a gente que escolhe o que produzir. É o clima, o solo. Uma praga pode pôr tudo a perder. Então, a gente fica assim, um pouco determinado a fazer aquilo, condicionado. Se conseguir que tudo dê certo, já é sucesso (Jovem agricultor, estudante de agronomia, 28 anos, entrevistado em 2015).

Para os jovens participantes da pesquisa, o risco da mudança é encarado como parte inerente da empreitada empreendedora; no entanto, eles também destacam que a incorporação das inovações nas propriedades rurais

envolve grande responsabilidade e negociação com os demais membros da família, pois os resultados, bons ou maus, afetam a todos. Nesse aspecto em particular, os jovens percebem que há uma dissonância entre as diversas propostas de empreendedorismo que circulam no meio rural, ora enfatizando a figura individual do empreendedor, ora enfatizando a especificidade do empreendedorismo rural como investimento coletivo.

Além disso, como mostrado na bibliografia e também nas falas dos jovens, o empreendedorismo no meio rural implica admitir a maior dependência dos jovens e de suas propriedades para com as condições disponíveis no entorno local e regional e as ações em diferentes esferas governamentais, que contribuem ou não para dinamizar os territórios rurais. Para os jovens participantes da pesquisa, apenas soluções coletivas, como a criação de associações de produtores e cooperativas, permitiriam *driblar* essas limitações e o perigo de, ao se introduzir uma inovação muito diferente, se tornarem um empreendedor-ilha, como completou o mesmo jovem mencionado acima:

Posso sair do café e resolver plantar flores na propriedade? Até posso, porque aqui ninguém planta flores e isso seria uma vantagem. Mas se meus vizinhos não plantarem flores, sou eu sozinho que tenho que arcar com a compra de um caminhão climatizado, eu vou ter que ir atrás de um técnico para análise do solo, e eu sozinho vou ter que correr atrás do mercado, aos trancos e barrancos. Posso plantar flores se na região só tem financiamento pra café? E clima pras flores, tem? Acho que pode ser canoa furada (Jovem agricultor, estudante de agronomia, 28 anos, entrevistado em 2015).

Conclusões

As pesquisas aqui descritas, embora não tivessem como intuito investigar as concepções dos jovens sobre o

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

empreendedorismo, permitiram captar as formas como o tema tem entrado na formulação dos projetos de vida, as diferentes fontes discursivas pelas quais o discurso é veiculado e as conjecturas juvenis sobre as alternativas econômicas que podem balizar a permanência no campo.

Ao lado da empolgação que acompanha o discurso empreendedor, entendido como possibilidade de liberdade e valorização das novas funcionalidades do campo, os jovens visualizam os limites das mudanças bruscas e voluntaristas. Na visão de parte dos jovens, empreender também exige operar sob certas condições já dadas, como o perfil econômico da região, suas aptidões físicas e o apoio das articulações institucionais locais. Assim, alguns jovens entendem que as atividades agropecuárias, nas quais a maioria dos entrevistados já atua ou pretende continuar atuando, por si sós já comportam altos riscos e fogem da capacidade individual de controle.

Por outro lado, o empreendedorismo, para outra parte dos jovens, pode também significar lidar com o mesmo, mas encontrando respostas diferentes para questões invariáveis. A diferença empreendedora estaria, então, na postura mais gerencial e profissionalizada das atividades, o que implica na valorização dos estudos e na capacidade de atualização constante.

Vale destacar que os jovens ainda não herdaram as propriedades familiares, o que limita o poder decisório quanto à mudança das atividades econômicas e à introdução de tecnologias ou gastos. Além disso, no caso dos entrevistados, eles enfatizam que as decisões não são individuais, mas coletivas, pois as propriedades são patrimônio familiar e lócus de reprodução social de vários de seus membros. Assim, embora seja elaborado como projeto individual, os jovens entendem que dependem

da concordância principalmente dos pais para que não haja conflitos.

Finalizando, os dados das pesquisas indicam que, apesar de seus questionamentos não estarem diretamente vinculados ao empreendedorismo, a menção espontânea dos jovens quanto ao tema permitiu avançar nas condições que os jovens desejam para permanecer no campo, sendo que a trajetória de migração, verificada em parte de suas famílias, não é valorizada como alternativa de ascensão social ou melhoria da qualidade de vida. Assim, o viés empreendedor, embora limitado por fatores culturais, econômicos e institucionais, é avaliado no momento como alento e promessa para o futuro.

Referências

- Almeida, M. I. e Pais, J. M. (2012). *Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais*. Zahar Editores.
- Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos*. Zahar Editores.
- Beck, U. y Beck-Gernsheim, E. (2008). *Generación global*. Barcelona: Paidós.
- Bordieu, P. (2006). O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 83-92.
- Buainain, A. M., Alves, E., Silveira, J. M. e Navarro, Z. (2014). *O mundo rural no Brasil do século 21*. EMBRAPA.
- Calvo, E. G. (2011). A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil. In J. M. Pais, R. F. Bendit, e S. Vitor, *Jovens e rumos*. ICS.
- Carneiro, M. J. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, 53-75.
- Carneiro, S., P. A. e Matos, R. E. (2008). A heterogeneidade interna da mata: do pioneirismo estadual à estagnação intra-regional. *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar.
- Castro, L. F. S. *Dinâmica demográfica da zona da mata mineira e a microrregião geográfica de Juiz de Fora*. s.d. <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a5.pdf>.

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

- Chiavenato, I. (2012). *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. Manole.
- Coan, M. e Shiroma, E. O. (2012). Educação para o empreendedorismo: forjando um jovem de novo tipo? In M. M. Silva, O. Evangelista, e E. M. Quartiero, *Jovens, trabalho e educação: a conexão subalterna de formação para o capital*. Mercado das Letras.
- Costa, C. (2014). *Somos solteirões: a construção social da solteirice na agricultura familiar de Alegrete/RS*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Maria].
- Favareto, A. (2004). Empreendedorismo e dinamização dos territórios de baixa densidade empresarial - uma abordagem sociológica e econômica. *XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. <http://www.sober.org.br/palestra/12/10O450.pdf>
- Favareto, A. e Fontes, A. (s.d.). Estudo 53: empreendedorismo rural. In *Perspectivas dos investimentos sociais no Brasil*. <https://cedeplar.ufmg.br/pesquisas-e-extensao/projetos-em-andamento/218-projeto-pis>.
- Feixa, C. (2000). *Generación @: La juventud en la era digital*. Nómadas.
- Guedes, A. C., Torres, D. A. e Campos, S. K. (2014). Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global. In A. M. Buainain, *O mundo rural no Brasil do século 21*. EMBRAPA.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). *IPEADATA*. <http://www.ipeadata.gov.br/>
- Leite, E. e Melo, N. M. (2008). Uma nova noção de empresário: a naturalização do 'empreendedor'. *Revista de Sociologia Política*, 16(31), 35-47.
- Lima, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, 12(25), 158-198. <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/17740/10402>
- Magalhães, R. S., Favareto, A. e Souza, M. C. (2007). Desenvolvimento e Empreendedorismo: dinamização das economias locais, microfinanças e comércio solidário. *Informações Econômicas*, 37(12), 23-35.

- Netto, M. M. e Diniz, A. M. (2006). A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. *O Espaço geográfico em análise*, 12, 21-34. <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/4811>
- Paiva, M. C. e Toma, P. S. (2005). A dinâmica populacional da Zona da Mata mineira no período de 1960 a 1990. *Revista Científica da Faminas*, 1(2), 213-233.
- Paulo, M. (2011). *Juventude Rural: Suas construções identitárias*. Editora Universitária: UFPE.
- PERALVA, A. (1997). O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 5/6, 5-14. http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDEo5_6/RBDEo5_6_o3_ALBERTO_MELUCCI.pdf
- Sachs, I. (2007). Biocombustíveis e alimentos: complementaridade ou concorrência? *Rumos*, 31(234).
- Schumpeter, J. A. (1982). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Abril Cultural.
- Sennett, R. (2005). A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Record.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR. (2016). *Programa Empreendedor Rural*. <http://www.senar.org.br/programa/programa-empreendedor-rural>
- Silveira, A., Ropelato, M., Viera, S. S. e Nascimento, S. (2010). Empreendedorismo: produção científica na base Scielo 2004-2008. *Revista de Administração FACES Journal*, 9(3), 13-32.
- Souza, A. M. (2006). Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse? *Educativa*, 9(2), 217-229.
- Souza, R. M. (2008). *O discurso do protagonismo juvenil*. Paulus.
- Stropasolas, V. L. (2004). O valor do casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, 12(1), 253-267.
- Stropasolas, V. L. (2006). *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Editora da UFSC.
- Stropasolas, V. L. (2007). Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In M. J. Carneiro e E. G. Castro, *Juventude rural em perspectiva*. Mauad.

"Permanecer no campo, só inventando...":
o empreendedorismo entre jovens trabalhadores rurais
da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil

- Teixeira, R. F., Almeida, E. S., Oliveira Jr., L. B. e Alvin, M. I. (2008). Análise Espacial da Produtividade de Óleo Vegetal para Produção de Biodiesel na Zona da Mata Mineira. *Gestão.Org.*, 6(3), 278-299.
- Vale, G. V.; Wilkinson, J. e Amâncio, R. (2008). Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. *RAE electron*, 7(1) 1-17. <https://www.scielo.br/pdf/raeel/v7n1/ao8v7n1.pdf>
- Veiga, J. E. (2001). O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, 15(43), 101-119. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300010>
- Veiga, J. E. (2008). Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. *Unimontes Científica*, 7(2), 13-46.
- Veiga, J. E. e Ehlers, E. (2009). Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In P. May (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Elsevier/Campus. <http://citrus.uspnet.usp.br/feaecon/media/fck/File/Veiga%20eEhler%20-%20in%20MayorgEMA%202010.pdf>
- Veiga, J. E. (2005). Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. *Unimontes Científica*, 7(2), 13-45.
- Wanderley, M. (2007). Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In M. J. Carneiro e E. G. Castro, *Juventude rural em Perspectiva*. Mauad X.

Uma primeira advertência deve ser feita aos leitores deste livro.

Não esperem encontrar, neste livro, visões edulcoradas ou abordagens esquemáticas. Antes, é de um cenário de tensões e também de múltiplas conexões que partem nossos autores e autoras para abordar a complexa vivência de jovens na América Latina. Já de início, a proposta desta jornada de fôlego fica clara.

É sob um regime necropolítico que nos vemos assentados, e a extensão dos seus impactos nefastos faz-se sentir de modo dramático e destacado por inúmeras juventudes. Existem fantasmas e cadáveres a nos espreitar, de Tijuana a Santiago do Chile, de Córdoba ao Rio de Janeiro, de Buenos Aires a São Paulo, de Bogotá à Zona da Mata mineira.

Da apresentação de Rose de Melo Rocha.

